



Departamento de História

O PAIGC e as repercussões da luta nacionalista  
na imprensa ocidental

Isabel Gorjão Santos

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em História Moderna e Contemporânea  
Especialidade em Relações Internacionais

Orientadora:  
Doutora Ana Mouta Faria, Professora Auxiliar do  
Departamento de História  
ISCTE - IUL

Setembro, 2010

**O PAIGC e as repercussões da luta nacionalista na imprensa ocidental**  
**Isabel Gorjão Santos**

Setembro 2010

## Índice

|  |     |
|--|-----|
| Resumo .....   | II  |
| Abstract.....  | III |
| Agradecimentos .....   | V   |
| Introdução – Objecto de estudo, fontes e método .....  | 1   |
| Capítulo 1 – O nacionalismo na Guiné-Bissau e Cabo Verde – Da formação do PAIGC ao 25 de Abril ..... | 7   |
| Capítulo 2 – O acompanhamento da luta nacionalista da Guiné-Bissau pela imprensa ocidental .....     | 31  |
| 2.1 – O contexto político e diplomático que envolvia os jornais e os jornalistas .....               | 31  |
| 2.2.1 – Caracterização do <i>The New York Times</i> , <i>Times</i> e <i>Le Monde</i> .....           | 39  |
| 2.2.2 – O olhar sobre Portugal e o colonialismo português .....                                      | 41  |
| 2.2.3 – A Guiné-Bissau nas páginas do <i>The New York Times</i> .....                                | 67  |
| 2.2.4 – A Guiné nas páginas do <i>Times</i> .....  | 87  |
| 2.2.4 – A Guiné nas páginas do <i>Le Monde</i> .....   | 102 |
| 2.2.4 – Os bastidores das reportagens .....  | 115 |
| Capítulo 3 – Os jornais como uma frente de luta – Propaganda e imprensa próxima...121                |     |
| 3.1 – Os órgãos oficiais do PAIGC e a estratégia de propaganda do partido .....                      | 121 |
| 3.2 – O papel da imprensa dedicada a África ( <i>Afrique-Asie</i> e <i>Jeune Afrique</i> ) .....     | 130 |
| Conclusões.....  | 147 |
| Cronologia .....   | 154 |
| Bibliografia.....  | 163 |

## Resumo

Durante o Estado Novo, e sobretudo nos anos da guerra colonial que se prolongou de 1961 a 1974, os movimentos nacionalistas nas colónias portuguesas em África tentaram estabelecer laços diplomáticos, conquistar apoio internacional e convencer o mundo da justiça da sua luta. Fizeram-no de várias formas, incluindo contactos com representantes de diversos países e com jornalistas e jornais que poderiam ajudar a criar uma opinião pública favorável à causa nacionalista.

O tema deste trabalho, que se integra no domínio científico das Relações Internacionais, é a relação o Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC) e a imprensa internacional, e a forma como este partido recorreu a estratégias de propaganda para promover a sua luta de libertação.

Os artigos publicados em três jornais – *The New York Times*, *Times* e *Le Monde* – foram as principais fontes deste trabalho. Para além disso, pesquisou-se o tratamento dado à luta contra o colonialismo na Guiné-Bissau por parte de revistas especializadas em África, como a *Afrique-Asie* e a *Jeune Afrique*, e pelos próprios meios criados pelo PAIGC para difundir informação, como os boletins *Libertação* e *PAIGC Actualités* e a Rádio Libertação.

Ao promover conferências de imprensa e estimular visitas dos jornalistas às zonas libertadas, o PAIGC mostrou estar consciente da importância de divulgar os seus objectivos e sucessos militares. E a imprensa, que assumiu maioritariamente uma posição anti-colonialista, foi uma parte importante dessa estratégia.

**Palavras-chave:** PAIGC, Guiné-Bissau, imprensa internacional, movimentos nacionalistas, propaganda, descolonização

## **Abstract**

During the Estado Novo, and particularly in the years of the colonial war, between 1961 and 1974, the nationalist movements in the Portuguese colonies in Africa tried to establish diplomatic ties, get international support and convince the world of the fairness of their struggle. This was done in many ways, including contacts between leaders of nationalist groups and officials of different countries, and even through journalists and newspapers who could help to create a favorable public opinion with regards to the nationalist cause.

This work, integrated in the study area of International Relations, refers to Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC), in Guinea-Bissau, and its relationship with the international press, and how the party used propaganda strategies to promote its liberation struggle.

Articles published in three international newspapers – *The New York Times*, *The Times* and *Le Monde* – were the fundamental sources of this work. Furthermore, the fight against colonialism in Guinea-Bissau was also reported by magazines which specialized in the African continent, like *Afrique-Asie* and *Jeune Afrique*, and the PAIGC also had its own means to spread information, namely the bulletins *Libertação* and *PAIGC Actualités* and the radio station Rádio Libertação.

Promoting press conferences and allowing journalists to visit the liberated areas, the PAIGC was aware of the importance of publicizing its objectives and military achievements. And the press, who mostly assumed an anti-colonialist position, was an important part of this strategy.

**Key words:** PAIGC, Guinea Bissau, international press, nationalist movements, propaganda, decolonization

Ao meu pai, Abílio, que viveu esta guerra  
e à minha mãe, Lurdes, que esperou por ele

## **Agradecimentos**

Este trabalho de investigação não teria sido possível se, às horas na biblioteca ou nos centros de documentação, não se tivessem juntado as palavras de ânimo, os conselhos e a amizade de tantas pessoas que me acompanharam. Obrigada por nunca terem deixado o desânimo cruzar-se neste caminho.

Obrigada, em especial, à professora Ana Mouta Faria, pelas horas de reflexão que ajudaram a encontrar novos caminhos, pelas sugestões, por ter estado sempre disponível do outro lado da secretária ou do telefone, fosse dia de férias ou repleto de aulas. A orientação dada a este trabalho foi uma imprescindível partilha.

Agradeço também à Teresa Firmino, pelas sugestões e as incontáveis horas de conversa que enriqueceram este trabalho. À Rosália Cera, Fernando Sousa e Filomena Naves, pelo incentivo que tanto ajudou a continuar.

E ao Paulo, companheiro desta e de tantas outras viagens, que transformou as dúvidas em pequenas conquistas e fez desta caminhada uma nova etapa da nossa vida.





## **Introdução – Objecto de estudo, fontes e método**

Em Junho de 2009 milhares de manifestantes saíram à rua para protestar contra a fraude na votação em que foi reeleito o Presidente do Irão, Mahmoud Ahmadinejad. Não tinham um grupo de jornalistas estrangeiros com eles, não tinham acesso fácil à Internet. Mas com o telemóvel que traziam no bolso relataram a repressão policial, as detenções e as mortes através de mensagens no Twitter. Alguns meses depois, do outro lado do mundo, os dissidentes cubanos usaram os blogues para denunciar a situação dos prisioneiros políticos ou a repressão sobre as Damas de Branco, mães e mulheres desses presos que todos os domingos desfilam em Havana para pedir a sua libertação.

Nos primeiros anos deste século XXI os jornalistas passam muito mais tempo na Internet do que ao telefone. A informação chega-lhes quase ao minuto. Já não é só a era da Internet, é mais do que isso. É a era das redes sociais, do “jornalista-cidadão”, o tempo em que os jornais, a rádio ou a televisão deixaram de ser a única forma de aceder à informação.

Mas recuemos alguns anos, cerca de meio século. A Internet não existe, os jornalistas esperam pela chegada dos jornais estrangeiros, lêem as principais agências noticiosas e, quando conseguem, fazem chamadas internacionais. Por vezes viajam. O mundo está dividido pela Guerra Fria que opõe os Estados Unidos à União Soviética e na África subsariana começa a década da emancipação e da descolonização, a luta dos movimentos de libertação pela independência.

A Internet e as novas tecnologias vieram mudar a forma de transmitir informação e fazer jornalismo, mas não mudaram a necessidade de qualquer movimento político, de agora ou de então, fazer passar a sua mensagem. “A emancipação política de África, que se concentrou num curto período de tempo, foi tão espectacular como fora a sua conquista pelos colonizadores em finais do século XIX. Por isso, o acontecimento cuidadosamente orquestrado pelos intervenientes (políticos, militares, testemunhas) concentrou a atenção dos que estudavam a quente as sociedades e o movimento social assim como a dos observadores, nomeadamente os jornalistas”, sublinha o historiador Elikia M’Bokolo.<sup>1</sup>

Nos anos 60, os movimentos nacionalistas africanos estariam conscientes de que as relações internacionais vão muito para além das relações diplomáticas e de que a sua luta passava também pelas páginas dos jornais. Sabiam que sem uma opinião pública informada, pelo

---

<sup>1</sup> M’Bokolo 2007, p. 499

menos nos países onde isso era verdadeiramente possível, a sua causa cairia no esquecimento. E não se terão poupado a esforços para conseguir esse apoio.

Os movimentos nacionalistas nas colónias portuguesas não foram excepção. Muitas vezes, foi através das páginas dos jornais que sensibilizaram governos e populações. As inúmeras reportagens, livros ou documentários representaram mais um passo no caminho para a independência.

Este trabalho irá abordar o espaço correspondente ao actual Estado da Guiné-Bissau, e centrar-se no caso do Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC), e no período da guerra colonial (1961-1974), porque apesar de os confrontos na Guiné-Bissau só terem começado em 1963 terá havido um aumento de interesse dos jornais e jornalistas sobre a situação nas colónias portuguesas a partir do início da guerra em Angola, dois anos antes.

As perguntas, como sempre acontece, são muitas e não têm uma só resposta. Como terá a imprensa ocidental, ou pelo menos a imprensa integrada no universo onde se situa a maior parte das potências coloniais, acompanhado a luta de libertação do PAIGC? E as publicações dedicadas aos assuntos africanos, de certa forma mais “militantes”? Quais terão sido os temas mais abordados? E o que terá feito o PAIGC para se aproximar dos jornais e jornalistas?

Seria impossível analisar todos os artigos, de toda a imprensa dessa parte do mundo. Por isso, este trabalho irá centrar-se em três jornais de referência de países que eram, e são, dos mais importantes actores no palco mundial: o norte-americano *The New York Times*, o britânico *Times* e o francês *Le Monde*. Os dois primeiros, para sorte dos jornalistas e investigadores, já colocaram os seus arquivos digitalizados disponíveis na Internet, por isso os artigos analisados serão os que surgiram no ecrã do computador após uma pesquisa por *Portuguese Guinea*.

Quanto ao *Le Monde*, todas as suas edições estão disponíveis em bibliotecas francesas, mas não em Portugal. No entanto, a Biblioteca Municipal do Porto tem nos seus arquivos uma colecção que, com a falha de uma outra edição, vai de Setembro de 1963 ao final de 1972. Apesar de o período não ser exactamente o mesmo, e de faltar uma parte importante relativa à transição para a democracia em Portugal e aos acordos para a independência da Guiné-Bissau, foram essas as edições consultadas. Não será a melhor das situações, mas não deixa de ser uma amostra representativa da cobertura feita pelo diário francês.

É com base nestes artigos que se procurará analisar a forma como a “imprensa ocidental” – um termo exagerado, tendo em conta que se trata de apenas três jornais de referência, mas que será dos que melhor resume a ideia – acompanhou a luta nacionalista na Guiné-Bissau.

O que saiu nestes jornais tem os seus bastidores, porque existe sempre uma história por detrás de cada reportagem ou artigo, uma história que só os jornalistas que os escreveram conseguem contar. Considerou-se importante tentar localizá-los, com a certeza de que passadas quatro décadas, em alguns casos quase cinco, muitos não estariam já entre nós. Outros, por outro lado, teriam dificuldade em encontrar na sua mais recôndita memória os pormenores de um trabalho já tão distante. Ainda assim, os relatos dos jornalistas Henry Kamm e Marvine Howe, do *New York Times*, e René Lefort, do *Le Monde*, obtidos através de um questionário aberto sobre as experiências que viveram, ajudaram a compreender como estes jornais olhavam para o movimento nacionalista da Guiné-Bissau e a importância que o PAIGC dava ao trabalho dos repórteres.

As opções editoriais de directores, editores e jornalistas são o primeiro filtro para que um tema chegue às páginas dos jornais, mas antes disso há que fazer-lhes chegar a informação. Como se costuma dizer aos jovens jornalistas que chegam às redacções, o que não se sabe não aconteceu. Por isso, neste trabalho é dedicado um capítulo à propaganda do PAIGC e à imprensa mais próxima dos movimentos de libertação. Como é o que o PAIGC organizou a sua propaganda? E como foi, afinal, a cobertura de revistas dedicadas a África como a *Jeune Afrique* e a *Africasia*, depois *Afrique-Asie*? Para estas perguntas procurou-se resposta nos arquivos do Centro de Documentação 25 de Abril, em Coimbra, e no Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral, em Lisboa, onde estas revistas podem ser consultadas.

Este trabalho divide-se então em três capítulos. Primeiro será contextualizada a luta de libertação do PAIGC e resumidos os momentos mais significativos dos primeiros 20 anos de existência do partido. Depois, numa segunda parte, serão abordados o contexto político e diplomático que envolvia os jornais e os jornalistas, com destaque para os casos dos Estados Unidos, do Reino Unido e da França, porque é esse o contexto que rodeia os repórteres do *New York Times*, do *Times* e do *Le Monde*. É então feita uma caracterização breve destes jornais e o resumo dos artigos que publicaram, primeiro sobre Portugal e depois, com mais detalhe, sobre a Guiné-Bissau. Por fim, o terceiro capítulo centra-se na forma como o PAIGC chegou aos jornalistas e montou a sua estratégia de propaganda, e ao modo como as revistas dedicadas a África acompanharam o movimento de libertação liderado por Amílcar Cabral.

O conceito de propaganda, tão usado no âmbito do jornalismo e das relações internacionais, ganhou ao longo dos tempos um sentido pejorativo que lhe advém, por exemplo, dos processos usados pela propaganda nazi e fascista. Muitas vezes é sinónimo de “lavagem ao cérebro” ou de publicidade persuasiva. No entanto, neste trabalho será usado no sentido original de “propagação de princípios e teorias”, como referem vários dicionários. “Estes

retiveram a acepção do Papa Clemente VIII, em 1597, ao fundar a Congregação para a Propagação da Fé. Por analogia, aplica-se a qualquer associação para a propagação de doutrinas religiosas ou princípios políticos, ideias revolucionárias ou subversivas<sup>2</sup>.” É também para esse sentido que remete a definição do Instituto de Análise da Propaganda norte-americano, para o qual propaganda é “uma expressão de opinião ou acção por parte de um indivíduo ou grupos, deliberadamente destinada a influenciar opiniões ou acções de outros indivíduos ou grupos relativamente a fins predeterminados.”<sup>3</sup> A campanha do PAIGC é então propaganda, e propaganda branca, “aquela cuja fonte, ou emissor, está correctamente identificada e cujo conteúdo da mensagem tende a ser preciso.”<sup>4</sup>

O partido de que nos ocupamos neste trabalho nasce alguns anos depois de uma revolução muito significativa que viria a alterar o próprio conceito de propaganda. “É na primeira metade do século XX que se inicia o desenvolvimento das condições técnicas e dos suportes que darão à propaganda política (e às demais modalidades) os canais para uma actuação de ilimitada frequência sobre as massas”<sup>5</sup>, sublinha a professora universitária e especialista em *marketing* e comunicação brasileira Eloá Muniz. “Neste período, graças à invenção da rotativa e à utilização da publicidade como fonte de recursos financeiros, surgiram os jornais de grande circulação a preço acessível. A rádio rompe todas as limitações da voz humana e repercute, simultaneamente, em todos os pontos do mundo.” Quando o PAIGC nasce, em 1956, já tinha havido, portanto, uma revolução no jornalismo e nos meios de comunicação.

Os jornais e os meios de comunicação não seriam, no entanto, encarados como um actor das relações internacionais *per se*, capaz de influenciar governantes e opinião pública e constituir um factor importante no relacionamento entre países, mas como um canal para veicular mensagens e influenciar. “Pegue-se em qualquer livro sobre política internacional ou relações internacionais escrito antes de 1990 (ou mesmo durante essa década), e irão encontrar-se muito poucas referências aos *media*”<sup>6</sup>, sublinha Susan Carruthers, professora do Departamento de História da Universidade de Ciência e Tecnologia de New Jersey, nos Estados Unidos. E adianta: “Se estas formas de comunicação fossem consideradas na disciplina de Relações Internacionais, isso seria provavelmente num contexto de propaganda, com os meios de comunicação de massa entendidos como potencial (ou actual) ferramenta do poder estatal.”

---

<sup>2</sup> *Dicionário de Ciências da Comunicação*, Porto Editora, 2000, p. 193

<sup>3</sup> (Muniz, 2004)

<sup>4</sup> *Dicionário de Ciências da Comunicação*, Porto Editora, 2000, p. 194

<sup>5</sup> Muniz, 2004

<sup>6</sup> White, Little, Smith, 2001, p. 214

Até muito recentemente os meios de comunicação eram encarados como algo “essencialmente passivo por natureza: vasos pelos quais algumas mensagens podem ser ‘despejadas’ (por propagandistas do Estado, por exemplo)”<sup>7</sup>, adianta Susan Carruthers. “Essa noção simplista tem sido longamente contestada pelos teóricos da comunicação. Muitos académicos sugerem que os *media* desempenham de facto um papel constitutivo, modelam a compreensão do mundo (em vez de apenas o reflectirem ‘como ele é’, e que as audiências ‘negoceiam’ o significado inerente a um texto ou uma imagem.” Ou seja, os *media* são um meio de transmitir a mensagem, mas constroem também uma nova realidade, de acordo com critérios editoriais, e vão chegar a milhares de pessoas que, em vez de apenas receberem a mensagem, irão dar uma nova interpretação aos textos que lêem.

Para este trabalho foram, como já vimos, consultados três jornais de referência. Não sendo este um conceito consensual, podemos dizer que os jornais de referência são publicações escritas “que se afirmam pela qualidade e rigor da sua informação e cujas notícias divulgadas revelam elevada capacidade de influência na agenda social.”<sup>8</sup> Jornais, portanto, que chegam a muitos mais leitores e com uma influência junto da opinião pública bastante superior às publicações mais modestas ou especializadas.

De qualquer forma, e mesmo antes de ler os jornais e as revistas referidos, percebemos facilmente que a imprensa e os jornalistas foram uma parte fundamental da estratégia do PAIGC. Não faltam referências a isso nas obras consultadas para este trabalho. Para tentar compreender o “estado da arte”, optou-se pela leitura de algumas obras mais recentes, como a biografia de Amílcar Cabral do jornalista António Tomás ou os volumes dedicados à guerra colonial de Aniceto Afonso ou Carlos Matos Gomes. A análise de historiadores que dedicaram boa parte do seu trabalho à luta de libertação na Guiné-Bissau, como Patrick Chabal, foi também fundamental, assim como a perspectiva dos intervenientes. Nisso ajudaram os testemunhos publicados pelos líderes do PAIGC Luís Cabral e Aristides Pereira em *Crónicas da Libertação* e *Uma Luta, Um Partido, Dois Países*, respectivamente. Nos vários casos, a relação com a imprensa é quase sempre apontada como uma prioridade.

“Vem em todos os manuais e o PAIGC cedo aprendeu: a guerrilha não se faz apenas com material bélico. À diplomacia – arma que domina cada vez melhor – junta-se também a comunicação social”<sup>9</sup>, diz o jornalista José Pedro Castanheira. E acrescenta: “Ao boletim *Libertação* [o primeiro órgão de propaganda do PAIGC], soma-se, a partir de 1967, a Rádio

---

<sup>7</sup> White, Little, Smith, 2001, p. 219

<sup>8</sup> *Idem*, p. 137

<sup>9</sup> Castanheira 1999, p. 52

Libertação, que emite a partir de Conacri – a que se seguirá a publicação de um folheto mensal, com o título *PAIGC Actualités*, dirigido por Luís Cabral”, irmão do líder histórico do PAIGC Amílcar Cabral e primeiro Presidente da Guiné-Bissau após a independência.

Também o jornalista angolano António Tomás sublinha a relação do partido com a imprensa. “A guerrilha do PAIGC atraía jornalistas, escritores e políticos de várias partes do mundo, sobretudo de países ocidentais, que para lá se deslocavam com o fim de documentarem uma experiência inédita: o modo como um partido africano criava uma nação no interior de um país ocupado por uma impiedosa potência colonial.”<sup>10</sup> Para além disso, sublinha Tomás, o PAIGC “acolhia regularmente fazedores de opinião, como jornalistas, fotógrafos, cineastas e deputados de parlamentos europeus”.<sup>11</sup>

O historiador Patrick Chabal, professor no King’s College em Londres, salienta que o PAIGC era “mais diligente do que muitos dos outros movimentos revolucionários a publicar e publicitar os seus documentos”.<sup>12</sup> Para além disso, adianta, o partido “era particularmente aberto e acessível a visitantes estrangeiros, fossem jornalistas, escritores, membros de equipas de filmagem, advogados ou académicos, e fazia todos os esforços para que esses visitantes viajassem pelo interior do país durante a guerra”.

Não é difícil encontrar relatos dessas visitas, sobretudo nos órgãos oficiais do PAIGC, da mesma forma que não foram raras as vezes em que Amílcar Cabral se referiu a esta questão da propaganda e das relações com a imprensa. Numa entrevista à revista *Tricontinental* publicada a 8 de Setembro de 1968, citada depois na coletânea de textos do próprio líder do PAIGC<sup>13</sup>, Cabral responde à pergunta do jornalista sobre a forma como a guerrilha estava a desenvolver o seu trabalho de comunicação e propaganda. Primeiro refere que o partido está a procurar obter “uma estação [de rádio] para poder falar diariamente (e se não todos os dias pelo menos várias vezes por semana) às suas forças, ao seu povo e ao seu inimigo”. Depois sublinha a importância da comunicação, e entre esta a comunicação social, para o movimento de libertação: “Estamos a trabalhar para melhorar as comunicações de rádio não apenas para dar relatórios diários do progresso da nossa luta em todas as frentes mas também para facilitar a coordenação da luta e para alcançar o seu progresso.”

A resposta mais previsível pode ficar já dada: Sim, a imprensa foi uma frente de luta importante para Amílcar Cabral e o PAIGC. Vejamos então como é que isso se reflectiu nas páginas de três dos principais jornais internacionais.

---

<sup>10</sup> Tomás 2007, p. 26

<sup>11</sup> *Idem*, p. 196

<sup>12</sup> Chabal 2002, p.6

<sup>13</sup> Cabral 1969, p. 114

## Capítulo 1 – O nacionalismo na Guiné-Bissau, da formação do PAIGC ao 25 de Abril

A guerra em Angola tinha começado há quase dois anos, o PAIGC já tinha dado início a uma intensa actividade diplomática e à formação de quadros. Portugal esperava, a qualquer altura, um ataque na Guiné-Bissau a partir de Conacri ou do Senegal e reforçou a segurança nas fronteiras. Mas, naquele dia 23 de Janeiro de 1963, não foi isso que aconteceu.

Ao contrário do que era esperado pelos responsáveis políticos e militares portugueses, a guerra começou no centro do território, um pouco a sul de Bissau. Cerca de uma centena de guerrilheiros do PAIGC atacam o quartel de Tite, a sede administrativa da circunscrição de Falacunda, na margem sul do rio Geba. Até ali já tinha havido várias emboscadas e sabotagens. A 25 de Junho de 1962, na vila de Catió, foi destruída uma barca para atravessar o rio Bedana, cortadas linhas telefónicas, derrubadas árvores e cavadas trincheiras, apesar do aumento da repressão da polícia política PIDE que, em Março, levava à detenção dos dirigentes do partido Rafael Barbosa e Fernando Fortes.

O PAIGC já tinha decidido passar à acção directa, mas foi com o assalto ao quartel de Tite que deu início à luta armada. Esse ataque “significou o fim das ilusões quanto à possibilidade de um diálogo construtivo com o regime português de Salazar”, consideram os historiadores Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes.<sup>14</sup> “Para o PAIGC, a luta armada surgia como uma imposição, não só pela obstinação com que Portugal recusou a emancipação pacífica dos seus povos ultramarinos como também pela repressão de qualquer reivindicação nacionalista.”

O início dos confrontos impunha-se também por uma questão fundamental para o movimento de libertação: conseguir o apoio incondicional da Guiné-Conacri e provar ao Presidente Sékou Touré que o partido era uma organização eficiente do ponto de vista militar. Até ao início da guerra na Guiné-Bissau o Presidente da Guiné-Conacri não tinha deixado claro que iria apoiar o PAIGC e reconhecê-lo como o único movimento capaz de lutar pela libertação, isto numa altura em que outros movimentos, como a Frente de Libertação e Independência Nacional da Guiné (FLING), disputavam também o imprescindível apoio internacional.

O ataque ao quartel de Tite e o início da luta armada acontece, no entanto, já quase sete anos após a formação do PAIGC. O partido tinha sido fundado na tarde de 19 de Setembro de 1956, num encontro que juntou Amílcar Cabral, o seu irmão Luís Cabral, Aristides Pereira, Fernando Fortes e Júlio Almeida, todos de origem cabo-verdiana, e Elysée Turpin, natural da

---

<sup>14</sup> Gomes, Afonso, v.4, 2009, p.13

Guiné – tal como Amílcar Cabral, aliás, que nasceu em Bafatá a 12 de Setembro de 1924, filho dos cabo-verdianos Juvenal Cabral e Iva Pinhel Évora.

O grupo fundador do partido encontrou-se então na casa de Aristides Pereira e Fernando Fortes em Bissau. “O Amílcar começou por falar da Guiné e de Cabo Verde, referindo-se em poucas palavras à situação de dominação existente naquelas duas colónias portuguesas”, recorda Luís Cabral.<sup>15</sup> “Continuou enumerando os fundamentos que ligaram os dois povos no passado. Não era difícil provar, com documentos históricos referentes à época da colonização, a origem guineense da população cabo-verdiana.”

Amílcar Cabral regressa à Guiné-Bissau em 1952, depois de se ter formado no Instituto Superior de Agronomia em Lisboa. Já casado com Maria Helena Rodrigues, sua colega de faculdade, fica encarregue de fazer o recenseamento agrícola da Guiné-Bissau, o que o levou a percorrer todo o território durante vários meses. “O Recenseamento Agrícola, que permitiu a Cabral conhecer mais de perto as populações e os seus problemas, constituiu-se assim uma antecâmara da mobilização urbana que se lhe seguiu”, sublinha Aristides Pereira.<sup>16</sup>

O líder do PAIGC ainda tentou disfarçar as actividades políticas com a criação de um clube desportivo, mas essa ideia acabou por fracassar. O nome de um engenheiro, ao lado de cidadãos humildes que pretenderiam jogar futebol, acabou por levantar suspeitas. A existência do PAIGC e os objectivos do seu fundador pareciam tornar-se, com o passar do tempo, cada vez mais evidentes.

Após a fundação do partido – inicialmente apenas designado pela sigla PAI –, Amílcar Cabral acabou por sair da Guiné-Bissau, onde só viria a regressar em 1959. Com o massacre de vários estivadores em greve no cais de Pidjiguiti em Bissau, a 3 de Agosto desse ano, o trabalho do PAIGC e as mudanças no partido acabam por precipitar-se.

Os estivadores fizeram greve para reivindicar melhores salários, mas o protesto acabou por ser reprimido pela polícia e morreram cerca de 50 pessoas. O massacre viria a alterar a estratégia do PAIGC, que terá estado por detrás da organização da greve. Numa reunião do partido, já a 19 de Agosto, Amílcar Cabral considerou que deveriam ser retiradas lições desses acontecimentos “de modo a que não ficassem vãos os sacrifícios dos mártires”.<sup>17</sup>

O secretário-geral e outros quadros do PAIGC terão concluído, a partir desse massacre, que qualquer contestação seria duramente reprimida pelas autoridades, sublinham Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes. Para além disso, “ficaram a conhecer as limitações de uma luta

---

<sup>15</sup> Cabral, 1984, p. 44

<sup>16</sup> Pereira, 2002, p. 83

<sup>17</sup> Gomes, Afonso, v.1, 2009, p.35



assente nas populações urbanas, pois estas, que trabalhavam nos serviços e comércio, dependiam dos portugueses para viver, enquanto os camponeses que trabalhavam as suas terras no interior eram autónomos”.<sup>18</sup>

Os acontecimentos de 3 de Agosto de 1959 acabaram por reforçar a consciência nacionalista do partido e alertar os seus dirigentes para a necessidade de proceder a uma mobilização dos camponeses para preparar a luta armada, sublinha o fundador do PAIGC Aristides Pereira<sup>19</sup>. O massacre levou Amílcar Cabral a regressar a Bissau por uns dias, de 14 a 21 de Setembro, após os quais partiu para Conacri, onde o partido começou a reestruturar-se.

Nessa reunião clandestina em Bissau foram definidas algumas mudanças importantes.<sup>20</sup> Nas zonas urbanas o partido procuraria reforçar-se, embora mantendo-se na clandestinidade e evitando manifestações públicas. É considerada urgente a mobilização nas áreas rurais, que Cabral diz serem “a principal força na luta de libertação nacional”.

Foi também definido que era necessário formar o maior número de pessoas para a liderança política e o desenvolvimento da luta armada e que o secretariado se transferiria definitivamente para Conacri, onde apesar de algumas reticências o partido contava com o apoio do Presidente Sékou Touré. Ficava portanto decidido que o PAIGC iria centrar-se nas áreas rurais e preparar em Conacri a luta de libertação por todos os meios, “incluindo a guerra”, o que acabou por acontecer em 1963 com o ataque ao quartel de Tite.

A greve no cais de Pidjiguiti tinha sido instigada por membros do PAIGC quando a atenção estava ainda muito voltada para a mobilização nos centros urbanos. Luís Cabral, Abílio Duarte, Elysée Turpin, entre outros, tinham-se infiltrado no Sindicato Nacional dos Empregados de Comércio e Indústria, ganhou as eleições para o liderar contra os “candidatos oficiais” e iniciou alguma mobilização contra os baixos salários e as condições de trabalho. Por isso, alguns dirigentes do partido, como Carlos Correia e Luís Cabral, estiveram prestes a ser detidos e acabaram por fugir do país depois de terem sido alertados por Aristides Pereira, que, enquanto chefe do posto de correios, tinha acesso a comunicações e informações valiosas para os militantes do PAIGC, como os telefonemas do governador ou do director da PIDE.

No segundo aniversário do massacre de Pidjiguiti, a 3 de Agosto de 1961, o PAIGC decidiu então dar início à acção directa e no ano seguinte começaram algumas operações em pequena escala que viriam a anteceder o conflito armado, mas o partido não tinha ainda condições para

---

<sup>18</sup> Gomes, Afonso, v.1, 2009, p.35

<sup>19</sup> Pereira, 2002, p. 117

<sup>20</sup> Cabral, 1969, p. 31

disputar uma guerra. “Em 1962 o PAIGC não tinha o apoio do Senegal, e na Guiné havia reticências quanto à perspectiva de uma guerra no território vizinho”, diz Patrick Chabal<sup>21</sup>.

A par da preparação da luta armada, Amílcar Cabral investia também na via diplomática. A 13 de Outubro de 1961 apelou, através de uma carta aberta dirigida ao governo português, a uma solução pacífica para a situação na Guiné-Bissau, mas sem obter qualquer resposta. E foi no ano seguinte que a batalha diplomática do PAIGC começou a disputar-se no palco da ONU.

Em Junho de 1962 Cabral faz uma declaração no Comité Especial da ONU para os Territórios Administrados por Portugal e defende negociações com o governo de Lisboa. No final do ano, a 12 de Dezembro, discursa na IV Comissão da Assembleia Geral da ONU e expõe aquelas que considera serem as três alternativas para resolver a situação na Guiné-Bissau: Uma “mudança radical” da posição do governo de Lisboa, uma “acção imediata e concreta por parte da ONU” ou, por fim, “lutar unicamente pelos próprios meios” do PAIGC.

Cabral procura destacar a primeira hipótese e propõe: “Contacto imediato entre a delegação portuguesa e a nossa; consulta ao governo português para a fixação de uma data próxima para a abertura de negociações entre os seus representantes e os legítimos representantes da Guiné e Cabo Verde; (...) da nossa parte estamos prontos para os contactos e para as negociações, com ou sem intermediários.”<sup>22</sup>

O silêncio de Lisboa mantém-se e, como já vimos, o partido estava a ter dificuldades para dar início à luta armada. Um dos principais problemas era conseguir armamento, o que não estava a ser facilitado pelas autoridades de Conacri. Por isso, 1963 começa da pior maneira para o PAIGC, com vários membros do partido a serem detidos pelas forças de Sékou Touré. Motivo: a compra clandestina de armamento.

O PAIGC tinha então boas relações com o rei Hassan II e era de Marrocos que, por vezes, chegavam carregamentos clandestinos de armas com destino às mãos dos dirigentes do partido em Conacri. “Até que, um belo dia, um estivador, ao proceder ao descarregamento de um navio proveniente de Rabat, em vez de deparar com latas de sardinha – a mercadoria que estava anunciada –, encontra balas. O desfecho é a detenção, na tristemente célebre prisão de Campo Boiro, de Aristides Pereira, Vasco Cabral e Luís Cabral, entre outros.”<sup>23</sup>

Do carregamento clandestino faziam parte dezenas de carabinas e pistolas-metralhadoras PPCh e milhares de balas, recorda Luís Cabral. “Mais tarde viríamos a saber que um

---

<sup>21</sup> Chabal, 1983, p.58

<sup>22</sup> Castanheira, 1999, p. 41

<sup>23</sup> Castanheira, 1999, p. 42

trabalhador do porto, talvez querendo desviar algumas latas de sardinhas, tinha provocado um arrombamento. Em lugar das certamente desejadas latas de sardinhas tinham saído... balas!”<sup>24</sup> As detenções ocorreram poucas horas depois e após buscas às casas dos dirigentes do PAIGC, tendo sido encontradas granadas, detonadores e explosivos no próprio quarto de Amílcar Cabral.

“Passados alguns dias, fomos conduzidos ao Ministério da Defesa [da Guiné-Conacri] para uma reunião com o ministro Keita Fodeba, no seu gabinete de trabalho. No início, o dirigente guineense procurou impressionar-nos manifestando um grande descontentamento. Pouco a pouco, foi mudando de tom, referiu-se à compreensão do Presidente Sékou Touré para concluir dizendo que a nossa libertação dependia unicamente da chegada do Amílcar. Se bem entendêssemos, podíamos comunicar-lhe a decisão do governo guineense”, contou Luís Cabral<sup>25</sup>.

Depois deste momento de tensão entre os líderes do PAIGC e as autoridades de Conacri, com algum armamento e vários quadros militares já formados na China, o movimento tinha agora de avançar para o conflito armado, como aconteceu com o ataque ao quartel de Tite. Em Janeiro de 1963 começa a luta armada nas frentes Sul e de Leste, a partir da Guiné-Conacri (a abertura da frente Norte seria apenas em Junho). Mas o primeiro momento decisivo para o PAIGC, no plano militar, acabou por ser a batalha da ilha do Como, já nos primeiros meses de 1964.

Essa operação militar teve como objectivo a conquista do controlo do Sul da Guiné, como explica Aristides Pereira, que salienta a debilidade logística e a falta de efectivos militares naquela ilha. No entanto, foi possível resistir durante 75 dias ao bloqueio naval, então apoiado pela infantaria e a aviação portuguesas. “Apesar de a direcção do partido ter dado ordens às mulheres e aos velhos para que se retirassem da ilha, quase toda a população tomou resolutamente a decisão de apoiar de forma activa os combatentes. A resistência tenaz dos guerrilheiros e as perdas humanas e materiais obrigaram as tropas coloniais a abandonar a ilha do Como.”<sup>26</sup> Foi, para o PAIGC, um “balão de ensaio” para confrontos futuros, e uma forma de angariar um maior prestígio e solidariedade internacionais.

Por outro lado, foi a primeira vez que o PAIGC se viu obrigado a abandonar as táticas de guerrilha para entrar em confronto directo com cerca de 3000 militares portugueses, o que representou “um ponto de viragem na guerra”, como considerou Patrick Chabal. Para este

---

<sup>24</sup> Cabral, 1984, p.140

<sup>25</sup> Cabral, 1984, p. 144

<sup>26</sup> Pereira, 2002, p. 172

historiador, há um antes e um depois dos confrontos na ilha do Como, tal como há duas fases distintas nesta guerra, a primeira entre esta altura e 1969 e a segunda até ao final dos confrontos em 1974.

“Até 1969 a ênfase era colocada na consolidação do poder nas zonas libertadas e na extensão da guerra a todas as partes do território. A partir de 1969 os portugueses já sabiam que não podiam ganhar a guerra por meios militares. A ocupação do país foi reduzida às principais cidades e a campos fortificados, cuja manutenção dependia inteiramente do abastecimento aéreo.” Mais: “Depois de 1969, o PAIGC concentrou os seus esforços na reconstrução das zonas libertadas e na criação de uma nova ordem social.”<sup>27</sup>

A Operação Tridente, como ficou conhecida a batalha que começou na ilha do Como a 14 de Janeiro de 1964 e que implicou também operações nas ilhas de Caiar e Catungo, acabou por prolongar-se até 24 de Março. Juntou forças do Exército, da Marinha e da Força Aérea numa região considerada importante para as autoridades portuguesas porque, a partir dali, os guerrilheiros poderiam lançar operações sobre o continente e dificultar a navegação para o Sul do território. A missão foi liderada pelo tenente-coronel Fernando Cavaleiro, que tinha como objectivo expulsar os cerca de 400 guerrilheiros que lá se encontravam, comandados por João Bernardo “Nino” Vieira. Portugal acabou por não conseguir retomar o controlo da ilha, e enquanto os confrontos decorriam, o PAIGC realizava também o seu primeiro congresso no interior do território, um dos momentos mais tensos e decisivos da vida do partido.

O encontro começou a 13 de Fevereiro em Cassacá, a sul do rio Geba e próximo do Como, e prolongou-se por cinco dias. Ainda que tivesse sido convocado sob algum secretismo quanto ao que seriam os objectivos de Cabral, a verdade é que, em cima da mesa, estava um intenso debate sobre a reestruturação do partido e a condenação dos abusos que estavam a ser cometidos por militantes em nome da luta de libertação.

“A inesperada vaga de adesão social à guerrilha provocou alguns problemas de disciplina e controlo interno, com a emergência de ‘chefias locais’ autónomas e tensões étnicas significativas”, adianta o historiador António Costa Pinto.<sup>28</sup>

Durante esses dias, Amílcar Cabral ouviu inúmeros relatos sobre atrocidades que estavam a ser cometidas. “Os abusos dos guerrilheiros sobre a população civil foram denunciados e corrigidos, com a detenção de muitos chefes, alguns dos quais seriam mesmo executados sumariamente.”<sup>29</sup>

---

<sup>27</sup> Chabal, 1983, p.90

<sup>28</sup> Pinto, 2001, p.62

<sup>29</sup> Gomes, Afonso, v.5, 2009, p.102

Chegava ao fim a primeira parte da luta de libertação do PAIGC. A partir de agora a guerrilha dava lugar às Forças Armadas Revolucionárias do Povo, cuja actuação seria combinada com as dos destacamentos guerrilheiros de cada aldeia. Decide-se ainda que serão criadas instituições próprias de educação, justiça ou outros serviços sanitários e económicos e, a nível político, é constituído o Comité Central composto por 65 membros divididos em sete áreas: Negócios Estrangeiros; Segurança; Economia e Finanças; Acção Política nas Forças Armadas; Controlo Político das Forças Armadas e do Partido; Secretariado de Formação Política e Organização do Partido entre as Massas. Por detrás desta reestruturação ficava, claro está, a necessidade de travar as atrocidades cometidas por militantes do partido nos primeiros anos de crescimento da organização que acabaram por ser marcados por uma certa anarquia.

As decisões do congresso de Cassacá “levaram à criação dos comités de Tabanca e de Zona, à formação de tribunais populares e à instalação de escolas e hospitais”, recorda Aristides Pereira.<sup>30</sup> Mas na base da reunião, como foi referido, estavam os abusos cometidos. “Numa digressão que Luís Cabral fez a Quitafine, no Sul da Guiné, houve gente que se encheu de coragem e lhe deu conhecimento de comportamentos condenáveis da parte de certos responsáveis que cometiam desmandos e abusos de poder, que iam desde o consumo exagerado de bebidas alcoólicas e castigos corporais até ao abuso sexual e fuzilamento de populares”, refere Pereira. “Esses crimes estavam a provocar uma desconfiança cada vez maior em relação ao PAIGC e à sua direcção.”<sup>31</sup>

Cabral foi intransigente e ordenou a detenção dos considerados culpados. “Aqueles que resistiram ao PAIGC pela força das armas foram mortos”, recorda Patrick Chabal.<sup>32</sup> “O resultado imediato do congresso de Cassacá foi uma purga a todos os líderes do partido que, na perspectiva de Cabral, tinham abusado da sua autoridade e falhado no desempenho das políticas do partido quanto à mobilização. A conquista crucial do congresso foi este decisivo, senão brutal, combate à tendência militarista e reposição da supremacia política no partido.”

O congresso de Cassacá marcou então uma forte transição no partido, que deixa de ser uma organização dispersa para se tornar num partido hierarquizado e disciplinado, bastante mais politizado. Pouco após a sua realização, já em Maio, e muito provavelmente em resultado do fracasso militar no Como, Salazar substituiu o governador da Guiné, Vasco Rodrigues, e o

---

<sup>30</sup> Pereira, 2002, p. 20

<sup>31</sup> Pereira, 2002, p. 172

<sup>32</sup> Chabal, 1983, p.79

comandante militar, Louro de Sousa. De Lisboa viria Arnaldo Schultz, ex-ministro do Interior e um homem forte do regime salazarista, para se ocupar destes dois cargos.

Terminado o congresso e os confrontos no Como, prosseguem, em Junho, os contactos diplomáticos do PAIGC. Amílcar Cabral encontrou-se com o Presidente senegalês Léopold Senghor e este acabou por defender em conferência de imprensa que a FLING e o PAIGC deveriam unir-se para formar uma frente única. Disse ainda que o PAIGC parecia “provido de elementos mais competentes e por essa razão recebeu Amílcar Cabral”<sup>33</sup>. Estava aberto o caminho para que o PAIGC fosse reconhecido por Dacar como único representante dos nacionalistas da Guiné-Bissau e, a partir daí, passou a ser também autorizada a passagem por território senegalês de armamento destinado ao PAIGC.

Em resultado do treino recebido na Argélia, Checoslováquia, Rússia e China, o PAIGC começava também a melhorar as suas técnicas de emboscada e já actuava com grande à-vontade do Sul do território. Em Novembro foi aberta uma nova frente de confrontos, a Leste. O partido já contava, em 1965, com um apoio mais consolidado das autoridades de Dacar e de Conacri. E foi nessa altura que o cineasta francês Mario Marret realizou um filme sobre o PAIGC – “Lala Quema (Lala em Fogo) –, que acabou por ser exibido em Conacri e Dacar.

Uma comissão da Organização de Unidade Africana (OUA) deslocou-se às regiões libertadas da Guiné-Bissau, já no Verão de 1965. Composta por dez delegados militares, vindos dos Camarões, Mauritânia e Serra Leoa, a missão foi acompanhada por Luís Cabral e teve como objectivo avaliar a capacidade militar do PAIGC e compará-la à da FLING.<sup>34</sup> Como resultado, em Outubro a OUA reconheceu o PAIGC como legítimo representante do povo da Guiné-Bissau.

Nesse ano chegou também a primeira ajuda de Cuba, armamento e instrutores. Amílcar Cabral deslocou-se a Havana, em Janeiro de 1966, para a I Conferência de Solidariedade Tricontinental. Encontrou-se com Fidel Castro e, a partir daí, Cuba passa também a fornecer assessoria militar e ajuda médica.

Um protocolo para resolver problemas entre o PAIGC e as autoridades senegalesas é entretanto estabelecido com o Presidente Senghor, em Março. Tinha então havido confrontos entre membros do PAIGC e das FLING, e havia também suspeitas da ligação de alguns elementos do PAIGC ao Partido Africano da Independência do Senegal (PAI), que pretendia a independência da região senegalesa de Casamansa. Não ser confundido com esse movimento,

---

<sup>33</sup> Gomes, Afonso, v.5, 2009, p.52

<sup>34</sup> Gomes, Afonso, v.6, 2009, p.55

para poder cair nas boas graças do governo de Senghor, tinha sido uma das razões que levava o movimento de Cabral a alterar a sua sigla inicial PAI para PAIGC.

“A principal preocupação do governo senegalês era que não se armazenassem armas no seu território e que estas não se desviassem para as organizações antigovernamentais de Casamansa”<sup>35</sup>, salienta o historiador Joseph Sanchez Cervelló. Esse acordo, que resultou de um longo encontro entre Amílcar Cabral e Senghor, possibilitou as operações do PAIGC na região de Ziguinchor, onde viria a ser criado o Lar do Combatente, que acolhia guerrilheiros de passagem e funcionava como hospital de apoio naquela frente.

Entretanto, um grupo de desertores portugueses testemunhou em Junho perante a Comissão de Descolonização da ONU, em Argel, e no mês seguinte realizou-se uma nova reunião do CONCP, desta vez em Brazzaville, com a presença de Agostinho Neto, Amílcar Cabral e Agostinho dos Santos.

Uma nova vitória para o PAIGC, em termos de propaganda internacional, foi conquistada em Setembro, quando o filme “Levanta-te Negro”, de Piero Nelly, sobre as actividades do partido, ganhou o 2º prémio do Festival de Veneza.

Em 1967 a situação militar agravava-se para as forças portuguesas. Dos cerca de 1000 militares presentes no território no início da década passou-se agora para cerca de 25.000. “Schultz não conseguiu coordenar a actuação do Exército com a Marinha e a Força Aérea e, em 1967, havia uma certa desmoralização entre as suas unidades pelo aumento contínuo da potência de fogo da guerrilha, pois o PAIGC melhorou a disciplina dos seus efectivos e estabeleceu um novo organigrama mais efectivo”<sup>36</sup>, sublinham Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes. Desde 1966 tinha sido criado um Conselho de Guerra que punha o controlo das várias frentes nas mãos dos principais dirigentes. Aristides Pereira e Nino Vieira no Sul, Luís Cabral e Chico Mendes no Norte, Osvaldo Vieira e Pedro Pires no Leste.

Com a estratégia de Schultz a fracassar, o governo português opta por nomear um novo governador e comandante-chefe da Guiné, o então brigadeiro António de Spínola, que tomou posse a 20 de Maio de 1968. Dois meses antes, em Fevereiro, o Presidente Américo Thomaz tinha estado de visita à Guiné e a Cabo Verde e o PAIGC atacara o aeroporto de Biassalanca, a 10 quilómetros de Bissau.

Spínola irá levar a cabo uma política de promoção social para diminuir o apoio das populações ao PAIGC, mas tinha consciência de que aquela guerra não poderia ser vencida por meios militares e necessitava de uma solução política. Quando voltou a Lisboa em

---

<sup>35</sup> Joseph Sanchez Cervelló em: Gomes, Afonso, v.7, 2009, p.110

<sup>36</sup> Gomes, Afonso, v.8, 2009, p.104

Novembro, já com Marcelo Caetano no poder, pediu em Conselho Superior de Defesa Nacional um reforço de 10.000 homens, mas de regresso a Bissau terá deixado clara a sua opinião. “Reuniu todos os oficiais para lhes dizer que não lhes pedia que ganhassem a guerra, mas apenas que não a perdessem, já que a solução do conflito era política e não militar e só era necessário tempo para procurar uma saída negociada”<sup>37</sup>, recordam Carlos Matos Gomes e Aniceto Afonso. Apesar da sua política “Por uma Guiné melhor”, Spínola chega à Guiné numa altura em que o PAIGC dispunha já de grande liberdade operacional e bases nos países vizinhos.

O ano de 1970 viria a ser marcado por uma importante vitória diplomática do PAIGC que, como veremos, foi noticiada pela imprensa internacional: o Papa Paulo VI recebeu representantes dos movimentos de libertação. Mas este seria também o ano da Operação Mar Verde em que se deu a invasão portuguesa da Guiné-Conacri.

As relações do PAIGC com o Senegal tinham-se tornado mais tensas devido a dificuldades de relacionamento com as populações locais na região de Casamansa. Alguns elementos do PAIGC chegaram a ser detidos, mas acabaram por ser libertados pouco depois devido à intervenção de Amílcar Cabral. Numa reunião com as autoridades senegalesas ficou determinado que os guerrilheiros do PAIGC não poderiam andar fardados ou armados na região de Casamansa. Apesar disso, Senghor mantinha o seu objectivo de encontrar uma solução e mediar o diferendo com as autoridades portuguesas, o que o levou a receber, em Fevereiro, uma insólita delegação portuguesa composta por um inspector ultramarino e um homem da PIDE, Alexandre Ribeiro da Cunha e Matos Rodrigues.

Em Abril, os majores Passos Ramos, Pereira da Silva e Magalhães Osório morrem na zona de Teixeira Pinto, quando seguiam desarmados para um encontro com comandantes do PAIGC. Estes majores “estavam envolvidos numa longa e difícil operação de aliciamento de comandantes do PAIGC para os levarem a apresentar-se às autoridades portuguesas com os seus homens e esta seria a última das reuniões”, adiantam Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes. “Foram recebidos a tiro pelos seus interlocutores e os seus corpos deixados no local da emboscada. Este assassínio marcou o fim trágico da Operação Chão Manjaco, lançada por Spínola, que previa a integração da guerrilha nas Forças Armadas Portuguesas.”<sup>38</sup>

A morte dos majores foi um duro golpe para as pretensões de Spínola, mas também um reflexo de divisões no PAIGC, onde alguns elementos pareciam dispostos a negociar. Luís

---

<sup>37</sup> Gomes, Afonso, v.8, 2009, p.107

<sup>38</sup> Gomes, Afonso, v.9, 2009, p.30



Cabral considerou, no entanto, que o que aconteceu foi “a tentativa mais descarada de corrupção de responsáveis do partido.”<sup>39</sup>

O PAIGC, bem como os vários movimentos de libertação nas colónias portuguesas, acabou por poder regozijar-se, a 1 de Julho, com o encontro de Paulo VI com Amílcar Cabral, o angolano Agostinho Neto e o moçambicano Marcelino dos Santos, que para Aristides Pereira representou “um duro golpe nas pretensões coloniais portuguesas, cujas autoridades tentaram a todo o custo minimizar”.<sup>40</sup>

A ideia do encontro terá partido da activista italiana Marcella Glissanti, que Amílcar Cabral conheceu em Paris. Naquela altura os líderes dos movimentos de libertação estavam em Roma para a Conferência de Solidariedade com os Povos das Colónias, organizada por três centrais sindicais ligadas ao Partido Comunista Italiano. De alguma forma, a ideia terá sido atenuar as resistências de países ocidentais em relação aos nacionalistas conotados com movimentos comunistas. “Este encontro foi tanto mais importante quanto se sabe da secular aversão da Igreja Católica a tudo o que pareça comunismo”<sup>41</sup>, considera António Tomás.

A recepção ocorreu na sala dos Paramentos, onde habitualmente são recebidos embaixadores, e durou dez minutos, dos mais significativos para a luta diplomática dos movimentos de libertação das colónias portuguesas. Paulo VI ofereceu uma cópia da sua mais recente encíclica e despediu-se a dizer “eu rezo por vós.” Era uma mensagem importante para os católicos de todo o mundo, sobretudo para os portugueses. Na conferência de imprensa que se seguiu à audiência, Cabral sublinhou a esperança de que aquele momento “pudesse levantar problemas morais aos católicos portugueses que até ali tinham dado apoio à guerra colonial.”<sup>42</sup> Em Portugal, claro, o gesto do Vaticano foi considerado hostil e deteriorou a relação entre a Santa Sé e o regime do Estado Novo.

Quatro meses depois, a 22 de Novembro, é levada a cabo a partir da Guiné-Bissau uma das operações que mais repercussão teve para Portugal e para o PAIGC, considerada um enorme falhanço militar de Spínola, um “tiro no escuro”, como lhe chamam Carlos Matos Gomes e Aniceto Afonso.

A Operação Mar Verde, preparada por Portugal em colaboração com opositores ao regime de Sékou Touré da Front National de Libération Guinéen (FNLG) e com o apoio dos serviços secretos franceses, tinha como objectivo depor o regime guineense e substituí-lo por outro mais colaborante com Portugal, destruir as bases do PAIGC, assassinar ou deter Amílcar

---

<sup>39</sup> Cabral, 1984, p. 395

<sup>40</sup> Pereira, 2002, p. 183

<sup>41</sup> Tomás 2007, p. 248

<sup>42</sup> Tomás 2007, p. 250

Cabral (Spínola garantiu em declarações posteriores que o queria vivo) e libertar os prisioneiros do PAIGC. De todos os propósitos, só este último acabou por ser alcançado.

A operação terá começado a ser planeada pouco após a morte dos três majores em Teixeira Pinto, ainda que houvesse contactos anteriores entre a PIDE e membros da oposição ao regime de Conacri. “O plano foi iniciado em 1969 com a proposta do comandante Alpoim Calvão de destruir as lanchas torpedeiras do PAIGC e da Guiné-Conacri, assim evitando que elas pudessem atacar navios e embarcações portuguesas.”<sup>43</sup>

A missão terá sofrido, a partir de então, uma espécie de efeito de bola de neve. Das lanchas ter-se-á passado para a destruição de aviões militares de Conacri, depois pelo próprio assalto à residência presidencial, a morte de Touré e todos os objectivos que tinham como alvo o PAIGC.

Alpoim Calvão garante a Spínola de que a operação seria viável e vem a Lisboa convencer Caetano. A luz verde é dada, mas a operação previa-se bastante complicada. Seria sempre um golpe de Estado num país estrangeiro promovido por Portugal, e isso teria consequências. Os opositores guineenses teriam de ser treinados na Guiné-Bissau com algum secretismo, o que já tinha sido feito na ilha de Soga. Finalmente, impôs Caetano, era necessário que a intervenção fosse portuguesa mas sem que disso fossem deixados vestígios em Conacri.

É assim que, a 19 de Novembro, desembarcam da ilha de Soga quatro lanchas de fiscalização e uma de desembarque que levavam a bordo cerca de 200 homens da FNLG e que, com ajuda de um avião da Força Aérea, conseguiram aproximar-se de Conacri.<sup>44</sup> Um dos grupos atingiu o quartel da guarda republicana e libertou os presos portugueses, mas a retirada acaba por acontecer sem que qualquer outro objectivo fosse atingido. “No plano político a operação resultou num estrondoso fracasso. Sékou Touré continuou no poder, Amílcar Cabral não foi aprisionado ou abatido e a União Soviética teve com este ataque o pretexto para instalar uma base naval no golfo da Guiné.”<sup>45</sup>

Chegou a ser lançada uma chuva de obuses sobre a casa de Amílcar Cabral (em Conacri), que afinal estava na Bulgária – o que terá escapado aos serviços de informação portugueses –, mas a segunda mulher do secretário-geral do PAIGC, Ana Maria, contou ao jornalista José Pedro Castanheira que ela e os filhos escaparam por pouco, ao apagar a luz rapidamente e sair pelas traseiras<sup>46</sup>.

---

<sup>43</sup> Gomes, Afonso, v.11, 2009, p.84

<sup>44</sup> Gomes, Afonso, v.11, 2009, p.86

<sup>45</sup> Gomes, Afonso, v.11, 2009, p.88

<sup>46</sup> Castanheira, 1999, p. 65

Para que os navios envolvidos na operação não fossem abatidos, um dos objectivos primordiais era a destruição dos aviões MIG 21 da República da Guiné, o que acabou por também não ser conseguido. Para além disso, “ao contrário do que os portugueses julgavam, estes aviões não se encontravam em condições de combater.”<sup>47</sup> A União Soviética, responsável pelo fabrico dos MIG, tinha atrasado o fornecimento de munições e também ainda não havia na Guiné-Conacri pilotos com treino suficiente para os fazer descolar.

Grande parte do falhanço da operação ficou a dever-se, portanto, a erros dos serviços de informação, aliás reconhecidos pelo então chefe da delegação da PIDE/DGS em Bissau, Matos Rodrigues. “O culpado das falhas fui eu. Havia uma grande dificuldade no trabalho de informação. A tropa nunca teve um serviço de informações a sério. E na DGS não tínhamos organização.”<sup>48</sup> Matos Rodrigues acabou por ser responsabilizado pelo desastre da operação e é substituído por Fragoso Allas. E Portugal acabou por ser condenado no Conselho de Segurança da ONU por ingerência num país estrangeiro.

“Todavia, a tresloucada aventura portuguesa daria a Sékou Touré, conhecido por inventar complôs para se livrar dos indesejáveis no seu governo, uma justificação soberana para desencadear um dos maiores actos de barbaridade de que a Guiné-Conacri tem memória”, sublinha António Tomás<sup>49</sup>. Depois de criado um Tribunal Revolucionário, Touré terá mandado prender cerca de 5000 pessoas, emitindo 62 condenações à pena capital e 68 a prisão perpétua. “Várias pessoas foram enforcadas e queimadas vivas, incluindo ministros em exercício, e o ditador não se coibiu de mandar matar mulheres e filhos de opositores reais ou imaginários.”<sup>50</sup>

Já em Janeiro de 1971 Amílcar Cabral viajou para a Suécia e a União Soviética. Do governo sueco obteve apoio para transportes, saúde e material escolar, enquanto na Rússia lhe foi garantida mais ajuda militar.<sup>51</sup> Os esforços diplomáticos do PAIGC prosseguem com a participação, em Julho, na cimeira da OEA realizada em Adis Abeba. Aí, Cabral reitera a sua intenção de proclamar unilateralmente a independência, apesar de não fechar as portas a negociações com Portugal.

No final do ano, a 6 de Dezembro, o Comité de Descolonização da ONU aprova uma resolução de apoio à independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde, e alguns dias depois a 26ª Assembleia Geral da ONU decide que será feita uma visita às zonas que o PAIGC considera

---

<sup>47</sup> Tomás 2007, p. 234

<sup>48</sup> Castanheira, 1999, p. 65

<sup>49</sup> Tomás 2007, p.236

<sup>50</sup> *idem, ibidem*

<sup>51</sup> Gomes, Afonso, v.12, 2009, p.101

libertadas. A delegação será presidida pelo diplomata equatoriano Horácio Sevillas-Borja e composta pelo sueco Folke Lofgren e o tunisino Kamel Balkhiria, acompanhados pelo fotógrafo Yutaka Nagata e o funcionário da ONU senegalês Cheikh Gayet. Será mais um golpe para as autoridades portuguesas, que chegam a negar que os enviados da ONU tenham estado em território da Guiné-Bissau.

Autorizada pela ONU em Fevereiro, a visita começa em Abril, dia 2. Prolonga-se por uma semana e resulta num relatório em que é referido o investimento do PAIGC na área do ensino, bem como na saúde, justiça e economia, para além da preparação de uma assembleia nacional.<sup>52</sup> A opinião dos membros da delegação da ONU desempenhou um papel importante na aceitação do que já era previsível, a declaração unilateral da independência.

“Durante os cinco dias e seis noites que permaneceram na Guiné-Bissau os membros da missão da ONU percorreram a pé (sobretudo de noite) cerca de 200 quilómetros, visitando nove localidades”, sublinha o jurista António Duarte Silva<sup>53</sup>. No relatório da ONU é também sublinhada a devastação causada pelas acções de Portugal, nomeadamente através do uso de napalm. E é referido que o PAIGC controla entre dois terços e três quintos do território, com um forte apoio da população.

Spínola continua entretanto a procurar uma solução para o conflito, desta vez através de um encontro com o Presidente senegalês Léopold Senghor, a 18 de Maio. Este apresenta-lhe a sua proposta. “O plano previa três etapas, um cessar-fogo a que se seguiriam negociações sem qualquer preâmbulo; um período de autonomia interna da Guiné-Bissau cujas modalidades, limites e prazos seriam livremente discutidos, durante uma conferência constitucional que reuniria de um lado os representantes do governo português e, do outro, os de todos os movimentos políticos da Guiné-Bissau; por fim a independência seria concedida numa perspectiva de uma comunidade luso-africana que nada excluiria *a priori*.”<sup>54</sup>

O governo de Lisboa, no entanto, reprova esse plano e acaba por dar ordens a Spínola para que termine os contactos. Caetano estaria mais disposto a aceitar uma derrota militar no terreno do que a ceder no plano político.

Em Outubro a Assembleia Geral da ONU reconhece o PAIGC como legítimo representante do povo da Guiné-Bissau e Amílcar Cabral anuncia, para breve, a criação de uma nação independente. Nas zonas libertadas decorria já a eleição de uma Assembleia Nacional Popular.

---

<sup>52</sup> Gomes, Afonso, v.13, 2009, p.20

<sup>53</sup> Silva, 1997, p.97

<sup>54</sup> Gomes, Afonso, v.13, 2009, p.33

O processo eleitoral implicou a eleição de 273 conselheiros regionais que depois elegeram os seus representantes na Assembleia Nacional Popular de 120 membros, na qual 80 elementos resultaram da eleição da população e 40 saíram dos quadros do partido. A missão da assembleia seria, posteriormente, proclamar a independência, criar uma constituição e órgãos executivos.

O escrutínio levaria o congressista norte-americano Charles Diggs, considerado o mais próximo de Cabral e do PAIGC, a escrever ao Presidente Nixon a advogar o reconhecimento da independência porque estavam reunidas três condições de soberania: território, população específica e uma máquina administrativa capaz de realizar um acto eleitoral.<sup>55</sup> Nas eleições, 97,1 por cento dos cerca de 87 mil eleitores manifestaram-se a favor dos candidatos apresentados para a formação da Assembleia Popular. “Não houve outro exemplo, na história das revoluções e das lutas de libertação, de promoção de eleições por um partido – que detinha a legitimidade histórica –, antes de assumir formalmente o poder de um Estado que ele próprio vinha formando.”<sup>56</sup>

É assim que chegamos a 1973: eleições feitas, reconhecimento da ONU, o PAIGC a controlar grande parte do território e as autoridades portuguesas quase confinadas a Bissau. A declaração de independência parecia tão próxima, agora que a guerra se prolongava há 10 anos. Até que os ventos da história sopram por instantes em sentido contrário e o PAIGC vive o dia mais negro da sua existência.

São cerca das 23 horas de 20 de Janeiro de 1973. Amílcar Cabral, acompanhado da mulher, Ana Maria, prepara-se para estacionar o carro junto à sua casa em Conacri. Um jipe está parado ali e do veículo saem homens armados, incluindo o guineense e antigo comandante da Marinha do PAIGC, Inocêncio Cani, que terá tentado, sem sucesso, obrigar o secretário-geral do partido a acompanhá-lo. Cabral tenta convencê-lo a negociar nos escritórios do partido. “A resposta é uma rajada de metralhadora automática na direcção da cabeça de Amílcar Cabral, disparada por Inocêncio Cani, que o deixa sem vida.”<sup>57</sup>

Aristides Pereira estava nas instalações do partido e foi amarrado e colocado numa lancha por um segundo grupo liderado por Mamadou D’jai, “supostamente com rumo a Bissau para ser entregue ao general Spínola”, refere António Tomás. E outro grupo, chefiado por João Tomás Cabral, liberta na prisão do partido Mamadou Touré e Aristides Barbosa. “Cumprida esta missão, o grupo divide-se em dois: um primeiro, chefiado por Momu [Mamadou Touré], vai

---

<sup>55</sup> Tomás 2007, p. 260

<sup>56</sup> Silva, 1997, p.126

<sup>57</sup> Tomás 2007, p. 274

ao encontro de Sékou Touré, enquanto um segundo vai reforçar os outros que tinham a missão de prender todos os *brumedjos* (cabo-verdianos e guineenses mestiços).<sup>58</sup> O funeral de Amílcar Cabral realiza-se pouco depois no estádio 28 de Setembro, em Conacri, perante cerca de 20 mil pessoas e 680 delegações estrangeiras.

O assassinio foi o resultado de vários interesses externos e querelas internas, deu origem a teses e questões ainda por clarificar. Sem a pretensão de trazer qualquer dado novo sobre a questão – a investigação mais exaustiva que até hoje foi feita sobre este crime é da autoria do jornalista José Pedro Castanheira –, e correndo o risco de simplificar demasiado, pode dizer-se que as divisões internas do partido entre guineenses e cabo-verdianos foram um factor determinante. E depois, claro, as suspeitas recaem também sobre a PIDE enquanto polícia política e serviço de informações, sobre o próprio Spínola (que negou por diversas vezes qualquer envolvimento), ou até sobre Sékou Touré, que chegou a receber no seu palácio os autores do crime, estaria descontente com o protagonismo de Cabral e sonharia com as Guiné unidas num só país.

“São fortes os indícios de que apontam para o envolvimento da ditadura colonial no assassinio de Amílcar Cabral”, sublinham Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes. No entanto, adiantam, “a dimensão do golpe revela também a necessária colaboração de Sékou Touré”.<sup>59</sup> E explicam: “Primeiro, não se compreende como é que, num regime policial como o que existia em Conacri, e apesar dos tiroteios que se deram em várias zonas da cidade, não apareceram forças policiais nem militares, até Sékou Touré ter sido avisado pelo embaixador cubano, Óscar Oramas; segundo, apesar da vigilância especial que se estabeleceu nas ruas, os executores materiais do assassinio conseguiram entrar no palácio presidencial e entrevistar-se com Touré.” Foram presos logo depois, é certo, mas tiveram acesso ao Presidente da Guiné Conacri. “Terceiro, parece claro que as relações entre Amílcar Cabral e Sékou Touré sempre foram tensas, e que este tinha receio da projecção internacional do líder do PAIGC e do apoio que recebia da URSS e dos seus aliados; além disso, era partidário da criação da Grande Guiné, que deveria incluir a colónia portuguesa, como afirmaram, entre outros, Nino Vieira e Luís Cabral.”

Touré manda prender os autores materiais do crime e ordena a instauração de um inquérito internacional com a participação do moçambicano Joaquim Chissano, da Frelimo, e de vários

---

<sup>58</sup> *idem, ibidem*

<sup>59</sup> Gomes, Afonso, v.14, 2009, p.104

embaixadores. Dos interrogatórios resultam confissões. “E essas confissões, arrancadas através de tortura, deram a Sékou Touré aquilo de que mais precisava na altura: culpados.”<sup>60</sup>

O inquérito envolveu um grupo de 465 pessoas, refere o historiador Patrick Chabal. “Destas, 43 foram consideradas culpadas de terem participado no golpe, 9 por cumplicidade, e houve mais 42 suspeitos de cumplicidade.”<sup>61</sup> Continua sem se saber, no entanto, o número de acusados que terão sido executados, ainda que alguns autores, como José Pedro Castanheira, refiram que terá havido cerca de uma centena de execuções.

Os acusados pela morte de Cabral foram entregues ao PAIGC para serem julgados na Guiné-Bissau. “O partido, vivendo um momento crucial na sua história, não conseguiu encontrar a serenidade suficiente para procurar estabelecer a verdade sobre a conspiração. Todos os culpados foram mortos: uns simples e expeditamente fuzilados, outros só depois de previamente torturados, como Cani.”<sup>62</sup>

Sabe-se que o tiro foi disparado por Inocêncio Cani, e que alguns participantes no golpe tinham tido contacto com homens da PIDE, como é o caso de Mamadou Touré, que estivera detido no Tarrafal, em Cabo Verde. E entre os conspiradores estava também Aristides Barbosa, que também estivera preso no Tarrafal e fez parte de um grupo de 93 detidos postos em liberdade por Spínola em Agosto de 1969.

“A PIDE esteve envolvida noutros planos para matar Amílcar Cabral. Em Fevereiro de 1971, a delegação no Mindelo, São Vicente, disponibilizava um milhão de escudos para uma operação com esta finalidade”, sublinha o investigador António Tomás<sup>63</sup>. No entanto, adianta, “mais do que a PIDE, o que acabou por juntar estes homens [numa conspiração para matar Cabral] foi o facto de estarem todos, de uma maneira ou de outra, a contas com o partido”.<sup>64</sup> Vários dos envolvidos na conspiração tinham sido alvo de afastamento de cargos no PAIGC, acusados de traição ou corrupção.

Por outro lado, sabe-se também que a Operação Mar Verde teve como objectivo prender ou matar Cabral. E que o próprio Cabral já tinha referido, em 1972, um plano para o assassinar segundo o qual “criminosos portugueses” tinham conseguido infiltrar-se no movimento de libertação. Para Aristides Pereira, a invasão da República da Guiné, em Novembro de 1970, “fora já um aviso sério a Cabral e ao PAIGC das criminosas intenções dos colonialistas.”<sup>65</sup>

---

<sup>60</sup> Tomás 2007, p. 282

<sup>61</sup> Chabal, 1983, p.133

<sup>62</sup> Tomás 2007, p. 283

<sup>63</sup> Tomás 2007, p. 267

<sup>64</sup> Tomás 2007, p. 271

<sup>65</sup> Pereira, 2002, p. 211

Vimos então que a morte de Cabral traz ainda mais perguntas do que respostas. Aponta-se o dedo à PIDE, à facção guineense no PAIGC que queria pôr fim à liderança cabo-verdiana, a Spínola, a Sékou Touré. Após três anos de investigação, o jornalista José Pedro Castanheira considerou que “o mais provável é que na noite de 20 de Janeiro de 1973 tenham confluído várias destas quatro ‘vontades’” E explica: “Ódios e ressentimentos seculares, devida e sabiamente actualizados pela política de divisão de Spínola, levaram um vasto grupo de quadros negros guineenses do PAIGC, trabalhados pelos serviços secretos portugueses e encorajados pela corte de Sékou Touré, a promover um golpe de Estado no interior do partido: eliminar Amílcar Cabral, tomar o poder aos cabo-verdianos e mestiços e alterar a linha política do movimento.”<sup>66</sup>

Fica, no entanto, uma parte fundamental desta questão sem resposta. “Quem, entre todas estas componentes, deu o primeiro passo? Quem realmente promoveu e arquitectou a conspiração? Quem concebeu e pôs em prática o plano? Numa palavra: quem liderou?” Para Castanheira, “ainda ninguém conseguiu desvendar esta charada de forma convincente.”<sup>67</sup>

Pouco após o assassinio de Amílcar Cabral, realiza-se em Conacri a 1 de Fevereiro um simpósio de homenagem ao líder do PAIGC com a presença de cerca de 680 delegados de vários países e organizações de todo o mundo, e já em Março o governador António de Spínola volta a tentar convencer Marcelo Caetano de que seriam necessárias reformas políticas na Guiné. “Spínola percebe que Caetano não tem qualquer solução para o problema colonial a não ser a guerra e, com lealdade, diz-lho.”<sup>68</sup>

O golpe que representara para o PAIGC o assassinio do seu líder não parece ter repercussões no seu desempenho militar. Pelo contrário. Em Março de 1973, pela primeira vez, as forças portuguesas são surpreendidas pela utilização de mísseis terra-ar SAM-7 Strela. No dia 25, um avião FIAT G-91 pilotado pelo tenente português Cardoso Pessoa foi derrubado, e apesar de o piloto ter conseguido ejectar-se, sendo depois salvo por uma unidade de comandos helitransportada, o uso destes mísseis “representou o fim da supremacia aérea das forças portuguesas na Guiné”, sublinham Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes. “O aparecimento do Strela na Guiné teve um efeito devastador na moral das tropas, que deixaram de contar com a supremacia aérea que lhes garantia apoio de fogo em caso de emergência ou evacuação sanitária em caso de ferimento. Para tropas mal instruídas, com baixa moral e pouca vontade

---

<sup>66</sup> Castanheira, 1999, p. 278

<sup>67</sup> Castanheira, 1999, p. 279

<sup>68</sup> Gomes, Afonso, v.14, 2009, p.21



de combater, as limitações no apoio aéreo, rapidamente tomadas como ausência de apoio, causaram graves problemas.”<sup>69</sup>

As acções militares do PAIGC intensificaram-se nos meses seguintes. A 8 de Maio começou o ataque ao quartel de Guidage, junto à fronteira com o Senegal, e no final deste mês, dia 25, foi tomado o quartel de Guileje, no Sul do território. Desde o início da guerra que não se registavam tantas operações militares do movimento de libertação num tão curto período: mais de 200 acções em Maio de 1973. A guerra parecia cada vez mais perdida para as forças portuguesas, após os ataques do PAIGC no Norte em Guidage, no Sul em Guileje e logo depois em Gadamael, operações que, consideram Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes, “revelaram que as forças armadas portuguesas na Guiné tinham esgotado a sua capacidade de reacção e controlo do território”.

É neste contexto de algumas vitórias militares que o PAIGC organiza o seu segundo congresso nas zonas libertadas, em Fulamore, Madina do Boé. Era a primeira grande reunião de quadros do partido desde a morte de Amílcar Cabral, e nela foi eleito Aristides Pereira para secretário-geral, ainda que um outro grupo, liderado por Fidélis de Almada, fosse antes favorável à escolha de Nino Vieira. Luís Cabral torna-se secretário-geral adjunto, Francisco Mendes e Nino Vieira secretários, e é também decidido que, em breve, a Assembleia Nacional Popular irá proclamar a independência.

Em Agosto António Spínola regressa a Lisboa e é substituído pelo general Bettencourt Rodrigues. Tinha-se tornado evidente a oposição entre as negociações defendidas por Spínola com vista a uma resolução por via política do problema da Guiné-Bissau e a posição inflexível de Marcelo Caetano, que preferia uma derrota militar a uma cedência política e pretendia “resistir até à exaustão dos meios”.

Bettencourt Rodrigues estava na Guiné-Bissau há apenas três dias quando, a 24 de Setembro, o PAIGC declara unilateralmente a independência em Madina de Boé, reconhecida nos primeiros dias por 72 países, “mais do que aqueles com os quais Portugal mantinha relações diplomáticas”.<sup>70</sup>

A reunião da Assembleia Nacional Popular tinha começado na véspera, com um discurso de Aristides Pereira, diante de um enorme retrato de Amílcar Cabral e rodeado de bandeiras do PAIGC e das cadeiras colocadas numa grande clareira. O secretário-geral recordou o seu antecessor e alguns momentos da história do partido. No dia seguinte, o encontro viria a ser retomado com a leitura da Proclamação do Estado da Guiné-Bissau.

---

<sup>69</sup> Gomes, Afonso, v.14, 2009, p.28

<sup>70</sup> Gomes, Afonso, v.14, 2009, p.79

Eram 8h55. A independência do novo país é declarada, os militares desfilam, ouve-se o hino do PAIGC “Esta é a nossa pátria amada”. E ouve-se também a gravação da mensagem de Ano Novo que Amílcar Cabral dirigira aos guineenses poucos dias antes de ser assassinado, e onde explicava os planos que, naquele momento, estavam a concretizar-se: seria reunida a assembleia e decretada a independência. Assim foi, naquele dia 24 de Setembro. Cabral só não previra que já não ia estar presente na cerimónia.

Nessa reunião, a primeira da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, foi também aprovada a Constituição da Guiné-Bissau e eleito um Conselho de Estado presidido por Luís Cabral e confirmado Aristides Pereira como secretário-geral do PAIGC. Depois de lançado o convite para que a independência fosse reconhecida, não passaram muitas horas até que chegasse uma resposta positiva da República da Guiné e do Senegal, claro, mas também do Togo, Tanzânia, Nigéria, Gana, Mauritânia, Congo, Argélia, Síria, Madagáscar, Libéria e Líbia. Para Portugal, no entanto, aquele acto não passara de “propaganda”. Muitos reconhecimentos chegaram nos dias seguintes.

A Assembleia Geral da ONU reconhece a independência, a 2 de Novembro, com 93 votos a favor, 30 abstenções e sete votos contra (Portugal, Brasil, Espanha, África do Sul, EUA, Grã-Bretanha e Grécia), e 17 dias depois a Guiné-Bissau é admitida como o 42º membro da Organização de Unidade Africana.

No mês seguinte, em Dezembro, Spínola lança o livro *Portugal e o Futuro*, no qual reitera a inviabilidade de uma vitória militar e defende que seja negociada uma solução política. Os tempos que se seguiram, já se sabe, foram os que levaram à revolta dos capitães e à revolução de 25 de Abril de 1974 que derrubou a ditadura portuguesa e, claro, criou condições para negociar a independência com os movimentos de libertação. Não foi um processo linear, no entanto, apesar de rápido. Foram ainda negociações marcadas pela divergência de pontos de vista entre quem, em Portugal, preconizava o reconhecimento imediato da independência e quem, como Spínola, resistia a esse reconhecimento e acreditava ainda numa espécie de solução federativa.

Esses fascinantes dias em que o movimento dos capitães derrubou a ditadura precipitaram os acontecimentos na Guiné-Bissau. “A notícia do 25 de Abril apanhou de surpresa o PAIGC, pois as primeiras informações referiram-se ao nome do general Spínola como líder do golpe de Estado que se consumara em Portugal. Isso não impediu que algum entusiasmo tivesse levado tanto os combatentes, militantes e a própria direcção do partido a encararem a forte

possibilidade de o evento vir a significar o princípio do fim do sistema colonial português”<sup>71</sup>, recorda Aristides Pereira. Nessa altura, perante a quantidade de informação divulgada pelos órgãos de informação internacionais, o PAIGC resolveu tomar uma posição sobre o que se estava a passar com o objectivo de evitar possíveis confrontos. “Tomámos a decisão de fazer passar na Rádio Libertação editoriais e comunicados, de carácter oficioso, saudando a iniciativa daqueles que resolveram derrubar o governo colonialista em Portugal, salientando, por outro lado, a nossa fidelidade ao princípio, há muito estabelecido, de que a nossa luta não era contra o governo português, mas sim contra o regime de dominação colonial prevalecente nos nossos países”, recorda Aristides Pereira.

Logo após a revolução, a 2 de Maio, o tenente-coronel Carlos Fabião, que já tinha sido nomeado como representante da Junta de Salvação Nacional na Guiné, encontra-se em Paris com o Presidente senegalês Léopold Senghor, cinco dias antes de chegar a Bissau. Portugal defende então que seja estabelecido um acordo de cessar-fogo com os movimentos de libertação, embora houvesse divergências de posições marcadas pela resistência de Spínola à independência imediata.

O PAIGC depressa deu a conhecer as suas condições para o início das conversações, num comunicado distribuído em Argel a 13 de Maio. Pretendia, antes de mais, o reconhecimento da República da Guiné-Bissau e do direito à autodeterminação e à independência para o seu povo e para o povo de Cabo Verde.<sup>72</sup>

A 25 de Maio deu-se então início das conversações em Londres, com Pedro Pires em representação do PAIGC e o ministro dos Negócios Estrangeiros Mário Soares a liderar a delegação portuguesa, acompanhado pelo tenente-coronel Almeida Bruno e, mais tarde, pelo ministro da Coordenação Interterritorial Almeida Santos.

As negociações acabam por ser suspensas no dia 30. “Após seis dias de troca de pontos de vista, que não evoluíram significativamente, as negociações acabaram por ser interrompidas, não sem antes terem sido marcadas por pequenos intervalos solicitados pela delegação portuguesa, para fins de consulta ao general Spínola, na qualidade de Presidente da República Portuguesa”<sup>73</sup>, relata Aristides Pereira. “As divergências que se desenharam na mesa das negociações ante a inflexibilidade da delegação portuguesa, em certa medida presa das directivas do general Spínola, que de forma alguma aceitava que as negociações com o PAIGC pudessem prejudicar os seus propósitos de construção de uma ‘comunidade lusíada’

---

<sup>71</sup> Pereira, 2002, p. 242

<sup>72</sup> Gomes, Afonso, v.15, 2009, p.73

<sup>73</sup> Pereira, 2002, p. 245

em Angola e Moçambique, acabaram por ensombrar as possibilidades de obtenção, pelo menos naquele momento, de um acordo que satisfizesse ambas as partes.”

O facto de esta primeira ronda de negociações ter decorrido em Londres tornou mais fácil o acompanhamento do encontro por parte dos principais órgãos de informação internacionais, recorda Aristides Pereira. “Com a expectativa toda que se criou devido à cobertura mediática em Londres, através da BBC e de outra imprensa internacional, o acontecimento teve um grande impacte no mundo ocidental. Naqueles dias só se falava nas negociações. Quase de hora a hora, as emissões de rádio estavam a referir-se às sessões de trabalho em Londres.”<sup>74</sup>

As conversações voltaram a ser retomadas em Junho e depois em Agosto de 1974, em Argel, onde viria a ser assinado o acordo, a 26 de Agosto, que estabeleceu o cessar-fogo que já se verificava no terreno. Mas, mais do que o silenciar das armas, este acordo sela duas decisões históricas: a retirada das tropas portuguesas até 31 de Outubro e o reconhecimento da independência por Portugal a 10 de Setembro. Assim aconteceu. No dia da assinatura do acordo foi emitido um comunicado conjunto da Junta de Salvação Nacional, do Conselho de Estado e do governo provisório, no qual é referido que “Portugal reconhece solenemente a independência da República da Guiné-Bissau.”

Chegava ao fim a guerra e a luta nacionalista que acabou por ser também o reflexo das capacidades de Amílcar Cabral levar a cabo uma estratégia militar e conquistar apoios diplomáticos. Ao longo destes anos, o PAIGC recebeu apoio de vários países, dos vizinhos africanos à longínqua China ou União Soviética, passando pelos países nórdicos como a Suécia que desempenharam um papel importante de apoio aos movimentos de libertação.

Cabral chegou a viver em Rabat e a ter passaporte marroquino, em nome de um tal Mohamed Benali.<sup>75</sup> A Argélia, por outro lado, depois de ela própria se tornar independente após a violenta guerra contra a França, acabou por se tornar uma espécie de capital dos movimentos de libertação. Em 1962 passou a ser “o principal apoio dos combatentes, tendo sido por proposta do Presidente Bem Bella que, em Maio de 1963 e no âmbito da criação da Organização de Unidade Africana, foi elaborado o programa pan-africano de apoio às lutas de libertação em Angola, na Guiné-Bissau e em Moçambique”<sup>76</sup>, sublinha Dalila Mateus. O apoio centrava-se, sobretudo, na formação militar. “Amílcar Cabral, por seu lado, escalava Argel várias vezes ao ano. (...) E foi em Argel que deu as suas principais conferências de imprensa”, adianta a mesma historiadora.

---

<sup>74</sup> Pereira, 2002, p. 252

<sup>75</sup> Mateus 1999, p. 117

<sup>76</sup> Mateus 1999, p.118

Como já vimos, um dos principais apoios foi o da Guiné-Conacri, onde a direcção do PAIGC é acolhida. “As autoridades do país forneciam documentação aos dirigentes nacionalistas: a Amílcar Cabral foi dado um passaporte com o n.º 55/67, em nome do engenheiro Ousman Keita, nascido a 12 de Setembro de 1924 em Kankan, com residência em Conacri.”<sup>77</sup>

A relação com o Senegal foi inicialmente mais complicada, com restrições à actividade do PAIGC e até um apoio directo à FLING (Frente de Luta pela Independência Nacional da Guiné). “A sua ajuda ao PAIGC terá sido sempre uma ajuda controlada, vigiada. O próprio hospital de Ziguinchor [no Senegal, onde eram tratados guerrilheiros do PAIGC] terá sido várias vezes fechado pelas autoridades.”<sup>78</sup>

Alguns dos apoios mais importantes chegavam entretanto do chamado campo socialista. “A URSS é o principal parceiro dos rebeldes, quer em termos de armamento, quer de formação de quadros políticos e militares”<sup>79</sup>, sublinha José Pedro Castanheira. Cabral deslocou-se várias vezes a Moscovo, incluindo em 1967 pelos 50 anos da Revolução de Outubro, e nessa altura saudou o povo soviético, “o amigo mais fiel de todos os oprimidos”<sup>80</sup>. O fundador do PAIGC Luís Cabral viria a referir mais tarde que, no que se refere a formação militar, o partido foi ajudado por Marrocos, Checoslováquia e Argélia ou Cuba, mas “o apoio da União Soviética foi o mais importante, embora não se tivesse manifestado logo no início”.<sup>81</sup> Foi de lá, recorde-se, que chegaram os mísseis Strela, que mudaram por completo o percurso da guerra no plano militar.

De Cuba chega sobretudo formação técnica e militar, para além de médicos. “Cuba ministra formação específica a um grupo de 30 militantes cabo-verdianos, chefiados por Pedro Pires. E não só: envia para a Guiné técnicos, instrutores, médicos e mercadorias várias (açúcar, cigarros, fardas e outros equipamentos militares).”<sup>82</sup> A embaixada portuguesa em Havana acaba por informar o Ministério dos Negócios Estrangeiros português que Cabral “é apontado como o amigo predilecto de Fidel”.

O líder do PAIGC foi também recebido na China, ainda em 1960, e é neste país que se formam vários quadros militares do PAIGC, como Domingos Ramos, Osvaldo Vieira, Rui Djassi, Chico Mendes ou Nino Vieira.

---

<sup>77</sup> Mateus 1999, p.119

<sup>78</sup> Mateus 1999, p.120

<sup>79</sup> Castanheira, 1999, p.52

<sup>80</sup> *idem, ibidem*

<sup>81</sup> Mateus 1999, p. 133

<sup>82</sup> Castanheira, 1999, p.51

Finalmente, o PAIGC contou também com um forte apoio dos países nórdicos. O governo sueco de Olof Palme era o principal fornecedor de apoio humanitário, incluindo medicamentos e bens de primeira necessidade. Quando Cabral visitou a Suécia, em 1968, foi recebido pelo ministro dos Negócios Estrangeiros e deu uma conferência de imprensa na sede do Partido Social Democrata sueco a que “os meios de informação deram bastante relevo”, segundo uma nota do Ministério dos Negócios Estrangeiros português.<sup>83</sup> Algumas partes da conferência terão sido mesmo reproduzidas no programa televisivo sueco *Actualidades*. Era da Suécia que chegava material para os automóveis usados pelo PAIGC, e eram também lá impressos os livros escolares que o partido criou para as aulas nas zonas libertadas.

---

<sup>83</sup> Castanheira, 1999, p.60

## **Capítulo 2 – O acompanhamento da luta nacionalista da Guiné-Bissau pela imprensa ocidental**

### **2.1 – O contexto político e diplomático que envolvia os jornais e os jornalistas**

O acompanhamento que é feito pelos jornais e os jornalistas de determinado acontecimento é muitas vezes influenciado pelo contexto político que os envolve. Isso não significa que os jornais sejam uma caixa de ressonância alinhada com as posições oficiais – muitas vezes até acontece o contrário – ou que não haja um esforço no sentido da imparcialidade e da honestidade, sobretudo quando se trata de imprensa de referência, como é o caso do *New York Times*, *Times* e *Le Monde*.

No entanto, os jornais não podem deixar de dar destaque às posições dos líderes políticos, sobretudo do país em que se encontram, porque essa informação é relevante para entendermos as posições do país em determinada altura da sua história. São essas posições que permitem compreender as alianças, a forma como uma nação esteve mais ou menos isolada em determinada altura. Por isso é importante referir, ainda que de forma resumida, as linhas gerais do relacionamento de Portugal com os Estados Unidos, o Reino Unido ou a França durante os anos em que durou a guerra colonial.

Não podemos, antes de mais, falar de uma relação estática, mas sim de várias relações que se foram alterando ao longo do tempo e sendo mais severas ou mais complacentes para com a ditadura em Portugal. Nos Estados Unidos, por exemplo, os 14 anos da guerra colonial atravessaram três Administrações – primeiro, a de Kennedy (1961 a 1963), depois a de Lyndon Johnson (1963 a 1969), ambos democratas, e finalmente a de Richard Nixon (1969 a 1974), republicano.

No Reino Unido, o conflito nos territórios portugueses em África começou quando o governo conservador de Harold Macmillan estava no poder, mas em 1964 passou a ser o trabalhista Harold Wilson a ficar à frente dos destinos britânicos, até 1970, o que voltaria a acontecer em 1975, um mês antes da Revolução dos Cravos em Portugal. Pelo meio, entre 1970 e 1974, houve ainda o governo conservador de Edward Heath.

Finalmente, em França, os anos de 1961 a 1974 foram os da presidência de Charles de Gaulle (até 1969) e de Georges Pompidou (até 1974), que já tinha sido o chefe do governo durante boa parte dos mandatos de De Gaulle.

Estados Unidos, França e Reino Unido, para além da República Federal da Alemanha, eram três aliados muito próximos de Portugal que, com raras exceções, gozou de uma “neutralidade colaborante”, como refere o historiador António Costa Pinto<sup>84</sup>. “No campo dos aliados mais importantes, só os EUA, sobretudo durante os anos iniciais da Administração Kennedy, ensaiaram uma pressão activa para a descolonização em Angola.”

Os 14 anos da guerra colonial assumiram no palco internacional uma relevância “quase reduzida ao seu início em Angola, entre 1961 e 1962, e seguramente ao seu fim, com o 25 de Abril de 1974”, adianta Costa Pinto.

Afastada da agenda política, a guerra nos territórios portugueses em África mantinha-se também afastada das páginas dos jornais. “Subsumidas por conflitos localizados da Guerra Fria em outros continentes e, sobretudo, pela escalada do Vietname, as guerras de Portugal em África foram sofrendo um progressivo apagamento internacional em meados dos anos 60, para voltarem a gozar de algum destaque mediático, sobretudo negativo para a ditadura, na opinião pública dos países ocidentais, alguns anos depois.”<sup>85</sup>

O início da guerra colonial coincidiu com a eleição de John F. Kennedy para a Casa Branca e com uma das alturas mais complicadas para a relação de Portugal com os Estados Unidos. Há uma mudança na política dos EUA para África que deu os primeiros sinais com a votação contra Portugal na ONU, em Março de 1961, com forte repercussão em Portugal. Essa oposição norte-americana no seio da ONU deu origem, inclusivamente, a protestos em Lisboa junto à embaixada dos EUA que foram noticiados na edição de 29 de Março do *New York Times*, sublinha Luís Nuno Rodrigues no artigo “About-Face: The United States and Portuguese Colonialism in 1961”, publicado no *e-Journal of Portuguese History* no Verão de 2004.

Os manifestantes “partiram vários vidros e atiraram pedras” e o embaixador Charles Burke Elbrick apresentou um “forte protesto oral” junto do governo português, tendo obtido uma resposta do Ministério dos Negócios Estrangeiros português a referir que os protestos não puderam ser evitados porque o sentimento da população contra os EUA “era muito forte”.

O isolamento de Portugal não terá sido maior devido à importância geoestratégica para os EUA da Base das Lajes nos Açores, mas isso não foi sinónimo de um apoio incondicional, sobretudo num ano conturbado como 1961, marcado pelo início da guerra em Angola, a tentativa de golpe do general e ministro da Defesa Botelho Moniz ou o desvio do paquete *Santa Maria* por Henrique Galvão, que foram referidos pela imprensa internacional. “A partir

---

<sup>84</sup> Pinto 2001, p. 13

<sup>85</sup> Pinto 2001, p.13



de Março a embaixada norte-americana estará em contacto estreito com Botelho Moniz na sua tentativa de derrubar Salazar. Nesse mesmo mês, os EUA votaram pela primeira vez contra Portugal na ONU e os sinais de ‘mão’ norte-americana na UPA [União dos Povos de Angola] cresceram.<sup>86</sup>

O líder da UPA, Holden Roberto, era já uma figura conhecida nos círculos políticos norte-americanos e tinha tido contacto com o próprio Kennedy. O *New York Times* chega a noticiar a sua visita a Nova Iorque, a 20 de Março de 1961, referindo que esta era já a sua terceira visita aos Estados Unidos<sup>87</sup>.

Um plano preparado pela CIA, elaborado por Paul Sakwa, pretendeu criar um caminho para a descolonização de Angola e também de Moçambique, no início de 1962. De acordo com esse plano, que passou a ser designado pelo apelido do autor, os EUA iriam promover uma solução descolonizadora que implicaria a formação de partidos em 1965, depois eleições ou um referendo em 1967 e finalmente a independência em 1970, isto em troca de uma ajuda de 70 milhões de dólares a Portugal, sublinha Costa Pinto. O plano chegou a ser aprovado em Março de 1962 pelo Conselho Nacional de Segurança norte-americano, no final do mesmo ano chegaria ao fim o acordo para o uso da Base das Lajes e Kennedy pretendia resolver estas duas questões. Mas as queixas portuguesas quanto à actuação norte-americana intensificam-se e, em Janeiro de 1962, o governo português proíbe a aterragem de qualquer avião ao serviço da ONU, o que é visto como uma restrição ao uso da base nos Açores.

Em meados desse ano há sinais de moderação por parte dos EUA, que limita os contactos com Holden Roberto, e em 1963 o sub-secretário de Estado Chester Bowles acaba por apresentar uma versão mais moderada do plano Sakwa, que implicaria uma contrapartida de 500 milhões de dólares para Portugal, mas a resposta de Salazar foi peremptória: “Portugal não está à venda.”

A política norte-americana em relação a Portugal viria a mudar, mas não subitamente, e o próprio Kennedy afirmou, numa segunda fase desta relação, compreender o ponto de vista do ministro dos Negócios Estrangeiros português Franco Nogueira, num encontro que teve com este duas semanas antes de ser assassinado. “Contudo, o retorno dos americanos a uma posição mais ‘conservadora’ em questões coloniais não poderia ser repentino. Nogueira não poderia pedir a Kennedy para, depois de ter ido ‘ao topo da montanha’, descer ‘ao fundo do vale outra vez, em menos de dois anos’.<sup>88</sup>”

---

<sup>86</sup> Pinto 2001, p.17

<sup>87</sup> Rodrigues 2002, p. 105

<sup>88</sup> Rodrigues 2002, p.7

A questão da descolonização portuguesa acaba por ser remetida para segundo plano durante a Administração de Lyndon Johnson, que centra grande parte das suas atenções na escalada do conflito no Vietname. E o regime português vem a encontrar um terreno ainda mais favorável com a chegada de Richard Nixon à Casa Branca, já com Marcelo Caetano no poder. “A vitória de Nixon nas eleições presidenciais, em finais de 1968, foi vista como uma bênção por Lisboa. Republicano conservador, Nixon tinha experiência internacional e conhecia bem o problema das colónias portuguesas, tendo criticado várias vezes a política africana de Kennedy, o que prognosticava que à ‘neutralidade benigna de Johnson talvez se seguisse o apoio sem reservas.’”<sup>89</sup>

Portugal foi diversificando as suas alianças, sobretudo no período mais tenso da relação com os Estados Unidos. “Ao contrário de se encontrar ‘orgulhosamente só’ continuou a contar com o apoio político e diplomático, com a ajuda financeira e com o equipamento militar proveniente de países como a Inglaterra, a França e a República Federal da Alemanha.”<sup>90</sup>

Quanto ao Reino Unido, podemos concluir também que, ao longo da guerra colonial, as relações com Portugal não foram constantes. O historiador Pedro Aires Oliveira define-as, na sua obra *Os Despojos da Aliança – A Grã-Bretanha e a Questão Colonial Portuguesa 1945-1975*, como “uma combinação instável de complacência e distanciamento crítico”.<sup>91</sup>

A política britânica face a Portugal pode considerar-se ambivalente neste período, e se os factores de aproximação entre os dois aliados se tinham mantido fortes até ao final dos anos 50, mais tarde assiste-se a um período de contestação face à política colonialista portuguesa, que teve o seu auge com a visita de Marcelo Caetano a Londres em Julho de 1973.

Durante os anos 60 Salazar rejeitou de forma sistemática as sugestões que lhe eram feitas por Washington e Londres para aplicar o princípio de autodeterminação às colónias portuguesas. Como sublinha Pedro Aires Oliveira, Portugal defendia que não podia descolonizar porque sabia que não teria capacidade para neo-colonizar. No Reino Unido, como se sabe, a questão das colónias estava a ser resolvida de uma forma bastante diferente. “No início da década de 60, a principal preocupação dos decisores britânicos passou a ser a de encontrarem uma forma honrosa e expedita de se retirarem dos territórios onde a transferência do poder para um movimento nacionalista não apresentava problemas de maior.”<sup>92</sup>

No contexto de Guerra Fria, o Reino Unido chegou a distanciar-se das políticas coloniais do Estado Novo, embora de forma contida. “Para Londres era importante evitar sinais públicos

---

<sup>89</sup> Pinto 2001, p.31

<sup>90</sup> Rodrigues 2002, p. 320

<sup>91</sup> Oliveira 2007, p. 479

<sup>92</sup> Oliveira 2007, p. 481

de divergência que minassem a coesão da Aliança Atlântica ou que pusessem em perigo os interesses britânicos em Portugal, tanto no plano político-militar como económico.”<sup>93</sup>

Os contactos com os movimentos de libertação eram desencorajados pelo Foreign Office, ainda que, como veremos na análise de artigos de jornais, Amílcar Cabral tenha estado em Londres e dado conferências de imprensa que foram acompanhadas pelo *Times*. De qualquer forma, não se pode dizer que a atitude do Reino Unido tenha sido totalmente complacente. “Em algumas votações na ONU e, sobretudo, na aprovação de um embargo ao fornecimento de material militar susceptível de ser usado em África, os governos britânicos fizeram questão de se dissociar da política colonial intransigente de Salazar. É certo que nunca assumiram uma atitude tão abertamente crítica quanto a Administração Kennedy em 1961; mas também nunca foram tão longe como outras potências europeias (como a França ou a Alemanha Ocidental) no amparo político-militar à política colonial do Estado Novo.”<sup>94</sup>

A guerra colonial, como vimos, atravessa vários governos britânicos: primeiro o de Harold Macmillan, conservador, sucedido pelo chefe da diplomacia Alec Douglas-Home. Depois o do trabalhista Harold Wilson, de 1964 até 1970, e finalmente o do conservador Edward Heath, até 1974. É durante este último que, por via da imprensa e das denúncias sobre o massacre de Wiriamu, em Moçambique, feitas pelo padre Adrian Hastings num artigo publicado pelo *Times* em Julho de 1973, se intensifica a contestação junto da opinião pública britânica.

Esse era um caminho que já começara a ser trilhado nos anos 50 pelo jornalista Basil Davidson, sobretudo no Reino Unido. “Davidson não só deu um contributo decisivo para a demolição da imagem que a propaganda do Estado Novo tentava projectar no exterior como ajudou a ‘romantizar’ a luta travada pelos guerrilheiros marxistas na Guiné, Angola e Moçambique (ocultando muitas das dissensões e problemas com que estes se debatiam”, adianta Pedro Aires Oliveira. A influência de Davidson, acrescenta, “pode ser medida não apenas pela difusão mundial dos seus livros, reportagens e artigos de opinião (muitos deles traduzidos em várias línguas), mas também pelo estatuto de perito ‘não oficial’ para as questões relativas à África portuguesa que alcançou junto da esquerda trabalhista britânica”.

Pedro Aires Oliveira estudou as relações do Reino Unido com Portugal nos anos da guerra colonial e muito para trás disso. Nos National Archives em Londres consultou a série do *Times* entre 1945 e 1975 e sublinha que, nos primeiros dez anos deste período, o jornal apenas publicou menos de uma dúzia de artigos sobre os territórios portugueses em África. “O único

---

<sup>93</sup> Oliveira 2007, p.482

<sup>94</sup> *idem, ibidem*

artigo mais desenvolvido que o diário publicou sobre uma colónia portuguesa em África (Angola), surgiu em 21 de Junho de 1954, cerca de um mês depois de os primeiros textos de Davidson terem aparecido nas páginas do *New Statesman*, que era então o diário de maior circulação no Reino Unido.<sup>95</sup> Nessa altura Davidson tinha 40 anos “e era já um jornalista rodado, embora com pouca experiência em questões africanas”.

Dinamizador de uma conhecida associação cívica, a Union for Democratic Control, Davidson procurou compreender os desenvolvimentos políticos e sociais dos principais impérios coloniais da África subsariana e concluiu que o continente africano “estava a avançar a passos largos na direcção da modernidade capitalista e que, mais tarde ou mais cedo, esse processo iria conduzir à emancipação dos africanos em relação aos seus senhores europeus”.<sup>96</sup>

O trabalho de Davidson acabou por dar origem à obra *African Awakening*, publicado ainda em 1955, que foi referenciado pelos principais jornais de referência britânicos e tornou o jornalista numa das vozes mais influentes junto do Partido Trabalhista no que se refere a questões coloniais.

Finalmente, a contestação à guerra colonial na opinião pública britânica é também impulsionada por lorde Anthony Gifford, que vem a assinar artigos de opinião no *Times*. Era trabalhista, membro da Câmara dos Lordes e pertencia ao Comité para a Libertação de Moçambique, Angola e Guiné, que promoveu contactos entre representantes dos trabalhistas britânicos e dos movimentos de libertação. “Esses contactos não só contribuíram para a inflexão da política oficial do Partido Trabalhista para a África portuguesa a partir de meados de 1973 (num sentido mais radical), como facilitaram, um ano mais tarde, o diálogo entre o governo de Wilson e os líderes dos futuros Estados de expressão portuguesa.”<sup>97</sup>

As razões pelas quais Pedro Aires Oliveira escolheu o *Times* como fonte principal da sua investigação são aquelas que também se podem apresentar para este trabalho. “Para além de ser o jornal mais lido pela elite britânica ligada à política externa, o *Times* era, precisamente, o órgão onde até há pouco tempo o público informado do Reino Unido alimentava o debate sobre questões internacionais, tanto nas colunas de opinião como nas cartas ao director.”<sup>98</sup>

A importância deste diário britânico tornou-se evidente ainda antes de a guerra colonial começar, quando entre Março e Junho de 1960 foram publicadas várias reportagens em Angola assinadas pelo jornalista David Holden que, sublinha Pedro Aires Oliveira, “provocaram uma pequena tempestade em Lisboa”. Os textos foram publicados pouco após a

---

<sup>95</sup> Oliveira 2007, p.166

<sup>96</sup> Oliveira 2007, p.167

<sup>97</sup> Oliveira 2007, p. 486

<sup>98</sup> Oliveira 2007, p. 22

divulgação de um relatório da organização nova-iorquina American Committee on Africa muito crítico para com o governo português. As duas crónicas que se seguiram à publicação das reportagens “questionam de forma impiedosa a imagem do império português como uma experiência colonial única, fundada nos conceitos da harmonia racial”. Estas reportagens terão também representado uma viragem naquela que era a posição do *Times*. E a mudança de tom deste jornal, que até então era considerado uma espécie de órgão oficioso do governo britânico, “era de facto um mau prenúncio para o regime de Salazar”<sup>99</sup>.

No caso britânico podemos concluir que a imprensa, reflectindo em maior ou menor escala a posição oficial, não foi favorável ao regime português logo desde o início da guerra e aos ataques da UPA no Norte de Angola. “Com efeito, até um jornal como o *Daily Telegraph*, cuja orientação editorial conservadora o levava a simpatizar com a causa dos colonos brancos em África, não deixou de se referir aos genuínos sentimentos anticoloniais que haviam motivado os ataques da UPA e de reportar as perseguições movidas pela PIDE aos africanos mais instruídos e às missões protestantes radicadas no território.”

Também negativas para o regime de Salazar foram as reportagens que, nesta altura, jornais de centro-esquerda como o *Observer* e o *Guardian* conseguiram fazer em Angola, no primeiro caso, e em Lisboa, no segundo. “O primeiro, numa série de reportagens recheadas de alusões às atrocidades cometidas pelo Exército e pelas milícias portuguesas em represália contra os massacres da UPA, dava a guerra como praticamente perdida para Portugal a partir do momento em que os guerrilheiros de Holden Roberto começassem a receber o apoio regular do regime de Leopoldville [hoje Kinshasa, República Democrática do Congo]. O segundo, mais prudente, referia o paralelo entre a Argélia e Angola para sublinhar as dificuldades que Portugal enfrentaria para levar de vencida a guerrilha, mas não deixava de reconhecer que o regime fora capaz de mobilizar a população da metrópole para o esforço de guerra e que, longe de ter minado a popularidade de Salazar, a guerra parecia, pelo contrário, tê-la reforçado.”<sup>100</sup>

Vejam, por último, como neste período, e sobretudo durante a presidência de Charles de Gaulle entre 1959 e 1969, a amizade francesa foi “de uma utilidade extrema” para os interesses coloniais portugueses, como refere o historiador Daniel Costa Marcos. “A França foi um dos principais apoiantes de Portugal em duas frentes indispensáveis para os interesses do regime salazarista: com a sua cooperação nas Nações Unidas e com o apoio político e

---

<sup>99</sup> Oliveira 2007, p.173

<sup>100</sup> Oliveira 2007, p.244

militar durante o desenrolar da guerra colonial desde a sua preparação em finais da década de 1960.”<sup>101</sup>

Os ventos descolonizadores sugeridos por De Gaulle levantaram reservas ao governo de Salazar mas não terão tido consequências graves para a relação entre os dois países. “Apesar das desconfianças portuguesas, as relações luso-francesas mantiveram-se a um nível bastante distinto e solidário num palco marcante para estes dois países: as Nações Unidas. Aí, estes dois aliados continuaram a ajudar-se mutuamente, com Portugal a apoiar a França nas moções acerca da Argélia e com a França a actuar de forma a levar, por exemplo, a candidatura portuguesa ao Conselho de Segurança desta organização internacional a bom porto.”<sup>102</sup>

Como vimos, a insistência de Portugal em manter a presença nos territórios em África deteriorou as relações com a Administração Kennedy e essa ocasião terá sido aproveitada por De Gaulle. “Na verdade, o Presidente da República Francesa viu aqui a ocasião ideal para afrontar o poder norte-americano, acusando-o de falta de solidariedade para com os aliados europeus, ao mesmo tempo que procurava dificultar o aumento da influência americana no continente africano, zona que a França considerava como de sua influência.”<sup>103</sup>

Houve regras impostas quanto ao fornecimento de armas, mas isso não impediu que a França se tivesse tornado num dos principais fornecedores de armamento a Portugal. A política de De Gaulle face à Argélia ou a existência de uma grande comunidade de dissidentes do regime português em França fez, no entanto, com que os interesses dos dois países nem sempre tivessem convergido.

A França empenhava-se, também através da relação com Portugal – que lhe cedeu o acesso às bases dos Açores e a Póvoa do Varzim, com isso, a par dos EUA – em atingir o eixo anglo-americano e demonstrar a sua capacidade, enquanto para Portugal a França se tornou numa “tábua de salvação” que permitiu obter um apoio imprescindível nas questões militares, adianta Daniel Costa Marcos. A relação entre os dois países ter-se-á tornado mais “calculista e não tão voluntariosa” na segunda metade dos anos 1960. Contudo, “tanto nos palcos da política internacional como nos meandros das reuniões bilaterais, o regime salazarista viu na França uma importante aliada para a sua política externa e ultramarina numa altura em que o isolamento parecia ser irreversível”<sup>104</sup>. Essa aliança, aliás, terá sido fundamental para atrasar o processo de descolonização português e para a sobrevivência do regime de Salazar.

---

<sup>101</sup> Marcos 2007, p. 235

<sup>102</sup> Marcos 2007, p. 237

<sup>103</sup> Marcos 2007, p. 238

<sup>104</sup> Marcos 2007, p. 246

### 2.2.1 – Caracterização do *New York Times*, *Times* e *Le Monde*

Desde o início da guerra colonial até à revolução de 25 de Abril de 1974, o *New York Times*, o *Times* londrino e o *Le Monde* publicaram, cada um, várias centenas de notícias sobre Portugal e a guerra nos territórios em África. Em grande parte dos casos reproduziam pequenas notícias de agências internacionais, mas por vezes houve espaço para artigos de enviados especiais em Lisboa ou nos territórios africanos.

Os três diários eram, e continuam a ser, jornais de referência no panorama jornalístico internacional, mas enquanto o *New York Times* e o *Times* eram já jornais centenários, o *Le Monde* era um jornal de esquerda, mais recente e, certamente por se tratar de um diário francês, estava mais atento às informações difundidas pela Agence France Press (AFP).

Fundado em 1851, em Nova Iorque, o *New York Times* publicou, entre 1961 e 1975, pelo menos 413 artigos sobre Portugal e as colónias portuguesas, 172 dos quais dedicados à então designada Guiné Portuguesa. Ao longo desses anos, cerca de 30 jornalistas assinaram artigos sobre Portugal e as colónias. Benjamim Welles, Thomas Hamilton, Lloyd Garrison ou Marvin Howe são os jornalistas que mais escrevem sobre o tema na década de 60. Já nos anos 70 surgem nomes como Henry Tanner, William Borders, Thomas Johnson, Henry Giniger ou Henry Kamm.

Ao contrário do que acontece com o francês *Le Monde*, por exemplo, em que a assinatura das notícias é frequentemente a das agências AFP ou Reuters, no *New York Times* é mais comum os artigos serem assinados pelos jornalistas. E há sobretudo três anos em que o acompanhamento do que se passava na Guiné-Bissau é mais minucioso: 1963 (21 artigos), 1970 (36 artigos) e 1974 (41 artigos). Este último caso quase dispensa explicações, por ter sido o ano da revolução em Portugal e das negociações de Londres e Argel que acabaram por resultar na independência da Guiné-Bissau. A grande quantidade de artigos publicados em 1970, por sua vez, pode justificar-se com o facto de, em Novembro, a Guiné-Conacri ter denunciado uma invasão do seu território por Portugal, a Operação Mar Verde.

O *Times*, por sua vez, completara 180 anos pouco após o início da guerra colonial. Publicava-se desde 1785, em Londres, e era considerado um jornal moderado mas próximo do centro-direita e dos conservadores britânicos. Em 1922 tinha sido comprado por John Jacob Astor, tendo-se mantido na posse da família Astor até ser vendido, em 1967, a Roy Thompson, um magnata canadiano que detinha várias publicações. O *Times* acaba por integrar a empresa Times Newspapers Limited que, já em 1981, foi comprada pelo empresário Rupert Murdoch,

proprietário de várias publicações, entre as quais o *The Wall Street Journal*, mas também revistas, empresas de fornecimento de acesso à Internet ou canais de televisão como a Fox.

Entre 1961 e 1975 este jornal londrino publicou pelo menos 303 notícias sobre Portugal relacionadas com a política interna ou colonial e a situação vivida nos territórios em África. Dessas, 100 centraram-se sobretudo na Guiné-Bissau, e é sem surpresa que se verifica que o ano da Revolução dos Cravos foi aquele em que as mudanças em Portugal e nas colónias despertaram mais atenção. Em 1974 foram publicadas 81 notícias sobre Portugal, que incluíram, como dificilmente poderia deixar de ser, as negociações de Londres e de Argel. E o ano em que Portugal teve menos atenção deste diário londrino foi 1967, em que apenas foram publicadas quatro notícias.

Duas dezenas de jornalistas assinaram textos sobre Portugal no *Times*, sobretudo a partir do final dos anos 60. Ao contrário do que aconteceu no *New York Times* ou no *Le Monde*, quase não houve reportagens no território, com excepção de um trabalho publicado pelo jornalista Basil Davidson na edição de 10 de Novembro de 1967. Não passaram, no entanto, despercebidas as duas visitas de Amílcar Cabral a Londres, primeiro em Abril de 1965 e, bem mais tarde, em Outubro de 1971.

Quanto ao *Le Monde*, que nesta altura podia ainda ser considerado um projecto recente, tinha sido fundado por Hubert Beuve-Méry em 1944, logo após a II Guerra Mundial, mas era já um diário de referência mundial.

Beuve-Méry fora convencido pelo general Charles de Gaulle, que liderara a resistência à ocupação alemã durante a guerra e foi depois Presidente da França entre 1959 e 1969, a criar um jornal de referência que sucedesse ao *Le Temps*, cuja publicação terminara em 1942. Nasceu então o *Le Monde*, um jornal próximo da esquerda que acabou por ser dirigido pelo seu fundador ao longo de 25 anos. Só em Dezembro de 1969, por altura do aniversário (chegara pela primeira vez às bancas a 19 de Dezembro de 1944) é que o *Le Monde* passou a ser dirigido por Jacques Fauvet. Não voltaria a ter novo director até 1981.

De forma mais ou menos assídua, que dependia da informação disponível e da actualidade, o diário francês foi acompanhando o que acontecia em Portugal e nos territórios africanos. Em grande parte dos casos as notícias não ultrapassavam as poucas dezenas de linhas e a informação provinha de agências noticiosas, sobretudo da AFP, mas também da britânica Reuters ou das norte-americanas Associated Press (AP) e United Press International (UPI). Todos os anos eram publicadas entre 49 (1964) e 107 notícias (1970) sobre Portugal ou a situação na Guiné-Bissau. E, salvo algumas excepções, grande parte das notícias dava conta da detenção de homens da cultura como o escritor Urbano Tavares Rodrigues ou o cineasta



Manoel de Oliveira, ou de opositores ao regime como Mário Soares. Também era noticiado o conflito nas colónias, através de comunicados dos movimentos de libertação ou do governo português e de outras informações sobre a condenação internacional da política colonial pelas Nações Unidas. Por várias vezes, no entanto, os acontecimentos em Portugal mereceram um maior destaque, com reportagens ou artigos que ocupavam uma página inteira.

### 2.2.2 – O olhar sobre Portugal e o colonialismo português

Pouco após o início da guerra colonial, na edição de 19 de Março de 1961, o *New York Times* dedica um extenso artigo, de duas páginas, às colónias portuguesas em África, assinado pelo jornalista Benjamim Welles.<sup>105</sup> O jornalista começa por referir um aumento do descontentamento nas colónias mas sublinha que Portugal espera encontrar uma solução harmoniosa. “O veterano primeiro-ministro António de Oliveira Salazar tem proclamado repetidamente à sua nação e ao mundo: ‘Mantenham-se firmes! Só é preciso isso para a tempestade passar’.” Mas, acrescenta Benjamin Welles, “a tempestade não está a passar”.

O jornalista centra-se no caso de Angola e antecipa uma enorme pressão de países africanos e asiáticos para a independência. “Isso irá provocar uma reacção violenta, idêntica à que aconteceu na Argélia, dos cerca de 250.000 angolanos ligados à classe governante.” Para Welles, “uma solução intermédia inteligente pode ainda ser encontrada”.

Benjamin Welles volta a publicar um artigo no *New York Times* a 18 de Junho, não sobre a situação em Angola mas sobre a natureza do regime. “Salazar dirige um furacão”, foi o título. É dito que o ditador mantém “o pulso firme em Portugal” mas que, com a insurreição em Angola, a “sensatez dessa política” começa a ser questionada. A análise de Welles aponta para o cada vez maior isolacionismo do regime. “Aos 72 anos, e quando entra no 34º ano do seu governo, o primeiro-ministro [*sic*] e ditador vê os seus inimigos cada vez mais activos – e os aliados cada vez mais impacientes.”

As atenções, nesta altura, estão sobretudo voltadas para o que acontecera em Angola. Welles explica que cerca de mil colonos portugueses, as suas mulheres e crianças e os nativos que lhes eram leais “foram massacrados, muitas vezes em condições de revoltante brutalidade”.

---

<sup>105</sup> Welles, falecido em 2002, era filho de Summer Welles, um dos mais influentes conselheiros para a política externa do Presidente Franklin Roosevelt. Começou a trabalhar no *New York Times* como revisor em 1942, enveredou depois pela carreira de jornalista e acabou por ser correspondente do jornal em diversos países. Quando se reformou, já nos anos 80, passou a colaborar com a Administração Reagan no Departamento de Defesa.

Como retaliação, bandos de “vigilantes” brancos “mataram 8000 nativos, de acordos com os testemunhos oficiais, 40.000 de acordo com relatórios privados”. Nesta altura Benjamin Welles era correspondente do *New York Times* em Madrid e acabou por visitar Lisboa para traçar um retrato do que se estava a passar. “Superficialmente tudo parece calmo. (...) Há turistas nas lojas do Rossio ou a nadar nas praias douradas do Estoril”, dizia.

Depois, tentou ainda explicar o sentimento de boa parte dos portugueses em relação ao regime. “Desligadas da história contemporânea pela censura imposta por Salazar, as pessoas estão confusas e não percebem por que é que aliados como os Estados Unidos, o Reino Unido ou a França não apoiam fervorosamente a política portuguesa em relação a Angola. Pensam que estas grandes potências os estão a trair. E estão gratos – senão mesmo orgulhosos – pelo facto de a África do Sul e a Espanha, pelo menos, os apoiarem, mas não perceberam o que correu mal.”

A 12 de Novembro de 1961 há eleições em Portugal, e dois dias depois o *Times* londrino noticia que, apesar dos apelos à abstenção, os dados oficiais referem que 70 por cento dos eleitores registaram o seu voto. Os dados oficiais, no entanto, valem o que valem tendo em conta o regime e as restrições impostas para que se pudesse votar, o que punha em causa a universalidade do sufrágio.

Segundo o Ministério do Interior, no entanto, a participação em Lisboa foi de 60,9 por cento, 67,8 por cento no Porto e entre 67,7 e 90 por cento noutras cidades. Isto, diz o *Times*, apesar dos apelos à abstenção do opositor Henrique Galvão e dos panfletos deixados pelo clandestino Partido Comunista em muitas caixas de correio.

No ano seguinte, já em Novembro de 1962, é apresentado o orçamento anual pelo ministro das Finanças, Pinto Barbosa, que o *Times* define como “um orçamento de guerra destinado a suportar a campanha em Angola”. O ministro terá salientado que não se podiam abrandar os esforços para “defender a população e a integridade do território”, e o diário londrino referiu que também os custos da Defesa em Moçambique e na Guiné eram elevados.

Antes do final de 1962 chegam ainda de Lisboa notícias sobre uma remodelação governamental levada a cabo por Salazar. São nomeados seis novos ministros, três secretários de Estado e seis subsecretários. Entre os novos ministros está António Peixoto Correia, um antigo governador da Guiné que vem substituir na pasta do Ultramar Adriano Moreira, “o jovem e enérgico ministro que tem sido apontado nos círculos políticos como um dos possíveis sucessores de Salazar”, como o descreve o *Times*. A pasta da Defesa é entretanto atribuída ao general Gomes de Araújo, enquanto Luiz Cunha passa a encarregar-se do Exército.

A situação começa a complicar-se para Portugal no plano diplomático. Em Junho de 1963 o *Times* publica a primeira de várias notícias que dão conta de uma batalha travada nas Nações Unidas pelos países africanos contra a África do Sul, devido ao regime de *apartheid*, e contra Portugal por não permitir a autodeterminação dos territórios em África. A pedido de 32 Estados africanos, o Conselho de Segurança é convidado a tomar uma posição sobre as duas questões.

Num texto escrito a partir de Lourenço Marques, Moçambique, um correspondente do *Times* considera que Portugal está numa corrida contra o tempo em África. O ângulo da análise foi o descontentamento e as condições de vida nos territórios, mas o jornalista recorda a censura e o facto de o diário *A Tribuna* ter sido suspenso durante vários dias, e sublinha que diversos governos africanos estão a apoiar os nacionalistas moçambicanos liderados por Eduardo Mondlane, “que não tem dúvidas sobre aceitar dinheiro de países comunistas, se vier, e sem a intenção de dar qualquer coisa em troca”. O diário britânico conclui: “O perigo para o regime em Moçambique é muito maior do que o governo pensa, ou está preparado para admitir.”

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, defende em declarações ao *New York Times* que a independência “não é a única resposta” para os problemas do continente, “nem uma garantia de paz e progresso e contra a subversão”. Num artigo publicado pelo diário norte-americano a 15 de Setembro de 1963, Franco Nogueira sublinha que Portugal continua a opor-se à resolução aprovada em Julho pelo Conselho de Segurança da ONU, que apela a Portugal para que tome medidas no sentido da autodeterminação das colónias.

Em entrevista ao *New York Times*, Nogueira pergunta onde está a estabilidade em África. “Na Costa do Marfim? Nigéria? Marrocos? Congo-Brazzaville?” Depois reitera um argumento muitas vezes usado pelo regime para justificar a política colonial: “Em toda a África independente há hoje sinais de instabilidade política, agitação, insurreição promovida por interesses estrangeiros; o continente está a caminhar para o caos.” A entrevista não está assinada e reporta a visão do regime, que não é, neste caso, contraposta com outras fontes ou informações.

Não passa despercebido ao diário norte-americano, no entanto, o facto de Franco Nogueira se ter encontrado com um grupo de nove líderes de grupos africanos, em representação de 23 países, na sala de conferências do secretário-geral da ONU, U Thant. O encontro, lê-se na edição de 18 de Outubro, foi o primeiro entre um representante do governo português e representantes dos governos africanos e teve como objectivo debater “assuntos de interesse comum”, como a partilha de informações técnicas ligadas à saúde, à agricultura e ao comércio.

Na ONU prosseguem as críticas a Lisboa, com os líderes dos países africanos a apelarem ao Conselho de Segurança e a acusarem Portugal de ter “um conceito limitado” de autodeterminação. O “porta-voz” dessa posição é o secretário de Estado da Libéria, Rudolph Grimes, para quem o argumento português segundo o qual tem sido possibilitada a autodeterminação nos territórios em África é “uma boa piada”. O encontro do Conselho de Segurança realizou-se a pedido dos representantes de 29 países africanos, que apelavam a Portugal para que reconhecesse de imediato a autodeterminação de Angola, de Moçambique e da Guiné-Bissau.

O Conselho de Segurança aprova então uma resolução para pressionar Portugal a conceder a autodeterminação, por 10 votos a favor, nenhum contra e com a abstenção da França, Reino Unido, Estados Unidos e Brasil. O jornalista Thomas Hamilton escreve então no *New York Times*, a 12 de Dezembro, que o representante da União Soviética, Nikolai Fedorenko, considerou a resolução “fraca e inadequada” e apenas votou a favor “porque foi considerada aceitável pelos 32 membros africanos que apelaram para ao Conselho de Segurança”.

O diário francês *Le Monde*, entretanto, vai também acompanhando os acontecimentos em Portugal e a guerra. Angola e Moçambique são os temas principais, ainda que a guerra na Guiné já tivesse começado há um ano. Por exemplo, o *Le Monde* não deixa de dar destaque ao facto de as autoridades britânicas terem recusado a entrada no Reino Unido do líder nacionalista angolano Agostinho Neto, fundador do MPLA, e a 14 de Fevereiro publica informações da agência United Press International segundo as quais a questão chegou a ser debatida na Câmara dos Comuns. Até que, a 18 de Fevereiro de 1964, a situação em Angola é abordada num dos raros editoriais publicados na primeira página que o *Le Monde* dedica a Portugal.

O título é simples, “Portugal e Angola”, mas no editorial, que não tem qualquer assinatura – era essa a posição do *Le Monde* e de várias outras publicações por se considerar que se trata de um género jornalístico que reflecte a posição do jornal -, é sublinhado que a insurreição em Angola já se prolonga há quatro anos. A situação é comparada à que se vivera em Argélia porque a luta pela independência naquela antiga colónia continua muito presente na memória francesa. “Cronologicamente, Angola está no ponto em que se encontrava a Argélia em Novembro de 1957”, lê-se no *Le Monde*. Mas, talvez para situar os leitores franceses, o jornal sublinha que as duas guerras são muito diferentes e que não chegam de Luanda notícias de combates “com intensidade comparável aos de Aurès ou Kabylia”.

O editorial do *Le Monde* salienta ainda que as forças nacionalistas têm registado “incontestáveis progressos” desde o início da insurreição, e que testemunhos recentes as

descrevem como “bem armadas e organizadas”. É ainda referido que parte do armamento que entra em Angola a partir da fronteira com o Congo virá de Argélia.

Sobre a posição de Portugal, o editorial do *Monde* refere ainda que, de sessão para sessão da ONU, “as resoluções têm-se tornado mais insistentes e severas”. A França abster-se nas últimas discussões sobre Angola no Conselho de Segurança, mas para o *Le Monde* Portugal está “cada vez mais ligado, na mesma reprovção, à África do Sul, onde a política de segregação racial e de repressão foram já unanimemente condenadas”.

É referida a situação de Portugal no plano internacional e a situação em Angola, mas já no último parágrafo do editorial o *Le Monde* avança com as expectativas quanto a um futuro próximo: “Sobretudo, o regime português, por razões internas, não está certo de sobreviver à independência de Angola. Tudo indica que bata contra um muro. E em tal situação a sua resistência poderá ir, contra qualquer outra razão, até consequências extremas.” A história viria a dar razão ao *Le Monde*, dez anos após a publicação deste editorial.

Salazar faz 75 anos em Abril de 1964 e está há 35 anos no poder. O *Times* aproveita a data para fazer um balanço do que se passa no país, num artigo que começa pela perspectiva do regime ao referir “a paz interna que sucedeu aos velhos dias republicanos”, o facto de Portugal não ter entrado na II Guerra Mundial ou a estabilidade financeira. Mas depois sublinha as críticas da oposição, “formada não só pelos antigos republicanos como também por um largo sector de trabalhadores e intelectuais, universitários e membros do clandestino Partido Comunista”. E acrescenta: “Dizem que os 30 anos de paz foram anos de repressão pela polícia política e censura. Dizem que deve ser dada a autodeterminação a Angola e às outras províncias ultramarinas.” A este propósito, o *Times* volta a referir a pressão feita pelos países africanos nas Nações Unidas para que Portugal dê a independência às colónias.

A situação dos territórios portugueses em África é novamente debatida na conferência dos chefes de Estado da Organização de Unidade Africana que se realiza no Cairo em Julho de 1964. Ao acompanhar o encontro, o correspondente do *Times* no Médio Oriente refere que “foi lançado o desafio de se avançar com um boicote efectivo [a Portugal]”. O tema é recorrente nos encontros da OUA, a par do regime de *apartheid* sul-africano.

Portugal é condenado pelo Comité de Descolonização da ONU a 3 de Julho por se recusar a aplicar a declaração das Nações Unidas sobre a independência dos povos. A resolução, proposta por países africanos e asiáticos, acaba por ser aprovada por 20 votos favoráveis e quatro abstenções (Reino Unido, Estados Unidos, Austrália e Itália), noticiou o *Le Monde*.

Em Setembro de 1964 o Presidente senegalês Léopold Senghor visita o Brasil e critica duramente a política colonial portuguesa e já no final do mês, dia 30, o *Le Monde* publica um

artigo, a partir de Luanda e de informações da AFP, segundo o qual o ministro dos Negócios Estrangeiros português Franco Nogueira terá feito um apelo à colaboração dos governos africanos, “e em particular aos dos países limítrofes de Angola”.

Portugal continua a defender a todo o custo a legitimidade de manter os territórios africanos. Para a jornalista do *New York Times* Marwine Howe, correspondente em Lisboa, “parece haver agora um esforço consciente para fazer o país sair do subdesenvolvimento e aproximar-se do nível do resto da Europa”. Num artigo publicado a 15 de Janeiro de 1965, a jornalista centra-se sobretudo na construção da ponte sobre o Tejo que ligaria “o norte industrializado ao soalheiro sul”. Mas o artigo não deixa de referir, também, que um dos factores de mudança foi “a irrupção do terrorismo nos territórios portugueses em África, em Angola em 1961 e na Guiné portuguesa em 1963”. O termo “terrorismo” é o mais alinhado, entre várias escolhas possíveis, com a tese oficial portuguesa, e o artigo sublinha ainda o peso da guerra para as finanças nacionais: “A despesa com a Defesa representa cerca de 45 por cento do orçamento nacional.”

Marwine Howe publica ainda outro artigo na edição de 25 de Janeiro do diário norte-americano, desta vez sobre os territórios portugueses no Ultramar, que “parecem ser ilhas de progresso e desenvolvimento económico num continente marcado pela mudança”. A fonte dessa informação é o próprio ministro Franco Nogueira, citado a dizer que o país “saiu a salvo da tempestade e virou os ventos da mudança”. Lê-se ainda que Portugal “retomou a ofensiva sobre os bandos de terroristas na Guiné nos últimos dois anos”. Os artigos são bastante positivos para Portugal e transmitem uma imagem diferente daquela que é dada por muitos outros relatos: a imagem de um país com a situação nas colónias controlada e a dar passos significativos no caminho do desenvolvimento.

A Comissão de Descolonização da ONU reúne-se em Dar es Salam, Tanzânia, em Junho de 1965, e aprova uma resolução em que apela a todos os membros da ONU para que apoiem os africanos em território dominado pelos portugueses na conquista da independência. A resolução é aprovada por 18 votos contra 2 – Reino Unido e Estados Unidos – e com a abstenção da Austrália, Dinamarca e Itália, noticia o *Le Monde*.

O ministro Franco Nogueira diz numa entrevista publicada pelo *New York Times* a 26 de Junho de 1965, ao regressar de uma visita ao Brasil e aos Estados Unidos, que os EUA “parecem ter adoptado agora uma atitude mais realista em relação às políticas do país face aos territórios africanos”. Enquanto isso, e logo no início de Agosto, Portugal propõe ao Brasil a criação de uma comunidade de países de língua portuguesa que incluiria os territórios em

África, “uma acção comum para garantir a defesa dos respectivos patrimónios”, sublinha o *New York Times*.

O Brasil, no entanto, não parece estar disposto a ir demasiado longe na sua cooperação com Portugal, pelo menos no que se refere ao pedido português para que os dois países juntem esforços para defender os territórios africanos. O ministro dos Negócios Estrangeiros brasileiro, Vasco Leitão da Cunha, disse em conferência de imprensa, a 1 de Setembro (a notícia sai dia seguinte no diário norte-americano), que o governo português “encontrará o caminho para resolver esse problema extremamente complexo”. Mas adiantou, contudo, que o Brasil não assumiria “posições hostis a Portugal” e rejeitou a imposição de soluções externas. Em Setembro é encerrada em Lisboa a Casa dos Estudantes do Império “por funcionamento ilegal”, segundo uma informação colocada na porta pelas autoridades e reproduzida pela agência AFP e o *Le Monde*. E é também no mesmo mês (a notícia é publicada dia 25) que o ministro dos Negócios Estrangeiros senegalês, Doudou Thiam, discursa na Assembleia Geral da ONU e considera que a atitude de Portugal é não só uma “injúria” para os países de África mas também para as Nações Unidas. “É uma situação que põe em causa a paz e a segurança internacional”, disse.

Em Lisboa são anunciadas eleições para a Assembleia Nacional, composta por 130 deputados, a 7 de Novembro, e o *New York Times* salienta que, no passado, essa foi uma ocasião para abrandar a censura e as restrições aos encontros em lugares públicos. O *Le Monde* noticia também a data das eleições mas adianta que os candidatos da Acção Democrática Social acabam por retirar-se por não terem obtido a supressão da censura nem garantido qualquer controlo sobre a votação.

Após alguns artigos sobre a polémica em torno das eleições e a contestação da oposição, o *Le Monde* acaba por publicar, a 9 de Novembro, um editorial sobre o assunto com o título “Formalidades portuguesas”. Não noticia o resultado das eleições, tão-pouco os discursos e declarações que se terão seguido à contagem dos votos. A opção editorial foi por uma coluna na primeira página, o lugar de destaque habitualmente dado aos editoriais. “Vencer sem risco é triunfar sem glória” é a primeira frase do texto. Depois, o diário francês critica duramente o processo eleitoral e o regime português. “Uma vez mais, os 130 candidatos governamentais para a Assembleia Nacional foram escolhidos por um eleitorado seleccionado em função do saber e da riqueza.” Mais: “Seria demasiado longo enumerar as inúmeras dificuldades que enfrentam os candidatos que ousam apresentar listas da oposição.”

Foi muito provavelmente o ambiente político, e a consciência de que se estava perante um país a braços com uma tensão interna e um esforço de guerra crescentes, que levou o *Le*

*Monde* a publicar, pela primeira vez desde o início da guerra colonial, vários artigos de maior fôlego sobre Portugal. De 7 a 11 de Dezembro de 1965 saíram no jornal várias reportagens de Marcel Niedergang (1922-2002), que escreveu por diversas vezes sobre Portugal e Espanha, dedicou-se mais tarde à América Latina e já no início dos anos 80 veio a ser subeditor do *Le Monde* para as questões internacionais.<sup>106</sup>

Com o título “O silêncio de Portugal”, as reportagens de Niedergang, publicadas em cinco dias consecutivos, debruçaram-se sobre a oposição ao regime e a situação nas colónias. Era um hábito do *Le Monde*, na altura, escolher um tema e abordá-lo em vários trabalhos publicados em dias seguidos, como fascículos de um mesmo *dossier*.

O primeiro artigo de Marcel Niedergang centra-se nas eleições de Novembro. O título – “As férias acabaram” – não é imediato, mas após alguns parágrafos percebe-se que o jornalista se referia às “férias” concedidas pela polícia política durante a “campanha eleitoral” – entre aspas, como no artigo – e o receio de um aumento da repressão nos dias mais próximos, agora que estava “eleita” a Assembleia Nacional.

Niedergang parte de um exemplo para depois explicar como a oposição é silenciada em Portugal. E o exemplo é Maria Barroso, “Madame Soares”, que o jornalista apresenta como uma atriz que interpretara vários papéis em peças de Garcia Lorca e que casara na prisão com o líder da oposição, Mário Soares. Todos os dias, desde as eleições de 8 de Novembro, o casal acorda com agentes da PIDE à porta e, diz Niedergang, a polícia política é já um “compagnon de route” do casal Soares.

Terá sido Maria Barroso a dar a entender ao jornalista, “ainda que sem o dizer”, que estaria para chegar um novo tempo de detenções. O jornalista procura explicar o que acontecera em Novembro e diz que os portugueses chamam em surdina o período pré-eleitoral de “férias da ditadura”.

Niedergang recorda também o “ano negro” de 1961, da sublevação de Beja, do rapto do navio *Santa Maria* e do início da guerra colonial. Depois explica que, nas recentes eleições, a “campanha eleitoral” terminou cedo, com a retirada das candidaturas da oposição da Acção Democrática e Social de quatro das cinco circunscrições onde se tinham apresentado – Lisboa, Porto, Aveiro e Viseu.

---

<sup>106</sup>

O'Shaughnessy, H. (9 de Janeiro de 2002). *The Independent* .



No dia seguinte, 8 de Dezembro, o jornalista publica outra reportagem com o título “Para lá do Tejo”, ilustrada com um mapa de Portugal. Desta vez Niedergang procura explicar a discrepância entre Lisboa e o interior – “o desequilíbrio brutal entre o distrito de Lisboa (17 por cento da população, 35 por cento do produto industrial e 60 por cento dos depósitos bancários)” – e outros 13 distritos rurais onde vive 51 por cento da população mas onde se verifica apenas 18 por cento do produto industrial e 16 por cento dos depósitos bancários. Pela primeira vez, o jornalista do *Le Monde* refere-se aos conflitos em África para sublinhar que “a guerra africana em Angola, na Guiné, e em Moçambique absorve 40 por cento do orçamento nacional”.

O peso da guerra volta, aliás, a ser mencionado no artigo publicado a 10 de Dezembro, com o título “Do Minho a Timor”. Niedergang refere-se então à guerra colonial e deixa entender que a Guiné é o teatro de guerra onde os nacionalistas têm tido maior sucesso.

“A guerra é cara, muito cara, reconhecem os militares. Quarenta por cento do orçamento nacional é muito” escreve o jornalista do *Le Monde*. Niedergang cita ainda uma frase de Salazar que ilustra o seu posicionamento em relação ao progresso e ao desenvolvimento. “Petróleo em Angola? Não nos faltava mais nada!” Salazar é, sublinha, um homem resistente à mudança. “Todos os elementos que possam alterar ou destruir a ordem estabelecida lhe parecem negativos.”

O último desta série de artigos dedicada a Portugal é exactamente sobre o presidente do Conselho e tem como título “O Estado é ele”. Niedergang recorda a juventude de Salazar e a amizade com o chefe da Igreja Católica, cardeal Cerejeira, mas refere também a contestação estudantil que o governo enfrenta ou a dissidência entre sectores mais liberais da Igreja Católica.

Depois de vários dias em Portugal, o jornalista do *Le Monde* procura antever o futuro próximo do país e, no último parágrafo das suas reportagens, cita o escritor Gilberto Freire ao dizer que os portugueses oscilam entre a rotina e a aventura. Para Niedergang, “a rotina, ao longo de 40 anos, é Salazar. E a aventura será amanhã, talvez na Avenida da Liberdade que desce em direcção ao Tejo”.

Estas reportagens desagradaram ao governo português e o *Le Monde* não tardou a receber uma resposta. Chegou assinada por Manuel Rino, director do Secretariado Nacional da Informação, que defende a tese oficial do regime segundo a qual o Estado Novo foi uma resposta aos caos político a que o golpe militar de 1926 terá posto fim. Niedergang responde à longa carta de Rino ao dizer que nela encontra apenas a tese oficial. Os seus artigos serão, durante muito tempo, os mais importantes que o *Le Monde* publicou sobre Portugal.

Em Portugal prossegue a perseguição aos intelectuais e jornalistas. Em Março de 1966 são detidos para interrogatório o redactor-chefe da delegação da AFP, Pinto Basto, e o correspondente da Associated Press em Lisboa, Dennis Redmond. Os dois são acusados de terem publicado “informações falsas e tendenciosas”, diz o *Le Monde* na edição de 6 e 7 de Março. O jornal acrescenta que ambos tinham tentado falar com os estudantes e acabam por ser levados para o hospital “em mau estado”.

Lisboa é “uma cidade calma”, como descreve o jornalista Tad Szulc num artigo publicado a 5 de Março de 1966 no *New York Times*. Não parece haver um motivo concreto para a reportagem, nem se sabe qual o motivo da viagem do jornalista à capital portuguesa. Mas Tad Szulc – que ao longo da sua carreira acompanhou, por exemplo, a invasão da Baía dos Porcos em Cuba, em 1961 – diz que faltam a Lisboa os ruídos das grandes cidades, os engarrafamentos, mas que esse não é o único motivo da acalmia da cidade. “É calma devido a uma especial melancolia e ao isolamento face ao mundo exterior.”

No governo há 38 anos, e com 77 de idade, Salazar diz que não deixará o poder “porque isso poderia ser interpretado como uma mudança na política colonial portuguesa”, noticia o diário norte-americano. O anúncio foi feito em Braga, durante uma cerimónia para assinalar os 40 anos do golpe militar de 1926.

Com o título “A África negra portuguesa”, o *Times* londrino publica a 7 de Abril de 1966 um artigo em que procura descrever o que estava a acontecer nos três territórios. Dos 135.000 homens que compõem as forças armadas portuguesas, 80.000 estão em África e, destes, mais de metade em Moçambique, “o último a ser afectado mas onde os combates parecem ser agora mais severos”. Aquilo que há três anos parecia uma mera ameaça tornava-se agora um rombo para a economia portuguesa, com elevados custos humanos. “A última lista portuguesa de mortos em Lourenço Marques revela, como é hábito, que a morte de insurgentes foi cinco vezes superior à dos portugueses – 21 mortos em duas semanas”, adianta o diário britânico.

Já em Junho, dia 14, o *Le Monde* noticia o julgamento de dez intelectuais moçambicanos por um tribunal militar em Lisboa, entre os quais o poeta José Craveirinha e o pintor Malangatana. E, no dia 24, o diário francês publica também uma resolução do Comité de Descolonização da ONU, aprovada por 18 votos contra 1, dos EUA, em que apela à suspensão de qualquer ajuda militar, económica e técnica a Portugal.

O ministro da Defesa, Ulisses Cortez, diz em final de Novembro (o artigo do *New York Times* é publicado no dia 27) que será dada “prioridade absoluta” às despesas militares para que sejam preservados os territórios portugueses em África.

Ainda em 1966, mas já a 28 de Dezembro, o *Le Monde* publica duas notícias sobre Portugal. A primeira é sobre a guerra e um dos acontecimentos mais violentos desde o início do conflito em Angola, o ataque à vila Teixeira de Sousa por nacionalistas angolanos que, segundo um comunicado das forças armadas portuguesas divulgado na altura, causara a morte de cerca de 200 guerrilheiros e seis civis. Para além disso, em Portugal, a jornalista Isabel Vichniac escreve um artigo sobre a perseguição aos intelectuais e a carta que 118 pessoas, entre as quais Urbano Tavares Rodrigues e Sophia de Mello Breyner Andersen, escreveram ao Presidente da República a pedir que Salazar fosse destituído.

Em Janeiro de 1967 as atenções do *Le Monde* voltam-se para os acontecimentos em Angola. Uma fonte militar portuguesa refere ao correspondente da Associated Press em Lisboa que, por esta altura, estão já cerca de 55 mil militares portugueses em Angola, o que representa aproximadamente metade de todos os militares presentes nos teatros de guerra dos territórios africanos sob domínio português. Volta ainda a ser referido o ataque à vila angolana de Teixeira de Sousa, no qual, segundo um comunicado das autoridades portuguesas, morreram 243 guerrilheiros. Um comunicado do MPLA refere, por outro lado, que 198 portugueses morreram em emboscadas recentes. Para os leitores do *Le Monde* atentos a estas notícias, a guerra nas colónias portuguesas em África estava a tornar-se cada vez mais longa e sangrenta. As próprias agências noticiosas internacionais têm dificuldade em acompanhar os acontecimentos no terreno e inúmeras vezes citam o que lhes é referido por uma ou outra das partes em conflito. Na edição de 10 de Março de 1967, por exemplo, o *Le Monde* publica uma informação da Reuters segundo a qual 60 pessoas morreram em raides perpetrados pelas forças portuguesas, por avião, em duas aldeias angolanas. A fonte da informação é um comunicado do MPLA emitido a partir de Argel. O mesmo comunicado refere que, num ataque a uma coluna militar portuguesa, os guerrilheiros terão morto 92 soldados.

Nesta altura é clara a discrepância de informações quanto às vítimas da guerra, sem que aos jornalistas sejam possível obter confirmações através de fontes independentes. A 19 de Abril de 1967, por exemplo, um comunicado do MPLA citado pelas várias agências internacionais, refere que foram mortos 245 militares portugueses em Angola no mês que decorrera entre 23 de Janeiro e 23 de Fevereiro. Ao juntar fontes de ambos os lados, o *Le Monde* cita um comunicado oficial português com dados relativos a Moçambique – 21 soldados e civis mortos em Março, 103 guerrilheiros mortos e 200 detidos.

À margem da guerra, o diário francês dá também importância ao assalto à mão armada na delegação do Banco de Portugal na Figueira da Foz, em que foram roubados “29 milhões de escudos”, (o assalto viria a ser reivindicado pela Liga de União Antifascista Revolucionária,

LUAR, alguns dias depois), ou à libertação do escritor Luís de Stau Monteiro, que fora detido há cinco meses por escrever uma obra com críticas à guerra colonial.

A situação complica-se em Portugal, onde a LUAR – pelo menos quatro homens que pertencem à organização – se infiltra no quartel da 3ª região militar em Évora e apodera-se de diversas armas. O *Le Monde* dedica quase um quarto de página ao assunto, mais do que era normal quando se tratava de noticiar um novo comunicado sobre a situação nos territórios africanos. A operação, diz o *Le Monde* na peça assinada com as iniciais J.A., decorreu sem que fosse disparado qualquer tiro, mas na posse da organização clandestina ficava agora “uma importante quantidade de metralhadoras, pistolas e munições”.

“O golpe não foi mencionado pela imprensa portuguesa”, observa o correspondente do diário francês. O oficial de serviço, Francisco José Seruca de Carvalho Salgado, terá facilitado a operação e abandonado o posto para se juntar à LUAR, lê-se na notícia. Entretanto, o ministro da Justiça, Antunes Varela, é substituído por Almeida Costa.

Mais tarde, a 11 de Junho, é noticiado pelo *New York Times* que Salazar prestara, nas comemorações do 10 de Junho, homenagem aos combatentes em África e entregara nove condecorações a título póstumo. “O habitualmente impassível rosto do chefe do governo encheu-se de emoção, e viram-se lágrimas quando dois rapazes pequenos e alguns camponeses pobremente vestidos deram um passo em frente para receber as condecorações póstumas.”

Portugal teria então 120.000 militares a combater os movimentos nacionalistas em Angola, Moçambique e na Guiné, recorda o jornalista Tad Szulc num artigo publicado a 25 de Junho, onde é salientado o peso da guerra para as finanças do país e também o facto de, naquela altura, “pelo menos 1300 oficiais e soldados portugueses” terem sido mortos. “Ninguém no governo de António de Oliveira Salazar tem ilusões sobre o facto de os africanos virem a abandonar num futuro próximo a sua luta contra o ‘colonialismo português’. Mas especialistas em África registam um abrandamento da pressão baseado no facto de a guerrilha estar longe dos objectivos”, escreve o jornalista do diário norte-americano.

O montante dos gastos em Defesa é referido num artigo publicado a 24 de Novembro pelo *New York Times*, com a assinatura de C.L. Sulzberger – são 175 milhões de dólares por ano. O artigo tem como título “O último dinossauro” e insere-se numa secção de opinião dedicada à política externa. Para Sulzberger, depois de se terem desfeito os vários impérios que existiam quando o século XX começou, “só o dinossauro português é que ainda vive na floresta primitiva”. Cita ainda uma conversa com o então governador de Luanda, tenente-coronel Camilo de Miranda Rebocho Vaz, a quem perguntara o motivo pelo qual o império

português permanecia intacto e obtivera como resposta “porque não vemos diferenças entre brancos e negros e a integração é a razão do nosso sucesso”. Depois, o analista do *New York Times* contrapõe: “Passados 400 anos, a população mestiça de Angola é de apenas um por cento.”

Quatro dias antes do final de 1967 o *New York Times* volta a referir-se ao aumento da despesa em Portugal relacionada com a Defesa. Acabava de ser apresentado o orçamento para 1968, de 781,7 milhões de dólares (na altura 22.335 milhões de escudos), dos quais 290,2 milhões de dólares, ou 37 por cento do total, são destinados às áreas da Defesa e Segurança.

As autoridades portuguesas expulsam, já nos últimos dias de 1967, o correspondente do *New York Times* em Madrid e Lisboa, Tad Szulc, e o facto não passou despercebido ao *Le Monde*. O jornalista, que pretendia investigar um escândalo de pedofilia que envolvia membros ligados ao governo – que ficou conhecido por “Ballet Rose” – foi acusado por um porta-voz do Secretariado Nacional da Informação de ter “uma atitude sistematicamente hostil”.

Janeiro de 1968. No teatro St. Marks Plauhouse, na Broadway, estreia “Lusitanian Bogey”, do escritor, dramaturgo e activista alemão Peter Weiss. O colonialismo português é representado com as duras imagens de uma mulher grávida que leva um pontapé no estômago, ou de um prisioneiro que alucina por não lhe permitirem dormir há quatro dias. O jornalista Clive Barnes – que apenas assina desta vez artigos relacionados com Portugal, talvez por acompanhar sobretudo a área da cultura e espectáculos – publica a 3 de Janeiro quase uma página inteira sobre a peça. Considera que Weiss “embarcou numa jornada de teatro de revolta, ou teatro de protesto” e que “criou um campo magnético de força dramática e ofereceu-o ao encenador e aos actores”. Depois avalia o desempenho dos actores, considera a peça excelente, pouco se refere ao contexto político mas não deixa de explicar que Portugal “provou ser o mais persistente de todos os poderes coloniais, cujo regime opressivo sobre os negros e o trabalho semi-escravo inspirou a peça de Weiss”.

Ainda em Janeiro, mas já no dia 8, é publicado no *Times* londrino um artigo de análise sobre a situação em Portugal do jornalista Peter Strafford. Em Lisboa, diz o repórter, permanece a visão “nostálgica” do império. “Angola, Moçambique, a Guiné Portuguesa, Macau, Timor e Goa (sob ocupação militar indiana) são formalmente parte do Estado português e os seus responsáveis têm defendido exaustivamente que essa é a forma como Portugal sempre foi, uma sociedade multirracial. A política portuguesa é manter a presença ultramarina e não é esperada nenhuma mudança enquanto o Dr. Salazar se mantiver no poder”. Strafford defende também que a pressão liberal é insuficiente para fazer Salazar abandonar o poder e procura

apontar cenários relativos à sucessão, considerando que Marcelo Caetano “já liderou a lista de possíveis sucessores e mantém-se um forte candidato.”

Portugal estaria, já em Maio de 1968, a comprar helicópteros Alouette III à França para usar em África. “Geralmente, para comprar equipamento militar aos Estados Unidos e ao Reino Unido há a condição de não o usar nos territórios ultramarinos. A França não pôs essa condição”, disse uma fonte oficial portuguesa ao *New York Times*, cujo nome não é referido. É dito, no entanto, que França deu a Portugal um crédito de 3,1 milhões de dólares e que o negócio envolveria cerca de dez helicópteros.

Mário Soares volta a ser detido e, no dia 21 de Março de 1968, o *Le Monde* publica essa notícia, com base em informações da Reuters e da AFP. A mulher de Soares, Maria Barroso, é citada a referir o receio de que o marido seja deportado para a ilha de São Tomé, o que acabou por confirmar-se. A notícia, que tem como fonte a Associated Press, sai no *Le Monde* a 23 de Março. As autoridades portuguesas confirmam a deportação “para assegurar a ordem pública e a segurança das instituições”.

A deportação de Mário Soares provoca a indignação de um grupo de 83 professores em França que assinam um texto a protestar contra a decisão, considerada “uma violação flagrante dos princípios enunciados na Declaração Universal dos Direitos do Homem”, como refere o *Le Monde* numa notícia publicada a 2 de Maio.

Em Portugal, 159 personalidades de várias áreas – sobretudo advogados, jornalistas ou escritores – pedem a suspensão da censura, e na edição de 26 de Junho o *Le Monde* noticia que há alguma “inquietação” quanto ao que terá acontecido a Mário Soares. No artigo, que não é assinado, são explicados os motivos da preocupação e algumas das características do sistema judicial português: “Todo o suspeito pode ser detido sem culpa formada durante seis meses, a prisão perpétua é legalmente possível.”

As várias notícias sobre Portugal deixam aos leitores do *Le Monde* uma imagem negativa do regime de Salazar. A 23 de Julho de 1968, por exemplo, é publicado um artigo sobre a reeleição de Américo Thomaz como Presidente da República. O texto ocupa uma coluna inteira na primeira página, espaço que é geralmente dedicado ao editorial ou ao artigo de opinião a que a direcção do jornal pretende dar mais destaque, e nele pode ler-se que “apesar das manchetes dos diários governamentais de Lisboa, que proclamam que a reeleição do almirante Américo Thomaz é o testemunho da vontade de toda a nação, parece difícil convencer que esta simples formalidade não ocorreu perante uma indiferença generalizada.”

Quando Salazar procede a uma importante remodelação governamental, já em Agosto, o *Le Monde* sublinha que o chefe do governo, com 79 anos, “não parece ter escolhido um

sucessor”. Algumas das pastas mais importantes mudaram de mãos, entre as quais as directamente relacionadas com a guerra. Alfredo dos Santos é substituído na pasta do Interior por António Manuel Gonçalves Rapazote; no Exército o coronel Joaquim Luz Cunha é substituído pelo general José Manuel Bettencourt Rodrigues; e na Marinha Fernando de Mendonça Dias é substituído por Manuel Pereira Crespo.

O jornalista Marcel Niedergang volta a escrever sobre Portugal em 1968, desta vez sobre a sucessão do presidente do Conselho, António Oliveira Salazar, embora não se tenha deslocado a Portugal. A 28 de Setembro publica uma análise de meia página em que procura prever as mudanças que seriam promovidas pelo novo presidente do Conselho, Marcelo Caetano: “O novo presidente do Conselho poderá levar a cabo uma liberalização prudente do regime”, escreve em título.

Para o jornalista do *Le Monde* Marcelo Caetano é “um professor universitário austero” que participou “em movimentos de extrema-direita”, colaborara com um jornal católico e é considerado “um teórico do sistema corporativo”. A sua reputação de “liberal” terá começado em 1962 quando abandonou o cargo de reitor da Universidade de Lisboa como protesto pela acção das autoridades policiais contra os estudantes, sublinha Niedergang. Mas, adianta o jornalista do *Le Monde*, “é excessivo dizer que [Caetano] rompe com o salazarismo”.

Niedergang considera que a transição para Caetano não representará uma mudança de política quanto aos territórios em África. “Podemos, com alguma audácia, imaginar que o Dr. Caetano considere as despesas militares na Guiné-Bissau desproporcionais em relação aos resultados obtidos. Portugal acaba de ser severamente condenado nas Nações Unidas pelo Comité de Descolonização (...) a propósito do uso de fósforo e napalm na Guiné, como acusou Amílcar Cabral. Mas parece excluída qualquer hipótese de uma mudança radical na política seguida desde 1961 em Angola e em Moçambique, uma vez que as despesas militares de Portugal são geralmente estimadas em 40 por cento do orçamento e 125 mil soldados portugueses estão no Ultramar.”

A análise de Marcel Niedergang é o culminar de uma série de notícias publicadas quase diariamente entre 19 e 28 de Setembro. Antes disso, no dia 8, o *Le Monde* noticiara que Salazar tinha sofrido uma queda em sua casa mas que se encontrava bem.

A situação volta a ser acompanhada a partir de 19 de Setembro, quando o *Monde* publica uma notícia com base em informações de quatro agências internacionais (AFP, AP, Reuters e UPI) a referir que “o estado de saúde de Salazar é estacionário”, mas que tinha sido pedido a apoio de um neurologista norte-americano, Houston Merritt. Fala-se pela primeira vez no jornal em

“trombose e paralisia quase total” e num “aumento da segurança e receio de uma reacção por parte da oposição”.

É a partir das agências de informação que o *Le Monde* noticia, a 20 de Setembro, que o Conselho de Estado iria reunir para debater o problema da sucessão, considerado “delicado” pelo jornalista. “Marcelo Caetano é o nome mais apontado”, escreve.

Cinco dias depois o acompanhamento do *Le Monde* passa a ser feito por Hugo Belver. O jornalista escreve então, embora sem nomear as fontes, que os meios mais conservadores em Portugal se opõem à nomeação de Marcelo Caetano como presidente do Conselho. “A situação é desesperada e aguarda-se um desenlace fatal.” E acrescenta: “Os meios ultra [conservadores, presume-se] tentaram promover a entrega do poder a uma junta militar.”

A oposição procura então aproveitar a incerteza política. A Acção Socialista emite um comunicado em que sublinha a dimensão da contestação (“não podemos negar que existe no país uma oposição irreductível ao fascismo que em condições democráticas normais acederia ao poder”) e a fraqueza do regime. “Quando o governo se vê obrigado a mandar assassinar um líder político como o general Humberto Delgado, e a deportar sem qualquer acusação um democrata como Mário Soares, é porque não pode manter-se no poder de outra forma”, acusa o comunicado citado pelo *Le Monde* que tem por baixo as assinaturas de F. Ramos da Costa e Tito de Morais.

Finalmente, a 27 de Setembro, a notícia que se aguardava: “Marcelo Caetano sucederá a Salazar”. Sem outra assinatura que não a das agências AFP e AP, o *Le Monde* publica que a decisão fora tomada numa reunião presidida pelo almirante Américo Thomaz. Enquanto isso, é dirigida ao Presidente da República uma petição assinada por “uma centena de intelectuais de Braga” que apelam ao fim da censura, à dissolução imediata da Assembleia Nacional e à realização de eleições.

O acompanhamento do processo de sucessão de Salazar pelo *Le Monde* termina então a 28 de Setembro, com a publicação de um perfil de Caetano e a análise de Niedergang. O que aconteceu em Portugal ao longo desse mês mereceu, aliás, uma atenção por parte do diário francês muito superior à que viria a ser dedicada quase dois anos depois, a 28 de Julho de 1970, à morte de Salazar. Nessa altura viria a ser publicado um obituário de meia página, com uma referência na primeira página do jornal.

O *New York Times*, entretanto, estava também a acompanhar a crise política iniciada com a queda de Salazar e publica um artigo, no dia 16 de Setembro, em que refere as preocupações em torno do seu futuro e da sucessão. Salazar, lê-se no artigo, “está a recuperar bem de uma delicada operação ao crânio”. É explicado que a operação ocorrera dia 7, no Hospital da Cruz



Vermelha, e que tinha sido anunciado que o chefe do governo voltaria em breve para a sua residência em Lisboa. Quanto à sucessão, “nenhuma figura parece ter um apoio alargado”.

Quando Mário Soares foi deportado para a ilha de São Tomé por tempo indefinido, esse facto, não mereceu grande atenção por parte do *New York Times*. Mas agora que regressava, após a presidência do Conselho ter sido assumida por Marcelo Caetano por incapacidade de Salazar, o diário norte-americano dedica um artigo ao assunto, a 13 de Novembro de 1968. É explicado que Soares fora detido pela polícia política em Dezembro do ano anterior e que a imprensa portuguesa tinha sido impedida pela censura de noticiar o regresso. Para o jornalista do *New York Times* “o maior crime de Soares foi cometido em 1965, quando enquanto candidato às eleições legislativas tomou posição a favor da autodeterminação das províncias ultramarinas portuguesas”.

O *Le Monde* também noticia o regresso de Soares a partir de informações da AFP, mas o ano de 1968 não termina sem que Portugal volte a ser alvo de contestação na ONU. Num artigo intitulado “Portugal convidado a acordar ‘sem demora’ a autodeterminação das suas dependências africanas”, o *Le Monde* junta informações da AFP e da United Press International e noticia que a Comissão de Territórios Não Autónomos da ONU votou por 96 votos contra 3 e 13 abstenções um projecto para que Portugal chegue a acordo “sem demora” quanto à autodeterminação dos territórios em África. É também criticada a colaboração de Portugal com os regimes de Ian Smith na Rodésia do Sul (actual Zimbabwé) e da África do Sul. Não são incluídas ameaças de sanções e os votos contra foram expressos pela África do Sul, o Brasil e, claro, Portugal.

Tal como em anos anteriores, 1968 termina com uma notícia no *New York Times* sobre o orçamento português para o ano seguinte. Desta vez é dito que Portugal gastará mais de 60 por cento dos fundos extraordinários dedicados à Defesa (cerca de 220 milhões de euros) a combater as guerrilhas nos territórios africanos.

O Presidente Américo Thomaz diz na mensagem de Ano Novo que Portugal enfrenta uma “cruzada solitária” para defender a civilização ocidental contra o comunismo em África, sublinha Marvine Howe num artigo publicado no *New York Times* a 12 de Janeiro de 1969. A jornalista salienta que Caetano não apresentou qualquer solução para o principal problema de Portugal, o custo de enfrentar as guerrilhas na Guiné, em Angola e em Moçambique.

No mesmo tom, e num artigo de página inteira publicado a 24 de Janeiro, Marvine Howe procura fazer uma análise da situação e refere que “apesar da mudança de regime em Lisboa, nada de politicamente perturbador ocorreu nos territórios africanos de Portugal”. O governo

tinha dado garantias de que “as políticas do anterior chefe do Conselho Oliveira Salazar iriam continuar”.

O *New York Times* também está atento às tradicionais “Conversas em Família” de Marcelo Caetano, transmitidas pela televisão, sobretudo quando o tema é a guerra colonial. É o que acontece a 8 de Abril de 1969 (edição de dia 9), quando o chefe do governo apela aos nacionalistas para que se juntem “à construção de uma sociedade multirracial”. O texto não é assinado, mas o jornalista interpreta o discurso como um apelo à paz em África. Faltam, aliás, poucos dias para que Caetano comece uma visita às colónias, no dia 14.

A visita, de nove dias, é acompanhada pelo *New York Times*, segundo o qual Caetano irá debater com os líderes militares o custo da guerra – “mais 40 por cento do orçamento nacional e uma força de 120 mil homens”. Sobre a passagem pela Guiné nada é escrito no diário norte-americano, mas em Lourenço Marques Caetano propôs “um alargamento da autonomia financeira e administrativa”.

A 10 de Maio é Richard Eder quem publica uma análise em que volta a referir um abrandamento da censura e o facto de Caetano se movimentar “cautelosamente” para romper a rede do passado. A herança de 40 anos de ditadura “é pesada”, e o jornalista conta a história de um país pobre, em que uma rapariga escrevera a Salazar porque não tinha dinheiro para continuar para além do ensino primário e um rapaz publicara um livro sobre a sua campanha na Guiné porque estava à espera que vendesse bastante, “para ganhar dinheiro e emigrar para o Canadá”.

Em declarações prestadas em Junho de 1969 (a notícia é publicada dia 20), Caetano reitera a sua posição de defender os territórios em África. Mas, ainda no mesmo mês, o Comité de Descolonização da ONU volta a condenar a posição de Portugal através de uma resolução que apela ao respeito pelo direito de autodeterminação e conta com 16 votos a favor e dois contra – o dos Estados Unidos e o do Reino Unido, para além de três abstenções. É ainda pedido aos membros da NATO que parem de vender armas e equipamentos militares a Portugal.

Mário Soares desloca-se a Paris para o 11º Congresso da Internacional Socialista e é entrevistado pelo jornalista do *Le Monde* Alcides Campos a 3 de Setembro. É apresentado pelo diário francês como o líder da oposição em Portugal e acusa Marcelo Caetano de não ser “homem de mudança”. Defende que uma das condições para a liberalização do regime passa pela “resolução do drama colonial por meio de negociações e do respeito pelos povos à autodeterminação”. Para os leitores do diário francês ficavam duas ideias fundamentais: Caetano representava a continuidade e nenhuma mudança verdadeira poderia passar à margem da resolução da questão colonial.

Já a 11 de Outubro o *Le Monde* noticia também que Portugal convocou o embaixador em Estocolmo “devido ao apoio das autoridades suecas aos movimentos de libertação”. Todo esse mês é marcado, no entanto, por notícias relativas às eleições legislativas que se realizariam em Portugal no dia 26.

“As possibilidades de acção da oposição são estritamente limitadas durante a campanha eleitoral”, noticia o *Le Monde* a 27 de Setembro, numa notícia que junta informações da Associated Press e da United Press International e que refere que todas as reuniões políticas e manifestações estão interditas em locais públicos.

Dois dias após a votação, a 28 de Outubro, Marcel Niedergang publica um artigo em que refere que a União Nacional ficara com todos os lugares na Assembleia Nacional e que, de acordo com os resultados provisórios, a oposição conquistara 107 mil votos contra 723.957 do partido do regime. Os números indicam também que a participação, “a ser considerada fiável”, fora 80 por cento superior à registada em 1965.

Os resultados oficiais são publicados na edição de 30 de Outubro: 88 por cento para a União Nacional. Mas Marcel Niedergang sublinha que se trata de uma vitória “sem glória”. A oposição, adianta, “espera agora, graças à seriedade e à dignidade da sua campanha, incitar o governo a reconhecer posteriormente a existência de várias formações políticas”. Para além da União Nacional, nenhum outro partido tinha existência legal e faltariam ainda alguns anos para que isso viesse a acontecer.

Quem acompanha as eleições para o *New York Times* é Richard Eder, que se encontra em Lisboa. O jornalista publica o primeiro artigo sobre o assunto a 26 de Outubro, véspera do escrutínio. “A escolha entre Marcelo Caetano e a oposição só estará em causa aparentemente”, diz. “Não há dúvida de que a União Nacional vai ganhar, e a única questão é se a oposição vai conquistar alguns lugares ou nem isso.” Não conquistaram, como referiu o *New York Times* na edição de 28 de Outubro, num artigo com o título “Um exercício útil em Portugal”. E útil porque “ao usar as liberdades limitadas garantidas em período de campanha por Marcelo Caetano, [os opositores] puderam durante um mês fazer apelos públicos a mais democracia e à autodeterminação dos territórios africanos de Angola, Moçambique e Guiné Portuguesa”.

Em Lisboa continua a não haver sinais de cedência. Numa entrevista ao *Diário de Notícias*, citada pelo *Times* em Outubro de 1969, o ministro dos Negócios Estrangeiros Franco Nogueira reitera que “as colónias não são negociáveis” e diz que “nenhum governo obedeceu a resoluções das Nações Unidas que afectem os seus interesses vitais”.

No início de 1970 – a notícia sai no *Le Monde* a 16 de Janeiro – Marcelo Caetano procede a uma remodelação governamental, mas não são alteradas as pastas da Defesa ou do Ultramar. Rui Patrício é nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros.

Franco Nogueira dirige-se à Assembleia Nacional num discurso que é acompanhado pelo jornalista Hugo Belver e no qual o antigo ministro dos Negócios Estrangeiros critica “os que dão prioridade à Europa em detrimento do Ultramar”. Para Franco Nogueira, “a integração económica da Europa e a sua unidade política não passam de mitos”, uma afirmação que, lida 40 anos depois, é representativa de como se pode estar à margem do curso da história.

Às declarações de Franco Nogueira o *Le Monde* junta também as de Caetano, citadas pelas AFP. O chefe do governo dirigira-se à nação para defender a política do governo português em relação aos territórios em África: “A autodeterminação não se exprime por rectângulos de papel dados a populações incultas.”

No Reino Unido intensificam-se as críticas ao governo português, de tal forma que os deputados trabalhistas do Parlamento britânico, mais de 100, assinam uma petição contra “a natureza anti-democrática” do regime e a “repressão” em Moçambique, Angola e Guiné, noticia o *Times*. É pedido ao governo que reveja a colaboração com Portugal, numa moção promovida, entre outros, pelo deputado Frank Judd.

Talvez devido a essa petição, talvez por outros motivos que não são explicados, o *Times* decide entrevistar Marcelo Caetano. O texto é publicado a 27 de Abril de 1970 e as perguntas são do jornalista Roy Lewis, as primeiras de um jornal britânico a que Caetano responde. O Presidente do Conselho é questionado sobre as detenções de opositores, os confrontos com a Igreja e, claro, a situação militar em África.

Sobre as detenções, Caetano considera que “em todo o lado uma força policial deve actuar sempre que tem informações ou suspeitas sobre uma actividade criminosa”. Depois admite que tinham sido detidas 22 pessoas “para interrogatórios normais” após participarem numa manifestação contra a guerra em África.

Caetano defende também que a censura “não é tão restrita como se possa pensar” e quando o jornalista lhe pergunta se está preocupado com o comunismo responde “claro que estou!” para depois assumir que este tem ganho força em alguns meios intelectuais e junto dos mais jovens.

Finalmente África, uma das questões mais difíceis guardadas para o fim. “A guerrilha na África portuguesa é um fenómeno análogo ao que se pode encontrar em partes da América do Sul e da Ásia. Portugal mantém em suas mãos a totalidade do território, ao contrário do que diz a propaganda dos movimentos subversivos. Na Guiné reclamam o controlo de dois terços

do território e dizem que estamos confinados à capital e pouco mais. Mas eles são desmentidos pelas queixas feitas há uns meses pelo Senegal e por Conacri junto do Conselho de Segurança sobre ofensivas portuguesas nos seus territórios. O mapa mostra que seria impossível fazer essas alegações se não pudéssemos controlar o território na fronteira com esses dois países, como fazemos.”

Já em Julho de 1970 o ministro dos Negócios Estrangeiros Rui Patrício dá a sua primeira entrevista depois de tomar posse, publicada no *New York Times*. Fala de África para dizer que “estão a ser feitos esforços para melhorar ou normalizar a relação com outros países africanos, sobretudo com aqueles que têm fronteiras com as províncias ultramarinas.” Mas, adianta o artigo, as relações com o Senegal ou a Guiné-Conacri, por exemplo, estavam muito longe de poder ser consideradas satisfatórias ou minimamente normalizadas.

Quando Salazar morre, no final de Julho, o *New York Times* recorda um homem que explicava “com uma voz fria e sem humor” que o regime se baseava em cinco princípios: “Deus, pátria, autoridade, família e trabalho”. O texto, assinado por Alden Whitman, recorda que, em determinada ocasião, Salazar explicara: “É óbvio que a nossa ditadura é semelhante à ditadura fascista em força e austeridade, na guerra que declara aos princípios democráticos, no carácter nacionalista, na manutenção da ordem social. Mas é diferente, no entanto, nos métodos de renovação. A ditadura fascista tem propensão para um despotismo pagão.”

Entretanto, na edição de 28 de Julho, o *Le Monde* dedica também um texto à morte de Salazar que começa na primeira página e vem a ocupar metade da página 5. Ainda assim, o óbito de Salazar não fez correr tanta tinta quanto a questão fundamental da sua sucessão, quase dois anos antes.

O obituário é assinado por Paul-Jean Franceschini e, por cima do título “António Salazar morreu”, lê-se o antetítulo “Senhor absoluto de Portugal de 1932 a 1968”. É mais uma ocasião para o *Le Monde* caracterizar o regime do Estado Novo. “A morte de Salazar não deverá causar um problema político em Portugal, uma vez que o regime instituído pelo antigo professor de Economia de Coimbra encontrou continuação em Marcelo Caetano.”

Com uma agenda que inclui o Próximo Oriente, a segurança europeia e a eventual associação de Portugal ao mercado comum, o ministro dos Negócios Estrangeiros Rui Patrício visita a França e irá encontrar-se com o Presidente da República, noticia o *Le Monde* já a 21 de Janeiro de 1971.

No dia seguinte o editorial é também sobre a França e Portugal. Nessa altura o *Le Monde* refere que a guerra nos territórios africanos “apenas perturba moderadamente as consciências ocidentais, com excepção da extrema-esquerda”, e que a visita de Rui Patrício decorre “num

clima muito sereno”. O diário francês refere que as transacções económicas entre os dois países pendem favoravelmente para o lado da França “devido às muito importantes vendas de armas”.

A 23 de Fevereiro é publicado um relatório de um grupo de trabalho da Comissão de Direitos Humanos da ONU que refere violações cometidas nos territórios africanos sob domínio português. Como resposta, a representação portuguesa na ONU emite um comunicado em que nega as acusações e adianta que “não houve execuções em massa” nas colónias, o que o *Le Monde* refere na edição de 9 de Março. “É igualmente falso dizer que os prisioneiros são submetidos a um tratamento desumano e degradante nas prisões da Guiné Portuguesa, de Angola e de Moçambique”, refere ainda o desmentido. O *Le Monde*, no entanto, noticia a publicação do relatório e informa os leitores sobre as conclusões da ONU.

Em 1972 o diário francês abordou com maior detalhe o que se passava nas colónias portuguesas. Logo em Janeiro, de 4 a 7, são publicadas quatro reportagens sobre a guerra em Angola, um conjunto de textos que termina com uma análise do jornalista e historiador Basil Davidson.

As reportagens são assinadas pelo jornalista Gilbert Comte, que escreve a partir de Luanda, e são as primeiras de um correspondente do *Le Monde* em Angola. O primeiro texto centra-se na cidade, nos apartamentos luxuosos voltados para o mar e na posição de Salazar, que diz: “Estamos em África há 400 anos, o que é um pouco mais do que se tivéssemos chegado ontem”. O jornalista refere também a revolta armada, na qual voltará a centrar-se no segundo texto, publicado a 5 de Janeiro.

Comte recorda então que, desde 1961, a UPA de Holden Roberto tem alcançado vitórias em diversas regiões. Os leitores do *Le Monde* obtêm assim um retrato mais pormenorizado da situação em Angola, e Comte explica que as figuras principais do MPLA, fundado em 1956, são Agostinho Neto, Mário de Andrade e Joaquim Rocha Pinto de Andrade e que o movimento prevê a instauração de um regime republicano, democrático e laico, com a “exploração pelo Estado dos recursos energéticos do país” e a “aplicação de uma reforma agrária”. A acção do movimento, diz Comte, “é coordenada com as acções da Frelimo e do PAIGC”.

As reportagens de Comte terminam com a publicação de um artigo de Basil Davidson que, sublinha o *Le Monde*, também já estivera em Angola. Davidson defende, na edição de 7 de Janeiro, que a implantação do MPLA não significa um controlo completo do país, “nem nunca isso foi dito”, mas que “o Exército português não tem impedido o MPLA de controlar vastas porções do território angolano, e de se reforçar nas regiões do Bié e de Malange”.

Marcel Niedergang regressa a Portugal em Março de 1972 e publica três reportagens entre 30 de Março e 1 de Abril. O título que escolhe para esta nova colectânea não poderia ser mais explícito: “Portugal malade de l’Afrique”, um Portugal doente de África que o jornalista procura retratar com entrevistas a jovens prestes a serem enviados para a guerra e referências às finanças depauperadas pelo crescente investimento na Defesa.

Na primeira dessas reportagens, Niedergang refere o facto de o Comité de Descolonização das Nações Unidas ter recomendado o envio de uma missão especial de três membros às zonas controladas pelos rebeldes nos territórios portugueses em África, Angola, Moçambique ou Guiné-Bissau. O jornalista sublinha que Portugal trava uma guerra nos territórios em África há mais de dez anos e que, nas três frentes, as autoridades “lamentam oficiosamente” cerca de “dez mortos por semana, cinco dos quais em combate”. Mas o que o jornalista destaca também é o silêncio que se verifica na imprensa sobre essa questão. “É em vão que procuramos na imprensa portuguesa, submetida a uma censura rigorosa e minuciosa, o mínimo relato, mesmo sucinto, dos confrontos entre as forças portuguesas e as unidades rebeldes”. O jornalista cita os números oficiais de que dispõe – 8000 mortos nas três frentes desde o início da guerra e cerca de 200 mil mobilizados.

O jornalista do *Le Monde* salienta também o silêncio da oposição. “Não há uma só família em Portugal que não seja, directa ou indirectamente, afectada pela guerra. Mas há um facto: as manifestações espontâneas de protesto contra a guerra na altura da partida de barcos carregados de tropas foram muito raras em dez anos e sem uma verdadeira amplitude. Nem o Partido Comunista, clandestino, nem as formações liberais, que se reclamam socialistas ou de correntes cristãs progressistas, nem mesmo os grupos revolucionários de extrema-esquerda que crescem nas universidades tentaram utilizar seriamente a bandeira da luta contra a ‘guerra suja’ em África.”

Num artigo publicado a 1 de Abril de 1972 Niedergang refere-se ao preço da guerra e à desilusão que as facções liberais sentem quanto à abertura do regime em que chegaram a acreditar quando Marcelo Caetano chegou ao poder. Entrevista o neurocirurgião e deputado liberal Miller Guerra, que lhe diz já ter interpelado o Presidente do Conselho há um ano sobre as expectativas relacionadas com uma verdadeira liberalização. “Ele respondeu-me: Convém agora controlar o perigo comunista, veremos mais tarde”. E depois acrescenta: “A guerra é um cancro. Pode durar anos, não vejo solução.”

No Verão de 1972, de 8 a 12 de Agosto, o *Le Monde* publica outras quatro reportagens, desta vez em Moçambique. O jornalista Jean de La Guérvivière começa por descrever, no primeiro texto, o ambiente em Lourenço Marques, e sublinha que, naquela cidade, não há muitos

indícios de se estar num território em guerra. “À excepção de alguns cartazes de propaganda, talvez menos numerosos do que na praça D. Pedro IV em Lisboa, nada faz supor que 40 mil soldados estão envolvidos na luta contra os ‘terroristas’.” Nessa sua primeira incursão pela cidade, o jornalista do *Le Monde* repara também na discriminação em relação aos africanos. “O insuficiente esforço de escolarização, justificação tradicional da colonização, é evidente em Lourenço Marques. Nos correios e nos bancos, os empregos subalternos são frequentemente confiados a mulheres brancas, talvez a asiáticos ou mestiços, mas muito raramente a africanos.”

Na segunda reportagem Guériviére refere a colaboração com a África do Sul para a construção da barragem de Cahora Bassa e procura referir alguns dados da guerra. No território estão 40 mil soldados, segundo o Estado-Maior em Nampula, metade dos quais africanos. Em média as forças portuguesas sofrem 16 baixas por mês, ao lutar contra seis mil “terroristas”, adianta o jornalista do *Le Monde*. Mas esses números são difíceis de confirmar e Guériviére deixa duas perguntas: “Como é que se contam as perdas inimigas causadas pelos aviões que podemos ver partir em missão do aeródromo de Nacaia que bombardeiam as zonas controladas pela Frelimo? E entre os ‘acidentes na estrada’ não recenseados pelas forças portuguesas quantos foram mortos pela explosão de uma mina debaixo do veículo?”

Quase no final de 1972, de 5 a 7 de Novembro, Portugal volta a ser motivo de notícia no *Le Monde*, com duas reportagens assinadas pelo jornalista Charles Vanhecke. “Portugal ‘descola’ com lentidão” era o título dessa reportagem. Vanhecke começa por dizer que “Portugal é um pequeno país mas com grandes problemas” e depois refere algumas das questões mais complicadas, a começar pelos conflitos nos territórios africanos. “As guerras africanas absorvem 42 por cento do orçamento e estagnam durante quatro anos 150 mil homens na flor da idade.” O jornalista procura explicar algumas das principais preocupações que se vivem em Lisboa, mas é na segunda reportagem, publicada a 7 de Novembro, que se refere a África.

Começa por relatar um jantar num restaurante português onde se ouve Amália e se comem fatias de presunto e filetes de peixe com arroz. Depois volta a referir que “os custos da guerra tornam irrealizáveis os melhores projectos oficiais”. E salienta que entre a África e a Europa, o governo de Caetano fica, em qualquer dos casos, “entre o passado e o futuro”.

Já em Novembro de 1972, dia 5, o *New York Times* publica que a Assembleia Geral da ONU aprova uma resolução contra o colonialismo com o voto favorável de 99 países. Portugal, África do Sul, Estados Unidos, Reino Unido e França estão contra. George Bush (pai), então chefe da delegação norte-americana na ONU, defende que apesar de o país ser favorável à



independência, o apoio aos exércitos de libertação vai contra a Carta das Nações Unidas. E a 15 de Novembro há uma condenação específica contra “as guerras coloniais” travadas por Portugal. É votada por 98 contra 8 – EUA, Reino Unido, Espanha, África do Sul, Brasil e Portugal estão contra – e com as abstenções de vários países – Bélgica, França, Guatemala, Honduras, Itália, Luxemburgo, Uruguai e Venezuela.

Caetano tem uma visita agendada para Londres em Julho de 1973, mas a sua ida ao Reino Unido causa uma enorme contestação. As notícias sobre o recente massacre de Wiriamu, em Moçambique, fazem cerca de 5000 britânicos sair à rua numa marcha de protesto, noticiou o *Times*. A segurança é reforçada. Muita da polémica é causada por um artigo do diário londrino, que a 10 de Julho noticiara o assassinio de 400 homens, mulheres e crianças em Moçambique.

Começa 1974, o ano que viria a revelar-se o de todas as mudanças para Portugal, com a transição para um regime democrático em Abril e o início da descolonização.

António de Spínola tinha sido nomeado vice-comandante das forças armadas portuguesas. E é enquanto ocupava esse cargo que publica *Portugal e o Futuro*, um livro com duras críticas ao regime que não passam despercebidas ao *Times*. “Spínola defende a autodeterminação dos territórios portugueses em África no âmbito da constituição de um sistema federal”, lê-se no diário londrino a 23 de Fevereiro de 1974. “Diz ainda que não é possível uma solução militar após cerca de 13 anos de guerra na Guiné-Bissau, Moçambique e Angola.”

O livro é apresentado pelo *Times* como representativo do descontentamento dos militares, “confinados às casernas pelo terceiro dia consecutivo”, como é noticiado a 12 de Março de 1974. A destituição de Spínola é o passo seguinte. “Foi demitido pelo governo que tinha criado o posto para ele.”

À destituição de Spínola segue-se a de outros oficiais, que foram detidos. Um artigo assinado por Jose Shercliffe, que o *Times* publica a 18 de Março, dá conta de terem sido detidos oficiais por suspeita de participarem num levantamento militar. Era o caso do tenente-coronel Almeida Bruno. E o motivo das detenções fora a tentativa de golpe das Caldas, levado a cabo por cerca de 200 homens do Regimento de Infantaria 5, das Caldas da Rainha.

O golpe foi também acompanhado pelo *New York Times*, que então noticiou o facto de ter havido um alerta e de os militares estarem confinados aos quartéis (13 de Março). Sobre o livro de Spínola, *Portugal e o Futuro*, o diário norte-americano sublinha a perspectiva de que a guerra em África não seria vencida por via militar. O jornalista Henry Giniger escreve a 15 de Março que Spínola, juntamente com o general Costa Gomes, fora destituído por defender uma solução para a guerra.

Acontece então a Revolução de 25 de Abril em Portugal e o *New York Times* publica diversas notícias acompanhadas de fotografias de multidões nas ruas, dos soldados, do general Spínola que emergia como o novo rosto de poder. Mas, aos poucos, a informação centra-se também nos motivos da revolução... e logo na guerra em África.

“O golpe militar coloca uma série de questões sobre o futuro dos territórios em África” é o título de um artigo assinado por Lawrence Fellows e publicado a 27 de Abril de 1974. Nele o jornalista sublinha que o general Spínola “não defendeu que a África portuguesa fosse abandonada” e adianta que “a Guiné Portuguesa seria [o território] mais fácil de deixar: os portugueses podem retirar para as ilhas de Cabo Verde e ficarem aí tão seguros como na Madeira ou nos Açores”. Em Lisboa Spínola anuncia que as eleições terão lugar dentro de um ano.

Também o *Times* procura acompanhar passo a passo os acontecimentos. “Spínola incluído na Junta Militar de sete homens” (com o comandante Rosa Coutinho, o capitão Pinheiro de Azevedo, o general Costa Gomes, o brigadeiro Silvério Marques, o coronel Galvão de Melo e o general Diogo Neto) é um dos títulos principais na edição de 26 de Abril. Logo depois, e tal como o *New York Times*, o jornal deixa de se centrar nos acontecimentos do dia para abordar as suas consequências.

A 7 de Maio o *Times* noticia aquela que fora a decisão mais imediata em relação às colónias. “Junta oferece cessar-fogo às guerrilhas africanas”, informa o jornalista Harry Debelius a partir de Lisboa. A decisão tinha sido anunciada por Costa Gomes numa conferência de imprensa que o repórter do *Times* acompanhou. Refere-se também um comunicado da Junta segundo o qual a solução preferida seria a “autonomia no âmbito de uma sociedade multinacional portuguesa”. E dizia-se ainda que um porta-voz da Junta, que não é identificado, prometera “um futuro rosado para a política em Portugal” mas salientou que “nem todas as rosas seriam vermelhas”.

O jornalista Patrick Gilkes analisou os prováveis cenários num artigo publicado a 20 de Maio e considerou que a pressão para a descolonização era cada vez mais intensa, e a jogar a favor dos movimentos de libertação. “Com alguns dos partidos políticos em Portugal a apelar à independência, aumenta a pressão para que os novos legisladores resolvam a questão dos territórios ultramarinos, e para que o façam depressa. Os movimentos de libertação também devem calcular que isso forçará a aceitação das suas condições para a independência. O tempo está do seu lado, não do lado da Junta.”

Ao longo de todos estes anos, podemos então dizer que tanto o *New York Times* como o *Times* e o *Le Monde*, procuraram acompanhar os acontecimentos em Portugal, centrando-se

sobretudo na contestação ao regime, interna e internacional – neste caso no âmbito da ONU –, na questão da sucessão de Salazar e, claro, na guerra colonial, embora com particular destaque para a situação em Angola e em Moçambique. Olharam também com muito interesse a Revolução de Abril. A Guiné-Bissau parecia ser um território lá longe, uma peça secundária que não merecia uma especial atenção por parte da imprensa internacional. Por vezes, no entanto, os olhos voltaram-se para aquele palco de guerra e para o movimento de Amílcar Cabral, como veremos ao longo das próximas páginas. Recuemos então ao início da guerra colonial para ver como foi o acompanhamento jornalístico centrado na Guiné-Bissau.

### **2.2.3 – A situação na Guiné-Bissau nas páginas do *New York Times***

Uma casa de duas assoalhadas numa rua enlameada de Conacri. À entrada, “uma bandeira amarela, verde e vermelha e um mapa topográfico da Guiné Portuguesa”. Amílcar Cabral é “um engenheiro agrônomo que fala suavemente mas usa a linguagem da revolução”. É assim que o jornalista Lloyd Garrison descreve a sede do PAIGC em Conacri e o seu líder num artigo publicado pelo *New York Times* a 25 de Agosto de 1963.

Lê-se então que “inimigos de Lisboa avançam no enclave”. A notícia ocupa uma coluna na página do jornal e refere ainda que, nos últimos três meses, os ataques dos rebeldes aumentaram em número e em ferocidade, e que em Lisboa o próprio ministro da Defesa já admitiu “que os rebeldes entraram em cerca de 15 por cento do território”. Cabral é citado a dizer que o PAIGC tem 10 mil homens na fronteira entre a Guiné-Bissau e a Guiné-Conacri e que, desses, só poucos milhares estão armados. Garrison diz levar “menos a sério” as informações de Luís Cabral, que reclama a morte de 800 portugueses e garante que sete aviões foram abatidos pelo PAIGC.

Nem um mês depois Lloyd Garrison estaria na Guiné-Bissau, para aquelas que foram as primeiras reportagens no território publicadas pelo *New York Times* depois de ter começado a guerra colonial. Esses textos surgem em várias edições de 8 e 15 de Agosto de 1963.

O diário norte-americano voltaria a ter jornalistas a acompanhar a situação no território por mais duas vezes até à independência da Guiné-Bissau: William Borders, em Novembro de 1971, que acompanhou o dia-a-dia dos guerrilheiros nas zonas libertadas; e Henry Kamm, já em Junho e Julho de 1974, a poucos dias da independência, que acompanha as confraternizações entre os soldados portugueses e a guerrilha, escreve sobre os militares negros que combateram ao lado do Exército português e sobre a posição do governador, que

reconhece uma independência “de facto”. Kamm viria a ganhar em 1978 o Prémio Pulitzer para a melhor reportagem internacional com um trabalho sobre os refugiados na Indochina.

Mas voltemos ao início da década de 60 e aos primeiros tempos da guerra colonial. A 15 de Novembro de 1961 o *New York Times* publica que Portugal abandona o Comité de Tutela da Assembleia Geral das Nações Unidas por ter sido permitido a dois nacionalistas da Guiné-Bissau, Henri Labery e Jean Ko Gomis, testemunharem perante aquele organismo. Alguns dias depois, o Senegal acusa Portugal na ONU de “actos provocatórios”, referindo-se a voos de baixa altitude já sobre o território senegalês. A mensagem é assinada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros Doudou Thiam e é dirigida ao presidente do Conselho de Segurança. Pede-se “a atenção para a natureza provocatória dos actos” e reitera-se a “firme determinação do governo do Senegal em defender o seu povo e a integridade do seu território”, adianta o diário britânico a 29 de Dezembro de 1961. No artigo é referida a ocorrência de três incidentes, todos relacionados com a entrada em território senegalês de tropas portuguesas.

Lisboa acaba por admitir “erros” junto à fronteira com o Senegal, numa carta enviada pelo representante português na ONU, Vasco Vieira Garin, ao presidente do Conselho de Segurança, o britânico Patrick Dean. É dito, de acordo com o *New York Times* de 11 de Janeiro de 1962, que o espaço aéreo do Senegal foi violado duas vezes “por erro”. E é sublinhado que, àquele incidente, não pode ser atribuído “qualquer significado militar”. Um episódio idêntico vem a acontecer em Março, mas desta vez é Conacri que acusa Portugal de ter violado o seu espaço aéreo, segundo informações de uma rádio local citada pelo *New York Times* de 12 de Março.

As acusações do Senegal contra o governo português intensificam-se em Abril, quando um comunicado das autoridades senegalesas denuncia que quatro aviões portugueses bombardearam a cidade de Bouniak, junto à fronteira com a Guiné Portuguesa. Numa reunião ministerial, o Presidente Léopold Senghor confirma o ataque e diz que o reportou ao Conselho de Segurança das Nações Unidas. Divulgada pela agência Reuters, a notícia acaba por ser publicada pelo *New York Times* a 10 de Abril. Naquela cidade encontravam-se “alguns refugiados da Guiné Portuguesa”. Lisboa nega o ataque, mas Vasco Vieira Garin acaba por sugerir que seja criada uma comissão de inquérito para avaliar a situação, informação que é publicada no dia 20. As primeiras atenções do diário norte-americano, no início da década de 60, vão então para o diferendo entre Portugal e o Senegal a propósito de questões de violação da fronteira.

No Verão de 1963 ter-se-á assistido à intensificação da actividade do PAIGC no terreno, a julgar pelo acompanhamento que foi feito pelo *New York Times*. Logo em Julho, dia 18, o

Ministro da Defesa Manuel Gomes de Araújo admite que cerca de 15 por cento do território estaria “infiltrado por terroristas”. Será um primeiro reconhecimento da gravidade da situação, que o jornal publica com base em informações que foram divulgadas em Lisboa pelo *Diário Popular*. Gomes de Araújo adianta ainda que, em Angola e na Guiné, morreram 538 militares portugueses, embora refira que, desses, 304 morreram em combate (287 em Angola), tendo os outros sido vítimas de doença ou acidente.

Ainda em Julho o PAIGC anuncia o alargamento das operações ao sul do país e o controlo da fronteira com a Guiné-Conacri. Salazar convoca Benjamim Pinto Bull, secretário-geral da União dos Naturais da Guiné Portuguesa, um movimento que reclamava a autonomia do território através do diálogo com o governo português. Pinto Bull é referido na edição de 22 de Julho do *New York Times* como um nacionalista moderado e, dois dias depois, o seu irmão James Pinto Bull é nomeado secretário-geral da “província da Guiné”, o que o diário norte-americano noticia num artigo com o título “Lisboa nomeia negro para alto posto na Guiné”.

Chega então o final do Verão de 1963, altura em que Lloyd Garrison começa a publicar no *New York Times* as suas reportagens em Bissau. Foram cinco artigos, publicados entre 8 e 15 de Setembro, nos quais o jornalista sublinha que Portugal já tinha enviado para a Guiné cerca de 10 mil militares para combater os grupos “bem armados e bem organizados” de rebeldes que querem a independência. Durante mais de um ano esses rebeldes organizaram-se a partir da Guiné-Conacri e infiltraram-se no território através de emboscadas e de explosões nas vias de comunicação, explica Garrison. O jornalista cita um coronel que já tinha estado em Goa quando foi tomada pela Índia a perguntar: “Porquê lutar por isto?” E a responder: “Por causa do impacto psicológico de uma retirada. Porque não podemos ter outra Goa.”

A partir das informações que terá recolhido no terreno, o jornalista conta que, nas últimas semanas, os guerrilheiros tinham alargado os ataques à região norte e central, a cerca de 65 quilómetros de Bissau. Após sobrevoar o território – não são referidos os meios que usou para o fazer –, Garrison constata que os guerrilheiros parecem ocupar os cerca de 30 quilómetros na floresta que separa as cidades de Olossato e Mansaba, controladas pelas forças portuguesas. “Seis aldeias vizinhas foram completamente demolidas pelo Exército português e pelos aviões de fabrico norte-americano F-86”. A opor-se a estas ofensivas estava “um partido de rebeldes extremamente bem armado, com armas automáticas da União Soviética e da Checoslováquia e equipamento da Argélia”.

Garrison acompanha também uma operação militar em que estiveram envolvidos 60 fuzileiros comandados pelo tenente Mário de Carvalho, na qual não foi apanhado nenhum dos “rebeldes

invisíveis”. O repórter do *New York Times* considera que talvez tivesse sido melhor realizar a missão à noite “porque o habitual é os rebeldes dispersarem e esconderem-se durante o dia”.

No final do Verão de 1963 o PAIGC emite, a partir de Conacri, um comunicado a anunciar que, nas primeiras três semanas de Setembro, foram mortos em emboscadas cerca de 80 militares portugueses. O número de militares mortos não corresponderá à realidade, uma vez que em todo o mês de Setembro apenas se terão registado nove mortes entre os militares portugueses, segundo a *Cronologia da Guerra Colonial* de José Brandão<sup>107</sup>.

Uma semana depois, a 16 de Outubro, os números do PAIGC são desmentidos pelo Ministério da Defesa português. Teriam então morrido 28 militares portugueses na Guiné desde Janeiro de 1963 (foram na realidade 52, segundo os números oficiais referidos por José Brandão, 31 dos quais em combate) e 302 em Angola, lê-se no *New York Times*. Outros 227 teriam sido vítimas de doença ou acidente. No artigo, que traça um cenário bastante favorável para as autoridades portuguesas, é ainda dito que “não foram dados [pelo Ministério da Defesa] prazos para a pacificação final mas acredita-se que têm sido feitos progressos”. E mais: “Acredita-se que os bandos de rebeldes são muito desorganizados e muito tribais na sua natureza para representarem uma séria ameaça para a administração portuguesa no território.” O jornal não deixa de publicar os comunicados do PAIGC mas é mais frequente os leitores do *New York Times* terem a versão portuguesa da guerra colonial.

Na impossibilidade de confirmar as informações no terreno, a cobertura feita pelo diário norte-americano vai sendo marcada pela divergência entre as informações divulgadas pelas autoridades portuguesas e pelo PAIGC. Em Janeiro de 1964, dia 17, é publicada no *New York Times* uma informação de fonte portuguesa segundo a qual a força aérea infligiu pesadas baixas (não é referido o número de mortos) aos guerrilheiros na região de Chiccri, em operações realizadas entre 6 e 12 de Janeiro. Os resultados dos confrontos na Guiné-Bissau não são fáceis de avaliar, mas não é difícil perceber que a situação está longe de ser pacificada.

O PAIGC, por outro lado, anuncia a 11 de Abril de 1964 que 70 dias de “fogo incessante” na ilha do Como resultaram em pesadas baixas para o Exército português. Tinha decorrido a batalha do Como, que como vimos foi um dos momentos mais significativos da história do PAIGC e acabou por ter um eco significativo na imprensa internacional. No comunicado, divulgado pela Reuters e depois publicado pelo diário norte-americano, Portugal é acusado de ter usado “bombas de napalm que destruíram dezenas de aldeias”. Dez dias depois, em Dacar,

---

<sup>107</sup> Brandão, 2008

o PAIGC volta a referir-se à batalha do Como, mas a informação continua a não ser exacta. As vítimas para Portugal teriam rondado as 650, segundo o movimento independentista, mas o número junta mortos e feridos nos combates. É ainda dito que Portugal, com cerca de 3000 militares no local, fora forçado a retirar as suas tropas da ilha. Ainda segundo o PAIGC: dois aviões portugueses foram destruídos e três danificados, 12 embarcações foram afundadas, mas as forças portuguesas também destruíram grande parte das aldeias fora da floresta que ocupa o centro da ilha, queimaram cerca de 50 toneladas de arroz e 800 cabeças de gado.

As informações do PAIGC não foram desmentidas, ou pelo menos não houve notícia disso no *New York Times*. Houve, um mês depois, a 26 de Maio, a informação publicada pela agência United Press International segundo a qual as forças portuguesas teriam causado pesadas baixas aos rebeldes, feito alguns prisioneiros, libertado 90 africanos detidos pelos rebeldes e destruído um acampamento na região de Fulacunda. O comunicado diz ainda que um soldado português foi morto e três feridos nas últimas semanas, mas estes são os únicos números divulgados pela UPI e, logo, pelo *New York Times*.

Em Julho de 1964 o diário norte-americano publica sete notícias ou artigos directamente relacionados com a situação na Guiné-Bissau. No dia 5, o jornalista Tad Szulc considera que Portugal está a enfrentar um sério dilema neste território. Cita analistas e um relatório do governo norte-americano para referir que Portugal foi “virtualmente derrotado” pelos revolucionários e está “encostado aos muros” no território onde tem mobilizados cerca de 10 mil homens. Refere também os bombardeamentos com napalm, e as pesadas perdas económicas. “A informação disponível aqui [o jornalista estava em Washington] diz que as tropas portuguesas estão confinadas a Bissau e virtualmente incapazes de aceder a qualquer lugar na selva, aos campos de arroz, aos rios e aos vales.” E adianta: “Contra todas as expectativas, Portugal terá de decidir em breve se sofrerá um desgaste económico na Guiné comparável ao que tem de enfrentar para defender a rica e desenvolvida Angola.”

O artigo desagrada ao governo português e é contestado pelo embaixador em Washington, Vasco Vieira Garin, que escreve ao editor do *New York Times*. A carta é publicada na edição de 11 de Julho, e Garin diz que “os últimos relatórios, directos e factuais, da própria Guiné Portuguesa não correspondem minimamente às ‘revelações’ do senhor Szulc”, e acrescenta que “ninguém em Washington parece conhecer os ‘relatórios governamentais’ que Szulc refere”.

Ainda em Julho são referidos os números oficiais portugueses dos militares mortos na Guiné: 72, entre Janeiro e Julho de 1963, muitíssimo abaixo do que é anunciado pelo PAIGC. Aliás, a 17 de Julho o *New York Times* publicou os números divulgados pelo grupo de Amílcar

Cabral, que garante que que, só no último mês, tinham sido mortos 56 militares portugueses, enquanto outros 35 ficaram feridos.

Em Conacri, na sede do PAIGC, a Associated Press entrevista três desertores do Exército português – Santos Carvalho, de 38 anos, subchefe da polícia de segurança em Bissau, António Tavares, de 20, e João Henrique Crespo, de 30 – e o *New York Times* publica as suas declarações. Dizem que o PAIGC controla grande parte do território. Santos Carvalho protesta contra “a violência e a opressão” do regime de Lisboa.

Terão sido as declarações dos desertores a fazer regressar Lloyd Garrison a África. A partir de Conacri, o jornalista escreve que os rebeldes dividiram o país em dois e isolaram Bissau. “Os desertores dizem que o controlo dos rebeldes é tão seguro em algumas áreas que podem percorrer milhas em estradas abertas e à luz do dia sem terem receio de ataques dos portugueses.” Os rebeldes, acrescenta-se, garantem que controlam um terço do território. Um dos desertores, António Tavares, diz que o hospital militar em Bissau está de tal forma cheio que pelo menos três aviões levantam todas as semanas para transportar feridos para Portugal. A sua unidade tinha lutado durante mais de dois meses pelo controlo da ilha de Como.

Tavares explica ao jornalista Lloyd Garrison que decidiu desertar “depois de ver uma mãe africana com o bebé às costas ser alvejada” e garante que lhe foram dadas ordens para disparar “contra tudo o que mexesse”: “Velhos, mulheres crianças – qualquer africano é considerado um inimigo.” Os desertores esperavam agora ir para Rabat ou para Argel e juntar-se ao grupo de opositores ao regime liderado pelo general Humberto Delgado, que está na Argélia e planeia derrubar o regime, adianta Garrison na edição de 26 de Julho do *New York Times*.

Em Maio de 1965 o Senegal apela à realização de uma reunião do Conselho de Segurança da ONU “tão cedo quanto possível” para que sejam ouvidas as acusações sobre “repetidas violações do espaço aéreo senegalês e do seu território pelas autoridades portuguesas”, como escreve o *New York Times*. A 19 de Maio o Conselho de Segurança da ONU volta a aprovar uma resolução a condenar Portugal e a pedir “uma acção efectiva para que não haja qualquer violação da soberania do Senegal e da sua integridade territorial”. Segundo as autoridades senegalesas, citadas pelo *New York Times* a 20 de Maio, houve 16 violações do espaço aéreo senegalês desde a resolução de 24 de Abril de 1963, a apelar a Portugal para não entrar em território do Senegal. As acusações são negadas pelo representante de Portugal nas Nações Unidas, Bonifácio de Miranda, e o jornal norte-americano sublinha que o representante dos EUA, Adlai E. Stevenson, votou favoravelmente a resolução mas com algumas reservas,



como o facto de não ser referido que Portugal nega as acusações e de não haver qualquer referência a incursões do Senegal na Guiné.

Prosseguem também as discrepâncias quanto ao número de vítimas causadas pelos confrontos na Guiné. “Os insurgentes (...) dizem ter morto mais de 75 militares portugueses em acções de guerrilha no mês passado”, noticia a Reuters numa notícia breve que o *New York Times* publica a 23 de Maio de 1965 e que se presume resultar de um comunicado do PAIGC, embora o movimento nacionalista não seja referido. Mais para o final do ano, a 6 de Novembro, é também a partir de informações da Reuters que o diário norte-americano publica que, entre Julho e Outubro, as forças portuguesas sofreram 23 baixas, segundo o Ministério da Defesa, o que é também um desmentido em relação ao comunicado do PAIGC que, com poucos dias de diferença, refere que há 732 militares portugueses “fora de acção”. Nesta altura as fronteiras do território estão a ser protegidas por uma força de cerca de 5000 soldados africanos, segundo declarações de Franco Nogueira publicadas a 26 de Junho.

“Angola e Moçambique: A guerrilha persiste, mas o desenvolvimento ganha” é o título de um artigo de meia página publicado pelo *New York Times* a 31 de Janeiro de 1966 e assinado por Marvine Howe, para quem “o desenvolvimento económico [das colónias] avança muito”. O artigo deixa uma imagem positiva sobre a actuação das autoridades portuguesas nos territórios em África e a jornalista considera que “só a Guiné Portuguesa parece economicamente perturbada pela ofensiva dos nacionalistas africanos”. E acrescenta: “Esse território pequeno e tropical nunca contribuiu muito para a economia portuguesa e tornou-se agora mais dependente do país-mãe para colheitas como as de arroz – que antes eram uma exportação – e que agora não podem ser cultivadas em inúmeras zonas devido à insegurança.”

Passam entretanto cinco anos após o início da guerra em África “e não há perspectivas de paz num futuro próximo”, como escreve o *New York Times* num artigo não assinado, publicado a 20 de Março. Houve cerimónias comemorativas em homenagem às forças armadas e o Ministério da Defesa divulgou novas informações que apontam para a morte de 835 soldados portugueses desde o início da guerra, 224 dos quais na Guiné. “A situação na Guiné Portuguesa está aparentemente a deteriorar-se, com as acções da guerrilha a espalharem-se nas florestas do Norte e do Sul. Tradicionalmente um exportador de arroz, a Guiné teve de importar quantidades substanciais no ano passado.”

O Presidente da República, Américo Thomaz, planeia uma viagem à Guiné, em Fevereiro de 1968, e o diário norte-americano volta a publicar um artigo sobre o território, que não é assinado mas foi escrito a partir de Lisboa. É feito um retrato da região e referido que tem 560 mil habitantes e divisões tribais que representam um entrave à mobilização que os

nacionalistas pretendem fazer. “Os portugueses armaram duramente os muçulmanos fula, que se diz estarem a actuar de uma forma activa contra a guerrilha.” O facto de o PAIGC ser liderado por naturais de Cabo Verde, considera o jornalista, “é um dos motivos pelo qual o movimento não tem um apoio mais alargado da população”. No terreno estão 20 mil militares portugueses, noticia o diário norte-americano, e a despesa militar anual no terreno ronda os 35 milhões de dólares.

A libertação de 92 prisioneiros nacionalistas da Guiné (entre eles um dos líderes do PAIGC, Rafael Barbosa, embora isso não seja referido) foi noticiada pelo *New York Times* a 6 de Agosto de 1969. O artigo deixa uma nota positiva sobre aquela que é considerada “a primeira amnistia importante a ‘terroristas reincidentes’ na Guiné”. A fonte é a imprensa de Lisboa, ainda que nenhum jornal seja referido. Os prisioneiros libertados prometeram “trabalhar por uma Guiné melhor”, mas uma fonte militar não identificada terá dito ao diário norte-americano que aqueles homens “diriam o que fosse preciso para sair da ilha das Galinhas”, um campo de concentração na Guiné-Bissau onde boa parte dos prisioneiros estava detido.

“A enublada guerra em África avança, mas só tem um beco sem saída no horizonte”, escreve Richard Eder na edição de 6 de Agosto. Ao procurar analisar a situação no continente, o jornalista escreve a partir de Angola e destaca que, em qualquer das frentes, “não há vitórias satisfatórias de qualquer dos lados nem um fim à vista”. Sobre a Guiné diz: “Em Bissau, a fétida capital da Guiné Portuguesa, na parte ocidental de África, onde à noite se ouvem disparos de armas pequenas e menos pequenas, há combates violentos contra um inimigo mais combativo e melhor armado – o movimento de libertação liderado por Amílcar Cabral.”

Já no Outono de 1969, Portugal protesta contra o apoio da Suécia aos movimentos nacionalistas em Angola e na Guiné, que segundo o ministro dos Negócios Estrangeiros “constitui um financiamento para as acções terroristas que vitimam os portugueses e um incentivo para que a situação continue”. As relações de Portugal com Estocolmo tornaram-se tensas depois de o Partido Social Democrata sueco ter anunciado que apoiaria a Frelimo e o PAIGC, como refere o *New York Times* na edição de 15 de Outubro. Dois dias depois o governo sueco rejeita a acusação ao defender que o apoio é “inteiramente humanitário”, conforme estabelecera a resolução da ONU de 29 de Novembro de 1968. Segundo o diário norte-americano, o apoio em causa era de 140 mil dólares para a Frelimo e 200 mil dólares para o PAIGC.

Na Guiné é capturado o oficial cubano Pedro Rodriguez Peralta, em Novembro de 1969, durante confrontos entre guerrilheiros do PAIGC e soldados portugueses junto à fronteira com

a Guiné-Conacri, noticia o *New York Times*. Há muito que Lisboa acusa Cuba de treinar guerrilheiros, mas é a primeira vez que é capturado um cubano no território, sublinha o jornal. No final do ano regressa à ribalta o já longo confronto com o Senegal em sede das Nações Unidas. Desta vez, o Conselho de Segurança vota uma condenação contra o bombardeamento da vila de Samine no Senegal a partir da Guiné Portuguesa, a 25 de Novembro (13 votos a favor, zero contra, abstenção de Espanha e dos Estados Unidos), como é noticiado a 10 de Dezembro, e também no dia 12, quando são publicadas mais acusações por parte do Senegal de que as autoridades portuguesas teriam morto dez civis e ferido 40 em novos bombardeamentos.

Tal como acontece com o *Times* londrino quando Amílcar Cabral visita o Reino Unido, no *New York Times* uma visita do líder do PAIGC aos Estados Unidos é uma ocasião para publicar um artigo sobre o que se passa no território. Foi isso que aconteceu em Fevereiro de 1970. Num artigo não assinado, publicado dia 22, Cabral acusa as forças armadas portuguesas de estarem a usar em África aviões de fabrico norte-americano para bombardeamentos com napalm. Garante, uma vez mais, que o PAIGC controla dois terços do território. Segundo o artigo, Cabral falou um inglês fluente no hotel onde estava instalado, e encontrava-se nos Estados Unidos para participar numa conferência a convite da Universidade de Siracusa.

Segundo Cabral, o ataque com aviões norte-americanos e napalm ocorrera na aldeia de Yador, Norte da Guiné, onde uma escola foi destruída e morreram oito crianças. Portugal, acrescentou o líder do PAIGC ao *New York Times*, estaria a usar 25 a 30 aviões norte-americanos B-26, Sabre e T6. O diário norte-americano contactou entretanto um responsável do Departamento de Estado que reiterou o facto de Portugal estar proibido de usar equipamentos norte-americanos em África. Cabral, por outro lado, afirma compreender os interesses comuns de Portugal e dos EUA no Atlântico Norte, mas acrescenta: “Não há nenhuma razão para que não apoiem a nossa luta, porque os Estados Unidos aceitam o princípio em que ela se baseia.”

O acontecimento mais relevante de 1970 é relatado em várias notícias, a partir de 23 Novembro. Ao contrário de vários outros momentos importantes da história do PAIGC, a Operação Mar Verde foi amplamente abordada pelo *New York Times*. São notícias escritas a partir de Abidjan, Costa do Marfim, segundo as quais o Presidente da Guiné-Conacri, Sékou Touré, acusa Portugal de invasão, o que foi negado pelo governo mas levou a ONU a tomar uma posição e ordenar a paragem dos ataques, numa resolução aprovada quase de imediato.

“A origem, os objectivos e mesmo a composição da força que invadiu a Guiné-Conacri permanecem obscuros”, escreve a 24 de Novembro o *New York Times*, que noticia ainda o

envio de uma equipa das Nações Unidas. “Este tipo de façanha parece estar afastado do perfil do governo de Caetano, que tem sido cauteloso quanto aos países africanos apesar de manter o domínio das suas colónias.”

O nome do general Spínola surge pela primeira vez num artigo publicado a 24 de Novembro. Dizia então o governador da Guiné que as tropas portuguesas estavam “alerta quanto a qualquer infiltração por parte da República da Guiné”. O ministro Rui Patrício continua a negar qualquer envolvimento, fala-se na infiltração de mercenários e Portugal surge em cada notícia como um dos principais suspeitos da operação. A 29 de Novembro é referida uma nova invasão e Touré pede ao secretário-geral da ONU que avalie o ataque.

A crise é internacional, mas também tem fortes repercussões internas que vão muito para além das acusações a Portugal e do facto de Conacri ser o quartel-general do PAIGC. No último dia de Novembro o *New York Times* explica que, segundo testemunhas acabadas de chegar a Argel, os alvos dos ataques tinham sido a casa de Amílcar Cabral, a de Touré e a sede do PAIGC. Um dos objectivos não terá sido conseguido porque Cabral nem estava em casa, mas sim na Bulgária, sublinha o diário norte-americano. Todas as suspeitas vão dar a Portugal.

A rádio em Conacri anuncia a captura de 100 mercenários e a morte de 50, segundo informações divulgadas pela agência Reuters a partir de Abidjan. A 2 de Dezembro um artigo de Henry Tanner dá conta das conclusões dos enviados da ONU, segundo os quais há “provas sólidas” de que foram as forças armadas portuguesas a comandar a invasão. A missão da ONU fora comandada pelo nepalês Padma Bahadur Khatri, a quem se juntaram Augusto Espinosa, da Colômbia, Max Jakobson, da Finlândia, Eugeniusz Kulaga, da Polónia, e Vernon Mwaanga, da Zâmbia.

O assunto leva o *New York Times* a publicar um artigo sobre mercenários, assinado por Arthur House e Robert West (professores de Economia Internacional na Fletcher School of Law, EUA) na edição de 4 de Dezembro, onde é referido que “recentemente, tanto a Guiné [Conacri] como o Senegal identificaram unidades de mercenários a operar com o Exército regular junto às fronteiras hostis da Guiné Portuguesa”.

No mesmo dia o jornalista Henry Tanner refere que a missão concluíra que houve envolvimento de Portugal. Rui Patrício, por sua vez, diz que as provas apresentadas pela ONU não permitem concluir que o ataque fora perpetrado por Portugal.

A União Soviética pede a punição de Portugal pela ONU, enquanto o governo português escreve uma carta ao Conselho de Segurança a garantir que “não ordenou, autorizou ou consentiu qualquer operação militar”, lê-se no *New York Times*.

A 8 de Dezembro o Conselho de Segurança toma posição, e vota uma resolução que condena Portugal – 11 votos a favor, nenhum contra, abstêm-se os Estados Unidos, o Reino Unido, França e Espanha. O diário norte-americano publica na edição de dia 9 que a ONU apelou ao governo português que “pague uma compensação” pela perda de vidas e de propriedades. Mais: que os países contenham “qualquer apoio militar a Portugal que conduza à continuação de acções repressivas”. O texto é novamente de Henry Tanner.

A 4 de Fevereiro de 1971 é publicada a primeira notícia sobre execuções de dissidentes na Guiné-Conacri a quem foram atribuídas responsabilidades pelos ataques de Novembro. Mas não é apenas devido ao ataque que Portugal está a ser criticado pela comunidade internacional. Também a Comissão de Direitos Humanos publica um relatório sobre África no qual conclui que em Angola, Moçambique e na Guiné “Portugal tem realizado execuções em massa de civis e pessoas suspeitas de se oporem ao regime e levou a cabo punições colectivas contra a população civil”.

No final do mês, dia 25, prossegue o julgamento do cubano Pedro Rodriguez Peralta, e dois dias depois o *New York Times* publica a sentença: 26 meses de detenção. “A imprensa portuguesa sobrevalorizou a captura do capitão Rodriguez como a prova conclusiva da influência comunista estrangeira no movimento de guerrilha” do PAIGC.

Em Agosto, já nove meses após a invasão de Conacri, Sékou Touré volta a pressionar as Nações Unidas para que seja enviada uma nova missão de investigação. O diário americano noticia esse pedido, no dia 4, e diz depois, já no dia 6, que o envio de uma missão de três homens tinha sido “suspensa indefinidamente”.

Quando passa um ano após a invasão, em Novembro, o jornalista William Borders vai a Conacri, de onde envia reportagens que são publicadas nas edições de 25 de Outubro e 6 de Novembro do *New York Times*. Mas não vai apenas a Conacri. A ocasião é aproveitada para uma visita à então Guiné Portuguesa. Não se sabe se foi lá, ou em Conacri, que falou com Amílcar Cabral, mas os artigos que publica, dois no dia 8 e um no dia 14 de Novembro de 1971, são escritos na Guiné-Bissau (em Caule, Campeane e Cassebetché), e são também uma oportunidade para ouvir membros da guerrilha. Uma das melhores oportunidades, aliás, desde o início da já longa guerra colonial.

A viagem começa por Conacri, ou pelo menos foi lá que foram publicados os primeiros artigos. William Borders refere a recente purga em que 250 membros do governo, homens de negócios ou funcionários públicos, foram detidos por “deslealdade” ao regime de Sékou Touré. Os vizinhos africanos admiram a determinação com que o país lutou pela independência, diz ao jornalista uma fonte oficial que não é identificada. “Mas agora, depois

de 58 sentenças de morte, de execuções públicas de pelo menos três antigos secretários governamentais e do aumento da histeria contra o que o governo chama ‘rede de espionagem Nazi’, algumas dúvidas têm sido colocadas”, diz William Borders.

O jornalista descreve o ambiente em torno de Touré e sublinha que o homem que havia dito que nunca poria guardas entre si e o seu povo “tem agora mais medo de ser assassinado”. E explica: “Aparece com um carro a anteceder-lo e seguido de homens com armas automáticas.” São também armas automáticas que estão nas mãos de polícias, homens e mulheres, nos inúmeros bloqueios de estradas em Conacri.

William Borders chega à Guiné Portuguesa e a sua impressão é a de um vasto controlo por parte do PAIGC. “Em Lisboa, Caule é considerado parte de Portugal. Mas já não é. Um visitante [presume-se que o jornalista], esta semana, pôs uma criança de quatro anos aos berros porque era a primeira vez que via uma cara branca.”

Caule não parece uma zona de guerra, explica Borders. Fica no Sul, foi das primeiras regiões tomadas pela guerrilha e “está completamente nas mãos dos Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde, que gere as escolas, os serviços médicos, os tribunais e a loja do povo em que os residentes podem comprar sem dinheiro”. O jornalista do *New York Times* aproveita para entrevistar um professor, Braima Na Cdamá, que lhe explica: “Dedicamos a sessão de sábado à política e à nossa luta. Mas dedicamos a maior parte do tempo aos números e à leitura.” De acordo com os números oficiais do partido, 15 mil crianças vão à escola. E o partido “também está a mudar todo o sistema médico”, explica ao jornalista Domingos da Silva, que diz ter sido o primeiro africano dali a conseguir um diploma de Medicina depois de ter estudado sete anos em Moscovo.

Esse artigo sobre a situação no terreno foi acompanhado por uma foto de camponeses negros no campo, mas outro, mais político, mostra guerrilheiros armados em Cacine, bem como uma pequena fotografia de Amílcar Cabral. As fotos, aliás, têm a mesma assinatura do texto. São de William Borders.

No artigo em que o jornalista se refere ao contexto político no território é explicado que Portugal aumentara recentemente a sua força no terreno para 25 mil soldados europeus e mais cerca de 10 mil africanos. Os rebeldes, lê-se, “controlam agora pelo menos a metade do território, construíram hospitais, tribunais, lojas e escolas”.

“Nestas áreas já não estamos a lutar pela soberania”, explica Cabral ao repórter. “Já alcançámos a soberania. Agora estamos a tentar que os portugueses nos deixem o que falta”. Os nacionalistas têm uma força regular de cerca de 5000 tropas mais uma milícia de cerca de 5000 homens e mulheres, adianta o jornalista. “De acordo com os rebeldes, os cerca de 100

soldados portugueses estacionados em Cacine raramente saem do quartel e são abastecidos de helicóptero, a partir de Bissau.”

A reivindicação de que o PAIGC controla dois terços do território não é nova, tão pouco a disparidade quanto ao número de baixas de um e do outro lado. “Cabral disse em entrevista que os rebeldes mataram 500 soldados portugueses em todo o país este ano” e que os independentistas perderam “um número muito, muito mais pequeno” de pessoas, lê-se no *New York Times*. Depois são apresentados os números de Portugal. “Os portugueses dizem ter perdido 100 homens este ano e morto 1000 rebeldes”. Nesta altura, com a guerra a decorrer e sem fontes independentes, não restaria a um jornalista outra alternativa senão optar pela solução “aqui diz-se isto, ali diz-se aquilo”. Hoje, segundo os dados do Estado-Maior General das Forças Armadas, referidos na obra de José Brandão (Brandão, 2008), sabe-se que em 1971 morreram 220 militares portugueses na Guiné-Bissau, 119 dos quais em combate.

No artigo é também referido o apoio recebido a partir da China e da União Soviética. “Em territórios africanos governados por brancos, Moscovo e Pequim apoiam grupos rivais, mas não na Guiné Portuguesa porque Cabral não tem grupos rivais significativos”, diz William Borders. O líder do PAIGC aproveita a presença do jornalista americano para denunciar o facto de os Estados Unidos, o Reino Unido, a Alemanha Ocidental e a França estarem a fornecer a Portugal equipamento militar que é usado em África. “Tudo o que pedimos é que o mundo deixe de armar Portugal para que possamos terminar a nossa luta.”

William Borders volta ao tema a 2 de Fevereiro de 1972 e escreve sobre o facto de líderes de organizações nacionalistas pedirem apoio junto do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Um deles é Amílcar Cabral, que sublinha o facto de Portugal não estar em posição de enfrentar três guerras em África sem o apoio dos aliados. E acrescenta: “Eles [os aliados] devem pedir que a descolonização se faça já.” Cabral, explica William Borders, “é o mais conhecido dos líderes de todas as guerrilhas em África”. Um líder que então se dirigiu em francês ao Conselho de Segurança reunido em Adis Abeba, num tom conciliador. “Os portugueses estão a cometer crimes abomináveis contra os africanos em nome da civilização cristã, mas o tempo das acusações verbais já passou e agora estamos prontos para negociar.” Depois explicou: “Já não é Portugal que importa, é a atitude do Conselho de Segurança, e em especial dos membros permanentes. Não somos guerreiros, mas queremos ser livres”, disse Cabral em Adis Abeba.

O PAIGC organiza eleições nas zonas libertadas em Maio de 1972, e desta vez o tema é acompanhado pela jornalista Marwine Howe, com informações a partir de Conacri. A 31 de Maio é publicado um artigo em que Cabral diz que será eleita livremente uma assembleia

nacional porque é preciso “responder às necessidades de um Estado”. O conflito “pode durar um mês ou um ano”, acrescentou. “Mas as autoridades portuguesas vão ter de partir.” E volta a apelar a negociações.

Em Nova Iorque, na Assembleia Geral das Nações Unidas, o ministro dos Negócios Estrangeiros Rui Patrício acusa a ONU de ser “uma organização sem lei nem regulamentação” e, segundo o *New York Times*, defende que “apesar de alguns países não olharem para as províncias ultramarinas como parte de Portugal, isso não lhes dá o direito de promoverem uma viragem por meios violentos”.

Perante a Assembleia Geral da ONU e os protestos de Portugal, Cabral e o líder nacionalista moçambicano Marcelino dos Santos (Frelimo) relatam os sucessos dos movimentos nacionalistas na Guiné e em Moçambique, como refere o diário norte-americano a 18 de Outubro. “Acabámos de ter eleições”, diz Cabral. “A nossa assembleia irá proclamar a existência do nosso Estado e dar-lhe um Executivo que funcionará no nosso país.” Já Marcelino dos Santos destaca o aumento do número de escolas e centros médicos promovidos pelo movimento em Moçambique.

No final de Outubro de 1972 volta a haver incidentes na fronteira com o Senegal, que a ONU condena por 12 votos a favor e com a abstenção dos Estados Unidos, do Reino Unido e da Bélgica. Tinha sido morto um oficial senegalês e feridos um soldado e um civil. Nessa altura ninguém poderia imaginar qual seria o motivo das primeiras notícias de 1973 sobre o PAIGC. “Líder anti-Portugal na África Ocidental foi assassinado”, foi o título do artigo publicado no *New York Times* a 22 de Janeiro. Com uma fotografia de Amílcar Cabral em Conacri, tirada pela jornalista Marwine Howe, a notícia baseia-se nas informações recolhidas pela Associated Press. Não são dados muitos pormenores sobre o crime, mas é referido que Touré fizera um anúncio emocionado via rádio. Eram 22h30, diz o artigo, e o Presidente da Guiné-Conacri denuncia que o crime foi cometido “pelas mãos envenenadas do imperialismo e do colonialismo português”, anunciando ainda que “os principais assassinos foram detidos”.

O artigo do *New York Times* refere que as autoridades portuguesas não comentaram o sucedido, que Cabral era o líder “da mais bem sucedida revolta contra o regime português” e recorda a promessa de uma declaração unilateral de independência nos próximos meses.

No dia 23 é referido que o líder do PAIGC Aristides Pereira fora torturado pelos assassinos de Cabral. O Departamento de Estado norte-americano “deplora” o assassinio e Luís Cabral apela à continuidade da luta “para libertar a Guiné-Bissau” após a morte do irmão mais velho. Já no dia 24 é publicado um perfil de Amílcar Cabral, que é apresentado pelo diário norte-americano como um agrónomo “que se podia ter encaixado confortavelmente no regime



colonial” mas que, em vez disso, “nunca perdeu a esperança de negociar um caminho pacífico para a independência”.

Em Conacri as cerimónias fúnebres prolongam-se por dois dias, escreve Thomas A. Johnson no *New York Times*. “Não há lágrimas, camaradas. A única acção que agora conta é revolucionária”, terá dito Touré. Cerca de 25 mil pessoas encheram um estádio de futebol para se despedirem de Amílcar Cabral, entre elas delegados de 80 países e dois portugueses: um dos líderes do clandestino Partido Comunista Português, Pedro Soares, e “um homem de barba na casa dos 30” que disse que “Portugal tinha eliminado um dos melhores amigos de Portugal e do povo português”. Thomas Johnson não o identificou, mas seria talvez Manuel Alegre, que também esteve presente na cerimónia.

O nome de quem premiu o gatilho diante de Amílcar Cabral só surge pela primeira vez num artigo publicado a 12 de Fevereiro. Vasco Cabral, um dos dirigentes do PAIGC, explica, citado por Thomas Johnson, que o autor material do crime, Inocêncio Cani, era “um homem que cometeu muitos, muitos erros na organização e que foi encaminhado de uma função para outra, de cada vez menor responsabilidade, por causa desses erros”.

O partido anuncia que o novo líder será Aristides Pereira e o jornalista avalia desta forma o modo como o PAIGC está a lidar com a morte do fundador: “Não parece que o partido vá desagregar-se por causa da morte de Amílcar Cabral, mas uma interrupção temporária e uma remodelação deverão acontecer.” O que se espera para breve é a declaração de independência, e é exactamente por aí que o artigo começa.

Mas não é só nas páginas de informação que a morte de Amílcar Cabral é abordada. Na página dedicada às cartas dos leitores de 14 de Fevereiro de 1973 James I. Loeb, que entre 1963 e 1965 fora embaixador dos Estados Unidos em Conacri, considera que a morte de Amílcar Cabral é um acontecimento “trágico para todos – africanos ou não, brancos ou pretos, que acreditam no direito das pessoas se governarem a si próprias”. O que levou o antigo embaixador a escrever foi talvez o facto de ter conhecido Amílcar Cabral em Conacri, quando o líder do PAIGC foi formalmente aceite como membro do corpo diplomático presente no país. “Conheci-o como um apaixonado pelos direitos das pessoas mas também como um homem razoável, sem animosidade para com o povo americano, apesar da nossa política contraproducente de ‘comprar’ bases militares nas colónias portuguesas.”

Em Setembro, dia 28, é publicada uma notícia que já se antevia, e cuja probabilidade até já tinha sido referida nas páginas do diário norte-americano. “Guerrilha declara independência em parte da Guiné Portuguesa”. A informação é da agência Reuters e o *New York Times* publica-a juntamente com um pequeno mapa a assinalar onde fica o território. “A guerrilha

nacionalista africana proclamou independência na zona libertada e garantiu que o seu primeiro objectivo é expulsar as forças portuguesas do resto do território.”

Depois é dito que a informação foi divulgada a partir de Dacar, através de um comunicado do PAIGC. Numa conferência dos países não alinhados, em Agosto, o partido, através de Aristides Pereira, já anunciara que tomaria essa posição antes do final do ano. “A proclamação refere que o partido, depois de eliminar o controlo português sobre a Guiné-Bissau e Cabo Verde, irá unificar os dois territórios e criar um novo Estado africano.” Na altura era esse o objectivo, tal como fora essa a ambição de Amílcar Cabral.

Em Lisboa as autoridades descrevem a declaração como “propaganda”, adianta o *New York Times* com base em informação da Reuters, enquanto a Associated Press anuncia quatro reconhecimentos do novo país, vindos da Argélia, do Alto Volta (hoje Burkina Faso), Somália e Congo. No dia seguinte, adiantou o *New York Times*, a Guiné-Bissau já era reconhecida por 13 países: Guiné, Togo, Tanzânia, Gana, Nigéria, Mauritânia, República do Congo, Argélia, Síria, Madagáscar, Libéria, Senegal e Líbia.

Quando o diário norte-americano volta a referir-se ao tema, a 14 de Outubro e num artigo assinado por Thomas Johnson, eram já 54 os países que reconheciam a independência da Guiné-Bissau. O comissário para os Assuntos Externos do novo país, Victor Saúde Maria, sublinha, no entanto, que ainda continuam os confrontos com Portugal, que terá 25 mil militares no território.

A 20 de Novembro o novo país é aceite na Organização de Unidade Africana. É o 42º membro da organização já com dez anos, sublinha a Reuters, a partir de Adis Abeba. A proposta partira do então ministro dos Negócios Estrangeiros argelino, mais tarde Presidente, Abdelaziz Bouteflika, que considerou a medida “uma contribuição para a libertação de territórios africanos sob domínio estrangeiro”.

Já a 27 de Abril de 1974, dois dias após o golpe de Estado em Portugal, o PAIGC defende num comunicado transmitido pela rádio em Dacar, citado pela AFP e logo pelo *New York Times*, que a revolução portuguesa representa “uma oportunidade para Portugal sair de África”. Mas sublinha também que o movimento continuará a sua acção para “liquidar o maior número possível” de tropas portuguesas e pôr fim “ao odioso colonialismo”.

Poucos dias após o 25 de Abril, logo no dia 29, mas também a 1 de Maio, o jornalista Thomas Johnson publica no *New York Times* duas reportagens escritas a partir das zonas libertadas na Guiné. Aliás, o jornal explica que o texto fora escrito pouco antes da revolução, mas talvez por se tratar de um tema de fundo relativamente intemporal, cuja publicação não terá sido

considerada urgente, ou por não haver então os meios técnicos que hoje existem, as reportagens só foram publicadas nos primeiros dias após a mudança de regime em Portugal.

Thomas Johnson começa por contextualizar a situação. Explica que o PAIGC, que fora fundado por Cabral, reclama o controlo de três quartos do território, declarou unilateralmente a independência em Setembro de 1973 e conta com o apoio de 82 países. Diz ainda que o PAIGC tem cerca de 10 mil homens, usa armas soviéticas, e relata uma viagem pela selva num veículo militar. O partido, adianta, construiu 122 escolas, 117 centros de saúde e 17 mercados. Quem o acompanha na viagem é Carmen Pereira, membro do comité executivo do partido e a mulher que ocupa o cargo mais elevado no PAIGC, mas o jornalista também fala com Francisco Mendes, “um dos quatro oficiais do partido”, e por fim com o seu líder, Aristides Pereira, que lhe garante: “Nunca usámos o terror contra civis, em todos estes anos de luta. (...) Os Tugus fazem a guerra contra civis, as suas bombas não trazem a marca ‘apenas para soldados’.”

O artigo de 1 de Maio já não foi escrito em Bissau, mas em Lagos, na Nigéria. Johnson procura obter a resposta do PAIGC à proposta spinolista de criação de uma federação que englobasse os territórios portugueses em África. Volta a encontrar-se com Carmen Pereira, que lhe diz que “Spínola tem uma grande habilidade para confundir as coisas”. E com Luís Cabral, que rejeita igualmente qualquer solução que não passe pela independência. “Spínola fala muito e é conhecido por fazer muitas promessas. Mas sabemos que a única linguagem que ouve vem das armas e das nossas forças a atingi-lo, a atingi-lo uma e outra vez.”

O PAIGC aceita iniciar negociações para um cessar-fogo, marcadas para Londres a 25 de Maio, como o diário norte-americano noticia na edição de dia 18. O jornalista Paul Hoffman explica então que o acordo para iniciar negociações fora estabelecido em Dacar por Mário Soares, ministro dos Negócios Estrangeiros, e Aristides Pereira, com a mediação do Presidente do Senegal Léopold Senghor.

Mário Soares parte para Londres a 24 de Maio e antes de viajar garante que “Portugal irá respeitar a autodeterminação e as suas consequências”. O *Diário de Notícias* publica um editorial que é citado pelo *New York Times* onde se lê que “uma nova página da história de Portugal está a ser voltada” e o encontro em Londres é acompanhado pelo jornalista Richard Eder, que sublinha o facto de, do lado do PAIGC, estar presente Pedro Pires e não os líderes do movimento Aristides Pereira ou Luís Cabral.

Quando as negociações são interrompidas, a 31 de Maio, o jornalista Alvin Shuster escreve no diário norte-americano que a suspensão se devera a vários obstáculos. É dito por ambas as partes que haverá consultas internas devido “à importância e complexidade do assunto”,

embora seja referido que o encontro decorrera “numa atmosfera franca e cordial”. O título não deixa de sublinhar, no entanto, que as conversações “esbarraram em obstáculos”. O cessar-fogo mantinha-se pendente.

As novas negociações, recorde-se, viriam a decorrer em Argel, no mês seguinte. Mário Soares parte para a capital argelina a 13 de Junho, e à saída diz aos jornalistas: “Estamos convencidos de que vamos chegar a acordo porque estamos certos de que esta guerra não tem uma solução militar”, escreve Marvine Howe no diário norte-americano. Entretanto, e enquanto decorriam as negociações, Luís Cabral é eleito vice-presidente da Organização de Unidade Africana.

No final de Junho Henry Kamm vai a Bissau e, no artigo que publica dia 24, refere que um cessar-fogo informal está já em vigor “há mais de um mês” e que “os soldados das duas forças confraternizam”. Kamm relata mesmo alguns exemplos de aproximação. “Na semana passada o governador Carlos Fabião foi num helicóptero militar, com três assessores, fazer uma visita amigável a um campo das forças da guerrilha do movimento de libertação. Foi recebido como convidado de honra.”

O jornalista do *New York Times* passa vários dias no território. A 25 de Junho reporta em Bissau confraternizações entre soldados portugueses e guineenses e cita oficiais portugueses, sem referir o nome, a dizer que “toda a gente está contente porque a guerra acabou”. Conversa também com soldados guineenses, a quem pergunta como será o seu futuro: “Os chefes do partido que estudaram e os portugueses é que vão decidir em conjunto”, respondem.

O ângulo das reportagens de Kamm é quase sempre o do apaziguamento da tensão entre as forças portuguesas e o PAIGC. Descreve encontros com os portugueses e episódios que ainda há poucos dias pareciam impossíveis, como o de um tenente português a sorrir para um aldeão que lhe diz “eles estão bem melhor armados do que vocês”. Os membros da guerrilha transportam espingardas de assalto AK47, mas das armas já não saía qualquer estrondo. “Os guerrilheiros posavam para uma foto de grupo, sobretudo com as raparigas locais a segurarem as suas armas, e depois gritavam para os soldados portugueses virem tirar a fotografia. Mas rejeitavam os pedidos dos portugueses para trocarem bonés ou cintos.”

Dias depois (o artigo foi publicado a 30 de Junho), Kamm entrevista o comandante da Marinha portuguesa em Cacine, Heitor Patrício, que lhe diz ter “confiança no PAIGC”. E mostra até um emblema do partido que lhe fora oferecido.

Num dos últimos artigos que escreve em Bissau Kamm entrevista Carlos Fabião e o governador diz-lhe: “O que falta acordar é o método de passagem da actual independência para uma independência de facto, de acordo com o direito internacional.” Para o jornalista, “tudo o que o governador diz deixa claro que Lisboa concluiu não ser possível um referendo”.

É no mesmo sentido que vão as informações obtidas em Lisboa pelo jornalista Henry Giniger, junto de “fontes políticas e diplomáticas informadas”. A 13 de Julho este jornalista escreve que “o novo governo dominado por militares (...) irá dar a independência nas próximas semanas à Guiné Portuguesa”.

O anúncio do reconhecimento da independência por Portugal era inevitável e estaria para breve, terão pensado os leitores do *New York Times* que naqueles últimos meses acompanharam as reportagens de Henry Kamm e as notícias de Lisboa. O Brasil reconhece o novo país a 18 de Julho e o diário norte-americano sublinha o facto ao dizer que se tratava de um reconhecimento por parte de um país “que até recentemente foi dos poucos apoiantes das posições de Portugal em África”.

O secretário-geral das Nações Unidas, Kurt Waldheim, visita Portugal em Agosto e encontra-se com Mário Soares e com Almeida Santos, então ministro da Coordenação Interterritorial. No final do encontro, escreve Henry Giniger na edição de 5 de Agosto, Waldheim diz que Portugal prometeu total cooperação com a ONU e “está preparado para dar a independência à Guiné”.

Soares parte para a Argélia a 8 de Agosto “para aquela que parece ser a última ronda de negociações para a independência da Guiné Portuguesa”. Os acontecimentos parecem evoluir de forma muito considerável a partir de então. Baseado em informações da Reuters, o *New York Times* noticia no dia 12 de Agosto que Lisboa irá pedir ao Conselho de Segurança da ONU para que a Guiné-Bissau seja admitida na organização. Essa admissão acaba por ser aprovada logo no dia seguinte pelos 15 membros do Conselho de Segurança.

No dia 26, lê-se no diário norte-americano, é a vez de o ministro argelino dos Negócios Estrangeiros anunciar que será assinado, no dia seguinte, um acordo em Argel. E foi. Na edição de 27 de Agosto, um dos títulos do *New York Times* é “Guiné Portuguesa ganha a independência”.

O território era já reconhecido por uma centena de países e no acordo fica estabelecido que haverá um referendo em Cabo Verde, em data a anunciar, porque esse fora um dos aspectos polémicos que levava ao fracasso das negociações anteriores. As assinaturas no documento são de Mário Soares e Pedro Pires.

Desta vez é o jornalista Thomas Johnson quem vai para Bissau, para acompanhar a caminhada final para a independência. O seu primeiro artigo é publicado no dia 28 de Agosto. Está na região de Cuntima e assiste ao arrear de uma bandeira portuguesa e ao hastear do símbolo do PAIGC horas antes de o resultado do acordo ser conhecido. “Uma cerimónia amigável”, conta. Os soldados africanos preocupam-se com os salários. “Dizem que os

portugueses prometeram pagar-lhes até ao final do ano e que não têm outra forma de subsistência.”

Uma reportagem publicada a 29 de Agosto relata também a situação dos soldados africanos que combateram pelas tropas portuguesas e o caso de Amada M'baló, pai de cinco filhos pequenos que diz ter combatido por Portugal “porque era a lei”. Tal como outros 17 mil africanos na mesma situação, ficava agora a ver partir para Lisboa os antigos companheiros que festejavam o final da guerra e o regresso.

Quatro dias depois é publicada uma reportagem sobre os soldados que regressam e até dizem a Thomas Johnson: “Não nos sentimos derrotados. Simplesmente é hora de partir.”

A independência da Guiné-Bissau é reconhecida por Portugal a 10 de Setembro, e nessa semana Thomas Johnson continua a publicar várias reportagens a partir do território. Conta a história de guineenses que, com o fim da guerra, vêm chegar ao fim as suas funções de espionagem. Em Cuntima, já perto do Senegal, Johnson entrevistou um comerciante, Mamadu Ba, e um agricultor, Amiru Fefani, que forneciam ao PAIGC diversas informações sobre a movimentação dos soldados portugueses. “Os Tugas assumiam que, por sermos Fulas, não apoiáramos o PAIGC”, diz Fefani. “Mas nós tínhamos que trabalhar pela libertação do nosso país.” Já na véspera da independência Thomas Johnson refere que, de acordo com os números oficiais, cerca de 1000 brancos tinham pequenos negócios no território e muitos estavam a considerar a hipótese de regressar por temerem problemas com o novo governo.

Quando Portugal reconhece a independência do país o *New York Times* publica dois artigos. Um deles é acompanhado de uma fotografia em que Spínola entrega o documento de reconhecimento da independência ao líder dos nacionalistas Pedro Pires, ao lado do primeiro-ministro português Vasco Gonçalves. “Os dois homens apertaram a mão e o Presidente partiu. Não houve discursos”, sublinha a Reuters. Também não houve surpresas, uma vez que o acordo já tinha sido assinado a 26 de Agosto.

O artigo prossegue com o subtítulo “Bissau ignora o acontecimento” e alguns parágrafos de Thomas Johnson sobre como a cerimónia em Lisboa foi recebida na capital da Guiné-Bissau. “As lojas de brancos estão fechadas, por via das dúvidas.” Nino Soares, um rapaz de 16 anos, distribuía panfletos em que era anunciada uma semana de celebrações para assinalar o aniversário de Amílcar Cabral. “Somos pessoas livres, e as pessoas livres decidem o que querem celebrar.”

Na mesma edição foi publicado o perfil do Presidente do novo país, Luís Cabral, então com 42 anos. Para o jornalista do *New York Times*, Luís Cabral é considerado um administrador competente, “mas não é o filósofo que o irmão foi”. E acrescenta: “Disse numa recente

entrevista que os seus planos para o novo país vão seguir de perto as instruções deixadas pelo seu irmão.”

Chegava então ao fim a luta pela libertação da Guiné-Bissau, e com ela o acompanhamento feito pelo diário norte-americano desta caminhada para a independência, marcado sobretudo pelas reportagens de Lloyd Garrison, William Borders, Henry Kamm ou Thomas Johnson. Nos jornais europeus, como veremos, outros repórteres procuraram também contar a história do novo país.

#### **2.2.4 – A Guiné nas páginas do *Times***

Na Guiné Portuguesa há apenas um jornal, *O Arauto*, que tal como a rádio local é o eco das notícias de Lisboa. O medo da subversão leva ao bloqueio de tudo o que é difundido a partir de Conacri. “O PAIGC é ilegal, mas tem inquestionavelmente um grande apoio nas principais povoações.” É assim que é descrita a situação na Guiné-Bissau no primeiro artigo sobre o território publicado após o início da guerra colonial no *Times* londrino, na edição de 14 de Maio de 1962. É sublinhado o “paternalismo de Salazar” ou a aridez dos solos e o clima tórrido. Mas debaixo do título “Na Guiné Portuguesa – Cinco séculos de isolamento” não vem qualquer assinatura.

O jornal optava por escrever “do nosso correspondente” ou fazer referência às agências noticiosas (sobretudo a Reuters) de onde provinha a informação. Foi assim até 1968, quando alguns artigos começam a ser assinados por jornalistas como Peter Strafford, Jose Shercliff ou, mais tarde, Nicholas Ashford, que veio a acompanhar a revolução de 1974 em Portugal e as negociações para a independência da Guiné-Bissau.

Regressemos a 1961, o ano em que Salazar, com 72 anos, assume a pasta da Defesa após a demissão de Botelho Moniz, em Junho. Passavam já três meses após o início da guerra colonial, e ao noticiar o envio de mais 3000 soldados para Angola, a 16 de Junho, o *Times* publica que 200 militares portugueses seguiriam também para a Guiné-Bissau.

No Verão de 1961 o diferendo entre Portugal e o Senegal também não passa despercebido ao *Times*. A 22 de Julho o diário britânico noticia, a partir de informações do Ministério do Ultramar português, que o quartel de São Domingos, na região fronteiriça entre a Guiné e o Senegal, tinha sido atacado por cerca de 50 senegaleses. O comunicado português citado pelo jornal refere que do ataque resultaram pelo menos seis mortos entre os senegaleses e quatro feridos entre os militares portugueses. O anúncio, sublinha o *Times*, acontece três dias após a

divulgação de outro comunicado em que eram rejeitadas as informações de ataques que estariam a ser perpetrados pelas forças portuguesas no Senegal.

A tensão fronteiriça irá ainda acentuar-se e resultar em queixas do Senegal junto das Nações Unidas, como vimos. Para já, e ainda no final de Julho de 1961, os leitores do *Times* terão dificuldade em perceber exactamente o que se passava na região. Portugal, através do Ministério do Ultramar, diz terem sido encontrados, na noite de 23 para 24, cerca de 200 senegaleses do lado guineense da fronteira. Mas, em Dacar, é o Senegal que rompe os laços diplomáticos com Portugal, noticia a agência norte-americana Associated Press citada pelo *Times*.

O ano de 1961 não acaba sem que um novo episódio volte a intensificar a tensão na fronteira entre o Senegal e a Guiné. Desta vez, e segundo uma informação da agência Reuters publicada no *Times* a 29 de Dezembro, o Senegal acusa Portugal de “actos provocatórios” na “chamada Guiné Portuguesa”.

A mensagem foi enviada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros senegalês, Doudou Thiam, ao Conselho de Segurança das Nações Unidas através de um cabograma, um telegrama enviado através de um cabo submarino. Relatava que 16 unidades do Exército português tinham entrado numa vila fronteiriça e “semeado o pânico entre a população senegalesa”. A mensagem acrescentava ainda que um avião da Força Aérea tinha voado baixo sobre território senegalês, enquanto colunas militares procuravam desertores.

O *Times* só voltará a referir-se aos acontecimentos na fronteira do Senegal em 1963, mas antes, a 14 de Maio de 1962, publica então o primeiro artigo dedicado exclusivamente à Guiné-Bissau. Um correspondente, que não é identificado, considera que, estando o território rodeado por dois Estados recentemente independentes como o Senegal e a Guiné [Conacri], é difícil prever o que os portugueses podem fazer se tiverem de o defender. “Dizem que podem lá colocar reforços de Lisboa em 24 horas, mas há poucas provas de actividade militar em Bissau.”

É também referido o estatuto de assimilado e a quantidade de entraves que é necessário ultrapassar para que os nativos o possam obter. Os candidatos tinham, por exemplo, de declarar que eram cristãos, sublinha o *Times*, que no entanto salienta um aumento do número de assimilados. “Há alguns anos, quando o actual governador [Vasco António Martínez Rodrigues] assumiu o controlo do território, o número de assimilados era cerca de 3000, numa população de cerca de meio milhão. Como resultado de uma acção enérgica agora serão cerca de 7000.”



A situação na Guiné volta a ser tema de um artigo publicado a 18 de Julho de 1963. A notícia parte de Lisboa e o jornalista baseia-se numa entrevista publicada no *Diário Popular* em que o ministro da Defesa, Gomes de Araújo, admite que parte do território está nas mãos de rebeldes. No Norte, sublinha o repórter, houve incursões de rebeldes vindos do Senegal.

O ministro refere também os números oficiais de soldados mortos na Guiné: 27 homens desde o início do ano, dos quais 17 em combate e os restantes de doença. Entretanto, de Lisboa, parte o navio *Niassa* com mais 2000 soldados em direcção à Guiné.

Gomes de Araújo acusa o Senegal de ser um “santuário” para os rebeldes, e a Sul a situação também se complica. “Grupos numerosos e bem armados, que foram preparados para a guerra subversiva no Norte de África e em países comunistas, penetraram numa área equivalente a 15 por cento da província”, admite o ministro citado pelo *Times*. Na sua versão dos factos, a população estava a ser obrigada, pela violência, a dar apoio aos rebeldes.

O correspondente do *Times* junta às declarações de Gomes de Araújo outras informações chegadas a Londres, sem que seja esclarecida a fonte. De acordo com esses relatos haveria 15 centros de revoltosos na Guiné, “talvez mais”, liderados por homens que tinham recebido treino de guerrilha na Argélia e em Marrocos.

De acordo com o *Times*, estavam então na Guiné cerca de 5000 militares portugueses e a situação mais complicada verificava-se ao longo da extensa fronteira com a Guiné-Conacri, onde o PAIGC tinha o seu quartel-general. No final de Julho de 1963 não passa despercebido no diário londrino o facto de ter sido nomeado um novo governador da Guiné, o africano James Pinto Bull, dias depois de o irmão, Benjamim Pinto Bull, ter estado em Portugal e sido recebido pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros Franco Nogueira e por Salazar. O anúncio – que, recorde-se, foi também noticiado pelo *New York Times* – foi interpretado como “uma tentativa de promover a união entre os nacionais da Guiné Portuguesa”. A observação no final do artigo alerta para a dificuldade da tarefa. “Há 15 grupos étnicos na província.”

Nem um mês depois o *Times* volta a referir-se à situação na Guiné, desta vez num artigo intitulado “O calcanhar de Aquiles de Portugal” em que é relatada uma situação nada favorável para os militares portugueses, uma vez que os nacionalistas tinham então o apoio de Conacri e de Dacar, embora o jornalista destaque que havia diferentes pontos de vista entre Léopold Senghor e Sékou Touré. Em Dacar, a perspectiva seria “a passagem para uma autonomia mais por pressão diplomática do que militar”. Por outro lado, “a ênfase em Conacri é uma vitória militar dos insurgentes”. A situação no território é também marcada pelas diferentes posições do PAIGC de Amílcar Cabral e a União dos Naturais da Guiné Portuguesa

(UNGP) de Benjamim Pinto Bull, que pretendia uma mudança gradual e pacífica, lê-se no artigo.

A par desta diferença de perspectivas existe outra disputa no palco internacional, a da China e da União Soviética na sua competição pela influência sobre os movimentos nacionalistas em África. O *Times* refere-o a 20 de Março de 1964, quando noticia o início de uma reunião do Conselho de Solidariedade Afro-asiática em Argel, na qual estiveram presentes representantes de dez movimentos revolucionários africanos, incluindo da “Guiné Portuguesa”. Não é dito exactamente quem lá esteve, nem era esse o ângulo do artigo, definido logo no título: “Rússia e China fazem *lobby* para conquistar amigos no encontro de Argel.” Mas é explicado, por exemplo, que a conferência estava a ser “o palco de uma violenta rivalidade entre a União Soviética e a China que tentam fazer amigos e influenciar pessoas entre os movimentos revolucionários de África”.

Um correspondente do *Times* em Dacar escreve sobre a situação económica no Senegal, num artigo publicado a 8 de Abril, e então sublinha que as dificuldades do governo senegalês em Casamansa, no Sul do país, estão a ser aumentadas por um súbito fluxo, nesse mês, de cerca de 6000 a 7000 refugiados da “Guiné Portuguesa” para aquela região.

Em Lisboa começa, em Março de 1965, o julgamento de alegados desertores que se juntaram aos movimentos de libertação – o capitão Amílcar Domingues, o tenente Jorge Dias Silva e o membro do corpo de lanceiros Quintino José Cruz. Um dos arguidos, Dias Silva, que nascera na Guiné, não compareceu no julgamento por ter fugido da prisão, noticia o *Times*. “Foram detidos em Bafatá, na Guiné Portuguesa, em 1962, e acusados de tentar desertar e juntar-se a um grupo rebelde fora do país. Todos declararam ser inocentes”, adianta o diário britânico.

Nem um mês após o início deste julgamento, Amílcar Cabral desloca-se a Londres “com o objectivo de informar o governo britânico sobre a situação no território”, diz o *Times*. Num artigo que não foi assinado, publicado a 10 de Abril, o diário britânico dedica 30 linhas à visita do líder do PAIGC. É esperado que se encontre com um representante do Foreign Office.

Cabral disse ao *Times* que o PAIGC controla 40 por cento do território e que as autoridades portuguesas não podem dizer que controlam o resto – “apenas a capital Bissau, as cidades e as estradas”. Não era a primeira vez que o líder do PAIGC contrapunha a versão oficial portuguesa que apontava para um vasto controlo do território. As informações dadas pelo partido aos órgãos de informação admitiam o controlo dos centros urbanos por parte dos portugueses, mas sem nunca deixar de salientar o domínio do movimento em boa parte do resto do território.

Amílcar Cabral foi a Londres levar outras notícias que também não escaparam ao *Times*. Por exemplo, que as forças do PAIGC estavam a transformar-se num Exército regular. “Já têm fardas, mas ainda não podem mudar a sua tática de guerrilha que tem desgastado a resistência Portuguesa”. O *Times* adianta ainda que Cabral “não sabe quando é que as autoridades portuguesas estarão prontas para negociar, mas acredita que reconhecem que, na Guiné, o panorama para eles é desesperante”.

Dois dias depois, a 12 de Abril, Portugal reage às declarações de Cabral através de um comunicado emitido pela embaixada em Londres que se centra sobretudo na questão do controlo de 40 por cento do território por parte do PAIGC. “Essa informação não tem qualquer fundamento. Todos os postos administrativos e sedes distritais continuam a funcionar através dos responsáveis do governo provincial que estão a desempenhar as suas tarefas habituais.” Mais: “As forças portuguesas controlam todas as áreas e estão em posição de atingir qualquer local para se opor aos bandos armados de terroristas que se infiltram pela fronteira.” Ao minimizar a posição do PAIGC, as autoridades portuguesas dizem ainda ao *Times* que tinham sido distribuídas armas e munições a cerca de 9000 pessoas junto à fronteira para que se pudessem defender.

Cabral, ainda em Londres, desafia o governo português a negar que o PAIGC esteja a “gerir um Estado” na Guiné, e volta a defender que o partido controla zonas libertadas onde vivem cerca de 350 mil pessoas. Nessas zonas, diz, está a ser gerido um Estado “com serviços administrativos, económicos, de educação e de saúde”. Cabral parte de Londres para uma visita a outras cidades europeias, a começar por Amesterdão, e diz ao *Times* que tem ainda a expectativa de fazer contactos oficiais em Londres. O jornal não noticia, no entanto, qualquer recepção ao líder do PAIGC por parte de representantes do governo britânico.

Já em 1966, a 6 de Fevereiro, o diário britânico publica um artigo do deputado conservador do parlamento britânico John Biggs-Davison com o título “Guiné Portuguesa em conflito”. Biggs-Davison tinha acabado de regressar de lá, embora não seja explicado o motivo da visita. “A Guiné Portuguesa está em guerra”, escreveu no *Times*. “Mas se dissermos a alguém que chegámos de lá o mais provável é que nos peçam um atlas.” De facto, o artigo é ilustrado com um minúsculo mapa a localizar a Guiné. Caracteriza o território “em que 40 por cento de uma população de 530.380 é muçulmana”, refere que, de vários movimentos nacionalistas emergiram a FLING e o PAIGC e adianta que os cabo-verdianos ocupam vários lugares na administração pública ou na banca e que o próprio secretário-geral da administração civil, James Pinto Bull, é natural da Guiné.

John Biggs-Davison terá visto o que lhe foi mostrado pelas autoridades portuguesas, e é isso que depois se reflecte no artigo que publica, no qual usa a terminologia do regime e classifica de “terroristas” os membros do PAIGC. “Em 1963 e 64, os insurgentes ganharam ascendente em muitas das tribos através do terror e da persuasão”, escreve. As forças portuguesas “têm agora a moral em alta”. Quem leu o artigo terá ficado com a imagem de um território em desenvolvimento onde é dado um forte apoio às populações. “Apoio educacional, moral e médico é prestado pelos militares e suas mulheres de acordo com o que vem no manual: a guerra contra a subversão é uma guerra pelas pessoas e nunca contra as pessoas.” Ao terminar o artigo, Biggs-Davison diz o que também estaria a ser dito nos meandros do regime, que “abandonar a Guiné leva a recear pelas outras províncias ultramarinas e desonrará o ideal de Salazar de uma nação luso-tropical e multirracial”. Mais: “A Guiné é uma barreira entre os apoiantes comunistas da rebelião e as comunicações atlânticas da aliança ocidental.”

Os números, os comunicados, o tom mais seco das notícias que são enviadas à prensa pelas agências são de repente trocados pelas descrições vivas de quem esteve por alguns dias no interior da Guiné. Em final de Outubro de 1967 o jornalista Basil Davidson, mais tarde historiador e um dos mais conceituados africanistas, esteve entre os guerrilheiros do PAIGC e Amílcar Cabral. Na edição de 10 de Novembro o *Times* publica a reportagem que resultou dessa viagem, porventura a mais importante que saiu no jornal sobre a Guiné desde o início da guerra colonial e até à independência.

Davidson não viu as populações a serem ajudadas, nem os progressos na educação ou na agricultura. Viu outra coisa. “Testemunhei vários bombardeamentos aéreos de aldeias e campos de arroz, por pequenos aviões bombardeiros. Sobrevoavam-nos, três de cada vez, habitualmente por volta das 11 horas da manhã, e bombardeavam à altitude prudente de 4000 pés [1220 metros]. Muitos desses ataques eram com bombas altamente explosivas, mas a 9 de Outubro os portugueses lançaram napalm.” Por ter conseguido tirar fotografias de uma lata que não chegou a explodir, Basil Davidson foi ainda mais longe nos pormenores. “Para aqueles que percebem mais disto, anotei que um desses fragmentos tinha impresso PCM-1-55 NAPALM 300 KG M/61. Tanto quanto sei, os portugueses importam o napalm, bem como os aviões bombardeiros, dos seus aliados da NATO.”

Davidson diz que Portugal terá cerca de 30.000 soldados no terreno, enquanto o PAIGC “não terá mais do que 3000 homens na formação regular e provavelmente o dobro nas unidades de guerrilha”. Um grupo de 470 homens e mulheres estão na Europa a fazer formação em medicina, enfermagem, mecânica, electricidade e outras áreas, contou Amílcar Cabral ao

enviado do *Times*. Davidson considera provável que os militares portugueses já não controlem cerca de quatro quintos do território.

A 10 de Janeiro de 1968 o *Times* volta a referir-se a Portugal, desta vez para noticiar a captura de cubanos na Guiné. A informação é atribuída às autoridades portuguesas, que adiantam terem sido mortos naquela então colónia 34 soldados portugueses em Dezembro, mais do que os 11 que pereceram no mesmo período em Angola e Moçambique. Os números parecem aproximar-se da realidade, uma vez que os dados oficiais apontam para 31 mortos em combate neste período.<sup>108</sup>

As notícias do interior da Guiné acabam por chegar também através de imagens, quando uma equipa da britânica Granada Television produz um documentário depois de ter passado duas semanas com a guerrilha no interior da Guiné-Bissau. O líder da equipa de operadores de câmara, John Sheppard, conta ao *Times* que “a guerrilha está completamente móvel”. E descreve: “As aldeias foram abandonadas devido aos fogos mortíferos e vê-se apenas uma ou outra galinha. Saem antes de amanhecer e só regressam com a protecção da noite. Não há uma base permanente.” Sheppard contou ainda que a equipa que realizou o documentário visitou as escolas do movimento e hospitais móveis. “Depois de caminhar durante um dia estávamos exaustos, mas eles estavam sempre prontos para dançar ao som das cassetes dos Beatles que tínhamos levado connosco. Também tínhamos levado Bach e Mozart, mas os Beatles eram os preferidos.”

A substituição de governador da Guiné, em Maio de 1968, é também noticiada pelo *Times*. Chegava ao fim a administração de Arnaldo Schultz, substituído por António de Spínola, que ocupará o cargo até 1973. Para já, numa curta notícia em que apenas dá conta da substituição, o *Times* apresenta-o como um brigadeiro que ocupara o segundo posto de comando da Guarda Nacional Republicana e que cumprira serviço militar em Angola à frente de companhias de cavalaria.

A perspectiva sobre o que se passava no interior da Guiné que tinha sido apresentada por Basil Davidson vem a ser contrariada por um artigo do deputado conservador John Biggs-Davidson, que na Câmara dos Lordes é considerado um especialista nas questões do colonialismo português e dos territórios de África. O *Times* publica a 23 de Maio o artigo em que o deputado sublinha que estivera três vezes no território (em 1963, 1966 e uma semana antes da publicação do artigo) e que assistiu à construção de casas com o apoio do Exército português e a outras mostras de progresso. “Numa típica escola em Mansabá, uma senhora

---

<sup>108</sup> Brandão, 2008

nativa ensina de manhã e um sargento de cavalaria à tarde. Os reagrupamentos estimularam a produção agrícola colectiva e as cooperativas. Efectivamente a guerra estimulou avanços sociais. O progresso e a paz nem sempre caminham juntos.”

O motivo da visita não é explicado, mas não é difícil imaginar que terá sido feita a convite das autoridades portuguesas e com um programa traçado por estas. Dizia Biggs-Davidson: “Os impostos são cobrados. Antigos guerrilheiros rendem-se e os fugitivos regressam do Senegal e da República da Guiné, onde a vida é mais difícil do que na província portuguesa. Isso inclui intelectuais próximos de Cabral.” Spínola estava no território há pouco tempo, mas é também provável que algumas das suas medidas para cativar os guineenses estivessem já a fazer-se sentir.

Em Lisboa, Petter Strafford escreve outro artigo, a 18 de Setembro de 1968, em que se centra no isolacionismo do regime de Salazar e nas próprias relações com o Reino Unido. Para o jornalista, Portugal não pode abdicar da Guiné-Bissau por duas razões: para defender a posição segundo a qual Portugal não recua e porque a retirada iria encorajar os nacionalistas de outros territórios que são economicamente mais importantes. Assim, adianta Strafford, Salazar enveredou por essa posição, que era considerada uma provocação por boa parte do mundo. “Foi uma política que arrefeceu substancialmente as relações com o Reino Unido, um amigo e aliado de tanto tempo, e isolou o país do resto da Europa.”

Já em Agosto de 1969, dia 6, uma pequena notícia refere-se a um dos episódios mais polémicos da luta nacionalista na Guiné-Bissau. Rafael Barbosa, um dos fundadores do PAIGC e presidente do comité central, jura lealdade a Portugal depois de ter sido libertado juntamente com outros 91 prisioneiros. O *Times* refere então que a informação provém das autoridades portuguesas e foi publicada pelos mais diversos jornais nacionais. Para além de Rafael Barbosa foi também libertado Raul Correia, “que tinha feito um curso na União Soviética em 1967”, ou Pascoal Anrigema, de 44 anos, também membro do PAIGC. O diário britânico dedica escassas linhas ao assunto mas não deixa de publicar parte da declaração de Barbosa. “Há cinco anos, iludido por promessas em nome dos ventos da história, deixei-me desviar do caminho exacto para um respeitável português. Cinco anos passaram, cinco anos de arrependimento, amargura e desilusão.” Disse que tinha meditado e que reconheceu o erro. O *Times* conta a história num texto com o título “líder rebelde faz vénia a Lisboa” e com mais pormenores do que fizera o *New York Times*.

A notícia é, dias depois, criticada por lorde Gifford, deputado trabalhista na Câmara dos Lordes e presidente do Comité para a Libertação de Angola, Moçambique e Guiné, que contesta a abordagem do diário britânico. “Seria desejável que tivessem dito que Barbosa foi

detido pela polícia secreta portuguesa a 13 de Março de 1962 e esteve preso desde então.” Depois conclui: “A verdadeira vitória é a que se alcança no interior Guiné, onde dois terços do território estão nas mãos dos movimentos de libertação.”

A segunda metade de 1970 é desastrosa para Portugal por uma série de acontecimentos que não escaparam ao *Times*. Primeiro, logo a 2 de Julho, a derrota moral e diplomática de ver Amílcar Cabral ser recebido no Vaticano pelo Papa Paulo VI. Não só Cabral, mas também Agostinho Neto, líder do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), e Marcelino dos Santos, da Frelimo. O facto provocou “um incidente diplomático em larga escala”, como o próprio *Times* referiu num artigo escrito a partir de Roma, de Peter Nichols. O embaixador no Vaticano, Eduardo Brazão, regressou a Lisboa e deixou uma mensagem de protesto ao secretário de Estado do Vaticano, cardeal Villot. Entretanto, o jornal oficial da Santa Sé, *L'Osservatore Romano*, citado pelo *Times*, minimizava a questão ao dizer que Paulo VI tinha saudado os líderes africanos e apelado para que seguissem os princípios cristãos com que tinham sido educados.

Chega Novembro de 1970 e, não estivesse a situação já suficientemente complicada para Portugal, é preparada a invasão da Guiné-Conacri que, como já vimos, foi acompanhada com detalhe pelo *New York Times*. Mas este acontecimento merece também o destaque do *Times*.

A primeira notícia sobre o assunto é publicada a 23 de Novembro. Na altura, através de um comunicado difundido pela rádio, Touré acusa Portugal de promover a agressão e diz que centenas de mercenários estão a combater as tropas do governo em Conacri. O *Times* junta informações de agências noticiosas como a Reuters, United Press International e AFP e publica que, segundo Touré, “o colonialismo português está a servir como testa-de-ponte [termo militar para designar a posição adiantada que se tomou ao inimigo e que servirá de ponto de apoio para ataques de maior envergadura] para a agressão. É ainda dito que, em Portugal, a censura cortara todas as referências às acusações de Touré.

Até ao final do ano as notícias sobre a invasão são quase diárias. Na edição de 24 de Novembro o jornalista Michael Wolfers procura fazer uma análise sobre as implicações da invasão e sublinha que a Guiné-Conacri se tornara independente em 1958, que isso fizera de Touré um herói do panafricanismo e que é em Conacri que está instalada a sede do PAIGC. Depois acrescenta: “Portugal está profundamente empenhado militarmente em manter as suas três potências coloniais em África, e em todas há uma guerrilha nacionalista activa e algum grau de controlo do território [...] Poderia desejar represálias contra a Guiné [Conacri], mas dificilmente poderia assumir o risco de uma acção militar aberta. É pouco provável que qualquer governo europeu dê qualquer passo para destituir um governo legítimo de um país

independente em África.” Wolfers, sabe-se hoje, estaria enganado quanto à probabilidade de Portugal embarcar numa perigosa aventura como se provou ser a Operação Mar Verde.

Spínola nega categoricamente qualquer envolvimento. No dia 25 o *Times* qualifica a invasão como “misteriosa” e noticia que “alguns prisioneiros foram capturados pelas tropas do governo da Guiné” e que as forças invasoras já teriam deixado o território. A tese da deposição do governo é contraposta com outra, segundo a qual o objectivo seria libertar prisioneiros portugueses. Um porta-voz do PAIGC que não é identificado desfaz as dúvidas sobre o que teria acontecido a Amílcar Cabral. “Está são e salvo.”

As Nações Unidas decidem enviar uma missão para averiguar o que realmente acontecera, como o *Times* noticia a 25 de Novembro, o que é considerado a única forma de investigar a invasão, uma vez que “Sékou Touré não permite a presença de jornalistas ocidentais na capital”. No dia seguinte chegam então à Guiné-Conacri cinco representantes das Nações Unidas, e a 30 de Novembro é noticiado pela rádio em Bissau (a estação não é referida, mas poderá tratar-se da Rádio Conacri) que chegaram à Guiné-Bissau, de barco, prisioneiros políticos juntamente com pessoas que teriam participado no ataque.

A missão das Nações Unidas acaba por encontrar “fortes provas” de que Portugal estivera envolvido, como o *Times* noticia a 3 de Dezembro num artigo de Michael Leapman a partir de Nova Iorque. “A conclusão mais importante é que o raide em Conacri teve apoio logístico que só poderia vir de um poder estrangeiro.”

Em Lagos, na Nigéria, é preparada uma reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros e outros representantes dos 38 membros da Organização de Unidade Africana para debater a invasão de Conacri. O resultado, explica o *Times* a 17 de Dezembro de 1970, é que os países africanos concordaram em duplicar a assistência militar e material à Guiné-Conacri e aumentar o apoio aos movimentos de guerrilha. “Nunca, em toda a história da OUA, tinha havido uma tão grande unanimidade de sentimentos e de indignação.”

O acompanhamento do que aconteceu em Conacri em Novembro de 1970 prolonga-se para lá do final do ano, até porque os acontecimentos o justificavam. Não foi simplesmente um episódio militar, mas sim um confronto de vertente diplomática que, como vimos, implicou reacções da ONU e da OUA.

O *Times* decide procurar mais informações nos países vizinhos. Foi o que fez o jornalista Russell Warren Howe, a partir de Dacar, e as informações que obteve foram aquelas que hoje se conhecem como o impiedoso desfecho da Operação Mar Verde: uma série de detenções e execuções dos opositores a Touré. Howe escreve então que o governo de Conacri não confirmava, mas que informações de fontes diplomáticas lhe tinham dado conta dessa



situação. Um dos executados seria o antigo ministro da Defesa, Fodeba Keita, que Touré já tinha acusado de conspiração.

Já a 25 de Janeiro, e a partir de informações divulgadas pela agência Reuters, que cita a Rádio Conacri, o *Times* noticia que 92 pessoas foram condenadas à morte, e que outras – entre as quais dois alemães, três franceses e o próprio arcebispo de Conacri, Raymond-Marie Tchidimbo – teriam sido condenados a trabalhos forçados para o resto da vida. Os cidadãos estrangeiros referidos são Hermann Siebold, um líder eclesiástico que trabalhava numa escola em Conacri, Adolf Marx, director de uma fábrica de cerveja francesa em Conacri, Jean-Paul Alata, um conselheiro da presidência para a área da economia e outros dois franceses cujos apelidos são Gemael e Démarchelier, referidos como homens de negócios.

Apesar de as atenções estarem agora concentradas na acção de Touré no território, e portanto mais afastadas do envolvimento de Portugal na operação militar que desencadeara todo o processo, Portugal não deixa de continuar na berlinda na ONU. A 16 de Julho de 1971 o *Times* publica a notícia da aprovação, por parte do Conselho de Segurança, do envio de uma missão para investigar a situação na fronteira entre o Senegal e a Guiné. O tema não era novo, como já vimos, tão pouco as acusações de Dacar. Os Estados Unidos e o Reino Unido abstiveram-se de votar a decisão.

Amílcar Cabral volta a visitar o Reino Unido no Outono de 1971, e nessa altura o *Times* publica um pequeno artigo a antecipar a chegada do secretário-geral do PAIGC, que define como “um líder da libertação e um escritor revolucionário”. É explicado que o seu percurso revolucionário começara enquanto estudante em Lisboa e que o movimento que dirige reclama o controlo sobre dois terços do território da Guiné-Bissau.

O artigo sobre a visita é depois publicado a 25 de Outubro, mas não é assinado. Lê-se que Amílcar Cabral “é pouco conhecido” no Reino Unido, que a visita “é rara” mas que se trata de um líder com uma posição especial “pela sua particularidade enquanto teórico da luta contra o colonialismo na Guiné-Bissau”. Sobre os objectivos da visita, o *Times* antevê: “O Reino Unido é um aliado próximo de Portugal. Mas serão as implicações dessa aliança que Cabral tentará explorar nas intervenções e debates que terá esta semana.”

No dia seguinte, um artigo de Michael Wolfers resume as intervenções de Cabral em Londres e destaca o facto de o líder do PAIGC ter dito que possuía os meios necessários para atacar Bissau e a segunda cidade, Bafatá. A conferência de Cabral foi dada na Câmara dos Comuns e Wolfers refere que, apesar de o líder do PAIGC sublinhar as capacidades militares do movimento, considera que “chegou a hora de parar com a destruição”. Uma vez mais, Cabral apela a negociações com Portugal.

O líder do PAIGC explica ainda aos jornalistas britânicos os motivos pelos quais considera que a derrota de Portugal é inevitável. “Portugal já percebeu que não pode ganhar na Guiné-Bissau, não só por causa do Exército e das armas do PAIGC mas também por causas das convicções das pessoas nas zonas libertadas.” O embaixador português no Reino Unido, António Leite Faria, escreve ao *Times* a contestar as declarações de Cabral e a negar, por exemplo que o PAIGC controle três quartos do território. Diz que a geografia da Guiné permite rápidas incursões a partir da fronteira, que são feitas “para intimidar” e às quais sucede “o rápido regresso às bases”. O artigo é publicado a 22 de Novembro, quase um mês após a visita de Cabral. E a guerra, recorde-se, já durava há dez anos.

Entretanto, em Fevereiro de 1972, Amílcar Cabral é recebido pelo Conselho de Segurança da ONU, onde se refere aos guerrilheiros do PAIGC como soldados anónimos das Nações Unidas. Apela a que seja enviada uma delegação da ONU à Guiné-Bissau e sublinha que não está ali para pedir a expulsão de Portugal das Nações Unidas, adianta o *Times*.

O pedido do PAIGC é acolhido e a ONU envia para as zonas libertadas um grupo de três diplomatas, chefiado pelo equatoriano Horácio Sevilla-Borja. Passaram uma semana no território, mas Portugal nega a presença de diplomatas da ONU na Guiné-Bissau. Ao regressarem dizem ter ouvido bombardeamentos por todo o lado e ataques que se terão intensificado devido à sua presença, e dizem também que viram crianças dos 6 aos 15 anos em escolas no meio das florestas “que podiam deslocar-se facilmente para que fossem evitados os locais dos bombardeamentos”. Sevilla-Borja, citado pelo *Times*, resume a situação desta forma: “Os portugueses não podem fazer nada no terreno. Lançam bombas e tropas de helicóptero. Depois as tropas têm de voar outra vez.”

O ano de 1973, como já vimos, não poderia começar da pior maneira para o PAIGC. Amílcar Cabral é assassinado a 21 de Janeiro e no dia seguinte o *Times* publica um obituário em que o descreve como um líder africano “reconhecido pelo seu trabalho e pelos seus textos” e “um dos excepcionais líderes políticos e pensadores da África moderna”. É ainda referido, depois de se fazer um breve resumo do seu percurso, que foi após o massacre de Pidjiguiti que Cabral “demonstrou as suas qualidades pessoais de paciência, coragem e visão política que cedo o tornaram, e ao movimento que liderou, no mais formidável opositor ao regime colonial português”.

O *Times* refere ainda, com base em informações da Reuters, que “os prováveis responsáveis pelo assassínio foram detidos”, de acordo com declarações de Sékou Touré. E quando o Presidente da Guiné-Conacri anuncia que Cabral foi morto por um dos seus antigos companheiros e comandante naval, Inocêncio Cani, o *Times* também publica essa informação,

a 25 de Janeiro. São dados mais pormenores, como o facto de Aristides Pereira ter sido raptado e levado numa embarcação após o assassinio de Cabral.

Chega a ser noticiado por vários órgãos de informação internacionais, *Times* incluído, que o sucessor de Cabral seria o economista Vítor Monteiro, formado em Lisboa, mas essa informação não era verdadeira. Uma pequena notícia de dez linhas encerra a cobertura da morte de Cabral no *Times*, para referir apenas que o líder do PAIGC teve um funeral de Estado em Conacri, num estádio de futebol onde acorreram cerca de 50 mil pessoas. Foi uma notícia curta, sem tantos pormenores como os que tinham sido dados pelo *New York Times*.

Já em Setembro de 1973, quando a Guiné declara unilateralmente a independência, lê-se no *Times* que “as autoridades portuguesas duvidam que haja alguma substância” nesse anúncio. A independência é reconhecida a 2 de Novembro pela Assembleia Geral da ONU com 93 votos a favor, sete contra e três abstenções. “O Reino Unido e os Estados Unidos votaram contra a resolução, tal como fizeram Portugal, o Brasil, Espanha, África do Sul e Grécia”, salienta o *Times*. Este não viria a ser um único revés para Portugal no Palácio de Vidro de Nova Iorque em 1973. A Assembleia Geral viria a decidir, em Dezembro, que a delegação portuguesa representava apenas “o Portugal metropolitano e não Angola, Moçambique ou a Guiné Portuguesa”, escreveu o *Times*.

Luís Cabral fez em Novembro uma visita de dez dias ao Norte da Guiné-Bissau, entre os dias 5 e 10, “para contactar com a população” e levou um grupo de jornalistas estrangeiros, lê-se no *Times* a 19 de Novembro. Não são referidos os nomes dos repórteres ou dos órgãos de comunicação social, mas no dia 23 fica a saber-se que um dos repórteres foi Justin Mendy, que assina um artigo no *Times*.

“A visita foi encarada pelos responsáveis do movimento nacionalista que proclamou a nova república como a melhor resposta às alegações portuguesas de que o PAIGC não controla nenhuma parte do território”, explica Mendy. Na altura, diz, mais de metade dos membros da ONU tinham reconhecido o novo país. Durante a visita houve dois confrontos com os militares portugueses e um membro do PAIGC ficou ferido sem gravidade. O repórter refere ainda alguns números que lhe tinham sido fornecidos pelo partido: entre 15.000 e 16.000 alunos frequentam as 170 escolas nas zonas controladas pelo PAIGC, há 350 professores e 600 adultos também a estudar.

Faltava pouco para que começassem as negociações com Portugal. Logo a 17 de Maio de 1974 o *Times* reporta a ida a Dacar de Mário Soares, para se encontrar com o líder do PAIGC Aristides Pereira. “A visita surpresa aumenta a esperança de que um acordo esteja iminente.”

Entrevistado pela *Jeune Afrique*, o então ministro dos Negócios Estrangeiros do governo provisório, Mário Soares, afirma que o novo governo é a favor da descolonização e não do neocolonialismo e adianta que, ainda essa semana, terá lugar um encontro com líderes do PAIGC em Londres, sublinha o *Times*. O diário britânico deu algum destaque a essa entrevista, tal como viria a dar às negociações na capital britânica.

Ao partir para Londres Soares considera que a primeira tarefa será alcançar um cessar-fogo. Depois disso, o futuro dos três territórios em África passará por um referendo, diz, expressando assim aquela que era a perspectiva de Spínola. “Os detalhes do referendo ainda não foram determinados”, disse ao *Times*, tal como foi também referido no *New York Times*.

A cobertura das negociações em Londres pelo diário britânico cabe ao jornalista Nicholas Ashford. Acompanhado pelo tenente-coronel Almeida Bruno, conselheiro militar do Presidente Spínola, Soares deixara claro que essas conversações seriam sobretudo sobre um cessar-fogo.

Na edição de 27 de Maio, a perspectiva do diário britânico é que as negociações não estariam a decorrer como era esperado. “Apesar de os dois lados admitirem que houve progressos no primeiro encontro e que a atmosfera das conversações é amigável, os representantes do movimento de libertação mostraram-se intransigentes quanto a uma série de questões”, escreve Nicholas Ashford. O PAIGC estaria a condicionar o cessar-fogo a quatro questões: o reconhecimento do Estado da Guiné-Bissau e o reconhecimento do direito à autodeterminação e à independência; o reconhecimento do direito à independência de Angola e Moçambique; o acordo de Portugal para discutir estas questões com a Frelimo e o MPLA; e o “reagrupamento” das forças portuguesas na Guiné-Bissau.

A 28 de Maio o *Times* sublinha que as negociações entraram no quarto dia “sem uma indicação clara”. Soares acaba por regressar a Lisboa, “uma partida abrupta”, diz o *Times* no dia 29. “Assume-se que foram chamados para consultas com o Presidente Spínola.” Era o caso. Soares encontra-se com Spínola e regressa a Londres dois dias depois, recorde-se. “Apesar de as duas delegações nada dizerem sobre as negociações, parece que um acordo final irá contemplar o cessar-fogo e o reconhecimento ‘de facto’ do Estado da Guiné-Bissau por parte de Portugal”, lê-se no *Times*. “Também é esperado um acordo sobre troca de prisioneiros de guerra.”

As negociações com o PAIGC são adiadas, mas o vice secretário-geral do movimento, Luís Cabral, apela a que sejam retomadas em Argel. Uma mudança de posição por parte de Portugal terá tido lugar no final de Julho, quando Spínola, num comunicado transmitido via rádio, anuncia que reconhece o direito dos três territórios à independência, o que vem dar

lugar à lei 7/74 que abre caminho à descolonização. O *Times* analisa desta forma o significado desse anúncio, num artigo publicado a 29 de Julho: “Sugere que o novo governo do coronel [Vasco] Gonçalves quer avançar com a questão de África antes que fique fora de controlo.”

A partir de informações da Reuters, o *Times* noticia a 5 de Agosto a intenção de Portugal reconhecer a independência da Guiné-Bissau, e três dias depois um artigo de Jose Shercliff cita Spínola a afirmar que “as ilhas de Cabo Verde decidirão por si a questão da independência”.

Mário Soares e o ministro da Coordenação Interterritorial Almeida Santos voam então para Argel para reiniciar as conversações, mas o *Times* adianta também que Spínola interrompera as férias para uma reunião extraordinária do Conselho de Estado, “devido a rumores de fricção com as forças armadas”.

A 26 de Agosto o *Times* diz que será assinado no dia seguinte um acordo de reconhecimento da independência. Assim foi. Na edição de dia 27 o diário londrino publica um artigo de três colunas cujo título era “Lisboa deixa a Guiné-Bissau”. O texto, que não foi assinado, começa assim: “Argélia, 26 de Agosto. Portugal e a guerrilha da Guiné-Bissau assinaram aqui esta tarde um acordo que põe fim a quatro séculos de domínio português naquele território da África Ocidental.”

O acordo foi assinado no Palácio do Povo por Mário Soares e Pedro Pires em representação do PAIGC. É estabelecido que a independência será reconhecida por Portugal a 10 de Setembro e que todas as forças portuguesas sairão da Guiné-Bissau até 31 de Outubro. O cessar-fogo seria imediato, mas na verdade os dois adversários militares já tinham interrompido os confrontos, como relatara o *New York Times* nas reportagens publicadas a 24 de Junho e nos dias seguintes. Soares diz numa entrevista ao jornal *República*, citada pelo *Times*: “Uma triste página na nossa história com a Guiné foi voltada. Desta forma pomos fim a uma guerra e podemos começar uma fase de cooperação entre o nosso país e a Guiné-Bissau.”

O caminho para a independência foi resumido por Nicholas Ashford num artigo publicado a 27 de Agosto de 1974, quase um ano após a declaração unilateral do PAIGC. “Provavelmente poucos daqueles que estiveram no encontro na região de Boé [em que foi declarada a independência] em Setembro imaginaram que, apesar do reconhecimento internacional que se seguiu à declaração, a independência poderia ser conseguida tão rápido e através de negociações com Portugal”, considera o jornalista do *Times*. Spínola, acrescenta, teria preferido uma solução federal, “mas percebeu que as guerras em África se estavam a tornar no Vietname de Portugal”. São novamente referidas as escolas, os nove hospitais, os 116

postos médicos, as estruturas que entretanto tinham sido criadas nas zonas libertadas e que facilitaram a transição.

Por fim, Ashford sublinha que o país irá precisar de apoio internacional nos anos seguintes, “em particular para o desenvolvimento de infra-estruturas”. E conclui: “Washington e Moscovo estarão ansiosas por ver o quanto não alinhado o país pretende ser.”

Foi também Nicholas Ashford quem acompanhou a festa da independência, que descreveu na edição de 11 de Setembro. “A presença portuguesa na África ocidental que durou cerca de 500 anos chegou hoje ao fim numa cerimónia que durou menos de 10 minutos e em que Portugal reconheceu a independência da Guiné-Bissau.”

### **2.2.5 – A Guiné nas páginas do *Le Monde***

Se nos Estados Unidos e no Reino Unido o *New York Times* e o *Times* eram dos principais órgãos de informação onde podiam ser encontradas notícias sobre Portugal e a Guiné-Bissau, em França o *Le Monde* assumia-se como uma das principais fontes de informação. A 16 de Maio de 1964 é publicada uma notícia sobre o PAIGC que não é apenas a divulgação de informações referidas num comunicado do partido. Amílcar Cabral esteve nesses dias em Paris e deu uma conferência de imprensa em que, a julgar pela avaliação do jornalista, o tema principal foi a denúncia da ajuda militar prestada pela NATO a Portugal.

Cabral refere que o movimento independentista controla um terço do território. “Mais de um terço do país está já libertado e foi no interior do território que o PAIGC teve, em Fevereiro, o seu último congresso nacional.” O líder do partido referia-se ao Congresso de Cassacá, que como vimos foi um dos mais importantes na história do PAIGC.

A acusação à NATO é então feita através de uma pergunta deixada por Cabral nessa conferência de imprensa. “Se Portugal estiver só não será difícil combatê-lo. Iremos derrotá-lo de qualquer forma, mas como poderemos esquecer, após a libertação, a ajuda que recebeu dos seus aliados e que o beneficiaram na luta que trava contra nós?” Ao defender que Portugal não estava em condições de suportar aquele esforço militar em África “pelos seus próprios meios”, Amílcar Cabral conclui: “Não somos contra a NATO, mas acreditamos que Portugal, ao praticar o genocídio contra o nosso povo, trai os princípios dos seus parceiros... Somos pela cooperação com todos os países, mas amanhã será em função do comportamento de cada um para com a nossa luta que estabeleceremos as nossas ligações com os outros povos.”

O artigo sobre a conferência de imprensa de Amílcar Cabral não é assinado, tal com não é referida a autoria de uma outra notícia publicada dias depois, a 23 de Maio, em que o *Le Monde* diz que os confrontos na “Guiné dita Portuguesa” se alastraram a Norte – segundo diversas cronologias isso teria acontecido já em Julho de 1963 – e que agora, em resultado dos confrontos, há um grande afluxo de refugiados para o Senegal, que atravessam a fronteira para a região de Casamansa. A situação, diz o artigo, está a causar “numerosos problemas às autoridades senegalesas”.

Na segunda metade de 1964 foram publicados no *Le Monde* dois artigos sobre a Guiné. O primeiro, de 9 de Outubro, refere-se a acusações de violação de fronteira: a Guiné-Conacri acusa Portugal de violação do seu espaço aéreo, o que foi feito através do representante permanente do país na ONU, Achkar Marof, que presidia também à comissão especial da ONU contra o *apartheid*. A informação tem a Reuters como fonte e, segundo o que foi publicado, Achkar não estava a pedir, “para já”, qualquer atitude particular da ONU, embora tenha querido “atrair a atenção do Conselho de Segurança para esta questão”. Tratava-se, no fundo, de uma situação semelhante à que acontecera já em 1963 com o Senegal.

No dia 27 de Fevereiro de 1965 o Senegal volta a apresentar uma queixa nas Nações Unidas, como sublinha o diário francês a partir de uma notícia da UPI, uma vez mais pela violação de espaço aéreo na região junto à fronteira com a Guiné-Bissau, e desta vez porque militares portugueses “destruíram as aldeias de Ngorée e de Ngobry”, a dois quilómetros da fronteira. A população terá fugido mas a representação da ONU no Senegal deixa um alerta: “Não podemos permanecer passivos durante muito mais tempo perante actos de provocação tão frequentes.”

Entretanto o PAIGC prossegue com o seu objectivo de conquistar um maior apoio internacional e acaba por ser reconhecido pela Organização de Unidade Africana em Março de 1965, como noticia o *Le Monde* a partir de informações da AFP e da Reuters. O ministro guineense dos Negócios Estrangeiros, Lansana Beauvogui, anuncia numa declaração difundida pela rádio Voz da Revolução em Dacar que o conselho de ministros da OUA decidira reconhecer o PAIGC “como único movimento de libertação da Guiné Portuguesa”. E acrescenta: “A Frente de Luta pela Independência Nacional da Guiné-Bissau (FLING) está definitivamente riscada da lista de movimentos a ajudar.” O artigo termina com um parêntesis do *Le Monde* a referir que a decisão guineense poderá favorecer o reagrupamento de várias forças independentistas da Guiné Portuguesa e é referido que a FLING, com sede em Dacar, está dividida por querelas pessoais.

Ainda em Março de 1965, mas já no dia 24, Amílcar Cabral está de visita à Argélia e dá uma conferência de imprensa em que sublinha o facto de o PAIGC controlar já cerca de metade do território da Guiné-Bissau. O *Le Monde* publica essa afirmação em título, numa pequena notícia da página dedicada a assuntos africanos que vem apenas assinada por “correspondente”.

Nessa conferência de imprensa é feito um balanço da situação no território e o líder do PAIGC adianta que o movimento tem já cerca de 10 mil combatentes e estima que as forças portuguesas no território integrem cerca de 20 mil efectivos. É ainda salientada a ajuda directa que o PAIGC recebe da Guiné-Conacri e Cabral descreve ainda a batalha na ilha do Como que teria custado ao Exército português cerca de 600 mortes, segundo o líder do PAIGC. O número foi largamente inflacionado, uma vez que os dados oficiais referem hoje que, em todo o ano de 1964, morreram em confrontos na Guiné 78 militares portugueses, enquanto relatos de intervenientes na Batalha do Como apontam para 9 mortos e 47 feridos entre os militares portugueses. Apesar de este ter sido um dos mais pesados confrontos na Guiné, que se traduziu numa derrota para os militares portugueses, só passado um ano é que o *Le Monde* se refere à operação devido à conferência de Cabral em Argel, enquanto o *New York Times* noticiara a operação logo em Abril de 1964.

O diferendo entre o Senegal e Portugal continua em Maio de 1965, quando Portugal acusa Dacar, no Conselho de Segurança da ONU, de “dar asilo a bandos armados”, diz o *Monde*, enquanto o Senegal acusa as forças portuguesas de violação de fronteira. O delegado português na ONU, Bonifácio de Miranda, nega que tenha sido violado o espaço aéreo do Senegal a não ser uma vez, “por erro de navegação”, em Outubro de 1963, ao que se terá seguido um pedido de desculpas formal às autoridades de Dacar.

O debate no Conselho de Segurança sobre este assunto continua no final de Maio e o *Le Monde* publica, nos dias 20 e 21, que a Costa do Marfim, a Malásia e a Jordânia apresentaram um projecto de resolução para condenar Portugal em que são “deploradas todas as incursões das forças militares portuguesas em território senegalês”. A resolução, que Bonifácio de Miranda considerou “totalmente inaceitável”, foi aprovada no dia seguinte, por unanimidade.

O diário francês noticia também uma forte actividade militar na Guiné-Bissau em Abril de 1965 e, a 28 de Maio, publica uma notícia baseada num comunicado do PAIGC, que afirma ter morto 76 militares portugueses num ataque, enquanto um outro comunicado das forças portuguesas relata “perdas importantes” dos nacionalistas. Sem repórteres no terreno, como vimos, os jornais pouco mais podiam fazer do que publicar as informações que lhes chegavam dos dois lados, citando as fontes, sem hipótese de confirmar o resultado dos ataques militares.



Com o apoio do governo do Senegal, o *Le Monde* publica na edição de 8 de Junho de 1965 um suplemento inteiro sobre este país. E, lá dentro, um dos artigos tem como título “A espinhosa questão da Guiné Portuguesa”. É referido que, quando o Senegal declarou a independência, as relações com Portugal eram “excelentes”, mas que depois se “deterioraram rapidamente”. O texto, que não é assinado, sublinha que o Senegal “condena a política colonial dos dirigentes de Lisboa que recusam o diálogo com os nacionalistas africanos”. E, claro, são recordados os incidentes na fronteira e o diferendo no âmbito da ONU, para além de um maior apoio do Senegal ao PAIGC, depois de vários anos em que o país “deu crédito exclusivo aos nacionalistas moderados”, lê-se no artigo, que cita a FLING enquanto movimento mais moderado do que o PAIGC.

Na Primavera de 1965 o PAIGC emite um novo comunicado, citado pelo *Le Monde*, em que refere progressos do movimento no Norte do país e noticia a deserção de três soldados portugueses – Jorge Pires, António Barracosa e José Amorim. A “guerra da informação” prossegue em Junho, quando o PAIGC emite um comunicado em que refere a morte de 21 militares portugueses enquanto as autoridades portuguesas noticiam quatro mortes. Na edição de dia 11 o *Le Monde* junta as duas informações, que lhe tinham chegado das agências Associated Press e Reuters.

Já em 1966, na edição de 19 de Janeiro, o jornal francês refere-se à deterioração das relações entre o Senegal e a Guiné-Conacri e, a meio do texto, sublinha um dos pontos de divergência. “Dacar e Conacri divergem há muito tempo em relação aos movimentos nacionalistas da Guiné Portuguesa, com o Senegal a apoiar de preferência os elementos moderados no seio da FLING enquanto a Guiné apoia exclusivamente o PAIGC de Amílcar Cabral, claramente mais radical.”

Chegamos então a Fevereiro, o mês em que se reúne o Comité de Libertação da Organização de Unidade Africana, em Dar es Salam, para debater a situação nas colónias portuguesas. A notícia do *Le Monde* não refere a situação na Guiné-Bissau porque as atenções estão voltadas para Moçambique e Angola, onde “os progressos têm sido mais lentos.”

Em conferência de imprensa, em Junho de 1966, Amílcar Cabral apela ao governo francês para que não ajude Portugal: “A França, país da democracia e da liberdade, deve dar o exemplo ao mundo.”

Como já acontecera em anos anteriores, no final de 1966 chegam também notícias sobre o balanço da guerra, com cada uma das partes a divulgar os seus sucessos militares, ou com as autoridades portuguesas a anunciar um aumento do orçamento destinado à Defesa em consequência do cada vez maior esforço financeiro que a guerra implicava. Desta vez, logo na

primeira edição de 1967, o *Le Monde* reproduz informações divulgadas pela agência AFP, com base num comunicado do PAIGC, segundo as quais teriam sido mortos 345 militares portugueses e ficado feridos várias centenas entre 1 de Setembro e 23 de Novembro de 1966. Nessa altura, segundo o PAIGC, teriam também morrido cinco nacionalistas. O movimento reivindica a autoria de 33 ataques ao longo desses meses, durante os quais afirma ter destruído oito casernas, duas centrais eléctricas, nove veículos e um avião das autoridades portuguesas. As notícias sobre a guerra nos territórios africanos sob domínio português no *Le Monde* sucedem-se, durante algum tempo, ao sabor do que é dito por uma ou outra das partes em conflito. E em cada comunicado enaltece-se o sucesso das operações e diz-se que as vítimas do outro lado são muitas, perante uma ou outra perda a lamentar pela parte que emite a informação. A AFP, por exemplo, faz eco em Maio de 1967 de um comunicado oficial das autoridades portuguesas segundo o qual morreram na Guiné 79 guerrilheiros em duas semanas, enquanto 20 rebeldes foram também mortos em Angola entre 23 e 29 de Abril. No mesmo mês o PAIGC “responde” a estas declarações e o *Le Monde* publica na edição de dia 13 que, segundo o movimento independentista, os soldados portugueses estavam cercados na região de Madina de Boé. O PAIGC garante que no primeiro trimestre do ano tinham sido mortos pelos guerrilheiros 26 soldados. E acrescenta: “Muitos camiões foram destruídos e dois aviões abatidos na região de Bissau.”

No início de Outubro (a notícia é publicada dia 6) o PAIGC volta a emitir um comunicado em que afirma terem sido mortos na Guiné 120 militares portugueses no mês de Agosto. Foi também da responsabilidade deste movimento, diz o comunicado, a destruição de uma central eléctrica e de instalações militares no porto de Binta.

Na Guiné os confrontos prosseguem. No Norte do território, em São Domingos, as forças portuguesas anunciam através de comunicado, difundido pela AFP e depois pelo *Le Monde*, que houve fortes confrontos e que daí resultou a morte de 12 rebeldes. Seis militares ficaram feridos e foram também apreendidas armas, lê-se ainda no documento.

Essa notícia foi publicada a 15 de Novembro e bastaram três dias para que o PAIGC emitisse a sua versão sobre o que estava a acontecer na frente Norte do conflito. E o que estava a acontecer, segundo o movimento de libertação, era “uma pressão sobre o dispositivo português quase constante”. Segundo o PAIGC tinham morrido naquela zona 27 militares portugueses e os confrontos causaram “dezenas de feridos”.

À pressão militar no território junta-se também a pressão diplomática. Em Dezembro de 1967 volta a haver uma queixa do Senegal contra Portugal na ONU devido a casos de violação de fronteira por militares que combatiam os guerrilheiros na Guiné. O *Le Monde* cita

informações da Reuters, na edição de 3 e 4 de Dezembro, segundo as quais a queixa se referia a três casos: um avião português sobrevoara uma localidade senegalesa a 7 de Outubro; militares portugueses atravessaram a fronteira para a localidade de Salikenie e lançaram duas granadas a 5 de Novembro; e no mesmo dia forças portuguesas teriam atravessado também a fronteira para Tanaff, tendo “raptado” um homem e agredido uma mulher.

No início de 1968 o Presidente da República, Américo Thomaz, anuncia que visitará a Guiné e Cabo Verde e o *Le Monde* dá a notícia, a 13 de Janeiro. A viagem está prevista para o final do mês e o diário francês salienta que está a ser interpretada “como uma determinação do governo português a opor-se a qualquer mudança política nos territórios africanos”.

Os acontecimentos na Guiné sob domínio português voltam a ser notícia quando Américo Thomaz chega ao território, não no final de Janeiro como chegara a ser noticiado mas no início de Fevereiro. O *Le Monde* refere-se à visita na edição dos dias 4 e 5. Em Bissau, Américo Thomaz diz que a Europa Ocidental “perdeu a sua posição de líder no mundo” e defende que isso aconteceu porque “abriu as portas de África aos inimigos do Ocidente”. E acrescenta que Portugal não desarmará “não só para sua própria defesa como também pela defesa da civilização cristã ocidental”.

A guerra colonial portuguesa volta a ser tema abordado pelo *Le Monde* a 20 de Abril de 1969, quando o jornal dedica uma página inteira com um artigo intitulado “Portugal e os territórios africanos”. O pretexto do artigo é a primeira viagem à Guiné, Angola e Moçambique de Marcelo Caetano enquanto chefe do governo, aliás a primeira vez que um líder do Executivo visita os territórios em África.

Portugal, adianta então o diário francês, é “um país de navegadores e de colonizadores que recusa obstinadamente admitir que os povos dominados possam aceder à independência”. O texto é de Marcel Niedergang e foi publicado juntamente com cronologias dos principais acontecimentos na Guiné-Bissau, em Angola e em Moçambique, para além de uma ficha para cada território com uma breve descrição dos vários movimentos de libertação.

Em cada um dos territórios Caetano lançou apelos ao fim da guerrilha e reiterou a intenção do governo português em manter a ordem, adianta Niedergang. “A guerra colonial portuguesa em África é uma das menos conhecidas. É verdade que a insurreição nacionalista, desencadeada a partir de Fevereiro de 1961 em Angola, nunca conseguiu, salvo na Guiné-Bissau, uma base suficiente e que foi seriamente fragilizada por querelas internas entre as diversas facções envolvidas na luta”, adianta o jornalista do *Le Monde*. Depois refere, tal como fizeram também o *New York Times* e *Times*, que a guerra custa a Portugal 40 por cento do orçamento e que o serviço militar é de quatro anos.

Apesar de Angola e Moçambique serem então os palcos africanos mais importantes para Portugal, Niedergang escolhe outro cenário como exemplo do conflito, e atribui a responsabilidade do sucesso do movimento da libertação na Guiné-Bissau ao líder do PAIGC. “Os resultados mais espectaculares foram conseguidos pelos nacionalistas africanos na Guiné-Bissau, graças às qualidades excepcionais de um líder como Amílcar Cabral que casou de forma feliz a visão política e a luta armada.”

No quadro que acompanha a cronologia sobre a Guiné, relativo aos movimentos de libertação, só a FLING aparece a par do PAIGC, definida como “um pequeno grupo de tendência reformista dirigido por Lopez da Silva. Na cronologia constam, por exemplo, a fundação do PAIGC em 1956 ou os confrontos na ilha do Como (1964).

Na viagem que serviu de pretexto para este artigo, Marcelo Caetano discursou em Lourenço Marques e prometeu “uma maior autonomia administrativa e financeira”, ainda que tenha referido que essa autonomia não conduziria à desintegração “porque a união faz a força”.

A notícia que o diário francês vem a publicar a 7 de Agosto de 1969 será das que mais terá surpreendido os leitores que acompanhavam a questão colonial portuguesa. “Libertados 92 nacionalistas” é o título de um pequeno texto de 8 linhas que o *Le Monde* publicou com base em informações da AFP e da Associated Press. A informação, recorde-se, também foi dada pelo *New York Times* e pelo *Times*. No primeiro parágrafo o diário francês explica que o anúncio fora feito pelo governo português e que os 92 libertados eram membros do PAIGC que tinham “prometido lealdade” a Portugal. Entre eles estava Rafael Barbosa, fundador do PAIGC que tinha sido detido já em 1967 quando regressava de uma viagem a Moscovo. Não são explicados mais pormenores, mas o “juramento de lealdade” surpreende o PAIGC e levou a que se questionassem as circunstâncias das declarações de Rafael Barbosa.

No Verão de 1969 Amílcar Cabral visita a Argélia e a sua conferência de imprensa é acompanhada pelo correspondente do *Le Monde* neste país, Gérard Viratelle. Mas, mais do que as declarações de Cabral, o destaque do texto que é publicado na edição de 20 de Agosto vai para as declarações de cinco soldados que desertaram e que agora denunciam a violência perpetrada na Guiné-Bissau pelo Exército português. Os cinco desertores que acompanham Cabral, e que não são identificados, dizem ter sido “testemunhas de represálias das tropas portuguesas contra os rebeldes ou os civis guineenses”. Um deles diz ter assistido a sessões de tortura com choques eléctricos ou outro tipo de agressões, bem como a ordens para matar toda a população de uma aldeia de cerca de 80 pessoas, incluindo mulheres e crianças. As mulheres, adianta o desertor citado pelo *Le Monde*, deveriam ser mortas se recusassem abandonar as casas, “deixando-se de lado as mulheres mais jovens para que fossem violadas”.

Devido à presença dos cinco desertores, as declarações de Cabral acabaram por ficar para segundo plano. O líder do PAIGC garantiu que o movimento ocupa agora “três quartos do país” e lançou um apelo à França para que “modifique a sua actuação em relação a Portugal”. Nas Nações Unidas, já no final de Novembro, o Conselho de Segurança volta a avaliar uma queixa do Senegal contra Portugal. A acusação centra-se num ataque à vila senegalesa de Samine, a 25 de Novembro, e as autoridades do Senegal adiantam que nos bombardeamentos morreu uma mulher de 26 anos. O Senegal pede uma condenação severa mas, como refere a edição do *Le Monde* de 6 de Dezembro, o representante português na ONU, Francisco Bonifácio de Miranda, responde que Portugal “tem o direito de se defender contra os ataques lançados a partir do Senegal contra a Guiné Portuguesa”.

A tensão entre Portugal e o Senegal é também referida pelo *Le Monde* a 12 de Dezembro, quando o Presidente senegalês Léopold Senghor visita a França. Diz nessa altura que não pedirá às tropas francesas apoio na fronteira do Senegal com a Guiné-Bissau – “não se trata de pedir que combatam no nosso lugar” – mas assume um pedido de apoio logístico. “O que pedimos é que nos dêem armas. Pedimos à França três aviões para transportar tropas.” O texto refere ainda uma notícia da AFP que anuncia ter sido concedido pela França ao Senegal “um apoio logístico temporário”.

O *Le Monde* volta a referir-se à situação na Guiné-Bissau a 22 de Abril de 1970, quando um enviado do jornal à localidade fronteiriça senegalesa de Ziguinchor, Philippe Decraene, escreve que as medidas de protecção adoptadas pelo Senegal estarão a prejudicar os combatentes nacionalistas da Guiné. Decraene refere que o esforço português para assumir o controlo de zonas tomadas pelos nacionalistas parece “colher os primeiros frutos” oito anos após o início dos confrontos. O correspondente do *Le Monde* adianta que as autoridades senegalesas deslocaram tropas para o Sul após o bombardeamento de Samine e que os nacionalistas guineenses em Casamansa “não têm agora a mesma liberdade de acção e estão mais expostos às represálias portuguesas”. Adianta ainda que Senghor “não pode aprovar sem reservas” a actuação dos nacionalistas da Guiné-Bissau por defender uma solução pacífica. “O socialismo africano dos dirigentes senegaleses é diferente do marxismo ortodoxo que reclamam os chefes da rebelião guineense”, diz.

Numa secção designada Tribuna Internacional, o *Le Monde* publica a 27 de Junho um artigo do secretário do Comité francês de apoio à luta nas colónias portuguesas (Comité national de soutien à la lutte dans les colonies portugaises) em Paris, Gil Tchernia, com o título “A responsabilidade do Ocidente na guerra colonial portuguesa”. É um artigo relativamente extenso em que Tchernia refere que está prestes a realizar-se em Roma a primeira conferência

internacional na Europa dedicada aos povos das colónias portuguesas. Trata-se uma conferência organizada pelo MPLA, a Frelimo e o PAIGC que integrará organizações e jornalistas vindos de diversos pontos da Europa. “Tem como objectivo alertar uma vez mais o público sobre a responsabilidade dos governos europeus numa guerra colonial pouco conhecida e mostrar quais são os objectivos dos movimentos de libertação e os métodos que empregam.”

Nesse artigo, Tchernia cita Amílcar Cabral: “É talvez muito cedo para escrever a história da luta de libertação dos povos das colónias portuguesas, mas os que o fizerem um dia não esquecerão o muro de silêncio erguido pelo colonialismo português em torno dos nossos povos”. O seu texto inclui também críticas à posição de França que ajudam a compreender melhor as afirmações que já tinham sido feitas por Cabral. “Nesta guerra, a França, que se vê passados estes anos como uma campeã da independência africana, apoia Portugal ao fornecer-lhe ajuda diplomática, económica e militar.” Entre os equipamentos fornecidos estarão quatro fragatas e quatro submarinos de tipo Daphné, helicópteros Alouette II e Alouette III. “A França apoia Portugal nas assembleias internacionais. Na ONU abstém-se de votar contra as resoluções que condenam a política colonial portuguesa”, adianta Tchernia.

No início de Julho, e tal como fizera o *Times*, também o *Le Monde* noticia a recepção dos líderes africanos pelo Papa Paulo VI. Na edição de dia 4 o jornal refere que a recepção papal “suscitou vivas reacções e um protesto do governo português”. A fonte da informação é a AFP e na notícia lê-se também que o embaixador de Portugal na Santa Sé, Eduardo Brazão, partira rumo a Lisboa. O próprio Amílcar Cabral diz aos jornalistas que a recepção papal fora “um facto político e moral da mais alta importância”.

Três dias depois o diário francês noticia a deterioração das relações entre Portugal e o Vaticano, com base em informações da AFP. Há um protesto formal de Portugal junto da Santa Sé, segundo uma nota do Ministério dos Negócios Estrangeiros português.

Enquanto na frente diplomática – e mediática – os movimentos de libertação conseguiam esta vitória conjunta que foi a recepção por Paulo VI, nos territórios em África prosseguem os confrontos. A 15 de Julho de 1969 o *Le Monde* noticia que as tropas portuguesas tinham atacado três aldeias no Senegal e que foram feitos dez reféns, entre eles uma mulher. O Conselho de Segurança da ONU foi entretanto informado sobre o ocorrido.

O *Le Monde* volta ao diferendo entre a Santa Sé e Portugal na edição de 18 de Julho, com um artigo assinado por Alfredo Margarido em que é destacado o embaraço das autoridades portuguesas face à decisão do Vaticano, embora este tenha sublinhado que a recepção “não teve qualquer intenção política”. Margarido sublinha que não será por questões de catolicismo

que os três líderes nacionalistas terão sido recebidos. “Segundo um anuário católico oficial de 1960, haverá 23.074 católicos entre 544.174 habitantes na Guiné; 1.624.832 em 4.832.667 em Angola e 662.308 católicos em 6.592.994 habitantes em Moçambique.”

Já em Setembro de 1970 o *Le Monde* publica as primeiras reportagens num território africano sob domínio português: o jornalista René Lefort relata uma viagem à Guiné-Bissau, feita ao lado dos nacionalistas. Como veremos mais à frente, numa entrevista ao jornalista, estas reportagens nasceram quase por acaso, por iniciativa de um amigo de Lefort que se interessara pelo tema. O repórter enviou dois textos que acabaram por ser os mais importantes que o diário francês publicou a partir do território.

Os artigos, com o título “Com os nacionalistas da Guiné Portuguesa”, foram publicados a 5 e 7 de Setembro. Nos primeiros parágrafos é referido que a luta de libertação na Guiné é pouco conhecida, “mesmo em África”, e que o PAIGC reclama o controlo de dois terços do território, para além de ser recordado o “sucesso político que representou para Cabral ser recebido pelo Papa”.

Lefort relata uma longa marcha pela floresta “que a guerrilha domina” e recorda o início da luta armada e o momento decisivo que fora o massacre de Pijiguiti, em 1959, em que morreram pelo menos 50 pessoas. Sem referir as suas fontes – boa parte do texto será mesmo baseada naquilo que viu –, Lefort explica que o comércio é a base do sistema colonial no território e a produção agrícola é vendida a portugueses. “A administração portuguesa limita-se a cobrar impostos muito pesados e a introduzir um sistema de trabalho obrigatório não remunerado.” Para além disso, o colaborador do *Le Monde* terá ficado também surpreendido com a ínfima escolaridade no território. “A escolarização é muito baixa (99,7 por cento de analfabetos e 14 universitários formados em cinco séculos de presença portuguesa)”. Para Lefort, esse é um dos motivos que mantém a população “à margem das correntes políticas que agitam os países vizinhos”.

É neste contexto que Cabral cativa os militantes “com palavras simples e exemplos assentes na vida quotidiana”, sublinha Lefort. Nas regiões libertadas o PAIGC instalou três hospitais e há cerca de 15 mil crianças a estudar, “mas as aulas, demasiado frequentadas para os poucos instrutores disponíveis, formam mal os alunos e são um alvo fácil para a aviação portuguesa”. No primeiro artigo que publica, Lefort procura ainda explicar o que é o PAIGC, coisa que boa parte dos leitores do *Le Monde* não teria ainda lido desta forma: “A ideologia que o PAIGC elaborou nasceu da confrontação de objectivos políticos e económicos extremamente simples e de realidades concretas da Guiné. Os comissários políticos ignoram quase toda a história da

revolução russa, chinesa ou cubana, mas sabem desmontar a natureza da presença portuguesa ou explicar aos camponeses as transformações que o PAIGC quer trazer à sua vida.”

O segundo artigo de René Lefort, um técnico de som com experiência de televisão que agora se vê envolvido na sua primeira incursão no jornalismo escrito, tem como título “Um objectivo: Independência total”. Lefort procura explicar a situação militar, depois de ter caminhado oito dias ao lado de membros do PAIGC que não identifica, ao longo dos rios Geba e Corubal. As tropas portuguesas, diz, estão “acantonadas em campos fortificados completamente isolados”, onde só se chega de helicóptero. “É muito difícil utilizarem as estradas que não controlam.”

Lefort destaca ainda a qualidade do armamento na posse do PAIGC – “espingardas de assalto AK, metralhadoras pesadas, morteiros” – e refere que a arma essencial dos portugueses continua a ser a aviação. “Os bombardeamentos atingem sobretudo as populações civis, os hospitais, as escolas, as culturas agrícolas (...) e mantêm um clima de insegurança.” Por fim, ao terminar o artigo, o colaborador do *Le Monde* especifica os objectivos do PAIGC: “Já nem exige a autodeterminação. Ao fim de sete anos de luta acredita que a vontade da população está expressa. Quer começar negociações para a independência da Guiné e de Cabo Verde.”

A Guiné-Bissau volta a ser motivo de notícia em Novembro, quando Conacri acusa Portugal de estar por detrás da invasão da Guiné por mercenários, a 22 de Novembro. A partir daí as notícias da invasão são quase diárias, tal como aconteceu no *New York Times* e *Times*.

Como já vimos, o Conselho de Segurança da ONU exige o fim imediato do ataque e decide enviar uma comissão. Exige também a retirada de todas as forças armadas e mercenários, como refere o *Le Monde* a 24 de Novembro. Há notícias de que o governo da Guiné estará a distribuir armas à população e são publicadas informações difundidas pela Rádio Conacri segundo as quais estaria a haver confrontos entre soldados guineenses e portugueses (1 de Dezembro). Nesta altura, como em muitas outras situações, as informações são contraditórias. Se, por um lado, Portugal é responsabilizado, por outro o *Le Monde* publica uma informação da revista *Jeune Afrique* que cita um participante no ataque a referir que um grupo de guineenses tinha agido sozinho. Essa fonte não é, no entanto, identificada.

Portugal, entretanto, queixa-se da forma como a missão da ONU está a conduzir as investigações por não terem sido ouvidas as autoridades portuguesas, mas em Bissau o governador António de Spínola refere, citado pelo *Le Monde* de dia 9 de Dezembro, que “a permeabilidade das fronteiras torna plausível a hipótese de antigos soldados do Exército português terem participado nos acontecimentos de fim de Novembro na Guiné”.



Em plena crise do ataque à Guiné, o *Le Monde* publica também, a 25 de Novembro, um artigo de Mário Soares na sua coluna Tribuna Internacional e o tema é exactamente a autodeterminação das colónias. Soares refere que, numa visita recente a Paris, Caetano mencionou o general De Gaulle como “um génio político que teve um impacto muito forte na sua época”. Mas Soares acrescenta: “O impacto mais decisivo do general foi sem dúvida aquele que resultou da sua compreensão da questão colonial.”

O ano de 1971 começa com notícias quase diárias sobre a crise em Conacri. Sékou Touré manda chamar o embaixador na República Federal Alemã por alegado apoio a Portugal e em declarações a uma rádio em Dacar refere que os responsáveis pela agressão serão julgados brevemente. Deixa depois antever que irá haver execuções, em declarações que prestou à rádio Voz da Revolução.

No final de Janeiro o diário francês noticia que 91 pessoas tinham sido condenadas à morte. O texto ocupa boa parte da primeira página e é assinado por Philippe Decraene. As condenações suscitam “uma consternação geral” mas o tema é agora tratado como uma questão guineense que ultrapassa já as acusações entre Conacri e Portugal. Entre os condenados estão seis portugueses, refere o *Le Monde* a 26 de Janeiro, num artigo que sublinha o facto de o ataque externo ter permitido a Sékou Touré aumentar a sua popularidade externa, enquanto a decisão das condenações faz agora aumentar as reservas em relação a este líder africano. O título do artigo é “De um isolamento a outro”.

No dia seguinte essa ideia é repetida, num artigo em que é referido, com base em informações da Reuters, que as execuções de 58 pessoas ocorreram “numa atmosfera de Carnaval”. Philippe Decraene acrescenta que “a atitude de Sékou Touré leva a pensar que o isolamento a que submeteu o seu país em 12 anos não lhe permite avaliar com exactidão a opinião pública internacional”. A situação continua a ser acompanhada até ao final de Janeiro, com informações contraditórias sobre o número de execuções ou as circunstâncias em que ocorreram.

Quando o capitão cubano Pedro Peralta começa a ser julgado em Portugal, depois de ter sido detido na Guiné-Bissau em Novembro de 1969 e acusado de atentado contra a soberania do Estado, como foi noticiado pela imprensa internacional, o seu advogado diz ao *Le Monde*, a 27 de Abril de 1971, que Peralta “agiu convencido da justiça dos ideais de libertação”.

Em Maio de 1971 o *Le Monde* volta a referir-se à situação na Guiné-Bissau e a acompanhar uma conferência de imprensa do líder do PAIGC, desta feita em Argel. Na edição relativa aos dias 2 e 3 é publicada uma notícia assinada “do nosso correspondente”, como muitas vezes acontecia. Debaixo do antetítulo “Conferência de Amílcar Cabral em Argel”, uma afirmação

do líder do PAIGC procura sintetizar o seu discurso: “Qualquer Estado africano é livre mas o *apartheid* permanece um crime.”

Cabral, que se deslocou a Argel a convite da Frente de Libertação Nacional (FLN) argelina, considerou que “cada estado africano é livre de estabelecer as relações económicas, políticas e diplomáticas que quiser com a África do Sul”, mas que “o *apartheid* continua a ser um crime”. Critica ainda a França pelo fornecimento de mais 12 helicópteros Alouette a Portugal. Já no Verão de 1971, na edição de 8 e 9 de Agosto, o *Le Monde* volta a publicar informações sobre a situação na Guiné-Bissau, desta vez para referir que Portugal se recusa a colaborar com a missão de inquérito da ONU. De acordo com a notícia, que se baseia em informações da AFP, Portugal propôs a criação de uma comissão que controle a fronteira entre o Senegal e a Guiné-Bissau composta por representantes dos dois países e presidida por uma alta personalidade “conhecida pela sua objectividade”. Portugal justifica o facto de não colaborar com a missão do Conselho de Segurança por este ter “condenado Portugal mesmo antes de ser criada uma comissão de inquérito”.

As críticas de Portugal quanto à actuação da ONU continuam em Outubro quando, como noticia o diário francês, o ministro dos Negócios Estrangeiros Rui Patrício “rejeita categoricamente”, numa carta enviada ao presidente do Conselho de Segurança, as conclusões de um relatório sobre a situação na Guiné-Bissau que responsabiliza Portugal pelos acontecimentos na fronteira com o Senegal entre os meses de Abril e Julho.

Outras acusações são também feitas pelo PAIGC. A 20 de Novembro o diário francês faz eco de um apelo de Amílcar Cabral à comunidade internacional para que impeça a destruição de culturas no território pelas forças portuguesas “com a ajuda de produtos químicos”.

Já em 1972, a 13 de Abril, o *Le Monde* dá conta da reacção do governo português contra as informações de que os elementos da ONU terão visitado as zonas controladas pelo PAIGC na Guiné-Bissau. É citado um comunicado do Ministério dos Negócios Estrangeiros português a garantir que os delegados da ONU não estiveram em território controlado pelo movimento independentista da Guiné e que os três diplomatas das Nações Unidas “não entraram em território português”. Mas em Conacri o chefe da missão, Sevilla Borja, referia em comunicado que “130 horas nas zonas libertadas levaram à conclusão de que a situação não pode manter-se”. A visita foi, como vimos, noticiada por vários órgãos de informação internacionais.

A 15 de Abril é publicada uma notícia no *Le Monde*, com base em informações da Reuters e da AFP, sobre o relatório da viagem feito pelos representantes da ONU. “Portugal severamente condenado pelo Comité de Descolonização” é o título. Tinha acabado de ser

aprovada a resolução, a 13 de Abril, na qual o comité reconhece o PAIGC como “representante único e autêntico do povo daquele território” e apela a todos os Estados, instituições especializadas e outros organismos para que tomem isso em consideração. Nesse texto a ONU também pede que seja prestado ao PAIGC “toda a ajuda moral e material de que necessita para continuar a luta pelo seu direito à autodeterminação e independência.” A notícia baseia-se em informações das agências Reuters e AFP, e nela é ainda referido que a ONU condena Portugal “pelo recurso generalizado e brutal à força militar.”

Tal como outros jornais internacionais, também o *Le Monde* se centrou na situação na Guiné quando Amílcar Cabral visitava outros países e dava conferências de imprensa. Aconteceu em Outubro de 1972, dia 20, quando o líder do PAIGC deu uma conferência de imprensa na sede das Nações Unidas em que garantiu: “Até ao final do ano, pediremos o reconhecimento internacional como país independente.”

## 2.2.6 – Os bastidores das reportagens

A leitura *New York Times*, *Times* e *Le Monde* permite-nos saber como foi acompanhada a guerra colonial na Guiné-Bissau, quais os temas abordados e o destaque dado pelas publicações. Mas não nos conta as histórias por detrás dos artigos, não nos diz se resultaram da curiosidade dos jornalistas ou de uma decisão da direcção dos jornais. Nem nos revela como é que os jornalistas obtinham informações junto do PAIGC ou das autoridades portuguesas. Ou que dificuldades tiveram no terreno. Estas são histórias que só os jornalistas podem contar.

Dezenas de repórteres escreveram sobre a situação na Guiné-Bissau durante a guerra colonial, como vimos, mas tantos anos depois já todos deixaram as redacções. Alguns, no entanto, deixaram rasto na Internet, um endereço de *email* ou um número de telefone que permitiram resgatar histórias de há meio século. É o caso de Henry Kamm e Marvine Howe, do *New York Times*, e de René Lefort, do *Le Monde*. As suas histórias são exemplos, entre muitos outros, que poderiam ser aqui contados.

Henry Kamm assinou os primeiros artigos sobre a Guiné-Bissau pouco após a Revolução dos Cravos e deslocou-se ao território em Junho de 1974 para acompanhar esse período de transição para a independência. Marvine Howe era correspondente do *New York Times* desde 1963, mas acabou por deixar Lisboa antes do 25 de Abril. E René Lefort, repórter quase por

acaso, esteve nos territórios libertados em 1970. Em troca de mensagens ou numa conversa, os três procuraram recordar esses trabalhos.

Kamm correu o mundo ao serviço do *New York Times*. Esteve na delegação de Paris, foi correspondente para a Europa de Leste em Varsóvia, chefiou o escritório de Moscovo e durante a guerra no Vietname foi correspondente no Sudeste Asiático. Nessa altura venceu o Prémio Pulitzer com os seus artigos sobre refugiados vietnamitas e mais tarde terminou a carreira como correspondente em Genebra.

Mas voltemos atrás, aos tempos na delegação de Paris. Era lá que estava quando visitou a Guiné-Bissau, por cerca de duas semanas. Hoje, quando se lhe pede para recordar essa reportagem, surpreende-se com o tempo que passou: “35 anos! É difícil, mas vou tentar.”

Aos poucos, a memória vai puxando, fio por fio, o que aconteceu naqueles dias. “Durante seis anos viajei constantemente, por todo o mundo. No dia da Revolução em Portugal o meu editor disse-me para tentar chegar o mais depressa possível a Moçambique para ver os efeitos da revolução nas colónias. Depois de algumas semanas em Moçambique continuei para Angola. E então sugeri que visitasse todas as colónias. Bissau foi a minha primeira paragem, seguida de Cabo Verde e de Timor.”

Kamm considera que o *New York Times* era anti-colonialista, mas recorda que, em termos de política editorial, o jornal não apoiava os movimentos de libertação armados. “Teria preferido um abandono voluntário das colónias por parte de Portugal”, diz.

A Guiné-Bissau não era, então, considerada um assunto importante. “A ênfase era obviamente Angola e Moçambique. Fui à Guiné porque estava curioso e o [*New York*] *Times* normalmente deixava-me seguir a minha curiosidade”, explica Kamm.

Chegado a Bissau, foi acompanhado por um oficial português que o ajudou a conseguir contactos. “Como todos os militares com quem me encontrei, ele era totalmente favorável à descolonização, odiava a guerra e pensava apenas no tempo que demoraria a regressar a casa e à vida civil normal”, recorda Kamm. “Os militares eram completamente simpatizantes do Movimento das Forças Armadas e da sua política de descolonização.”

O guia de Kamm acabou por levá-lo à floresta para um encontro com um grupo da guerrilha. “A atmosfera era inteiramente simpática. Era claro para ambos os lados que a guerra tinha acabado. Não me encontrei com nenhum membro de topo do PAIGC, por isso não sei como foi a sua atitude para com a imprensa internacional. As minhas fontes eram sobretudo jovens recrutas e comerciantes locais. E as autoridades portuguesas estavam abertamente fartas da guerra e do colonialismo e eram cooperantes com os meus pedidos de informação.”

Naquela altura, Kamm não deu conta de outros jornalistas da imprensa ocidental em Bissau. “A colónia não tinha importância para o mundo exterior quando comparado com Angola e Moçambique. E eu fui lá devido à minha curiosidade por lugares estranhos e à tolerância generosa do jornal para com os interesses do seu correspondente.” Apesar de não ter entrado em contacto com dirigentes do topo do PAIGC, o antigo jornalista do *New York Times* considera até que, após o 25 de Abril, “as autoridades portuguesas e os militares fizeram uma tentativa honesta e simpática de descrever as posições do movimento.”

A experiência do jornalista René Lefort ao serviço do *Le Monde* foi bastante diferente, até porque ocorreu numa das fases mais intensas da guerra. A visita à Guiné em 1970 foi, aliás, um momento decisivo da sua carreira.

“É muito engraçado voltar a debruçar-me sobre uma velha história, que foi determinante para mim: foi a partir dessa primeira reportagem na Guiné-Bissau, em 1970, que toda a minha actividade jornalística se centrou nas colónias portuguesas em África, em particular Angola e Moçambique, e depois sobre a África subsariana na generalidade”, recorda Lefort.

A visita aconteceu “por acaso”, quando depois de ter terminado o curso de Engenharia Electrotécnica Lefort decidiu tornar-se jornalista. “Para lá chegar, passei pelas funções de técnico de som das equipas de reportagem televisivas. Exerci essa actividade durante dois anos até que fui contactado por um amigo de um amigo que queria fazer um filme sobre a luta anti-colonialista na Guiné-Bissau, e que precisava de quem recolhesse o som.” Esse amigo tinha tomado contacto com o movimento de libertação através de um activista da luta contra o colonialismo que fizera uma doação ao PAIGC.

“Tentei, pela primeira vez, combinar esse trabalho de televisão com a redacção de uma reportagem escrita”, recorda Lefort. “Consegui um encontro com Marcel Niedergang, o jornalista encarregue no *Le Monde* pelos países lusófonos. (...) Quando lhe propus os meus serviços, aceitou imediatamente, ainda que não tivesse escrito uma única linha num jornal, porque viu a minha vocação para falar de um conflito de que ninguém falava.” Niedergang escrevia sobre o tema, mas não tinha a intenção de visitar o território. “Estou demasiado velho para este tipo de aventura”, disse a Lefort. Os dois não estabeleceram qualquer compromisso. Depois da viagem se veria se o trabalho iria ser publicado.

Lefort qualifica o *Le Monde* como um jornal de centro-esquerda que se distinguiu pelo rigor e independência. “O jornal tomou corajosamente uma posição firme quanto à descolonização francesa, nomeadamente pela Indochina e a Argélia, a ponto de ter sido mesmo censurado no tempo de De Gaulle”, recorda.

Sobre a descolonização portuguesa, no entanto, “quase não se falava, e todos conheciam muito mal a questão”. Para além disso, os movimentos de libertação nas colónias portuguesas de África tinham a reputação de estar na órbita de Moscovo, adianta o jornalista.

O *Le Monde* não tinha, no entanto, “qualquer simpatia, e isto é o mínimo que se pode dizer, pela ditadura de Salazar e depois de Caetano”, sublinha Lefort. O conflito na Guiné-Bissau era um assunto “negligenciável”, até “insignificante quando comparado com a situação em Angola ou Moçambique”. O meio jornalístico e os dirigentes diplomáticos não tinham “ideia nenhuma dos sucessos alcançados pela luta de libertação armada na Guiné-Bissau”, recorda o jornalista do *Le Monde*. “Não sabiam que a sorte da ditadura se jogava nas colónias de África.”

O jornalista regressou então a Paris e propôs ao *Le Monde* a sua reportagem, em que acentuou a força militar do PAIGC, as dificuldades crescentes do Exército português, a extensão e a intensidade do controlo dos nacionalistas no país. Hoje Lefort considera que Nidergang até “adocicou fortemente o artigo”, o que justifica com o facto de o seu editor não estar ainda convencido de que o PAIGC fosse capaz de tais sucessos.

Para trás ficavam vários dias nas zonas libertadas, na Primavera de 1970. Lefort entrou no território a partir de Ziguinchor, no Senegal, atravessou o país em direcção à Guiné-Conacri e regressou depois a Bissau para acabar a reportagem. “Passei dois meses com a guerrilha e percorri 600 quilómetros a pé”, recorda. Terá sido dos jornalistas que, apesar da sua escassa experiência como repórter, melhor pôde conhecer o movimento de Amílcar Cabral.

“O PAIGC fez absolutamente tudo para que pudéssemos imergir na guerrilha e na população das zonas libertadas, uma vez que nós o desejávamos. Nunca, nem com a Frelimo, nem com o MPLA, nem com qualquer outro movimento de libertação com que trabalhei em África, encontrei uma tal liberdade de acção”, recorda Lefort. “O PAIGC estava certo da justiça do seu combate e da adesão da população à sua luta.”

O jornalista reconhece, no entanto, que talvez a sua falta de experiência tenha levado a alguma imaturidade política. “Nós não identificámos, realmente, nem o oportunismo de um número de quadros dirigentes nem a tensão entre mestiços (essencialmente cabo-verdianos) e negros que haveria de conduzir às derivas dramáticas do pós-independência.”

Lefort não é peremptório quanto à importância da imprensa para o PAIGC, mas o relato que faz demonstra que esta era uma vertente fundamental da luta de libertação. “O PAIGC cumpriu a pena de se encarregar durante dois meses de uma equipa de três pessoas que queriam fazer um filme, o que representa um esforço importante, tendo em conta a mobilização militar necessária para proteger essa equipa, o que implica organizar o transporte

do seu material.” Para além disso, Amílcar Cabral tinha decidido pessoalmente que o grupo deveria atravessar todo o país, de Norte a Sul, para avaliar a extensão das zonas que o PAIGC controlava. “Fomos escolhidos para o fazer porque, nas suas palavras, éramos suficientemente jovens e musculados para isso”, recorda o jornalista. Por fim, na véspera da partida para Roma, “uma missão importante, uma vez que iria, pela primeira vez, ser recebido pelo Papa”, Cabral aceitou passar a noite a responder às perguntas do grupo. “Esses sinais provam que ele reconhecia a importância da imprensa internacional no seu combate” adianta Lefort.

O jornalista do *Le Monde*, ao contrário do que aconteceu, por exemplo, com Henry Kamm, acabou por não ter qualquer contacto com as autoridades portuguesas. “Cheguei a pensar ver a guerra colonial do seu lado, mas acabei por não tentar. No entanto, soube depois que essas autoridades me vigiaram de perto, uma vez que eu fazia parte de um comité de apoio à luta de libertação nas colónias portuguesas. Depois de 1974, disseram-me de fonte segura que a PIDE tinha feito um dossier sobre mim.”

Quem acompanhou de perto o conflito do lado português foi Marvine Howe, que desde 1963 era correspondente do *New York Times* em Lisboa, embora fosse por diversas vezes enviada a África, onde o diário norte-americano tinha muito poucos correspondentes. Isto antes de ser enviada para o Rio de Janeiro, em 1972, ou para o Chile, em 1974, onde acompanhou o golpe que depôs Salvador Allende, já muito longe dos dias históricos que se viviam em Portugal. Naquela altura, diz, o *New York Times* era um jornal “de centro e liberal” onde se considerava que os dias do colonialismo “estavam contados”.

Depois de estudar jornalismo nos Estados Unidos, Marvine Howe quis ser correspondente no estrangeiro, talvez em Paris. Tentou conseguir um trabalho no *Herald Tribune*, mas o seu francês não era bom. “Fui então para Marrocos e aí envolvi-me com a questão dos movimentos independentistas em África. Não sabia nada dos movimentos portugueses, sabia apenas que o colonialismo estava condenado a falhar. Isso eu podia ver em Marrocos.”

Depois de umas férias em Portugal veio viver para Lisboa. “Adorei o país, o clima, as pessoas e decidi que havia basicamente três histórias para contar aqui: a questão colonial, o regime ditatorial e a economia que era completamente subdesenvolvida.” Não se terá enganado.

Depressa sentiu que estava “numa sociedade fechada”. Ia a conferências de imprensa, marcava entrevistas. “Nunca me senti perseguida mas a minha questão fundamental era proteger as fontes de informação. Conheci muitos membros da oposição que se tornaram amigos, geralmente estudantes e comunistas, socialistas, pessoas dos mais diferentes sectores e a questão fundamental era protegê-los. Havia a ideia de que não existia oposição, mas

existia e muita.” Entre as suas fontes estavam Mário Soares ou Salgado Zenha. “Havia muita gente descontente com o regime.”

O *New York Times* “estava muito interessado na questão da descolonização”, considera a jornalista, que chegou a visitar Moçambique a convite do Ministério do Ultramar. Mais tarde veio a encontrar-se com membros dos movimentos de libertação, sobretudo estudantes, e até com Amílcar Cabral, em Conacri. “Ele impressionou-me muito mais do que outros líderes africanos. Porque era muito lúcido e parecia ser menos... deixe-me escolher as palavras... não parecia ter uma mente fechada como alguns outros.”

Os relatos destes jornalistas, que resultaram de um questionário aberto sobre as suas experiências, permitem concluir que, apesar das diferentes linhas editoriais dos jornais para que trabalhavam, a posição das publicações era claramente anti-colonial. No entanto, a guerra nos territórios sob domínio português em África não estava no topo da agenda dos jornais de referência e, quando estava, centrava-se sobretudo nos acontecimentos em Angola e em Moçambique.

A pequena dimensão da Guiné-Bissau terá levado a essa opção, e os jornais estariam também atentos ao facto de a manutenção de Angola e Moçambique ser uma questão primordial para o regime português. Mas como se conclui, sobretudo pelo relato de René Lefort, o PAIGC esforçou-se por contrariar essa tendência, receber jornalistas e levar a sua luta de libertação até aos órgãos de informação e a opinião pública internacional.

Os exemplos destes jornalistas são poucos, comparando com a quantidade de repórteres que, entre 1961 e 1974, assinaram artigos no *New York Times*, *Times* ou *Le Monde*. Mas, tomando os seus relatos como uma amostra com significado, podemos dizer que a decisão de fazer as reportagens na Guiné-Bissau não partiu das direcções editoriais mas da iniciativa dos próprios jornalistas. Kamm fala em “curiosidade”, Lefort em “acaso”. Em qualquer dos casos, a sua iniciativa acabou por resultar numa das melhores oportunidades que os leitores tiveram para saber o que estava a acontecer na Guiné-Bissau.



### Capítulo 3 – Os jornais como uma das frentes de luta: Propaganda e imprensa próxima

#### 3.1 – Os órgãos oficiais do PAIGC e a estratégia de propaganda do partido

Recuemos alguns anos, tantos que ainda não existe o PAIGC, nem guerra nos territórios portugueses em África. Estamos em Maio de 1949 e acaba de ser publicado o número 11 do *Mensagem*, o boletim da Casa de Estudantes do Império, em Lisboa. Há um poema na página 16 que começa assim: “Meu grito de revolta ecoou pelos vales mais longínquos da Terra/ atravessou os mares e os oceanos/ transpôs os Himalaias de todo o Mundo/ não respeitou fronteiras/ e fez vibrar o meu peito...”

O poema é um desabafo, um grito do jovem Amílcar Cabral. Ele já sabia, sempre terá sabido, que a sua revolta só faria sentido se a fizesse chegar a todo o mundo. Anos mais tarde iria encontrar uma forma de o conseguir. Muito antes da independência da Guiné-Bissau o PAIGC já tinha publicações periódicas como o boletim *Libertação – Unidade e Luta*, sobretudo destinado aos militantes do partido, ou o *PAIGC Actualités*, escrito em francês e voltado para o exterior, produzido pela Comissão de Informação e Propaganda do Comité Central. Desde o início esteve bem presente a necessidade de atravessar fronteiras e fazer chegar a informação onde quer que ela pudesse servir os objectivos do PAIGC.

Foi também criada a Rádio Libertação, que emitia a partir de Conacri e era, quase sempre, a forma mais simples de abranger todo o território e divulgar as operações militares ou notícias das zonas libertadas. Por vezes era também usada para convencer os soldados portugueses a desertarem. Certo é que, em todos estes órgãos de informação, as visitas de jornalistas estrangeiros eram noticiadas como uma importante vitória e estava montada uma estratégia de propaganda, em várias frentes, que passava pelos comunicados ou pelas visitas de Cabral ao estrangeiro em que quase sempre houve oportunidade para encontros com jornalistas.

“Foi o PAIGC o movimento de libertação que melhor prestação deu à comunicação social, elegendo-a como componente e suporte da luta pela independência”, escreveu Tony Tcheca num artigo intitulado “Um desafio chamado imprensa” publicado na edição de Julho de 1995 da revista guineense *Tcholona*, uma palavra que em crioulo significa “veicular a mensagem”. “Não é por acaso que o seu líder Amílcar Cabral, em plena guerra, encontrou tempo para se dirigir a jornalistas africanos e asiáticos reunidos na capital da Indonésia em 1963, denunciando a desigualdade existente na política internacional de informação e incitando-os a

trabalharem no sentido de conferirem maior equilíbrio à informação a que a África e a Ásia tinham direito”, adianta.

Nessa altura era também frequente a presença de militantes ou dirigentes do partido em conferências ou congressos de jornalistas e o PAIGC conseguiu “a proeza de ser membro da Organização Internacional de Jornalistas antes da independência”, sublinha Tony Tcheca.

Cabral “reconhecia a importância do controlo da informação na luta pela independência, para a mobilização e para a crescente capacidade de influência do seu movimento”, salientam Francisco Ribeiro e Rui Ilhéu no artigo “História da imprensa na Guiné-Bissau” publicado na revista *Elo*, já em Março de 1992. E dão exemplos: “Surgiram na clandestinidade jornais, livros e mesmo uma emissora de rádio controlados pelo PAIGC.”

O *Libertação* nasceu em Dezembro de 1960, quatro anos após a fundação do partido e três anos antes do início do conflito armado na Guiné-Bissau. É um boletim muito rudimentar de meia dúzia de páginas A4, impresso em Conacri, do qual não eram feitos mais do que 500 exemplares por mês – apesar de a periodicidade ser irregular – mas que tinha sido esperado “ansiosamente”, como é dito na primeira edição. Sem artigos assinados para não comprometer a segurança dos autores, apresenta-se com objectivos claros: “Tratar dos principais problemas da luta, da consciência revolucionária e do desenvolvimento da vigilância contra os inimigos até ao dia da independência.”

Amílcar Cabral decidira criar um jornal para os militantes e era dele a responsabilidade pela publicação. Luís Cabral recorda, inclusive, que “o próprio Amílcar tinha-o dactilografado e reproduzido na máquina copiadora, para fornecer aos militantes um novo instrumento de formação e informação”<sup>109</sup>.

Mais tarde, quando o jornal celebra o quarto aniversário, é sublinhado em editorial que o seu objectivo é “contribuir para o trabalho de mobilização das massas; ser um instrumento útil na luta do partido para um acompanhamento do desenvolvimento dessa luta e da sua repercussão no exterior; ser um meio para dar a conhecer lutas de outros povos, estimular a consciência nacionalista do povo; aumentar a formação e reforçar as convicções revolucionárias dos militantes; ser um jornal de acção partidária, um órgão de combate.”<sup>110</sup>

Instrumento fundamental para a propaganda do partido, o *Libertação* acompanhava de perto as actividades internas e internacionais do PAIGC e foi, durante muito tempo, o principal meio pelo qual eram transmitidas as mensagens de Cabral, os comunicados de guerra, a participação do PAIGC em encontros internacionais ou as visitas de delegações aos territórios

---

<sup>109</sup> Cabral, 1984, p. 104

<sup>110</sup> Revista *Elo*, n.º 9, ano 2, Março/Abril de 1992, p. 72

libertados. Por vezes eram também transcritas notícias publicadas em órgão de informação estrangeiros, como aconteceu na edição de Dezembro de 1962.

Tinha sido publicado nessa altura, na revista francesa *Le Temps Modernes*, dirigida por Jean-Paul Sartre, um artigo sobre a Guiné-Bissau com declarações de Cabral que foram depois transcritas no *Libertação*. “Existe a impressão geral de que o PAIGC é a organização mais poderosa, senão mesmo a única, no interior do país”, escreveram os jornalistas André Faber e Jean Mettas, segundo a tradução do órgão oficial do partido. Cabral era questionado sobre as dificuldades do partido e respondia: “Claro que defrontamos obstáculos de carácter muito particular. Eis um exemplo: um dos nossos quadros passa por uma cidade e tem lá os seus pais; é necessário que ele aceite, contra todas as tradições, não ir vê-los.”

Quando Amílcar Cabral envia, em Abril de 1963, uma mensagem à Conferência dos Jornalistas Afro-Asiáticos em Jacarta – como Tony Tcheca referiu no seu artigo na *Tcholona* –, o assunto ocupa boa parte da edição 29 do *Libertação*. Na primeira página houve ainda espaço para contar aos militantes que o alferes cabo-verdiano Silvino Manuel da Luz tinha desertado do Exército português, mas a conferência de jornalistas, na qual estiveram os dirigentes do PAIGC Vasco Cabral e Lucette de Andrade, foi o tema principal.

O partido participou em várias sessões de trabalho e apresentou propostas para que a conferência adoptasse uma resolução sobre a Guiné e Cabo Verde ou para a isenção de direitos aduaneiros, nos países de África e da Ásia, dos materiais necessários para fazer jornais. Vasco Cabral assinou a declaração final e aproveitou a presença de um vasto grupo de jornalistas para distribuir comunicados, os estatutos do partido, o programa do PAIGC “e um documento especial com extractos do jornal *Libertação* desde o seu aparecimento até hoje”.

Na mensagem que enviou, Amílcar Cabral referia que na Guiné-Bissau e Cabo Verde apenas existiam três jornais, “dos quais dois pertencem aos colonialistas”, e deixava um apelo: “Estamos certos de que os jornalistas afro-asiáticos não pouparão esforços para dar um apoio concreto e eficaz à nossa luta de libertação nacional.”

É também através do *Libertação*, já em Julho de 1966, que os militantes ficam a saber que Amílcar Cabral se dirigira aos portugueses através da Rádio Voz da Liberdade em Argel. Nessa altura, o líder do PAIGC recorreu à estação, que era ouvida em Portugal quase em surdina, para dizer que a sua luta “não se dirige às famílias portuguesas ou contra os indivíduos portugueses”. E adianta: “Se pegámos em armas foi para acabar na nossa terra com a dominação colonial portuguesa que nunca confundimos com o povo de Portugal.” Uma vez mais, Cabral recorre à rádio e usa-a como um importante instrumento da luta de libertação.

“O colonialismo é, em última análise, uma forma de opressão e exploração exercida pela minoria dominante de um país sobre o povo de um outro país. Mas, dentro das suas próprias fronteiras, essa minoria, que detém o poder, exerce também uma exploração feroz sobre o seu próprio povo”, adiantou Cabral aos microfones da Voz da Liberdade, que emitia a partir de Argel. Na sua mensagem, o líder do PAIGC salienta ainda a forma como são acolhidos os desertores e como são tratados os próprios prisioneiros de guerra: “Têm entre nós um tratamento que certamente não conheceram nos quartéis onde estavam anteriormente, mantendo até correspondência com as suas famílias e delas recebendo encomendas.”

Esta era uma das principais mensagens do PAIGC, que sempre procurou sublinhar que a sua luta não era contra o povo português. Cabral estava consciente de que a resposta para os seus anseios passava também pelo fortalecimento da oposição em Portugal.

Nessa altura a Guiné-Bissau tinha sido o tema de um documentário realizado pelos cineastas holandeses Wighould e Franz Verheij que foi exibido na Holanda para dois milhões e meio de espectadores, um motivo de satisfação para o PAIGC que também foi noticiado no *Libertação* de Julho de 1966. “Este documentário, que foi muito apreciado pelo público, e a que a imprensa holandesa se referiu em termos elogiosos, será também apresentado em breve na Alemanha Ocidental, Bélgica, Suíça, Itália e nos Estados Unidos da América”, lê-se no boletim.

Não faltam, portanto, exemplos da forma como o PAIGC tinha no *Libertação* e na Rádio Libertação em Conacri os suportes fundamentais da sua propaganda, que muitas vezes eram usados em simultâneo. Na edição de Setembro de 1970, por exemplo, o jornal reproduz a mensagem que Amílcar Cabral difundira através da rádio e na qual assinalou os 14 anos do partido. Pediu então aos militantes para reflectir: “Lembrar e comparar os colonialistas de ontem, que nos tratavam como animais, com bofetadas, chicote e palmatória, com os colonialistas de hoje, que nos chamam irmãos, que nos querem comprar por todos os preços da traição, e que nos oferecem honras e riquezas para ver se conseguem destruir o nosso partido para continuarem a dominar a nossa terra.”

Nesta altura já tinha sido lançado o *PAIGC Actualités*, publicado pela primeira vez em Janeiro de 1969. Era um boletim mais sofisticado, impresso a cores, com fotografias e num papel bastante melhor do que as normais folhas A4 do *Libertação*. Escrito em francês, apresentava-se como um desdobrável de seis páginas com secções voltadas para o exterior, como a “Notre parti en Afrique e dans le monde”.

O *PAIGC Actualités* era mensal e dava também destaque às notícias das zonas libertadas, como o funcionamento das escolas ou dos hospitais. Mas era sobretudo um boletim voltado

para fora a para a divulgação das actividades do partido no exterior, como as deslocações de Cabral ou as manifestações de solidariedade em vários países. E claro que era também um instrumento de propaganda contra Portugal. A sua capa da edição de Outubro de 1972, por exemplo, é ocupada por uma fotografia de um grupo de mulheres desesperadas a chorar no cais de Alcântara ao despedir-se dos soldados que partiam para as colónias.

Ao longo dos vários números do *PAIGC Actualités* encontram-se vários exemplos de como o relacionamento com os órgãos de informação eram uma parte fundamental da luta de libertação. Na edição de Abril de 1969 Amílcar Cabral aparece ao lado do jornalista Basil Davidson, depois de este ter visitado as zonas libertadas, incluindo a região de Kétafine, onde foi fotografado ao lado do secretário-geral do PAIGC e à conversa com uma militante. A notícia é sobre o lançamento do livro de Davidson *A Libertação da Guiné, Aspectos de Uma Revolução Africana*, que acabava de ser editado no Reino Unido, em França e nos Estados Unidos, com prefácio de Amílcar Cabral.

Num parágrafo do prefácio que foi publicado no boletim, Cabral elogia o trabalho do jornalista. “Ninguém pode acusar o autor de falta de objectividade. Pelo contrário. Ele aceitou todos os riscos, todos os cansaços, para tocar com a sua própria mão a realidade vivida hoje pelo nosso povo. Entrou três vezes no nosso país, onde ficou o tempo que pôde, falou com quem quis, viveu a realidade quotidiana da nossa vida e da nossa luta.”

Poucos meses depois, em Outubro de 1969, é novamente uma visita de jornalistas às zonas libertadas que volta a merecer destaque no boletim do PAIGC. Desta vez foram Bruno Crimi e o fotógrafo Uliano Lucas, jornalistas italianos que trabalhavam para a revista semanal *Vie Nuove*, a entrar no território. Crimi, aliás, viria a trabalhar também para revista francesa *Jeune Afrique*. A notícia do *PAIGC Actualités* não é a da visita, mas a da publicação das reportagens na imprensa italiana que terão dado destaque ao papel das mulheres na luta de libertação. “Uma foto da nossa camarada Domingas, miliciana do sector do Sara, ilustrou a cobertura da revista semanal italiana *Vie Nuove* que integra um grande artigo sobre o papel das mulheres na luta de libertação do nosso povo”, lê-se no boletim do PAIGC. Domingas tinha sido fotografada de ar sereno e arma na mão.

Já em Junho de 1970 quase todo o boletim é sobre a recepção pelo Papa Paulo VI de Cabral, Agostinho Neto e Marcelino dos Santos. É então referido que, questionado à saída por um jornalista, o líder do PAIGC disse que “quem, entre os católicos portugueses, apoiou a guerra colonial, deve deixar de o fazer porque sabe que isso é contra a opinião expressa pelo magistério supremo da Igreja”.

Já em Agosto, o *PAIGC Actualités* publica um artigo intitulado “A nossa luta na imprensa internacional”. Tinha acabado de sair um artigo no *Le Monde*, “o mais importante diário francês” na edição de 5 e 6 de Julho e o órgão do PAIGC publica uma parte: “Os esforços de educação realizados nos territórios libertados pelos quadros políticos do PAIGC são consideráveis. As tropas portuguesas estão, segundo testemunhos imparciais, actualmente reduzidas à defensiva.”

Em Novembro e Dezembro de 1970 as edições do *PAIGC Actualités* são dedicadas à Operação Mar Verde de ataque a Conacri, “um crime abominável não só contra o povo irmão da Guiné e o nosso povo [da Guiné-Bissau] mas também contra toda a África e a humanidade progressista”. Mas na edição de Dezembro houve ainda espaço para dedicar um artigo à conferência de imprensa do dirigente do PAIGC José Turpin em Argel, onde era representante permanente do partido, sobre a situação no território e para denunciar a “tentativa criminosa” de Portugal para derrubar o governo da Guiné-Conacri. Enquanto isso, uma delegação do PAIGC dirigiu-se também ao Senegal para participar na III Conferência do Movimento Pan-africano da Juventude, onde interveio o dirigente do partido Luís Cabral.

Em Maio de 1971 é publicado um artigo na revista *Ord et Bild*, da autoria dos jornalistas suecos Goran Palm e Bertyl Marmstrom, que já tinham entrevistado Amílcar Cabral na Guiné-Bissau em 1969, e mais uma vez o órgão do PAIGC divulga esse facto e publica uma fotografia do líder do partido com os jornalistas.

Um fotógrafo japonês, Tadahiro Ogawa, membro do Comité Anti-apartheid do Japão, publica uma fotoreportagem numa revista japonesa, com imagens recolhidas no Sul e na parte oriental da Guiné-Bissau e isso é noticiado pelo *PAIGC Actualités* de Setembro de 1971. No mês seguinte o destaque será o acompanhamento da visita de Cabral a Londres pela estação televisiva britânica BBC. O secretário-geral do PAIGC deslocou-se ao Reino Unido a convite do Comité para a Liberdade em Angola, Moçambique e Guiné, presidido por lorde Anthony Gifford, que como já vimos chegou também a publicar alguns artigos no *Times* sobre os territórios portugueses em África. Cabral deu então entrevistas a rádios britânicas e uma conferência de imprensa, adiantou o boletim do PAIGC.

É também nessa altura – a notícia sai no mesmo número do *PAIGC Actualités* – que Cabral visita a Finlândia e é recebido pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, Vaïno Leginon. “A ajuda grande e multifacetada da Finlândia ao PAIGC, representante do povo da Guiné-Bissau e Cabo Verde, reforça os esforços dos povos para a paz, a segurança e o bem-estar”, lê-se no boletim do partido.

Cabral também tinha sido recebido pelo Presidente da Finlândia, Urho Kekkonen, naquele que foi o primeiro encontro de um chefe de Estado finlandês com um dirigente de um movimento de libertação, como sublinha a edição de Novembro de 1971 do órgão do PAIGC. São feitas duas montagens de artigos de jornais, primeiro finlandeses e depois britânicos, para mostrar “a publicidade dada à visita do camarada Amílcar Cabral por jornais finlandeses de todas as tendências”. É ainda referido que “os mais importantes diários de Londres e Dublin seguiram com interesse a visita” do secretário-geral do PAIGC à Europa, que passou também pela capital britânica. Numa das recepções a Amílcar Cabral, no Central Hall, um dos oradores foi o jornalista Basil Davidson.

Já em 1972, em Janeiro, o *PAIGC Actualités* noticia uma nova visita de jornalistas aos territórios libertados. Desta vez o grupo integrou dois suecos que são apenas referidos como Enmark e Hermanson, o norueguês M. Torud e o enviado do diário senegalês *Le Soleil*, Antoine Laurent. Estiveram no território entre 17 de Novembro e 5 de Dezembro, “tomaram contacto com as populações e os responsáveis do partido dos diferentes níveis da sua organização político-administrativa (...) e constataram as realizações do partido no domínio da reconstrução nacional”.

Com a guerra a decorrer há nove anos, parece haver nesta altura um aumento de interesse dos jornalistas estrangeiros pelo movimento de libertação na Guiné-Bissau. As visitas sucedem-se, e são quase sempre divulgadas pelo *PAIGC Actualités*. Em Maio de 1972, por exemplo, é noticiada a chegada ao território de um professor sueco, Lars Rudebeck, e quatro jornalistas: John Ellison, do britânico *Daily Telegraph*, acompanhado pelo fotógrafo Rech Lancaster; Larry Heinzerling, correspondente da agência Associated Press em Lagos; e Jean Louis Clariond, da agência Delta. Em conjunto, o grupo visitou as regiões libertadas do Norte do território. Na mesma altura (a notícia é publicada no boletim de Junho) chega ainda à Guiné-Bissau, mas ao Sul, o jornalista suíço Reto Zehnder, que visita os territórios libertados entre 10 e 24 de Maio.

O *PAIGC Actualités* viria a fazer uma edição maior, de oito páginas (o boletim tinha normalmente seis) quando Amílcar Cabral foi assassinado, em Janeiro de 1973. Nessa altura, a edição especial inclui um texto principal com o título “O assassínio ignóbil do nosso líder bem-amado Amílcar Cabral”. São reiterados os objectivos do partido – fim do domínio colonial português e proclamação “imminente” da independência – e publicadas fotografias das cerimónias fúnebres no estádio 28 de Setembro em Conacri onde fora pintada com enormes letras a mensagem “abaixo o fascismo português”. A responsabilidade pela morte de Cabral é atribuída a Portugal.

Quando o boletim foi publicado, em Fevereiro, já tinha decorrido até uma conferência de imprensa, no dia 2, no Palácio do Povo em Conacri, onde Luís Cabral esteve acompanhado por Agostinho Neto, do MPLA, e Samora Machel, da Frelimo. Foram apresentados os deputados eleitos nas primeiras eleições nos territórios ocupados, e a mensagem principal terá sido aquela que o órgão de informação do PAIGC escreveu em título. “Todas as palavras de ordem de Amílcar Cabral serão cumpridas, a reunião da Assembleia Nacional Popular e a proclamação do nosso Estado serão executados por militantes e combatentes reunidos no comité executivo da luta, unido indestrutivelmente em torno da memória imortal do fundador e do grande dirigente do nosso partido.”

Não faltava muito, portanto, até que o título do *PAIGC Actualités* viesse a ser “Reunido a 24 de Setembro na região de Boé, a primeira Assembleia Nacional Popular da história do nosso povo proclamou às 8h55 TMG o Estado da Guiné-Bissau.” Numa nova edição especial, já com a data de Outubro, o boletim do PAIGC publica a foto do secretário-geral do partido, Aristides Pereira, a proclamar “um Estado soberano, republicano, democrático, anti-colonialista e anti-imperialista”.

Estes momentos decisivos da vida do partido também terão tido uma ampla cobertura pela Rádio Libertação, que já estava no ar desde 1967, depois de algumas experiências que vinham a decorrer desde 1964, e era uma das estruturas fundamentais para a difusão dos ideais e objectivos do PAIGC.

Uma das principais vozes da estação era a militante Amélia Araújo, casada com o dirigente do partido José Araújo, que foi responsável pela área de informação. Os programas eram variados e a informação centrava-se nos avanços da luta de libertação e numa certa guerra psicológica destinada a desmoralizar o Exército português. Mas os meios, claro, escasseavam. “Até 1969 a Rádio Libertação, que emitia de Conacri, não possuía estúdio e o seu material era muito precário”, sublinha Carlos Lopes na sua obra *Para Uma Leitura Sociológica da Guiné-Bissau*. Apesar disso, adianta, “os emissores da rádio portuguesa nunca conseguiram provocar interferências sonoras nas emissões da Rádio Libertação, que eram muito escutadas mesmo nas zonas urbanas”<sup>111</sup>.

Entrevistada por Leopoldo Amado – a conversa foi publicada nos anexos da obra *Uma Luta, Um Partido, Dois Países: Guiné-Bissau e Cabo Verde*, de Aristides Pereira –, Amélia Araújo recorda que as primeiras tentativas para criar uma rádio falharam porque a emissão não conseguia chegar a Bissau em boas condições. Estava então a ser usado um emissor soviético

---

<sup>111</sup> Lopes 1988, p.299



de ondas curtas e médias mas de fraca potência, e as primeiras emissões experimentais pouco mais serviram do que para transmitir algumas mensagens. “Transmitíamos apenas *slogans* e algumas palavras de ordem em português e crioulo e música, sobretudo de Cabo Verde, porque não tínhamos música gravada da Guiné-Bissau”<sup>112</sup>, contou Amélia Araújo nessa entrevista feita na Cidade da Praia a 9 de Julho de 1998.

“Entretanto, Cabral foi amadurecendo a ideia da importância de uma emissora do partido e em 1966 mandou-nos, a mim e a mais quatro companheiros guineenses, para uma formação de nove meses na União Soviética, findos os quais regressámos a Conacri”, adianta Amélia Araújo. Regressaram com outro emissor portátil, mais adequado a situações de guerra, mas nunca chegaram a fazer emissões no interior da Guiné-Bissau, só a partir de Conacri. “Cabral considerava que era muito perigoso por causa dos bombardeamentos.”

A Suécia tinha oferecido um emissor e um estúdio rudimentar que permitiram ultrapassar as dificuldades técnicas dos primeiros tempos. Aquela que foi a principal voz da Rádio Libertação recorda ainda que as emissões começaram realmente a 16 de Julho de 1967, inicialmente por períodos de 15 minutos, três vezes por dia. “À medida que íamos ganhando experiência íamos melhorando os nossos programas e o impacte foi tão grande no seio dos nossos combatentes, e também do inimigo, que não há dúvida nenhuma de que a Rádio Libertação marcou uma grande viragem na estratégia da luta de libertação nacional. Como Cabral dizia, as emissões da Rádio Libertação eram o canhão de boca da nossa luta.”

A rádio foi ainda a forma de divulgar o hino do partido, ou as operações militares, e as emissões abrangiam as diferentes línguas da Guiné. “Quando transmitíamos a notícia de acções de combate realizadas com êxito na Frente Leste, por exemplo, e [a rádio] era escutada nas frentes Norte e Sul, isso constituía um grande encorajamento para as ofensivas”. Outro objectivo era desmistificar a política colonial e a estratégia “Por uma Guiné melhor” de Spínola, para além de desmoralizar as tropas portuguesas e apelar à deserção. “Efectivamente, muitos soldados portugueses desertaram e aqueles que se dispunham a ser entrevistados faziam-no na Rádio Libertação.”

Essas entrevistas também desmoralizavam os soldados portugueses que continuavam a combater, adianta Amélia Araújo. “É que não era possível aos colonialistas desmentirem, pois quando fazíamos os nossos comunicados de guerra e publicávamos a revista *PAIGC Actualités*, que enviávamos para todas as parte do mundo, e o jornal *Libertação*, que circulava

---

<sup>112</sup> Pereira 2002, p. 333

nas regiões libertadas, transcrevíamos os depoimentos dos desertores e de alguns prisioneiros de guerra.”

A rádio servia não só para divulgar as notícias da guerra mas também a luta política e diplomática, as viagens de Cabral e as manifestações de solidariedade e apoio externo. E Cabral era, sublinha Amélia Araújo, o maior colaborador. “Fazia a maior parte dos editoriais e outros textos que desmascaravam a política enganosa dos colonialistas portugueses.”

### **3.2 – O papel da imprensa dedicada a África (*Afrique-Asie* e *Jeune Afrique*)**

Para além dos jornais de referência como o *New York Times*, o *Times* ou o *Le Monde*, e obviamente dos próprios órgãos oficiais do PAIGC, outras publicações dedicaram inúmeros artigos à luta de libertação na Guiné-Bissau. Foi o caso de revistas de expressão francesa e dedicadas ao continente africano como a *Africasia*, fundada em 1969, e depois deu lugar à *Afrique-Asie*, a partir de Abril de 1972, bem como da *Jeune Afrique*, fundada em Tunis por Béchir Bem Yahmed em 1960 e publicada até hoje a partir de Paris<sup>113</sup>.

A consulta destas revistas no Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral, em Lisboa, e no Centro de Documentação 25 de Abril, em Coimbra, permite-nos ter uma ideia de como foi feito o acompanhamento do movimento independentista na Guiné-Bissau e Cabo Verde, apesar dos números em falta. Estas revistas publicaram várias reportagens no território e por vezes até artigos do próprio Amílcar Cabral.

Uma das reportagens nas zonas libertadas foi publicada a 17 de Julho de 1966 pela *Jeune Afrique*. O jornalista Justin Vieyra tinha estado com os guerrilheiros do PAIGC na zona Norte do território e escreveu depois um trabalho de seis páginas, com várias fotografias de guerrilheiros com Cabral. O secretário-geral partiu depois para o Senegal, onde voltou a receber o jornalista.

Vieyra começa por citar uma frase do *Diário de Notícias* que define a guerra na Guiné-Bissau como “dolorosa e cruel”. Depois explica que esse texto era uma homenagem aos “valorosos soldados” portugueses, enquanto o seu seria “uma homenagem aos que sofrem e combatem pela liberdade”.

Depois de viajar até Dacar, Vieyra esperou pela “ordem de partida” no Senegal. Nino Vieira foi ao seu encontro, falou-lhe do seu treino militar na China e disse-lhe: “Os chineses são

---

<sup>113</sup> Actualmente a *Jeune Afrique* é lida por cerca de 800 mil pessoas em cerca de 80 países, segundo o *site* da publicação.

muito sérios e ajudaram-nos muito.” Havia mais de 700 quilómetros para percorrer e uma grande caminhada a pé pela frente.

Em Djagali, uma aldeia de 60 habitantes, tinha havido um bombardeamento e Vieyra descreve um “espectáculo horrível”: “Uma mãe chorava o seu filho de quatro anos cujo cadáver estava coberto de folhas verdes. Um muçulmano dizia orações junto a Ansu Mane, de 50 anos, que morreria cinco minutos depois da nossa chegada.” Cabral e o jornalista francês Gérard Chaliand, que também estava no território, tinham ido para um abrigo. “O secretário-geral do PAIGC apresentou-me todos os responsáveis com quem iria trabalhar durante três dias e que vieram de diversas regiões do Norte e do Sul.”

O jornalista do *Jeune Afrique* esteve também com um desertor português de cerca de 20 anos que refere apenas pelo apelido Agosto e que lhe disse que, se houvesse autorização para sair das casernas nos quartéis portugueses, o número de desertores seria maior. Viu ainda uma escola para 150 alunos que tinha acabado de ser transferida para o meio da floresta e voltou a encontrar-se com Cabral já no Senegal. “Não quis acompanhar-te pelas nossas florestas”, disse-lhe o secretário-geral do PAIGC. “Preferi deixar-te descobrir sozinho a nossa luta e as suas dificuldades.”

Já no final de 1969, a 24 de Novembro, é a vez de a *Africasia* fazer referência à luta de libertação na Guiné-Bissau através de um artigo em que noticia o apoio da Suécia ao PAIGC. As duas principais formações políticas suecas, o Partido Social Democrata do primeiro-ministro Olof Palme e o Partido Liberal na oposição concordam em receber Cabral e disponibilizar uma ajuda que seria de um milhão de coroas suecas ao PAIGC e 720 mil coroas à Frelimo, o que indigna as autoridades portuguesas.

O diferendo entre Portugal e o Senegal, que acusa as autoridades portuguesas de violação do seu espaço aéreo, é também noticiado pela *Africasia*, que a 2 de Março de 1970 publica um artigo em que refere que a “provocação em território senegalês” fora uma “operação política” de Portugal para tentar compensar as derrotas militares que terá tido como objectivo “criar um fosso entre os dois territórios africanos vizinhos”, o senegalês e o da Guiné-Bissau. O jornalista Gérard Mario conclui então, e di-lo logo em título, que “não há fosso português entre o Senegal e a Guiné-Bissau”. E adianta: “As boas relações entre o PAIGC e o governo senegalês mantiveram-se. Houve uma subestimação da solidariedade africana garantida pelas resoluções da OUA de que o Senegal é um membro efectivo.”

Não faltava muito até que a *Africasia* começasse a publicar uma série de reportagens sobre as zonas libertadas da Guiné-Bissau onde tinha estado a jornalista Suzanne Lipinska. Esses trabalhos saíram nas edições de 25 de Maio, 8 de Junho e 22 de Junho de 1970.

A viagem durou duas semanas e a jornalista esteve acompanhada por outros três estrangeiros vindos do Egito, da Índia e do Japão. Foi recebida pela dirigente do PAIGC Carmen Pereira, esteve também com Nino Vieira e acabou por publicar três textos que ocuparam entre cinco e sete páginas do *Africasia*.

“De dia os portugueses avançam com a aviação e a artilharia, de noite estão cercados nos seus campos”, começa por escrever Suzanne Lipinska. “É assim que prossegue a guerra num país onde três quartos do território já foram libertados por combatentes do PAIGC.” A jornalista tinha entrado a partir da fronteira com a Guiné-Conacri, no Sul, estivera na base militar de Kiandafara, a dois quilómetros da fronteira e o que viu fê-la reportar uma situação bastante vantajosa para o PAIGC. “Nenhuma guerrilha no mundo teria este sucesso se não tivesse um apoio total no seio da população. Isso é mérito do PAIGC e do seu chefe, Amílcar Cabral, que durante anos percorreu o país a explicar às populações os objectivos do seu partido e a necessidade da luta.”

Na primeira reportagem, a jornalista refere também a propaganda da PIDE através da Rádio Bissau, “que transmite falsas notícias sem vergonha, promete maravilhas a quem regressar ao seio da mãe-pátria”. Mas, ao contrário do que escrevera o jornalista Gérard Mario, ela nota alguma tensão entre o PAIGC e as autoridades senegalesas. “O hospital de Ziguinchor recebe todos os feridos da frente Norte”, diz. Mas o governo do Senegal “ordenou recentemente o encerramento do hospital, sob a pressão dos portugueses”.

A segunda reportagem é feita na frente Sul e tem como título “Escolas no mato e raides aéreas”. Desta vez, Suzanne Lipinska visita uma sala de aulas no mato com bancos feitos de madeira e pranchas tiradas de serrações abandonadas por portugueses a fazer de mesa. “Cinquenta crianças alinham-se, cantam à nossa chegada e oferecem-nos flores.” Há uma aula de ciências naturais, outra de matemática. “Os livros são recentes. Feitos pela Comissão de Ensino, foram impressos na Suécia, na Alemanha e em Conacri.” A jornalista sublinha que enquanto as autoridades portuguesas criaram 11 escolas e as missões religiosas 45, agora há 245 escolas a funcionar no mato apesar de todas as dificuldades, para cerca de 20.000 alunos. Mas essas escolas são por vezes atingidas por bombardeamentos e mudam frequentemente de lugar. “Em ataques recentes, a escola de Iador, na região de Biambi, foi aniquilada. Sete crianças morreram e quinze ficaram feridas”, escreveu Suzanne Lipinska. “Na escola de Tambico houve quinze vítimas: sete mortos e oito feridos.” À partida dos jornalistas as crianças voltam a cantar. “A sua voz acompanha-nos por muito tempo.”

Na terceira e última reportagem, a jornalista do *Africasia* refere-se ao funcionamento do PAIGC e à vida nas zonas libertadas. Fala das dificuldades do partido, mas também dos

apoios internacionais que tem obtido. “A Suécia, por exemplo, aprovou um crédito anual de um milhão de coroas, o que levou a que fosse chamado o embaixador português em Estocolmo. Forneceu reservas de peixe, de tecido, de leite concentrado que comprou à Holanda, de margarina que vem de Inglaterra. A URSS fornece açúcar, Cuba cigarros. A OUA também dá uma contribuição.”

Talvez em jeito de desabafo, alguém disse à jornalista: “Se os países nossos amigos nos ajudassem tanto como a NATO e os países ocidentais ajudam Portugal, há muito tempo que esta guerra tinha terminado.” Suzanne Lipinska dá como exemplo o facto de Portugal receber directamente ou através da NATO bombardeiros norte-americanos, aviões FIAT fornecidos pela Alemanha Federal, helicópteros Alouette II e Alouette III vindos da França ou granadas vindas de Itália, “sem contar com o napalm e o fósforo branco”. A guerra diz, é “a mais retrógrada e a mais injusta das guerras coloniais”. Quando alguém lhe pergunta como é a vida em França e como vive a juventude do seu país, é ela que fica sem respostas: “É muito difícil explicar a pessoas que sonham com escolas harmoniosas os acontecimentos do Maio de 68.”

Quando Amílcar Cabral, Marcelino dos Santos e Agostinho Neto são recebidos por Paulo VI a *Africasia* também dedica uma página ao assunto, desta vez assinada por Aquino de Bragança, autor de inúmeros artigos naquela publicação. A audiência ocorrera a 1 de Julho de 1970, apesar da oposição do cardeal português José da Costa Nunes e do embaixador de Portugal no Vaticano, Eduardo Brazão, adianta o artigo.

É novamente Aquino de Bragança que, a 3 de Agosto, recorda na *Africasia* uma entrevista dada recentemente pelo Presidente senegalês, Léopold Senghor, em que este diz não ter “nada contra Portugal” mas sublinha que não pode impedir a passagem da fronteira pelos inúmeros refugiados guineenses. Marca, no entanto, a distância quanto ao PAIGC ao referir que o tratamento dos doentes e feridos é “muito caro”, e que o facto de ter sido prestada essa ajuda “não significa que o Senegal apoie, como quer fazer passar o governo português, o PAIGC”. Alguns parágrafos à frente o jornalista adianta que já fecharam dois hospitais do PAIGC no Senegal.

Na verdade, Aquino de Bragança não era um jornalista distanciado dos movimentos de libertação. Estava próximo da causa de Amílcar Cabral, era aliás seu vizinho, e por vezes ajudava-o a carregar pelas escadas o material destinado ao PAIGC, como recorda Luís Cabral. “O material de guerra concedido pelo governo marroquino, recebido nos primeiros tempos pelo próprio Amílcar, era levado aos poucos para Conacri, por avião como bagagem de mão. O excedente do material era depositado na residência da Lena [Maria Helena Rodrigues, primeira mulher de Amílcar Cabral], num 4º andar da Rua Paul Hole. As pesadas malas,

transportadas no pequeno Volkswagen, eram depois arrastadas pelas escadas do prédio sem elevador, com várias paragens absolutamente necessárias para retomar o fôlego. Em muitas ocasiões, o Amílcar era ajudado nessa dura tarefa pelo Aquino de Bragança, natural de Goa, militante infatigável da luta dos nossos povos, que habitava no 3º andar do mesmo prédio.”<sup>114</sup>

As revistas que mais acompanhavam a situação nos territórios africanos deram também grande destaque à invasão da Guiné-Conacri em Novembro. Até Fevereiro a situação foi várias vezes tema de capa, a *Africasia* enviou para o terreno os jornalistas Fodé Amadou e Jacques Vignes, e mais tarde Moulod Mimoun, e a *Jeune Afrique* publica os textos de Paul Bernetel.

Apesar de existirem então várias versões sobre o que aconteceu – uma aponta para um ataque de guineenses revoltosos com o apoio de portugueses e outra para uma operação desencadeada pelas autoridades portuguesas com o apoio de alguns mercenários guineenses –, a responsabilidade é desde logo atribuída a Lisboa.

“Uma frota de navios conduzidos por equipas portuguesas entrou nas águas territoriais guineenses”, escreveu o *Africasia* a 7 de Dezembro. “Para além do governo guineense, Lisboa quis afectar a ajuda muito importante que este governo [da Guiné-Conacri] disponibiliza ao PAIGC.”

No *Jeune Afrique*, por outro lado, causou polémica o testemunho de um atacante que não foi identificado e que falou de uma operação que estaria a ser preparada há muito tempo para depor o governo. Bruno Bernetel pergunta então em título “Sékou Touré disse a verdade?”, refere as acusações contra Portugal e denuncia o facto de os jornalistas terem sido impedidos de trabalhar no território.

“Certas capitais ocidentais, como Paris e Washington, admitem oficialmente que o ataque foi perpetrado por ‘elementos vindos do exterior’. Oficiosamente, deixam entender que é verosímil que os mercenários portugueses tenham participado na operação, com ou sem a aprovação de Caetano”, adianta o *Jeune Afrique* de 8 de Dezembro. No entanto, Bruno Bernetel considerou “inacreditável” que “nenhum jornalista, nenhum correspondente, nenhum órgão de informação tenha sido admitido na Guiné” logo após a invasão. Critica ainda Touré: “Uma vez que se declara vítima de agressão e que recusa a presença de observadores que têm como única missão informar, todas as dúvidas são permitidas.”

As conclusões da comissão de inquérito da ONU encarregue de averiguar o que acontecera são depois publicadas na edição da *Africasia* de 21 de Dezembro. Esse relatório concluiu que

---

<sup>114</sup> Cabral, 1984, p. 135

na invasão participaram navios portugueses, que a bordo iam cerca de 150 mercenários africanos sobretudo oriundos da Guiné e que o embarque ocorreu na Guiné-Bissau. O primeiro objectivo era derrubar o governo, adianta a *Africasia*, mas a operação pretendia também atingir o PAIGC e libertar os prisioneiros portugueses. “Para o PAIGC foi um rude golpe: privado de repente das suas bases externas, o movimento dirigido por Amílcar Cabral teve de reconsiderar uma boa parte da sua logística.”

Quando, em Março de 1971 (é pelo menos essa a data da publicação) os estudantes franceses Luc Routeau e Olivier Noyer visitam a Guiné-Bissau, onde chegaram a partir do Senegal, a *Jeune Afrique* publica o seu testemunho, que em muito se assemelha a outras reportagens feitas pelos jornalistas da revista. Visitaram uma base militar, falam das escolas e dos hospitais do partido, do seu encontro com um membro do comité político, do apoio da NATO e dos seus aliados a Portugal. E surpreendem-se com a organização que encontram em plena floresta tropical. “A nossa primeira impressão foi a de um Exército improvisado; a visita mostrou-nos que não é nada disso.”

Para além de publicarem artigos e reportagens sobre os acontecimentos na Guiné-Bissau, as revistas dedicadas a África foram também importantes para que o PAIGC fizesse passar a suas mensagens, sobretudo através de artigos de opinião do próprio Amílcar Cabral. Entre Novembro de 1971 e Outubro de 1972 a *Africasia* publicou dois artigos do líder do PAIGC e uma entrevista que chegaram às mãos de muitas mais pessoas do que os órgãos oficiais do partido. Nesta altura, que podemos considerar já a derradeira fase da guerra, a atenção dada ao movimento de libertação aumentou e isso reflectiu-se não só na imprensa generalista como nas publicações especializadas, que assumiam um tom de quase militância à medida que todos os indícios apontavam para a proximidade de uma declaração unilateral da independência.

A 15 de Novembro de 1971, quando passava cerca de um ano após a invasão da Guiné-Conacri, a *Africasia* publica um editorial sobre o assunto e um artigo de opinião de quatro páginas de Amílcar Cabral, que escreve sobre Portugal e denuncia a classe dirigente “que despreza os direitos dos africanos e a legislação internacional” e sublinha que a própria sociedade portuguesa enfrenta convulsões “cada vez mais intensas e mais frequentes”. Refere ainda que Marcelo Caetano prosseguiu a política salazarista “tanto em África como no seu próprio país”, tendo desperdiçado “a única ocasião que teve um português, depois dos tempos dos Descobrimentos, de gravar o seu nome com algum mérito na história”.

Cabral procura sublinhar que a queda de Salazar não trouxera mudanças e salienta as que considera serem as principais razões da continuidade da política colonial. Portugal “mostrou-se incapaz de conceber um processo de descolonização em que os interesses da classe

dirigente fossem salvaguardados no quadro de uma situação neocolonial ou de uma concorrência eficaz com as outras potências capitalistas”. Mais: os quase 50 anos de ditadura “não permitiram conhecer o que são os direitos humanos”, e a isto junta-se “a doutrina da superioridade do europeu e da inferioridade do africano, bem como o mito da ‘missão civilizadora do português em relação aos povos africanos considerados ‘selvagens’”. Mesmo para os menos familiarizados com a situação nas colónias portuguesas, os argumentos de Cabral não terão deixado os leitores indiferentes.

Seis meses depois, na edição de Maio de 1972, o *Africasia* volta a publicar um texto de Amílcar Cabral, desta vez uma parte da sua intervenção numa conferência em Helsínquia. O PAIGC acabara de ser reconhecido como o único representante do povo da Guiné-Bissau por uma comissão de inquérito do Conselho de Segurança da ONU e o secretário-geral do partido questionava se Portugal seria, ou não, um país imperialista. E defendia que não devido à situação económica do país.

O imperialismo, explicava, “é o resultado da concentração gigantesca de capital financeiro nos países capitalistas através da criação de monopólios, e em primeiro lugar monopólios de empresas capitalistas”. Ora, este não era o caso de Portugal, diz Cabral. “Se um país se encontra num estado de desenvolvimento não capitalista, a sua dominação é puramente colonialista.”

Para além de procurar explicar estes conceitos, Cabral refere também que a luta do seu partido partia de problemas concretos, do quotidiano, e responsabiliza a NATO pela continuação da guerra. “Portugal tem como factor decisivo da sua criminosa guerra colonial a ajuda das potências da NATO e dos outros aliados racistas ou colonialistas. É por isso que Portugal pode utilizar contra nós os aviões mais modernos, ainda que não fabrique sequer aviões de brincar para as crianças.”

Não faltavam, como vemos, oportunidade para conhecer através da imprensa o pensamento de Amílcar Cabral e os objectivos da sua luta, sobretudo quando se procurava informação em revistas especializadas. Da mesma forma que o líder do PAIGC não perdia uma hipótese de divulgar a sua luta nas páginas desta imprensa.

Quando se realizam eleições na Guiné-Bissau para escolher os membros da Assembleia Nacional, por sufrágio universal e secreto nas zonas libertadas, a *Afrique-Asie* publica uma pequena notícia, em Outubro de 1972, e terá sido também esse acontecimento a servir de pretexto para um artigo mais vasto de Bruni Crimi na *Jeune Afrique*. “Amílcar Cabral pronto para a independência” era o título, e o jornalista, que tinha estado algum tempo antes nas zonas libertadas, não hesita em dizer que a declaração da nova nação estaria para breve, muito



breve mesmo, como se lê na primeira frase do artigo: “Está tudo pronto e o processo é irreversível: antes do fim do ano, a Guiné-Bissau será independente.”

A história trocou as voltas ao movimento de libertação. Nesta altura, ninguém imaginaria que a declaração de independência iria demorar nove meses e que Cabral já não estaria presente. Por enquanto, é o entusiasmo de Bruno Crimi que contagia os leitores. “Os portugueses, ainda que continuem a recusar negociar com os que chamam de rebeldes ou bandidos, deverão, antes de 1 de Janeiro, sentar-se à volta de uma mesa com os representantes do PAIGC.”

Já se perspectivavam então os reconhecimentos dessa independência. “A Guiné-Bissau independente será reconhecida por dezenas de países e o direito internacional transformará juridicamente a intervenção militar portuguesa numa agressão contra um Estado independente. Triste perspectiva para Marcelo Caetano que está, militarmente e diplomaticamente, encostado à parede.”

O artigo refere ainda a formação de quadros, o armamento usado pelo PAIGC e a ofensiva diplomática que levou Cabral a dirigir-se à Assembleia Geral da ONU. As contas da independência são feitas ao minuto e Bruno Crimi traça o cenário que então lhe parece mais provável: “Haverá reconhecimentos do ‘primeiro minuto’, aqueles dos países africanos que há dez anos prestam um apoio activo à luta do PAIGC, a República da Guiné e a Argélia. A seguir chegarão os reconhecimentos da ‘primeira hora’, os dos países africanos que apoiam os dois outros movimentos de libertação das colónias portuguesas (MPLA e Frelimo), a Tanzânia e a Zâmbia. Os reconhecimentos do ‘primeiro dia’ juntarão a quase totalidade dos outros países africanos, dos países da Europa de Leste, a China e Cuba. A seguir virão boa parte dos países do Próximo Oriente, como o Iraque, a Síria e provavelmente o Líbano. E finalmente o PAIGC poderá contar com o Chile na América Latina, a Índia na Ásia e, na Europa, a Suécia, a Finlândia e a Dinamarca.” Este cenário, que o jornalista fez a partir de informações de fontes do PAIGC, seria aquele com que Cabral também estaria a contar, e sem dúvida que artigos como este eram parte do combustível da vitória que se sentia chegar.

O tom da *Afrique-Asie* é semelhante e as análises dos vários jornalistas que agora seguiam esta questão ainda com mais interesse apontavam para que a independência estivesse realmente próxima. Esta revista optou por publicar, a 27 de Novembro, uma entrevista com Amílcar Cabral feita por Aquino de Bragança. O título é o resumo da conversa: “Amanhã, o Estado independente da Guiné-Bissau.” A primeira pergunta de Aquino de Bragança é se Cabral vai declarar a independência e quais são as etapas para chegar a essa decisão histórica, e o líder do PAIGC recorda que “o povo da Guiné já exerceu o seu direito à autodeterminação apesar dos nove anos de guerra que foram impostos pelo ocupante português”.

Mais uma vez, Cabral defende nas páginas da *Afrique-Asie* os objectivos do seu movimento de libertação, agora reforçados pela realização de eleições. “Os conselheiros regionais foram eleitos por sufrágio universal directo de 52.400 eleitores em 58.000 inscritos”, recorda. Ao rejeitar a formação de um governo provisório, considera que a situação na Guiné “é comparável à de um Estado independente em que algumas partes estão ocupadas por forças armadas estrangeiras”. E reitera: “A nossa situação *de facto* é a de um Estado independente.”

A acompanhar a entrevista, o fundador da *Afrique-Asie* Simon Malley escreveu um artigo de opinião em que salientou que a independência da Guiné resultaria de “mais de nove anos de lutas heróicas, de sacrifícios desumanos, de uma convicção profunda neste destino”. O PAIGC, adianta, sempre teve a consciência da importância do apoio internacional que tudo fez para alcançar, e quanto ao futuro próximo parecia não haver dúvidas. “Nas próximas semanas vai nascer um novo Estado africano independente. O nosso dever é mobilizar os nossos esforços para que o desafio que o seu povo lançou ao colonialismo português e aos seus aliados imperialistas não seja em vão.”

Malley era já um dos jornalistas mais experientes em questões relacionadas com os movimentos de libertação em África. Morreu em Paris em 2006, aos 83 anos, após uma longa carreira em que acompanhou as actividades das Nações Unidas em Nova Iorque e a guerra pela libertação da Argélia, fundou a *Africasia* e depois a sucessora *Afrique-Asie*. Quando escreveu o artigo que acompanhou a entrevista ao líder do PAIGC, um dos inúmeros editoriais da revista, estava longe de imaginar que, nem três meses depois, viria a assinar um outro artigo com o título “Vingar Cabral”.

“A sua confiança no futuro do seu povo era inabalável”, escreveu sobre o líder do PAIGC que fora assassinado há poucos dias e com quem o jornalista se encontrara em várias ocasiões. Depois, Malley deixa um apelo que seria, no fundo, um apelo da *Afrique-Asie*: “Para vingar Cabral, para que o sacrifício supremo que nunca hesitou em enfrentar não seja em vão, para que o seu nome fique gravado na memória de cada africano, de cada militante, de cada combatente, em toda a parte do mundo, há um dever que se impõe a todos nós (...). É o de redobrar esforços para intensificar a luta contra os colonialistas portugueses e seus aliados (...). É o de reforçar a solidariedade com o povo guineense (...). É o de pedir aos africanos e a todos os que apoiam a sua causa que rompam todas as relações, quaisquer que elas sejam, com Lisboa (...). É de o advertir solenemente os assassinos de Lisboa de que os seus crimes não continuarão a ficar impunes.”

Quando Malley refere a responsabilidade dos “assassinos de Lisboa” estaria certamente a basear-se nas informações do jornalista Aquino de Bragança, que como refere outro jornalista

da *Afrique-Asie*, Fodé Amadou, foi “o primeiro repórter internacional autorizado a assistir ao inquérito aberto em Conacri para desmascarar e julgar os assassinos de Cabral”. Na edição de 5 de Fevereiro, Amadou adianta que não restam dúvidas sobre o que acontecera: “Foi o general Spínola, comandante das forças portuguesas e governador da Guiné-Bissau, que dirigiu pessoalmente o complô urdido pelo colonialismo português e os seus aliados imperialistas para assassinar Amílcar Cabral e tentar liquidar o PAIGC.”

O jornalista António Tomás considera, no entanto, que as conclusões de Aquino de Bragança sobre o assassinio do líder do PAIGC “haveriam de estabelecer-se como a verdade oficial e influenciar muitos jornalistas que mais tarde escreveriam sobre o mesmo assunto”.<sup>115</sup>

Tomás refere que Aquino de Bragança acusa a PIDE de ser responsável pela morte de Cabral por ter recrutado “um conjunto de aventureiros, prisioneiros, velhos militantes cansados, amargos e descontentes”, mas sublinha que essa conclusão se baseia em confissões obtidas através de tortura. “Essa versão era conveniente”, considera. “Retirava o ónus da culpa aos antagonismos entre cabo-verdianos e guineenses, transferindo-o para a conspiração urdida por membros exteriores ao partido.” Alguns dos homens envolvidos no crime, como Aristides Barbosa ou Mamadu Touré, tinham sido detidos pela PIDE, mas a maioria, como Inocêncio Cani que premiu o gatilho, “nunca teve qualquer oportunidade para se aproximar da secreta”. O que aproximava verdadeiramente estes homens, diz Tomás, “era o facto de estarem todos, de uma maneira ou de outra, a contas com o partido”. Cani, por exemplo, fizera parte do Comité Executivo da Luta e fora nomeado comandante da Marinha de Guerra, mas acabara por ser despromovido e julgado, acusado de vender o motor de um barco no mercado negro.

No diário *Jeune Afrique* são colocadas outras questões sobre a morte de Cabral. Num artigo de Paul Bernetel, citado pelo diário português *República* a 26 de Abril de 1973, é referido que a revista não considera certos assuntos como tabu. “Se for preciso denunciar as carências existentes na direcção de certos movimentos de libertação, as suas divisões, estamos dispostos a fazê-lo”. Por fim, refere o facto de alguns dos autores do assassinio terem comparecido pouco depois diante do líder guineense Sékou Touré. “A única explicação plausível não será a de que os assassinos tenham recebido qualquer garantia? Mas de quem? A questão merece, pelo menos, ser posta.” Numa e noutra revista os leitores ficariam com a ideia de que o assassinio de Cabral levantava várias suspeitas e podia ser atribuído a vários factores internos e externos. E os jornalistas estariam, também eles, à procura de mais explicações.

---

<sup>115</sup> Tomás 2007, p. 269

Ainda em Fevereiro de 1973, o jornalista Basil Davidson publicou um artigo de duas páginas no *Le Monde Diplomatique* que tinha sido escrito antes da morte do líder do PAIGC. Agora o jornalista acrescenta que, “apesar do assassinio de Amílcar Cabral, dirigentes e camponeses revolucionários estão prestes a assumir o seu destino nacional”.

Davidson recorda que Cabral pretendia declarar a independência a curto prazo e dissera que cerca de 70 países já se tinham comprometido a reconhecê-la. “A morte de Cabral não poderá salvar Lisboa de uma grande derrota política.”

Chega então o dia esperado. Madina de Boé, 24 de Setembro de 1973, 8h55 TMG. A independência é declarada por Aristides Pereira perante os membros eleitos da Assembleia Nacional e Luís Cabral passa a ser o Presidente de um país ainda debaixo de fogo. A cerimónia foi acompanhada pelo enviado da *Afrique-Asie* Aldo Nobile, e na edição de 15 de Outubro a revista dedica nove páginas ao assunto preenchidas pelo editorial, pela reportagem do enviado, por fotografias de Aristides Pereira de mão erguida e guerrilheiros de arma estendida, um artigo de Aquino de Bragança sobre o caminho percorrido pelo PAIGC até então e uma grande imagem de Amílcar Cabral. Conta Aldo Nobile que a referência ao fundador do partido feita pelo irmão Luís Cabral durante o seu discurso foi o momento mais emocionante daquele “sermão na floresta”, como escreveu em título.

“Dez anos após o início da luta armada contra o colonialismo português, o povo da Guiné-Bissau e o seu partido colhem os frutos dos seus sacrifícios, do seu heroísmo e da sua vitória”, lê-se no editorial. Uma luta que, aliás, tinha sido acompanhada detalhadamente pela *Afrique-Asie* numa perspectiva militante de denunciar o colonialismo e enaltecer o trabalho de um partido que ergueu escolas e hospitais, soube rodear-se de aliados internacionais, organizou eleições e declarou a independência quando ainda não havia garantias de que as armas se silenciariam. “Para os povos africanos, para os povos do terceiro mundo, para os progressistas do mundo inteiro, a criação do Estado da Guiné-Bissau representa uma etapa histórica decisiva no processo de libertação total e inevitável de todo o continente africano.”

No editorial da *Afrique-Asie*, que não é assinado, procura também interpretar-se o significado daquela cerimónia em Madina de Boé e as consequências pareciam óbvias. “Ao proclamar a existência do seu Estado, o povo da Guiné-Bissau reduz a presença portuguesa em parte do seu território à simples realidade: a de uma agressão contra um país soberano.”

Em Madina de Boé, Aldo Nobile descreve a cerimónia. “Um imenso retrato de Amílcar Cabral domina a vasta esplanada cercada de mato, onde tremulam ao vento as bandeiras do PAIGC que hoje se transformam num emblema nacional. Cento e vinte cadeiras alinhadas

estão reservadas aos deputados eleitos nas primeiras eleições livres da história do povo guineense.”

Era um dia histórico, um momento sonhado, uma cerimónia escondida no mato mas repleta de emoções que Nobile quis deixar nas páginas da *Afrique-Asie*. “E assim chegou o dia há muito esperado: a proclamação da República independente da Guiné-Bissau. Um terço do novo estado está ainda ocupado pelo invasor estrangeiro. (...) Mas que emoção para aqueles que, como nós, estamos aqui, a ouvir o dirigente do partido, sucessor de Amílcar Cabral, a pensar na vitória mas também em todos os que tombaram no longo caminho da guerra.”

São apresentados os dirigentes, é relatado o primeiro reconhecimento internacional vindo da Guiné-Conacri, são publicados artigos da Constituição e excertos dos discursos de Aristides Pereira e Luís Cabral. Finalmente, Aquino de Bragança recorda partes dos discursos em que Amílcar Cabral antevia aquele dia e referia que a Guiné-Bissau tinha uma situação “comparável à de um Estado africano independente em que uma parte do território está ocupada por forças armadas de um país estrangeiro”. Para o jornalista da *Afrique-Asie*, “o assassínio de Cabral foi a resposta portuguesa a este projecto [de independência], mas esse crime não impediu nada!” Depois adiantou: “A Assembleia Nacional da Guiné-Bissau proclamou a 24 de Setembro o nascimento oficial de uma ‘república debaixo de bombas’.”

Também na *Jeune Afrique* de 13 de Outubro a declaração de independência é relatada com uma reportagem, uma cronologia, uma análise e várias fotografias que ocupam seis páginas. Bruno Crimi descreve então as bandeiras, o retrato de Cabral, diz quem são os dirigentes do novo país – Luís Cabral à frente do Conselho de Estado e Nino Vieira da Assembleia Nacional – e cita a frase das 8h55: “A Assembleia Nacional Popular exprime a vontade soberana do povo e proclama solenemente o Estado da Guiné-Bissau.”

Aristides Pereira, numa entrevista à agência cubana Prensa Latina, citada pelo *Jeune Afrique*, previu qual seria a reacção portuguesa àquela declaração. “Dirão que se trata de uma acção infantil, que não existem zonas libertadas.” O Ministério dos Negócios Estrangeiros português convocou então os correspondentes estrangeiros, a 26 de Setembro, para lhes dizer que a iniciativa do PAIGC era “uma fantasia”, adianta Bruno Crimi, que refere ainda o facto de a independência ter sido reconhecida por 14 países nos dois primeiros dias e 29 em quatro dias. O jornalista sublinha ainda a discrição dos meios políticos ocidentais e adianta que “com algumas excepções apenas, a imprensa americana, britânica ou francesa fizeram *black-out*”. E adianta: “Mesmo os jornais antes atentos aos massacres cometidos pelas tropas portuguesas em Moçambique parecem ter ignorado um acto político que é a única resposta à estratégia do colonialismo em África.”

Não foi bem assim, como já vimos. Tanto o *New York Times* (que nos dias 28 e 29 de Setembro publica que o PAIGC declarara a independência e que esta fora reconhecida em poucas horas por 13 países), como o *Times* (que cita a Rádio Conacri para referir que a “guerrilha declarou a independência na Guiné Portuguesa”), deram a notícia sobre o que se passara em Madina de Boé. Mas não deram, é claro, o destaque de seis ou oito páginas que puderam ser lidas por quem teve acesso à *Afrique-Asie* ou à *Jeune Afrique*.

É nesta última que, ainda a 13 de Outubro, um artigo de Jean-Pierre N’Diaye relata um episódio que nos dá mais um exemplo da importância que tinham para o PAIGC os órgãos de informação. Segundo o autor, o PAIGC fez questão que estivesse presente a imprensa senegalesa, porque era a partir de Dacar que muita informação passava para os outros meios de informação internacionais. No entanto, as autoridades do Senegal mostraram-se reticentes em enviar representantes da imprensa local por considerarem que não estavam reunidas as condições de segurança. Ora, “as informações ou reportagens transmitidas por jornalistas da Rádio Senegal permitiam uma repercussão directa do acontecimento ao nível mundial.”

Seria inconcebível, para o PAIGC não ter presente a imprensa senegalesa, por isso Aristides Pereira enviou vários emissários a Dacar, entre eles Lucette Andrade, a mulher de Luís Cabral, que ali chegou a 18 de Setembro e se propôs a acompanhar os jornalistas, via Conacri. As autoridades de Dacar exigiram uma carta formal que garantisse essa segurança, e essa carta chegou dia 19, assinada por um responsável do partido, José Araújo. O próprio Aristides Pereira chegou a garantir que o PAIGC se responsabilizaria pela segurança dos jornalistas e outro emissário do partido acrescentou que “se a imprensa senegalesa não estivesse representada o PAIGC seria obrigado a adiar a proclamação da criação do Estado”, relata Jean-Pierre N’Diaye sem revelar a origem desta informação. “É por isso que a proclamação acontece a 24 de Setembro em vez de a 19. E é por isso também que serão precisos dois dias para que a opinião pública senegalesa e internacional seja informada, a 26, do acontecimento graças às gravações e aos comunicados que Araújo reportou a Dacar e pôs à disposição de todas as agências de informação.”

Alguns meses após a declaração de independência, os jornalistas viriam a ter mais uma interessante história para contar. A Revolução dos Cravos parecia abrir caminho à independência dos territórios portugueses em África, ou no caso da Guiné-Bissau ao reconhecimento por Portugal da soberania que já tinha sido declarada. O PAIGC reagiu com alegria, sim, mas também com desconfiança. Uma desconfiança chamada António de Spínola. O ex-governador da Guiné estava agora à frente dos destinos de Portugal e já tinha deixado clara em *Portugal e o Futuro* a sua opinião sobre este assunto. Defendia que nenhuma solução

seria alcançada por via militar, é certo, mas também considerava possível uma solução federalista que vinha já fora de tempo.

Depois de ter sido lançado *Portugal e o Futuro*, Simon Malley entrevistou Aristides Pereira e Luís Cabral e um dos temas abordados foi exactamente a criação dessa espécie de Commonwealth luso-africana. A ideia foi, claro, rejeitada pelo secretário-geral do PAIGC. “Jamais o povo guineense, jamais os seus dirigentes e os seus quadros aceitariam uma tal via. Como é que podemos ignorar que hoje somos um Estado soberano reconhecido por mais de um terço dos países membros da ONU?”

Nessa edição da *Afrique-Asie*, que chegou às bancas no dia 1 de Abril de 1974, Luís Cabral abre a porta a negociações mas sublinha a questão fundamental da independência. “Aceitamos negociar não importa em que momento, não importa com que governo português. Mas negociaremos na nossa qualidade de Estado soberano em que parte do território está ainda ocupada ilegalmente por forças de agressão de um país estrangeiro.”

Spínola é o tema central desta entrevista e de outro artigo de Aquino de Bragança centrado no livro. Mas nessa edição a revista publicou ainda um excerto de uma entrevista dada por Amílcar Cabral à *Tricontinental* pouco antes de ser assassinado em Janeiro de 1973. Dizia então o fundador do PAIGC que Spínola não era um elemento novo na política portuguesa: “Levou a cabo no meu país uma política que qualificamos de sorriso e sangue. Sorriso, afeição, demagogia para com os africanos que têm sob controlo. Bombardeamentos com napalm, os crimes mais bárbaros, ataques terroristas por helicóptero, destruição de aldeias, incêndios de culturas, assassínios de crianças e mulheres e outros aspectos que qualificamos de sangue.”

Para grande parte dos dirigentes do PAIGC, a opinião de Cabral era também a sua, e nesta altura não se sabia ainda que Spínola estaria à frente dos destinos de Portugal durante as negociações para a independência.

Boa parte da edição de 13 de Maio de 1975 da *Afrique-Asie* é dedicada a Portugal, com fotografias de multidões nas ruas a saudar os militares e a revolução. Em editorial, Simon Malley saúda o golpe mas deixa um alerta em título: “África é a prova decisiva.”

“O povo português acolheu em delírio a queda do fascismo (...) Regozijamo-nos com ele e por ele”, escreve Malley. Mas para os povos colonizados por Portugal há séculos “o único critério válido para julgar o regime que vier a suceder à ditadura sangrenta instalada por Salazar e prosseguida por Caetano é a sua política para África.”

O jornalista Jack Bourderie parte para as instalações do PAIGC em Conacri para saber como estava a ser recebida a notícia. Ouviu gritos, viu abraços. “Derrubámos o fascismo

português.” Ouviu as primeiras mensagens de saudação e os primeiros comunicados emitidos pela Rádio Libertação. Mas, questionava o jornalista, a notícia de que Spínola estava à frente da junta não foi bem recebida. “Como dar o mínimo crédito (...) ao agressor de Conacri, ao assassino de Amílcar Cabral, ao autor do monstruoso plano de liquidação do PAIGC?”

Aos microfones da Rádio Libertação Amélia Araújo deixou uma mensagem que lhe fora passada pelo comissário da Informação do PAIGC José Araújo, adiantou Jack Bourderie. “Recentemente reapareceu uma nova teoria: a de uma ‘federação luso-africana’ (...) Mas devem saber que não há outra solução que não seja a do direito do nosso heróico povo da Guiné e Cabo Verde à sua independência total.”

A mensagem do PAIGC, citada pela *Afrique-Asie*, é então de desconfiança. Num comunicado do partido que a revista divulga, com data de 29 de Abril, lê-se que “apesar de a detenção de uma parte da direcção militar em Bissau, entre elas a do ‘governador’ Bettencourt Rodriguez, a aviação dos agressores portugueses não parou nem diminuiu o número de incursões contra as nossas regiões libertadas”. E na Rádio Libertação, dia 30, ouviu-se: “As últimas declarações do primeiro responsável da junta [António de Spínola] confirmam o erro daqueles que quiseram ver no antigo chefe da guerra colonial portuguesa no nosso país um homem bem-intencionado e capaz de orientar Portugal no sentido da descolonização.”

É também através da Rádio Libertação que é pedido aos militantes para que mantenham a vigilância, adiantou a *Jeune Afrique* de 11 de Maio. “Não devemos esquecer que o inimigo continua presente no nosso país e que essa presença é um acto de guerra, uma agressão permanente contra o nosso povo, uma agressão que exige que não nos permitamos a um só minuto de tranquilidade.”

A 25 de Maio começam então as negociações que conduzirão à independência. Na edição do *Jeune Afrique* de dia 27, Fodé Amadou questiona se o encontro em Londres entre o ministro dos Negócios Estrangeiros Mário Soares e a delegação do PAIGC conduzirá ao fim do regime colonial português. “Evitemos ceder a um optimismo irracional. (...) Não esqueçamos contudo que os movimentos de libertação rejeitaram a uma só voz os projectos de uma federação luso-africana desenvolvidos pelo general Spínola no seu livro *Portugal e o Futuro*. Ora é esse mesmo general Spínola que se encontra à frente de um Estado e deverá definir as grandes opções.”

Na *Afrique-Asie*, edição de 9 de Junho, Aquino de Bragança também sublinha esse poder de Spínola. “A partir do momento em que o chefe da diplomacia portuguesa Mário Soares começou a expor o seu *dossier*, ficou claro para os seus interlocutores guineenses que o seu campo de acção estava limitado, a sua capacidade de manobra restrita, que não tinha qualquer



carta branca; que o verdadeiro negociador era o general Spínola, de quem deveriam chegar todas as decisões finais.”

O jornalista procurava avançar com justificações para o facto de as negociações terem sido interrompidas e adiantava quatro razões: a posição de Spínola; as pressões americanas para que fossem conservadas em poder de Portugal as ilhas de Cabo Verde – consideradas estratégicas para a NATO –; o problema dos soldados africanos que tinham combatido ao lado dos militares portugueses; e finalmente as “manobras de grupos de pressão económicos e financeiros portugueses cujas estruturas tinham ficado praticamente intactas”.

Num outro texto, escrito por Wilfred Burchett que acompanhava as negociações em Londres, o jornalista escreveu o que certamente estaria a ser dito pelos corredores e por quem acompanhava o encontro no Hyde Park Hotel. “Se há qualquer coisa que parece evidente é que o projecto do general Spínola de criar uma federação luso-africana está morto. Morto da sua bela morte natural. Tal como está morta a sugestão de alguns oficiais portugueses de organizar um referendo para que os povos africanos das colónias portuguesas expressem o direito à autodeterminação.” Um membro da delegação guineense, que não identifica, chegou a dizer-lhe: “Essa ideia tinha sido formidável em 1954. Em 1974 está totalmente ultrapassada.”

Quando, a 24 de Setembro de 1974, se celebra em Madina de Boé o primeiro aniversário da declaração da independência, tinha acabado de ser publicado, a 23 de Setembro, uma edição especial da *Afrique-Asie* sobre a Guiné-Bissau, de 48 páginas, que foi distribuída a quem participou nas celebrações. Foi uma edição assinada por vários jornalistas e colunistas – Bruna Amico, Mário de Andrade, Jean-Claude Bodenan, Aquino de Bragança, Jack Bourderie, Basil Davidson, Pierre Luizard, Simon Malley, Tadahiro Ogawa, Marie-Paule de Pina, Camille Sarri, Stephanir Urgang e Jacques Vignes.

A edição procura explorar os temas principais da luta de libertação, da história do PAIGC ao perfil de Amílcar Cabral escrito por Mário de Andrade, passando por uma síntese da guerra e do seu impacto feita por Basil Davidson e outros temas relacionados com o quotidiano no território, como as lojas populares, as escolas ou os hospitais de campanha.

No editorial, Simon Malley recorda Amílcar Cabral, que lhe escrevera poucos dias antes do assassinio e lhe dissera que a política do PAIGC seria sempre “guiada pelos princípios fundamentais da Carta das Nações Unidas”. O jornalista refere ainda que aquele número especial é “uma homenagem à luta heróica do povo guineense para alcançar a sua independência e a sua liberdade” e adianta que “os camaradas que participaram na concepção e na redacção deste número quiseram dar a sua contribuição, ainda que modesta, à luta que

nunca deixaram de apoiar e que e que continuarão a defender até à libertação total e à unificação da nação guinéo-caboverdiana”.

Esta foi talvez a ocasião em que a *Afrique-Asie* explicitou de forma mais clara a sua posição editorial em relação à luta do PAIGC. Algumas páginas à frente, é Luís Cabral quem diz a Jack Bourderie o que pensa da publicação que mais intensamente acompanhou o movimento de libertação na Guiné-Bissau. “Para nós a *Afrique-Asie* não é apenas uma revista. É uma companheira de luta. Habitúamo-nos a contar convosco. Aquilo que disseram, e aquilo que dizem agora, conta muito. É por isso que, aqui, podes ver tudo, pedir tudo, os camaradas e eu estamos à disposição para que possas fazer um retrato completo e profundo da situação nas zonas libertadas.”

## Conclusão

A luta armada pela libertação da Guiné-Bissau é um campo historiográfico em aberto, que levará muitos historiadores a sentarem-se nas cadeiras das bibliotecas e dos arquivos. Quando estão prestes a passar 50 anos após o início da luta pela independência há ainda várias questões e ângulos de abordagem por explorar. Este trabalho centrou-se no principal movimento independentista da Guiné-Bissau, o PAIGC, mais concretamente na forma como os nacionalistas liderados por Amílcar Cabral se relacionaram com a imprensa e montaram a sua estratégia de propaganda, bem como o modo como três jornais internacionais de referência – *New York Times*, *Times* e *Le Monde* – acompanharam os acontecimentos na Guiné-Bissau.

As perguntas de partida – quais foram os temas abordados? O que fez o PAIGC para se aproximar dos jornais e dos jornalistas? – traziam consigo hipóteses por confirmar. A imprensa internacional teria sido uma frente de luta fundamental para os nacionalistas da Guiné-Bissau e os jornais de referência teriam acompanhado a questão, com maior ou menor regularidade. Faltava saber o que foi publicado, quem escreveu, onde e quando. Esses textos, analisados em conjunto, ganham novo significado.

Uma das principais conclusões a que se pode chegar é que a imprensa e a relação com os jornalistas eram, efectivamente, uma componente fundamental da estratégia do PAIGC. O movimento participou em congressos de jornalistas e recebeu repórteres de vários países. Amílcar Cabral dava conferências de imprensa sempre que visitava Paris, Londres, Estados Unidos ou Argélia e, por vezes, os seus artigos eram publicados em revistas especializadas como a *Afrique-Asie*, considerada pelo fundador do PAIGC Luís Cabral como “uma companheira de luta”.

Ao longo da guerra o acompanhamento feito pelos jornais passou também por diferentes fases, sobretudo relacionadas com a repercussão internacional dos acontecimentos. O historiador Patrick Chabal considera que o conflito na Guiné-Bissau pode dividir-se sobretudo em dois períodos: o primeiro desde o início da luta armada em 1963 e da batalha da ilha do Como (1064) até 1969, quando as forças portuguesas terão ganho consciência de que o conflito não se poderia resolver por meios militares; e o segundo de 1969 até à independência, altura em que o PAIGC ergueu as suas estruturas nas zonas libertadas e consolidou a posição do partido no território. Ao analisarmos os artigos publicados pelo *New York Times*, *Times* e *Le Monde* concluímos que são também essas as fases por que passou a cobertura jornalística,

embora com uma diferença: 1969 não foi o ano em que os jornais passaram a dedicar mais atenção ao que se passava na Guiné-Bissau, mas sim 1970, devido à Operação Mar Verde. Quando a Guiné-Conacri foi invadida para que fossem destruídas as bases do PAIGC – ou mesmo derrubado o governo de Touré – essa operação teve uma enorme repercussão internacional e uma ampla cobertura por parte dos jornais. Se em 1969 o *Times* publicou 4 artigos sobre a Guiné-Bissau ou o PAIGC, em 1970 refere-se ao assunto 17 vezes. Os artigos no *New York Times* relacionados com a Guiné-Bissau aumentaram também de 10 (em 1969) para 36 (1970), e no *Le Monde* esse aumento foi de 7 para 20 artigos. Podemos assim dizer que a Operação Mar Verde representa um momento de viragem que desperta a atenção dos jornalistas, que a partir de então passam a acompanhar de forma mais sistemática a situação na Guiné-Bissau até à independência.

Através da análise dos artigos que saíram nos três jornais conclui-se também que o *New York Times* deu maior atenção aos acontecimentos em Portugal e na Guiné-Bissau do que o londrino *Times*. Uma pesquisa pela expressão *Portuguese Guinea* permite encontrar no diário norte-americano 585 artigos entre 1961 e 1975, dos quais 172 eram exclusivamente sobre a Guiné-Bissau, enquanto no jornal britânico foram publicados 303 artigos, 100 dos quais sobre a Guiné-Bissau. Mas este resultado, recorde-se, está dependente do arquivo electrónico disponibilizado pelos próprios jornais.

A pesquisa feita no *Le Monde*, por outro lado, permitiu encontrar 751 artigos sobre Portugal, dos quais 91 visam apenas a Guiné-Bissau. Neste caso, no entanto, foram incluídos todos os artigos encontrados, sem o filtro de qualquer palavra-chave usada para a pesquisa. É no diário francês que se encontra também um maior número de notícias sobre a repressão de opositores em Portugal, provavelmente por Paris ser um dos principais destinos de quem se opunha ao regime de Salazar.

Apesar de não terem sido analisados os artigos sobre os confrontos em Angola e Moçambique, podemos também dizer que, no que se refere à guerra colonial portuguesa, era nestes territórios que se concentrava a atenção da imprensa, mais do que na Guiné-Bissau, tal como referem os jornalistas Henry Kamm e René Lefort, do *New York Times* e do *Le Monde*, respectivamente. “A ênfase era obviamente Angola e Moçambique”, sublinhou Kamm. Lefort concorda, ao dizer que a Guiné-Bissau era um assunto “negligenciável”, mesmo “insignificante” quando comparado com os outros teatros de guerra.

Grande parte das notícias publicadas pelo *New York Times*, *Times* e *Le Monde* provinham de agências noticiosas (sobretudo a AFP e a Reuters) ou de comunicados oficiais do PAIGC e das autoridades portuguesas, mas ao longo da guerra houve várias ocasiões em que os jornais

tiveram repórteres a acompanhar a situação no terreno. Sem contar com as reportagens feitas em Lisboa – Marwine Howe era correspondente do *New York Times* na capital portuguesa, por exemplo, e Marcel Niedergang do *Le Monde* esteve aí em 1965, 1969 e 1972 –, todos os jornais acabaram por publicar, em momentos diferentes, reportagens feitas na Guiné-Bissau, junto das autoridades portuguesas mas, sobretudo, do PAIGC.

A primeira vez que isso aconteceu foi em Agosto de 1963, pouco após o início dos confrontos, quando Lloyd Garrison publicou no *New York Times* reportagens a partir de Bissau. O diário norte-americano foi, aliás, o jornal que mais vezes teve jornalistas no local, tendo sido particularmente relevantes as reportagens de Lloyd Garrison, logo em 1963, William Borders em Novembro de 1971 – um ano após a Operação Mar Verde – e Henry Kamm, que já depois da Revolução dos Cravos em Portugal e a pouco tempo da independência deu conta de um desanuviamento da tensão no território e até de confraternizações entre soldados portugueses e guerrilheiros do PAIGC.

No *Times* ou no *Le Monde* destacaram-se, por outro lado, a reportagem de Basil Davidson publicada pelo diário britânico em 1967 e as de René Lefort no jornal francês em Setembro de 1970, dois meses antes da Operação Mar Verde. Neste caso, tal como no de Henry Kamm, não foi a iniciativa deliberada dos jornais que deu origem a estes textos, mas sim a curiosidade dos repórteres que se interessaram pela questão. Para além disso, estas reportagens são sobretudo feitas ao lado de quadros do PAIGC e nas zonas libertadas, o que, uma vez mais, leva a concluir que o movimento de libertação se esforçava por receber os jornalistas e mostrar a sua perspectiva do conflito. Tal como vimos, o jornalista René Lefort recorda que o partido fez “absolutamente tudo” para possibilitar o trabalho nas zonas libertadas com uma liberdade de acção muito superior à que beneficiara por parte de qualquer outro movimento de libertação com que trabalhou em África.

Já as autoridades portuguesas no território, por outro lado, são citadas bastante menos vezes, o que poderá estar relacionado não só com o facto de serem mais fechadas para com a imprensa internacional como com o manifesto interesse dos jornalistas em confirmar as informações do PAIGC, que garantia controlar grande parte do território.

No acompanhamento que foi feito por estes jornais há vários pontos em comum, como dificilmente poderia deixar de ser. O mais significativo é o facto de todos terem dado um maior destaque ao que se passava em Portugal e na Guiné-Bissau a partir de 1970, altura em que o conflito – e o regime português – pareciam entrar numa fase decisiva. Mas para além disso há ainda a convergência dos temas abordados. O que acontece em Lisboa merece maior destaque do que o que se passa em África porque haveria a consciência de que era em Lisboa

que se jogava o futuro do regime e da guerra. E, como determinam os critérios jornalísticos, a relevância dada aos acontecimentos é maior consoante o seu impacto internacional. Por isso, não será de estranhar que, a par da Operação Mar Verde, as queixas do Senegal contra Portugal na ONU, por violação da fronteira, ou as resoluções das Nações Unidas contra Portugal tenham merecido a atenção do *New York Times*, *Times* e *Le Monde*. Também era comum a publicação de notícias sobre os custos que a guerra estava a ter, sobretudo quando era apresentado um novo orçamento, no final do ano, da mesma forma que os três jornais acompanharam a doença, a sucessão e a morte de Salazar.

Não quer isto dizer que não houvesse diferenças nas posições dos jornais, como se pode concluir a partir dos relatos dos jornalistas Marwine Howe, Henry Kamm ou René Lefort. Howe define o diário norte-americano como um jornal “de centro, liberal”, muito interessado na questão da descolonização, e Kamm sublinha que era um diário “anti-colonialista”, mas que não apoiava movimentos de libertação armados e “teria preferido o abandono voluntário das colónias por Portugal”. Lefort, por outro lado, vimos que qualifica o *Le Monde* como um jornal de centro-esquerda que se distinguia pela independência e não tinha qualquer simpatia pela ditadura portuguesa, fosse com Salazar ou depois com Caetano.

Ao analisar estes jornais coloca-se ainda outra questão: haveria uma relação, ou um eventual alinhamento, entre as publicações e o relacionamento que o país a que pertenciam mantinha com Portugal e o regime do Estado Novo? Não é fácil chegar a uma conclusão definitiva, porque isso implicaria uma investigação mais aprofundada sobre a história dos jornais e o relacionamento dos seus directores e administradores com o poder político. Mas um primeiro olhar permite-nos dizer que essa relação não era directa. O *Le Monde*, por exemplo, era um dos jornais mais críticos para com o regime português, entrevistou por várias vezes opositores a Salazar e a Caetano, noticiou greves estudantis e publicou diversos artigos pouco abonatórios para com as autoridades de Lisboa. Também não eram raras as críticas às autoridades francesas por venderem a Portugal os helicópteros usados na guerra em África, contra o que tinha sido estabelecido pela NATO. Foi isso que aconteceu a 27 de Junho de 1970, por exemplo, quando o diário francês publicou um artigo do secretário do comité francês de apoio à luta nas colónias portuguesas, Gil Tchernia, que critica a França por vender a Portugal helicópteros Alouette II e Alouette III equipados com mísseis e votar contra as resoluções que condenam a política colonial portuguesa. Pode dizer-se, portanto, que o *Le Monde* estava longe de ser a voz do regime francês.

A posição dos vários países em relação ao colonialismo português, recorde-se, também não foi constante ao longo dos tempos. No caso dos EUA as relações foram mais difíceis com a

Administração Kennedy, e também no Reino Unido os vários governos fizeram questão de se dissociar das políticas de Salazar. Esse afastamento não implicou uma atitude tão abertamente crítica como a de Kennedy, mas esteve longe do amparo político e militar dado a Portugal por países como a França ou a Alemanha Ocidental, como concluiu o historiador Pedro Aires Oliveira.

A leitura dos artigos publicados no *New York Times*, *Times* e *Le Monde* coloca ainda outra questão: teriam os jornais conseguido acompanhar o que se passava no terreno ou nem sempre os acontecimentos mais significativos eram noticiados? Por não terem repórteres no terreno durante a maior parte do tempo, estas publicações tiveram, muitas vezes, de limitar-se ao que era divulgado pelo PAIGC ou pelas autoridades portuguesas, o que terá contribuído para que alguns dos momentos mais importantes da luta de libertação na Guiné-Bissau passassem à margem das páginas dos jornais. Um desses exemplos foi o Congresso de Cassacá, o primeiro realizado pelo PAIGC no interior do território. Foi um momento determinante, marcado pela denúncia de abusos por parte de líderes militares em várias regiões. Houve expulsões e execuções, o partido reestruturou-se internamente para fazer prevalecer a vertente política sobre a militar. Amílcar Cabral ouviu denúncias de violações e assassinios cometidos por militantes do partido, mas nos jornais não houve qualquer notícia sobre o que tinha acontecido, a não ser uma escassa referência no *Le Monde*, já dois meses após o encontro, em Maio de 1964, quando Cabral deu uma conferência em Paris e referiu que o PAIGC realizara no território o seu primeiro congresso nacional. O facto de o Congresso de Cassacá não ter sido divulgado pelo PAIGC enquanto decorreu ter-se-á devido a questões de segurança mas, porventura, mais ao facto de o partido estar a viver o seu momento mais difícil desde a fundação, em 1956.

O movimento de libertação na Guiné-Bissau contou também, como vimos, com um forte acompanhamento por parte da imprensa especializada em África como a *Afrique-Asie* e a *Jeune Afrique*. As edições destas revistas disponíveis em centro de documentação portugueses, como o Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral, em Lisboa, e o Centro de Documentação 25 de Abril, em Coimbra, permitem concluir que esse acompanhamento foi bastante diferente daquele que fizeram os jornais de referência, não só em termos de dimensão – os artigos eram, por norma, bastante mais extensos – como em relação ao conteúdo. Estas revistas assumiram claramente a sua posição anti-colonialista em vários editoriais e artigos, publicaram textos do próprio Amílcar Cabral e uma entrevista com o secretário-geral do PAIGC, nomeadamente entre Novembro de 1971 e Outubro de 1972. Um desses artigos, de 15 de Novembro de 1971, ocupa quatro páginas da *Afrique-Asie*.

Simon Malley, o director desta revista, refere-se num artigo publicado a 27 de Novembro de 1972 à provável declaração de independência como o resultado de “mais de nove anos de lutas heróicas, de sacrifícios desumanos, de uma convicção profunda nesse destino”, e quando a proclamação unilateral da independência acontece, a 24 de Setembro de 1973, a revista publica um editorial em que refere que o povo da Guiné-Bissau e o seu partido “colhem os frutos dos seus sacrifícios, do seu heroísmo e da sua vitória”. Nestas publicações, e em especial na *Afrique-Asie*, a simpatia pela luta de libertação do PAIGC é assumida com adjectivos e até com uma forte emoção, sobretudo em momentos como a declaração de independência ou o assassinio de Amílcar Cabral.

A *Afrique-Asie* e a *Jeune Afrique* dedicavam, portanto, uma atenção ao movimento de libertação na Guiné-Bissau muito maior do que os jornais de referência e portanto de grande circulação, como seria de esperar. Mas, para além disso, o PAIGC criou os seus órgãos de informação próprios, dirigidos aos militantes e ao exterior.

Por seu lado, o partido de Amílcar Cabral lançou logo em Dezembro de 1960 o boletim *Libertação*, para circulação interna. Era “um instrumento útil na luta do partido para um acompanhamento do desenvolvimento dessa luta e da sua repercussão no exterior”, um “jornal de acção partidária, um órgão de combate”, como a própria publicação se define na edição comemorativa do primeiro aniversário. Muitas vezes foram aí noticiadas as visitas de jornalistas ou os artigos que saíam na imprensa internacional.

Mais tarde, em Julho de 1967, o PAIGC deu início às emissões da Rádio Libertação, feitas com equipamento oferecido pela Suécia, depois de Amílcar Cabral ter enviado quatro militantes para uma formação na União Soviética, entre eles Amélia Araújo, que acabou por se tornar na principal voz desta estação. Da Suécia não chegou apenas um primeiro emissor de rádio rudimentar, mas também um forte apoio humanitário, medicamentos e a impressão dos livros usados nas escolas criadas nas zonas libertadas. Esse apoio levou, aliás, à deterioração das relações entre a Suécia e Portugal e a convocação do embaixador em Estocolmo em Outubro de 1969.

Em Janeiro desse ano tinha começado a ser publicado o *PAIGC Actualités*, escrito em francês e voltado para o exterior. Era o terceiro órgão de informação do partido e aquele que se destinava a divulgar o movimento de libertação e a angariar apoios externos.

A Rádio Libertação foi, no entanto, o órgão partidário mais popular, que apesar de nunca ter emitido a partir de Bissau chegava a todos os militantes e até aos militares portugueses, que tentava persuadir a desertar. Muitas vezes eram aí noticiadas as visitas de jornalistas ou os artigos que saíam na imprensa internacional, à qual Amílcar Cabral se dedicava pessoalmente.



Era Cabral quem escrevia a maior parte dos editoriais e outros textos, como recordou Amélia Araújo. Mais: o próprio Amílcar Cabral se encarregou de redigir e copiar o *Libertação*, pelo menos durante os primeiros números, e de definir os objectivos da Rádio Libertação, que considerava o “canhão de boca” da luta de libertação na Guiné-Bissau.

Ao ler os três jornais de referência que foram as principais fontes deste trabalho, que cobriam o espaço geográfico francês e anglo-americano, bem como os órgãos de informação do PAIGC e as revistas especializadas em África, concluímos também que, por vezes, se verifica um cruzamento entre estas três componentes da estratégia de comunicação e propaganda do partido liderado por Amílcar Cabral. Muitas vezes os comunicados do PAIGC foram citados pelo *New York Times*, *Times* e *Le Monde*, sobretudo quando estes procuravam noticiar as operações militares, as emboscadas ou as mortes ocorridas durante o conflito.

Estes diários de referência gozavam de grande autonomia e tinham um maior distanciamento em relação à propaganda do movimento de libertação do que as revistas especializadas pró-descolonização, mas por vezes, e sobretudo quando não tinham jornalistas no terreno, recorreram à informação veiculada pelos órgãos oficiais do PAIGC, que cruzavam com a que era difundida pelas autoridades portuguesas. Houve também casos, embora raros, em que a imprensa de referência citou também as publicações especializadas em África. Foi o que aconteceu, por exemplo, em Maio de 1974 quando o *Times* deu algum destaque à entrevista que o então ministro dos Negócios Estrangeiros Mário Soares tinha dado à *Jeune Afrique*.

A leitura dos jornais, das revistas mais próximas dos movimentos nacionalistas africanos e as entrevistas a jornalistas que acompanharam a luta pela independência do PAIGC permitem também concluir que a estratégia do partido de Amílcar Cabral em relação aos meios de comunicação foi deliberada – provavelmente a mais empenhada de todos os movimentos de libertação – e abrangente. Era uma estratégia voltada não só para os militantes e os países da região, como para a formação de uma opinião pública mundial favorável à causa independentista. E foi uma estratégia bem-sucedida, tendo em conta as largas centenas de artigos que foram publicados ao longo dos anos da luta armada.

## **Cronologia**

### **1948**

Criado um Partido Socialista da Guiné, que não viria a durar muito tempo

### **1949**

Com o pseudónimo de Arlindo António, Amílcar Cabral publica na revista “Mensagem” da Casa dos Estudantes do Império o seu primeiro texto de reflexão política, intitulado “Hoje e Amanhã”

### **1950**

É criada na Casa dos Estudantes do Império uma delegação do MUD (Movimento de Unidade Democrática) Juvenil, com Amílcar Cabral, Marcelino dos Santos e Mário de Andrade

### **1951**

Acto Colonial é revogado e integrado na Constituição

### **1952**

Cabral é eleito vice-presidente da CEI e termina o curso, com uma tese dedicada aos “jornaleiros do Alentejo”

### **1953**

Cabral faz o recenseamento agrícola da Guiné

### **1955**

Fundação do Movimento para a Independência Nacional da Guiné (MING).

18 a 24 de Abril: Conferência de Bandung (29 países africanos e asiáticos reúnem-se na Indonésia para promover a cooperação económica e a oposição aos sistemas colonialistas).

### **1956**

19 de Setembro: Criação do PAIGC em Bissau.

### **1957**

Dezembro: Primeira Conferência dos Povos Afro-asiáticos, no Cairo.

### **1958**

Nasce o Movimento Anticolonialista (MAC)

8 de Junho: Eleições presidenciais em Portugal. Humberto Delgado é declarado vencido após um escrutínio marcado pela fraude.

2 de Outubro: Independência da Guiné Conacri.

6 de Dezembro: Primeira conferência dos Povos Africanos em Acra, para apoiar os movimentos independentistas.

Dezembro: Reunião alargada do PAIGC na qual se decide a mobilização prioritária no campos em vez de nas cidades.

## **1959**

3 de Agosto: Massacre de Pidjiguiti, em Bissau. Uma greve de estivadores é fortemente reprimida, o que causou dezenas de mortos.

## **1960**

Janeiro: Conferência dos Povos Africanos, em Tunes.

Fevereiro: Amílcar Cabral publica em Londres o texto “Factos acerca das colónias africanas de Portugal”, sob o pseudónimo Abel Djassi.

4 de Abril: Independência do Senegal.

25 de Setembro: Petição do PAIGC ao Governo português para a resolução pacífica do problema da Guiné-Bissau.

Criação da Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas (FRAIN).

1 de Dezembro: Nasce o *Libertação*, órgão de informação do PAIGC.

14 de Dezembro: Aprovação na Assembleia Geral das Nações Unidas da resolução 1514, conhecida como Declaração Anti-colonialista.

Cabral visita a China, onde Nino Vieira e outros quadros do PAIGC vão frequentar um curso militar

## **1961**

22 de Janeiro: Assalto ao paquete Santa Maria, por Henrique Galvão.

15 de Março: Primeiros ataques da UPA no Norte de Angola.

23 de Março: Portugal abandona Assembleia Geral da ONU por ter sido aceite a discussão da situação em Angola.

4 de Abril: Aprovada moção da ONU a favor da autodeterminação em Angola.

13 de Abril: Tentativa de golpe de Botelho Moniz. Remodelação governamental em Portugal. Salazar assume a Defesa.

18 de Abril: criação da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), em Casablanca, em substituição da FRAIN. Os primeiros contingentes partem para Angola.

30 de Junho: Primeiro comunicado das Forças Armadas anuncia a morte de 50 militares portugueses entre 4 de Fevereiro e 30 de Junho, em Angola.

12 a 14 de Julho: Conferência das Organizações Nacionalistas da Guiné e das Ilhas de Cabo Verde, em Dacar.

21 de Julho: Ataque de guerrilheiros ao quartelamento militar de São Domingos, na fronteira entre a Guiné-Bissau e o Senegal, deixa 4 militares portugueses feridos.

27 de Julho: Senegal corta relações diplomáticas com Portugal.

3 de Agosto: PAIGC decide iniciar a luta armada. Inicia acções de sabotagem.

13 de Outubro: Carta aberta de Amílcar Cabral ao Governo português a pedir uma solução pacífica para a situação na Guiné-Bissau.

14 de Novembro: Portugal abandona uma sessão da 4ª comissão da ONU por ouvir dois dirigentes do Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde.

## **1962**

12 de Março: Começa a emitir a Rádio Portugal Livre, a partir da Argélia.

13 de Março: PIDE prende em Bissau os dirigentes do PAIGC Rafael Barbosa e Fernando Fortes.

Junho: Amílcar Cabral apresenta à Comissão da ONU para os territórios administrados por Portugal um relatório chamado “O Nosso Povo, o Governo Português e a ONU”.

Setembro: Fundação em Dacar da Frente de Luta pela Independência Nacional da Guiné (FLING).

## **1963**

23 de Janeiro: PAIGC ataca um quartel em Tite. Começa a luta armada na Guiné-Bissau, de uma forma organizada nas frentes de Sul e de Leste, a partir da Guiné Conacri.

Março: PAIGC captura junto a Cacine os navios Mirandela e Arouca, que mais tarde usou para o transporte de pessoal e materiais na Guiné Conakri.

10 de Março: Numa declaração em Paris, Amílcar Cabral diz estar disposto a suspender a luta se Portugal estivesse disposto a resolver pacificamente a situação na Guiné-Bissau.

25 de Maio: É criada em Adis-Abeba a Organização de Unidade Africana.

30 de Junho: Primeiras operações do PAIGC a norte do rio Geba.

Julho: PAIGC abre uma frente de luta no Norte do país.

Julho: Benjamim Pinto Bull, secretário-geral da União dos Naturais da Guiné (UNGP) terá contactado o Governo português para propor uma autonomia.

Julho: PAIGC usa a primeira mina anti-carro na estrada Falacunda-São João.

16 de Julho: Salazar encontra-se com Benjamim Pinto Bull.

17 a 22 de Julho: Quadros do PAIGC reúnem-se para estudar o desenvolvimento da luta em Cabo Verde.

## **1964**

Janeiro a Março: Batalha do Como. Guerrilheiros vencem a luta pela ilha que tinha sido libertada pelo PAIGC em Fevereiro de 1963, e que o Exército português procurava reconquistar.

13 a 17 de Fevereiro: Congresso de Cassacá, o primeiro do PAIGC numa região libertada, no Sul da Guiné, e do qual saíram diversas decisões importantes. É feita a separação entre poderes civis e militares e são criados os comandos militares inter-regionais.

Março: PAIGC distribui um comunicado em Argel em que refere um acordo com Humberto Delgado para se chegar a uma solução quanto às colónias.

Julho: Manuel Lopes da Silva passa a ser secretário-geral da FLING.

Outubro: PAIGC e FLING efectuam contactos para a sua aproximação.

Novembro: Abertura de uma frente a Leste.

Dezembro: PAIGC edita o primeiro livro escolar.

## **1965**

Janeiro: Portugal põe em causa a legalidade da constituição do Conselho de Segurança da ONU, pelo que não se considera obrigado a acatar qualquer decisão.

7 de Janeiro: Primeira emissão da rádio do PAIGC.

13 de Fevereiro: Humberto Delgado é assassinado.

Março: Inaugurada em Conacri uma escola para os filhos dos guerrilheiros, em regime de internato.

Março: Segunda reunião da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), em Rabat.

Abril: Entrevista de Amílcar Cabral ao “Le Monde”.

Maior: Ataque do PAIGC ao quartel de Beli com morteiros, lança-granadas e metralhadoras. Forças portuguesas atacam região de Morés, na Guiné, e capturam material de guerra, nomeadamente metralhadoras Borsig, Bren e M52 e minas.

21 de Maio: Portugal condenado unanimemente pelo Conselho de Segurança da ONU devido a incursões armadas no interior do Senegal.

Junho: Reunião do Comité Especial das Nações Unidas para a abolição do colonialismo.

Junho: Ataque do PAIGC a Canjambari com morteiros e lança-granadas. Forças portuguesas destroem acampamento em Tite e apreendem material de guerra.

Agosto: Delegação da OUA visita regiões libertadas na Guiné-Bissau.

3 a 6 de Outubro: Segunda Conferência da CONCP em Dar-es-Salam com a presença de Amílcar Cabral.

Outubro: Reconhecimento do PAIGC pela OUA como o único movimento de libertação da Guiné.

Curso de quadros cabo-verdianos do PAIGC em Cuba

## **1966**

3 de Janeiro: I Conferência Tricontinental, em Havana, com a participação de Amílcar Cabral.

Março: Visita a Moscovo de uma representação do CONCP, com Amílcar Cabral.

18 de Junho: Comissão de descolonização da ONU ouve em Argel depoimentos de desertores portugueses.

Julho: Reunião do CONCP em Brazzaville.

Setembro: Conferência da UNESCO decide exclusão de Portugal.

Setembro: Amílcar Cabral é eleito presidente do CONCP.

Setembro: Filme “Levanta-te Negro”, de Piero Nelly, sobre as actividades do PAIGC na Guiné, ganha o 2º prémio do Festival de Veneza.

28 de Dezembro: Capturado ao PAIGC um emissor de rádio soviético.

## **1967**

17 de Maio: LUAR assalta delegação do Banco de Portugal na Figueira da Foz.

Julho: Inauguração da Rádio Libertação em Conacri.

Outubro: Primeira entrega de armas às populações na região de Quitafine, no Sul.

Dezembro: Reunião da comissão política do PAIGC em que são excluídas as milícias, passando a contar-se com os grupos de guerrilha e o exército popular. É criado o Comando da Frente Leste. E é inaugurado o campo militar de Zinguinchor, que é usado pelo PAIGC.

## **1968**

2 de Fevereiro: Américo Tomás visita Cabo Verde e Guiné.

19 de Fevereiro: ataque ao aeroporto de Bissalanca, a 10 quilómetros de Bissau, por um comando do Exército Popular.

15 de Março: PAIGC entrega à Cruz Vermelha do Senegal três soldados portugueses que tinha feito prisioneiros e Amílcar Cabral mostra-se disposto a parar os combates se for reconhecido o direito à independência.

20 de Maio: António de Spínola toma posse como governador-geral da Guiné-Bissau.

26 de Setembro: Américo Tomás anuncia a substituição de Salazar por Marcelo Caetano.

No aeroporto de Orly, a polícia francesa fotocopia documentos de Amílcar Cabral e envia-os à PIDE

## **1969**

3 de Fevereiro: Assassínio de Eduardo Mondlane, presidente da FRELIMO.

5 de Fevereiro: Tomada do campo fortificado de Madina de Boé. É consumada a libertação da região de Boé.

Março: Dissolução da FLING.

2 de Abril: Marcello Caetano é recebido por Nixon em Washington. 8 de Abril: Caetano inicia uma visita à Guiné, Angola e Moçambique.

2 de Agosto: Libertação de 92 ex-militares do PAIGC pelas autoridades portuguesas da Guiné, entre os quais Rafael Barbosa.

16 de Novembro: Início da Operação Jove, no Sul da Guiné, por forças pára-quedistas, com o objectivo de deter uma coluna militar em que seguiria Nino Vieira. Dois dias depois foi capturado o capitão cubano Pedro Peralta, com documentos que descreviam os ataques do PAIGC aos quartéis de Buba, Bedanda e Jabadá.

22 de Dezembro: Condenação de Portugal no Conselho de Segurança da ONU por violação do território da Guiné-Conacri.

## **1970**

Janeiro: Estabelecimento de uma base de apoio para realizar a operação Mar Verde na ilha de Soga, Bijagós, com militares portugueses e elementos da oposição da Guiné-Conacri.

15 de Janeiro: Caetano leva a cabo uma remodelação ministerial. Rui Patrício assume a pasta dos Negócios Estrangeiros

Abril: Majores Passos Ramos, Pereira Silva e Magalhães Osório morrem na zona de Teixeira Pinto, na Guiné.

Junho: Conferência internacional de solidariedade com os povos das colónias portuguesas, em Roma.

1 de Julho: Papa Paulo VI recebe Amílcar Cabral, Agostinho Neto e Marcelino dos Santos.

27 de Julho: Morre Salazar

17 de Novembro: Marcello Caetano autoriza Operação Mar Verde.

22 de Novembro: Agressão portuguesa contra a Guiné Conacri (Operação Mar Verde).

14 de Dezembro: Resolução da ONU a censurar a política colonial portuguesa e a pedir a Portugal que não sejam usados meio de guerra química e biológica contra as populações.

## **1971**

9 de Junho: Primeiro ataque do PAIGC a Bissau.

Agosto: Reunião do Conselho Superior de Luta que aprova a decisão de proclamar a independência da Guiné-Bissau.

Outubro: Amílcar Cabral visita Inglaterra a convite do secretário-geral do Partido Trabalhista e diz-se disposto a solucionar a guerra por via de negociações com Portugal.

## **1972**

1 de Fevereiro: Amílcar Cabral discursa no Conselho de Segurança da ONU em Adis Abeba.

9 de Março: Ataque do PAIGC ao aeroporto de Bissalanca, próximo de Bissau.

2 de Abril: Missão do Comité de Descolonização da ONU visita os territórios libertados.

18 de Maio: Encontro entre Spínola e Leopold Senghor, junto à fronteira com a Guiné, para estudar a hipótese de mediação do conflito.

26 de Maio: Caetano diz a Spínola que prefere perder a guerra a negociar a paz.

19 de Outubro: Amílcar Cabral discursa na ONU e anuncia uma próxima proclamação de independência unilateral.

24 de Outubro: Spínola escreve a Caetano e pede para se encontrar com Amílcar Cabral. O pedido é negado.

## **1973**

20 de Janeiro: Amílcar Cabral é assassinado em Conacri.



25 de Março: Primeira utilização dos mísseis Strella. Cai um Fiat G91 pilotado pelo tenente Pessoa.

8 de Maio: Início do ataque do PAIGC ao quartel de Guidage, no Norte.

25 de Maio: Operação Amílcar Cabral resulta na tomada do acampamento de Guileje. Aumenta a defesa anti-aérea. São realizadas pelo PAIGC 220 operações militares durante este mês, o número mais elevado desde o início da guerra.

18 a 22 de Julho: Segundo congresso do PAIGC. Aristides Pereira é eleito secretário-geral.

Setembro: Bettencourt Rodrigues toma posse como governador-geral da Guiné.

23 e 24 de Setembro. Reunião da primeira Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau em Madina Boé.

24 de Setembro (8h55 TMG): Proclamação da independência. Luís Cabral é eleito presidente do Conselho de Estado.

2 de Novembro: ONU reconhece independência.

19 de Novembro: Guiné-Bissau admitida na OUA.

## **1974**

Janeiro e Fevereiro: Intensifica-se a luta nos centros urbanos. Verificam-se alguns reconhecimentos internacionais do novo Estado.

22 de Fevereiro: Spínola publica “Portugal e o Futuro”.

11 de Abril: Apresentação na ONU do representante da Guiné-Bissau, Júlio Semedo.

25 de Abril: Revolução que derruba o Estado Novo em Portugal.

7 de Maio: Chega a Bissau Carlos Fabião, como encarregado do Governo.

6 a 17 de Maio: Aristides Pereira e Mário Soares encontram-se em Dacar.

25 a 31 de Maio: Início das conversações em Londres entre Pedro Pires, comissário adjunto das forças armadas, e Mário Soares.

13 e 14 de Junho: Primeiras negociações em Argel.

16 de Julho: Pedido formal da Guiné-Bissau para admissão na ONU.

9 de Agosto: Recomeço das negociações em Argel.

23 de Agosto: última fase das negociações.

26 de Agosto: Assinatura do acordo de Argel. Portugal reconhece a independência e reafirma o direito do povo de Cabo Verde à autodeterminação e independência.

10 de Setembro: Reconhecimento formal da independência da Guiné-Bissau por Portugal.

17 de Setembro: Admissão da Guiné-Bissau na ONU.

24 de Setembro: Comemora-se em Boé o primeiro aniversário da independência da Guiné-Bissau .

## **1975**

30 de Junho: Eleições em Cabo Verde para a Assembleia Nacional Popular.

5 de Julho: Independência de Cabo Verde.

### **Fontes:**

CD 25 de Abril <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=HomePage>

Cronologias elaboradas pelo Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral -CIDAC

Polícia Aérea (<http://www.policiaaerea.net/home.html>)

Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa (<http://eurohspot.eu/site/>)

## Bibliografia

ANDRADE, Mário Pinto de, *Origens do Nacionalismo Africano*, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1998

ANTUNES, José Freire, *A Guerra de África: 1961-1974*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995

BRANDÃO, José, *Cronologia da Guerra Colonial – Angola, Guiné, Moçambique 1961-1974*, Prefácio, Lisboa, 2008

CABRAL, Amílcar, *Revolution in Guinea: an African People's Struggle*, London, 1969

CABRAL, Amílcar, *Textos Políticos 1924-1973*, Livraria Ler, Lisboa, 1974

CABRAL, Luís, *Crónica da Libertação*, Edições O Jornal, Lisboa, 1984

CASTANHEIRA, José Pedro, *Quem Mandou Matar Amílcar Cabral*, Relógio d'Água, Lisboa, 1995

CHABAL, Patrick, *Amílcar Cabral: Revolutionary Leadership and People's War*, Hurst, London, 2002

DAVIDSON, Basil, *The Liberation of Guiné: Aspects of an African Revolution*, Penguin Books, 1969

*Dicionário de Ciências da Comunicação*, Porto Editora, 2000

FARIA, Pedro Leite, “Pedro Aires de Oliveira, Os Despojos da Aliança. A Grã-Bretanha e a Questão Colonial Portuguesa, 1945-1975, Lisboa, Tinta-da-China, 2007, 598 páginas” in *Análise Social*, nº186, Janeiro de 2008, p. 190-197

GOMES, Carlos Matos, AFONSO, Aniceto, *Os Anos da Guerra Colonial*, QuidNovi, 16 volumes, Lisboa, 2009

GUERRA, João Paulo, *Memória das Guerras Coloniais*, Edições Afrontamento, Porto, 1994.

LOPES, Carlos, *Guinea-Bissau: From Liberation Struggle to Independent Statehood*, Boulder, Westview, 1987

LOPES, Carlos, *Para Uma Leitura Sociológica da Guiné-Bissau*, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, Lisboa-Bissau, 1988

MARCOS, Daniel da Silva Costa, *Salazar e de Gaulle: A França e a Questão Colonial Portuguesa (1958-1968)*, Instituto Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Abril de 2007

MATEUS, Dalila Cabrita, *A Luta Pela Independência: A Formação das Elites Fundadoras da Frelimo, MPLA e PAIGC*, Inquérito, Mem-Martins, 1999

M'BOKOLO, Elikia, *África Negra – História e Civilizações do Século XIX aos Nossos Dias*, Tomo II, Edições Colibri, Coleção Tempos e Espaços Africanos, Lisboa, 2007

MILZA, Pierre, *Les Relations Internationales 1945-1973*, Hachette Supérieur, Paris, 1996

MUNIZ, Eloá, *Publicidade e Propaganda – Origens Históricas*, Caderno Universitário nº 148, Edições da Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2004

OLIVEIRA, Pedro Aires, “O corpo diplomático e o regime autoritário (1926-1974)” in *Análise Social*, XLI (178), 2006, pp. 145-166.

OLIVEIRA, Pedro Aires, *Os Despojos da Aliança: A Grã-Bretanha e a Questão Colonial Portuguesa 1945-1975*, Tinta da China, Lisboa, 2007

PEREIRA, Aristides, *Uma Luta, Um Partido, Dois Países: Guiné-Bissau – Cabo Verde*, Notícias, Lisboa, 2002

PINTO, António Costa, *O Fim do Império Português: A Cena Internacional, a Guerra Colonial e a Descolonização 1961-1975*, Livros Horizonte, Lisboa, 2001

RODRIGUES, Luís Nuno, "About-Face: The United States and Portuguese colonialism in 1961", in *E-Journal of Portuguese History*, Volume 2, number 1, Summer 2004

RODRIGUES, Luís Nuno, *Kennedy-Salazar: A Crise de Uma Aliança. As Relações Luso-americanas entre 1961 e 1963*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002, pp. 343

RODRIGUES, Luís Nuno, “Ventos de Mudança: Os Estados Unidos e a questão colonial portuguesa”, in *História*, ano XXI, número 19, Novembro de 1999, pp. 18 a 26

SILVA, António E. Duarte, *A Independência da Guiné-Bissau e a Descolonização Portuguesa: Estudo de História, Direito e Política*, Edições Afrontamento, Porto, 1997

TOMÁS, António, *O Fazedor de Utopias, Uma biografia de Amílcar Cabral*, Tinta da China, Lisboa, Outubro de 2007

VAÏSSE, Maurice, *As Relações Internacionais desde 1945*, Edições 70, Lisboa, 2005

WHITE, Brian, LITTLE, Richard, SMITH, Michael, *Issues in World Politics*, Palgrave Macmillan, Nova Iorque, 2001

WOOLLACOTT, John, *A luta pela libertação nacional na Guiné-Bissau e a revolução em Portugal*, In *Análise social*, Ano 19, N° 77-78-79, 1983 (ISCTE)

**Fontes documentais:**

**Publicações periódicas**

*The New York Times* (1961 a 1974)

*Times* (1961 a 1974)

*Le Monde* (1961 a 1974)

*Jeune Afrique*

*Africasia*

*Afrique-Asie*

**Publicações do PAIGC**

*Libertação – Unidade e Luta*

*PAIGC Actualités*

**Fontes orais:**

- Henry Kamm, jornalista do *New York Times* (Depoimentos enviados por email a 30 de Abril de 2009 e a 25 de Maio de 2009)

- René Léfort, jornalista do *Le Monde* (Depoimento enviado por email a 22 de Junho de 2009)

- Marvine Howe, jornalista do *New York Times* (Entrevista realizada no Estoril a 2 de Maio de 2009)